

Mineração brasileira
concentra benefícios
fora das estatísticas
e amplia custo
fiscal aos
Estados
Pág 5

A grandeza de
JK e a pequenez
do ideologismo
Pág 88



Uma nova Constituição para o Brasil

Pág 60

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa
**total personalização, transparência e
confiança aos nossos clientes.**

Para nós, da Portogallo Family Office, o
planejamento do seu futuro é o que mais
importa para nós.

**Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?**

**Não administramos fortunas,
administramos futuros.**



São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
AGOSTO DE 2026
33 ANOS - EDIÇÃO 360

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento

Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação

Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial

MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:

Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*

32

*Mundo
Empresarial*



60

*Debate
Econômico*

73

Política

88

Especiais

118

Opinião

*O ponto de vista de
grandes nomes do
cenário nacional,
sobre assuntos
diversos.*

102

Gastronomia

Economistas laureados com o Nobel e líderes de tecnologia pedem ação imediata diante do avanço da IA

Eric Schmidt, Paul Krugman, Reid Hoffman e Daron Acemoglu estão entre os mais de 200 signatários da declaração “We must act now”

Matéria publicada por Expand em 13 de julho revela que dezesseis vencedores do Prêmio Nobel, entre eles Paul Krugman e Daron Acemoglu, e mais de 200 economistas, pesquisadores de inteligência artificial e líderes do setor de tecnologia, como o ex-CEO do Google, Eric Schmidt, e o cofundador do LinkedIn, Reid Hoffman, lançaram no dia anterior uma declaração sobre a transformação econômica sem precedentes que a IA pode provocar nos próximos anos. We must act now: a statement on AI's transformation on the economy afirma que o impacto poderá superar o da Revolução Industrial, embora vá ocorrer em um intervalo de tempo muito menor.

Segundo os signatários, a inteligência artificial vai se tornar radicalmente mais poderosa nos próximos dez anos. Ao mesmo tempo que essa evolução poderá gerar ganhos expressivos de produtividade e elevar o padrão de vida, também pode provocar o deslocamento de trabalhadores em larga escala e acelerar a concentração de renda.

O documento convoca economistas, formadores de políticas públicas e líderes de tecnologia a ampliar os estudos sobre os efeitos econômicos da IA e começar a construir os incentivos, as proteções e as instituições necessárias para direcionar a transformação no benefício de toda a sociedade. Jack Clark, cofundador da Anthropic, e Ronnie Chatterji, economista-chefe da OpenAI, também assinam a declaração.

O novo alerta retoma uma discussão que ganhou força nos últimos anos. Em 2023, uma carta aberta publicada pelo



Future of Life Institute e assinada por nomes como Elon Musk e Yuval Noah Harari, pedia a suspensão, por seis meses, de todos os treinamentos e experimentos de sistemas de IA devido aos “grandes riscos que representam à humanidade”. A diferença é que, enquanto aquela iniciativa se concentrava na velocidade do desenvolvimento tecnológico e na possibilidade de perda de controle sobre os sistemas mais avançados, a declaração atual coloca em primeiro plano seus efeitos sobre o trabalho, a produtividade e a distribuição de riqueza.

A presença de Paul Krugman e Daron Acemoglu entre os signatários reforça o peso econômico da iniciativa. Krugman recebeu o Nobel de Economia em 2008 por sua análise dos padrões do comércio internacional e da localização da atividade econômica. Seus estudos mostraram como as economias de escala ajudam a explicar tanto o aumento das trocas entre países semelhantes quanto a concentração de empresas, empregos e produção em determinadas regiões.

Acemoglu dividiu o prêmio de 2024 com Simon Johnson e James A. Robinson por pesquisas sobre como as instituições são formadas e afetam a prosperidade dos países. Os economistas demonstraram que diferenças duradouras de renda e desenvolvimento estão relacionadas à característica inclusiva ou extrativista das instituições que regem a região. Enquanto as instituições inclusivas geram benefícios a longo prazo para todos, as extrativas proporcionam ganhos de curto prazo apenas para aqueles que estão no poder.

As áreas estudadas por esses economistas se conectam diretamente ao dilema apresentado pelo documento. Os ganhos de produtividade gerados por uma nova tecnologia não garantem, por si só, prosperidade compartilhada. O resultado dependerá das instituições, das regras de concorrência, dos incentivos às empresas e das políticas de proteção aos trabalhadores criadas para conduzir essa transformação.

Mineração brasileira concentra benefícios fora das estatísticas e amplia custo fiscal aos Estados

AMIG Brasil alerta que isenções como a Lei Kandir e incentivos federais somam bilhões por ano e mantêm a mineração entre os setores menos tributados do mundo, enquanto o país segue exportando matéria-prima e perdendo capacidade industrial



Cerca de 90% da produção nacional de minério de ferro não paga ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por ser destinada à exportação — um dos fatores que colocam a mineração brasileira entre os setores menos onerados do mundo e impõem perdas bilionárias aos cofres estaduais. Sustentado por desonerações pouco visíveis nas estatísticas oficiais, o modelo, segundo a Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil), reforça a especialização do país na exportação de commodities com baixo valor agregado e limita os efeitos da atividade sobre a industrialização.

Esse arranjo ajuda a explicar a ausência de mineradoras na lista de beneficiários de incentivos fiscais divulgada pelo governo de Minas Gerais, em 23 de junho. Para Waldir Salvador, consultor de relações institucionais

e econômicas da AMIG Brasil, o dado não indica falta de benefícios ao setor, mas reflete a forma como essas vantagens são estruturadas. “Parcela relevante dos incentivos à mineração opera fora dos registros formais de renúncia tributária”, afirma.

A tributarista e consultora da AMIG Brasil, Flávia Vilela Caravelli, explica que os dados divulgados por Minas Gerais contemplam benefícios fiscais relacionados à isenção, crédito presumido, base de cálculo reduzida e redução de alíquotas, não envolvendo os benefícios fiscais caracterizados como imunidade. Embora, inicialmente a desoneração sobre a exportação tenha sido veiculada como isenção heterônoma por lei complementar, a Emenda Constitucional nº 42/2003 elevou, formalmente, o benefício à categoria constitucional, caracterizando-o como imunidade. Esta

alocação constitucional afastou a própria incidência tributária, enquanto na isenção ocorre a incidência mas há uma dispensa legal de sua cobrança.

O levantamento da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) inclui apenas as empresas que operam na fase de industrialização do minério e seus subprodutos, titulares de Tratamentos Tributários Setoriais celebrados com o Estado de Minas Gerais através de Regimes Especiais. Na relação aparecem grupos como ArcelorMittal e Usiminas, mas os valores estão concentrados nas operações siderúrgicas, e não na extração de minério de ferro.

A principal explicação está no fato de que, desde 1996, inicialmente com a Lei Kandir e hoje com a Constituição de 1988, não incide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Na prática, a maior parte do minério produzido no país não sofre incidência do imposto. “A desoneração das exportações produz um efeito relevante, mas não entra na contabilidade oficial das renúncias”, diz Salvador.

O impacto sobre as finanças estaduais é expressivo. Estimativas indicam que Minas Gerais deixa de arrecadar entre R\$ 7 bilhões e R\$ 9 bilhões por ano em função desse mecanismo, sendo cerca de 30% desse valor diretamente relacionado ao minério de ferro. Como a desoneração não é classificada juridicamente como renúncia fiscal, ela fica fora

dos cálculos oficiais, o que tende a subestimar o nível de benefício concedido ao setor.

Mesmo nos casos em que há incidência de ICMS nas cadeias anteriores — como na aquisição de insumos e energia elétrica — as empresas têm o direito à manutenção de créditos com a exportação, ampliando, na prática, o alcance das desonerações.

Os municípios também suportam perdas com a não incidência do ICMS sobre as exportações. Estudo realizado pela UFMG considerando os dados de tributação de 2023 e a simulação da incidência do ICMS em MG antes da Lei Kandir, demonstrou que haveria “ganho de 9,9% na receita com a incidência de 6% de ICMS nas atividades mineradoras. Este aumento resulta do fato de os municípios mineradores se apropriarem de 65% do adicional de ICMS estimado. (...) Nos municípios mineradores, a receita de ICMS aumenta 56% e a receita da CFEM reduz 12%, contudo, o saldo fiscal é amplamente positivo.”

O caso mineiro ilustra um padrão mais amplo: enquanto estados e municípios produtores concentram perdas de arrecadação, a maior parte dos incentivos diretos é concedida no âmbito federal.

INCENTIVOS FEDERAIS AMPLIAM VANTAGENS

No plano federal, os benefícios são mais explícitos. Empresas instaladas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) têm acesso a incentivos como redução de até 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a possibilidade de reinvestimento de até 30% do tributo devido.

Companhias com operações em Carajás (PA) e no Vale do Jequitinhonha (MG) estão entre as beneficiadas.



Dados do Portal da Transparência indicam que, em 2023, os incentivos fiscais concedidos a mineradoras de minério de ferro somaram R\$ 5,2 bilhões.

Levantamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTM) aponta R\$ 26,29 bilhões em incentivos e renúncias fiscais em um único ano para empresas do setor. Nove mineradoras figuram entre as 100 maiores beneficiárias do país, incluindo Vale, Yara, Mosaic, Braskem, ArcelorMittal, Usiminas, Ternium, Paranapanema e Mineração Carajás.

A tributarista e consultora da AMIG, Flávia Vilela Caravelli, aponta para a natureza fiscal do imposto de renda e obrigatória adoção do princípio da capacidade contributiva, o que não justifica a eleição de projetos de mineração na região da Sudam para obtenção de vantagens fiscais. “Há uma completa inversão do princípio da capacidade contributiva, tendo em vista que o poder econômico das mineradoras está evidente em seus balanços, sendo demonstrada, ao contrário, a baixa tributação a que são submetidas no país.”

Por outro lado, os benefícios fiscais para a região da Sudam têm por finalidade atrair projetos e investi-

mentos para atividades e setores econômicos que poderiam ser realizadas em outros locais do território nacional, com menor custo. “A atividade de mineração não precisa de incentivo pois só pode ser realizada nos territórios em que há a riqueza mineral, contrariando a lógica da finalidade do benefício fiscal.” Destaca e cita como exemplo, a qualidade da riqueza mineral do norte do país, em razão do teor altíssimo de ferro, o que, per si, já é suficiente para atrair as grandes mineradoras para atuar na região.

O estudo também associa o setor a impactos sociais relevantes. Entre 2020 e 2022, essas empresas estiveram ligadas a 776 ocorrências de violência e violações territoriais, afetando ao menos 768,7 mil pessoas. No caso da Vale, que recebeu R\$ 19,2 bilhões em renúncias em 2021, o levantamento considera também ocorrências envolvendo a Samarco.

BAIXA TRIBUTAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Estudo do Cedeplar/UFMG, contratado pela AMIG Brasil, indica que “Os dados da PIA 2021 mostram que a extração de ferro recolhe 0,94% do faturamento bruto com ICMS, a indústria de transformação recolhe 7,89% e a indústria como um todo são 7,40%” evidenciando a desigual-



dade tributária entre os setores industriais nacionais.

Em nível mundial, o Brasil está entre as menos oneradas do mundo, inclusive em comparação com Austrália, Canadá, Estados Unidos e China.

Apesar disso, o país mantém baixa agregação de valor. “O Brasil é o segundo maior exportador de minério de ferro do planeta, mas ocupa apenas a nona posição na produção de aço”, afirma Salvador.

Esse padrão se conecta ao processo de desindustrialização. A participação da indústria de transformação no PIB, que já superou 30% na década de 1980, hoje gira em torno de 10% a 11%.

Entre os fatores estão a concorrência internacional — especialmente da China —, o câmbio valorizado, os juros elevados e a ausência de políticas industriais consistentes.

MINERAIS CRÍTICOS EXPÕEM FRAGILIDADES

A corrida global por minerais críticos e terras raras amplia esse diagnóstico. O Brasil detém cerca de 21 milhões de toneladas desses elementos — aproximadamente 23% das reservas globais —, mas sua produção

ainda é residual: cerca de 20 toneladas no último ano, menos de 0,01% do consumo mundial.

A China produziu cerca de 270 mil toneladas no mesmo período e domina as etapas de processamento. O padrão se repete: o Brasil exporta matéria-prima de baixo valor e reimporta produtos tecnológicos com alto valor agregado, muitas vezes até 100 vezes mais caros. A entidade alerta que o Projeto de Lei nº 2780/2024 e apensados, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, aprovado na Câmara dos Deputados e que aguarda apreciação do Senado Federal, não muda este cenário.

No texto apresentado, o relator prevê garantias para a realização de pesquisas e desenvolvimento por parte das empresas que irão explorar os territórios. A AMIG Brasil questiona: “haverá medidas que garantam que essas pesquisas promovam, de fato, o desenvolvimento dos territórios explorados e políticas de fomento à transformação econômica dos minerais críticos em bens de maior valor agregado nos próprios territórios de onde a matéria-prima será extraída? Onde estão os mecanismos obrigatórios de industrialização local? Quem garante que os municípios não continuarão apenas exportando minério bruto enquanto absorvem destruição

ambiental, pressão sobre infraestrutura pública e degradação territorial? Ninguém!”, ressalta Waldir Salvador.

A AMIG Brasil alerta que o país não dispõe de política consolidada de industrialização mineral nem de estrutura regulatória robusta. A Agência Nacional de Mineração (ANM) enfrenta limitações de pessoal e recursos, o que compromete a fiscalização.

Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) já apontaram falhas no monitoramento de barragens e fragilidades institucionais. Ainda assim, projetos em discussão no Congresso buscam ampliar a atividade mineral sem necessariamente fortalecer o órgão regulador.

IMPACTO LOCAL E RETORNO LIMITADO

Nos territórios mineradores, a ausência de políticas de agregação de valor limita os efeitos positivos da atividade. Municípios permanecem dependentes da extração, absorvendo impactos ambientais, pressão sobre serviços públicos e conflitos territoriais, enquanto parcela significativa da renda é capturada fora dessas regiões.

Sem mecanismos que estimulem a industrialização local, a mineração segue como vetor de exportação de recursos naturais, com baixo efeito multiplicador e elevado custo fiscal para estados produtores. “O país naturalizou um modelo que transfere riqueza para fora, penaliza estados e municípios e ainda é tratado como se fosse neutro do ponto de vista fiscal. Isso não é apenas uma distorção — é uma escolha política. Se o Congresso Nacional e o governo federal não enfrentarem essa agenda de forma direta, revisando incentivos e criando condições reais para agregar valor no país, o Brasil continuará abrindo mão de receita, aprofundando desigualdades regionais e comprometendo sua própria estratégia de desenvolvimento”, afirma Salvador.

Na corrida pelos minerais críticos, o Brasil corre na direção contrária

Henrique Costa de Seabra

Advogado, sócio do Seabra Advogados, mestre em Direito pela Faculdade Milton Campos e doutorando em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP, com ênfase em Direito Minerário e Ambiental.

A corrida global por minerais críticos é feita de incentivos. O Brasil entrou nela cobrando pedágio

Existe hoje uma disputa mundial por acesso a minerais críticos. Ela é aberta, declarada e financiada com dinheiro público. E as regras do jogo são conhecidas.

Os Estados Unidos, pelo Inflation Reduction Act de 2022, criaram na Seção 45X um crédito tributário direto de 10% sobre os custos de produção doméstica de minerais críticos. Não é isenção, é dinheiro de volta. Além disso, condicionaram os subsídios a veículos elétricos, na Seção 30D, ao uso de minerais extraídos ou processados em território americano ou em países com acordo de livre comércio. Ou seja, os EUA não apenas subsidiam a produção própria, como criaram um clube de fornecedores preferenciais.

A União Europeia, no Critical Raw Materials Act de 2024, fixou metas duras. Extrair internamente ao menos 10% do que consome, processar 40% e, para viabilizá-las, tratou a mineração como projeto de interesse público superior, com licenciamento limitado a 24 meses.

A Austrália, que já experimentou tributar de forma mais pesada a sua mineração e recuou em 2014, hoje opera uma Critical Minerals Strategy com fundos bilionários de fomento à extração e ao processamento local.

O padrão é evidente. Quem quer ser fornecedor de minerais críticos na década que vem está pagando para atrair capital. O Brasil está cobrando



para deixar o capital entrar.

Isso importa porque a competição não é apenas geológica. Os países consumidores, EUA, União Europeia, Japão, Coreia, buscam reduzir a dependência da China e escolhem parceiros com base em três critérios: abundância de reservas, estabilidade institucional e competitividade de custos. O Brasil é imbatível no primeiro. É razoável no segundo. E está se sabotando no terceiro.

Já somos o país com a maior carga tributária sobre a produção mineral entre os grandes players, acima de Austrália, Canadá, Chile, Peru e África do Sul. Sobre essa base, a reforma tributária acrescentou o Imposto Seletivo, cobrado inclusive nas exportações, após o veto presidencial ao dis-

positivo que as desoneraria.

O sinal enviado ao mercado internacional é ruim e é claro. O Brasil prioriza arrecadação de curto prazo sobre parceria estratégica de longo prazo. Em um ambiente em que os benefícios do IRA americano dependem da origem do mineral, encarecer artificialmente a exportação brasileira pode nos deixar de fora exatamente dos arranjos preferenciais que estão sendo desenhados agora.

O Brasil tem cerca de 98% das reservas mundiais de nióbio e a segunda maior reserva global de terras raras. É uma posição que quase nenhum país do mundo teria como comprar. Estamos, no entanto, conseguindo tornar irrelevante uma vantagem que a natureza levou bilhões para formar.

O risco mais caro da mineração agora está acima da superfície

Ian Herbison

CEO do Speyside Group

Na mineração, costumamos pensar primeiro em geologia, engenharia, financiamento e preços das commodities. No entanto, poucos projetos fracassam porque o corpo mineral desaparece. Muito mais projetos enfrentam dificuldades devido a fatores políticos, licenciamento, oposição das comunidades ou mudanças regulatórias. Atualmente, alguns dos riscos mais significativos da mineração estão acima da superfície, e são eles que cada vez mais determinam se o capital será direcionado para um projeto e se uma empresa manterá sua licença para operar.

O cenário mudou. Antes, os investidores concentravam sua atenção no recurso mineral, no teor do minério e no financiamento. Essas questões continuam sendo fundamentais, mas agora dividem espaço com outras. O projeto conseguirá obter as licenças necessárias? Será capaz de resistir a mudanças políticas? Contará com o apoio das comunidades?

Diversos fatores impulsionam essa transformação. Os minerais críticos tornaram-se ativos estratégicos, e os controles de exportação passaram a ser instrumentos de política pública. A China refina 19 dos 20 minerais mais estratégicos, e seu regime de licenciamento para gálio, germânio, grafite e terras raras foi suspenso temporariamente no fim de 2025, mas não desmantelado. Ao mesmo tempo, a demanda continua crescendo: a Agência Internacional de Energia projeta que a demanda por lítio aumentará cerca de sete vezes e a de cobre aproximadamente duas vezes até 2035. Ainda assim, o capital tornou-se mais seletivo. Na região Ásia-Pacífico, a Indonésia já responde por mais de 60% da produção mundial de níquel extraído e voltará a adotar cotas de produção a partir de 2026.

A due diligence técnica agora precisa ser acompanhada por uma avaliação



igualmente rigorosa dos riscos acima da superfície. Eu proponho três perguntas. O projeto conseguirá obter as licenças necessárias? Será capaz de manter sua legitimidade social? E o ambiente operacional permanecerá estável ao longo das décadas em que a mina estará em operação? Foram essas as questões que destaquei durante a Mining Asia 2026, em Singapura, e as discussões realizadas no evento apenas reforçaram sua relevância.

Dois projetos ilustram bem esse ponto. Em Juukan Gorge, em 2020, uma empresa agiu dentro da legalidade, mas destruiu abrigos rochosos insubstituíveis contrariando a vontade dos Proprietários Tradicionais, o que custou o cargo de seu diretor-presidente, de sua alta liderança e uma perda significativa de confiança. Já em Oyu Tolgoi, na Mongólia, consultas transparentes e uma infraestrutura compartilhada de abastecimento de água sustentaram, durante anos, uma sólida licença social para operar, embora as alíquotas de impostos e royalties tenham sido revisadas. O fluxo de lama ocorrido em Grasberg, em 2025, que provocou a morte de sete pessoas, é um lembrete de que os riscos mais caros raramente aparecem no modelo financeiro.

É por isso que a licença para operar se tornou hoje o conceito mais importante para a indústria. A licença técnica representa o direito formal de operar. Já a

licença social corresponde à aceitação contínua de um projeto pelas comunidades do entorno e tornou-se tão decisiva quanto a licença técnica. Ela pode ser perdida mesmo quando todas as exigências legais são cumpridas. Construí-la exige engajamento desde as fases iniciais, mapeamento de stakeholders, consistência e comunicação, tratados como capacidades centrais do negócio. Se uma empresa não contar sua própria história, outra pessoa fará isso por ela.

Olhando para o futuro, a confiança se tornará uma vantagem competitiva. A rastreabilidade da origem dos materiais está se consolidando como uma condição para acesso aos mercados, desde o Passaporte Digital para Baterias da União Europeia, que passa a ser aplicado a partir de 2027, até plataformas de rastreabilidade como Re|Source e Circular. À medida que os governos adotam estratégias de friend-shoring, os vencedores não serão aqueles que possuem os maiores recursos minerais ou os menores custos de produção, mas sim aqueles mais capazes de construir confiança e gerenciar riscos.

Durante a maior parte da história da mineração, o sucesso foi determinado pelo que estava sob a superfície. Hoje, ele depende, na mesma medida, do que acontece acima dela. A licença para operar deixou de ser apenas uma questão de conformidade. Tornou-se um ativo estratégico.

Governo Federal anuncia decreto para modernizar regra sobre cavidades naturais e destravar até 35% do setor mineral

Ministro Alexandre Silveira destaca que nova regulamentação atualiza critérios técnicos sensíveis para destravar investimentos em mineração, energia e infraestrutura



Durante o ciclo de debates do CNN Talks | Nova Era da Mineração, realizado pela CNN Brasil no dia 30 de junho, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou um novo decreto federal voltado para a modernização das regras de proteção de cavidades naturais subterrâneas no Brasil. Segundo o chefe da pasta, o texto foi desenhado de forma estritamente técnica e alinhado com as políticas socioambientais, eliminando a insegurança jurídica sobre o tema, e com um po-

tencial de destravar cerca de 30% a 35% do setor mineral do país ao sanar gargalos históricos de licenciamento que afetam não apenas a mineração, mas também grandes obras de energia e infraestrutura.

O movimento é estratégico para o momento em que o Brasil busca consolidar sua soberania mineral e previsibilidade regulatória, condições fundamentais para atrair investimentos de longo prazo na cadeia global de minerais críticos.

“Estamos corrigindo gargalos que há anos travavam o desenvolvimento do país. O novo decreto traz clareza técnica e responsabilidade. Diferente de propostas irresponsáveis do passado, que colocavam o patrimônio ambiental em risco e acabaram questionadas, este texto foi construído em consenso com o Ministério do Meio Ambiente e órgãos ambientais para proteger o patrimônio geológico e dar agilidade onde o país precisa crescer. Faremos um gol de placa nos próximos dias”, afirmou o ministro.

FIM DA SUBJETIVIDADE E PRAZOS DEFINIDOS PARA O ICMBIO

Na prática, o decreto atualiza as metodologias de classificação de cavidades naturais subterrâneas como cavernas, grutas e lapas para reduzir a margem de interpretações divergentes entre consultorias e o poder público. O principal alvo da mudança é o tratamento dado às chamadas “cavidades oclusas”. Sob a regra anterior, o simples entendimento subjetivo de que poderia haver uma estrutura oclusa paralisava grandes empreendimentos antes mesmo de qualquer laudo definitivo.

Para encerrar as paralisações por tempo indeterminado, o decreto introduz uma mudança estrutural de prazos: o ICMBio passará a ter um limite estipulado de até 30 dias para se manifestar sobre os processos de licenciamento, sanando o acúmulo de processos gerado pela falta de pessoal. Esta desburocratização trará impactos expressivos e imediatos para a extração de minérios fundamentais à infraestrutura nacional, impulsionando de forma especial o minério de ferro e o calcário.

EQUILÍBRIO ENTRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

O ministro fez questão de enfatizar que a nova norma não reduz a proteção das cavidades mais relevantes, mas sim separa com rigor técnico as formações que exigem proteção integral daquelas que podem coexistir com a atividade econômica via compensação. “Grandes formações de relevância turística e patrimonial, como a Gruta da Lapinha ou o Vale da Lua, continuam absolutamente protegidas e intocadas”, garantiu o ministro.

A agenda do ministério apresenta da no evento engloba ainda a modernização da Agência Nacional de Mineração (ANM) e as ações estruturadas de reparação de danos causados por



desastres ambientais históricos em Minas Gerais. Além disso, o ministro esclareceu que a Petrobras possui total autonomia institucional para atuar e diversificar suas frentes em novos mercados minerais, desde que os projetos passem pelo crivo de viabilidade econômica e responsabilidade social.

“Nosso objetivo é o equilíbrio perfeito entre o desenvolvimento econômico, a segurança jurídica de quem investe e a preservação do meio ambiente. O subsolo brasileiro precisa gerar riqueza com sustentabilidade”, concluiu Silveira.

CNN TALKS | NOVA ERA DA MINERAÇÃO

O encontro se consolidou como uma plataforma de debate de alto nível, reunindo autoridades públicas, lideranças empresariais e especialistas para discutir os rumos do mercado mineral brasileiro diante da disputa global por cadeias de suprimentos. Esta edição faz parte da cobertura especial da vertical de Infraestrutura e Energia da CNN Brasil, editoria dedicada a cobrir os grandes projetos de desenvolvimento, regulação, sus-

tentabilidade e os movimentos que movem o PIB do país.

CNN BRASIL

No país desde março de 2020, a CNN Brasil atinge mais de 105 milhões de pessoas por mês com a cobertura jornalística multiplataforma mais completa do Brasil. Disponível em TV por assinatura, banda kU, streaming (Claro, Amazon Prime, Vivo Play, Samsung TV Plus e LG) e YouTube, a CNN Brasil também oferece seu conteúdo via portal, apps, redes sociais e podcasts. Com um time que reúne alguns dos mais renomados jornalistas e analistas do país em suas respectivas áreas, a multiplataforma endossa o compromisso de levar as notícias mais importantes do Brasil e do mundo ao alcance do espectador ou leitor, na forma e no momento que mais lhe for conveniente, contemplando informações sobre política, economia, meio ambiente, assuntos internacionais, tecnologia, cultura e esportes. Desde o início de 2024, a marca estende sua credibilidade ao CNN Talks, unidade que hoje se notabiliza pelo êxito em unir líderes dos setores público e privado em debates sobre os temas mais relevantes para o desenvolvimento do país.



Crédito empresarial em 2026: o Brasil está se dividindo entre quem tem estrutura e não tem

Dema Oliveira

Especialista em expansão empresarial e fundador da Goshen Land

O crédito no Brasil segue caro e seletivo no modelo tradicional, Selic ainda em patamar elevado, qualidade do crédito em deterioração segundo o Banco Central, inadimplência subindo entre PMEs e chegando a mais de 8% no agronegócio.

Mas, paralelamente, uma reforma estrutural está destravando uma segunda via de acesso a crédito mais barato e ágil: a duplicata escritural entra em vigor plena em 2026, substituindo papel por registro eletrônico vinculado à nota fiscal; o Pix Automático avança; fintechs e modelos de scoring por IA ganham força. O cenário revela uma divisão que vai além de juros:

O CRÉDITO NÃO ESTÁ FICANDO UNIFORMEMENTE MAIS FÁCIL NEM MAIS DIFÍCIL, ESTÁ SE DIVIDINDO EM DUAS VELOCIDADES

De um lado, o crédito tradicional segue caro e seletivo. Do outro, surgem novas portas de acesso mais ágil e barato. A diferença entre quem entra por uma porta ou outra não é o tamanho da empresa é o nível de organização dela.

A DUPLICATA ESCRITURAL SÓ VIRA VANTAGEM PARA QUEM JÁ TEM GOVERNANÇA FINANCEIRA

Hoje, apenas cerca de R\$ 3 trilhões dos R\$ 11-13 trilhões movimentados em duplicatas no Brasil são usados como garantia de crédito. A nova regra reduz risco de fraude e amplia esse potencial, mas só para empresas que já têm nota fiscal organizada, conciliação



de recebíveis e dados confiáveis. Quem opera no informal ou no “controle de planilha” não acessa essa porta, mesmo com a reforma pronta.

SCORING POR IA E FINTECHS RECOMPENSA DADO, NÃO TAMANHO

As novas tecnologias de concessão de crédito analisam histórico, fluxo de caixa e comportamento financeiro em tempo real. Empresas com ERP, dados organizados e previsibilidade financeira são lidas como menor risco, independente de serem médias ou grandes. Empresas desorganizadas pagam o preço da opacidade, não da informalidade do porte.

O CRÉDITO MAIS BARATO NÃO CHEGA PARA QUEM PRECISA, MAS PARA QUEM ESTÁ PRONTO

A democratização do crédito é real, mas condicional. Ela recompensa quem investiu em estrutura antes da crise de caixa aparecer, não quem corre atrás de crédito como tábuas de salvação depois

que o problema já se instalou.

EMPRESAS QUE TRATAM DADOS FINANCEIROS COMO ATIVO ESTRATÉGICO SAEM NA FRENTE DA PRÓXIMA ONDA DE CRÉDITO

A lição não é sobre crédito é sobre preparo. Assim como mudanças tarifárias e geopolíticas revelam fragilidades estruturais, a reforma do crédito brasileiro revela quem investiu em governança e quem ainda opera no improviso.

O Brasil está testando uma tese silenciosa: crédito mais barato não é prêmio para quem mais precisa, é prêmio para quem mais se preparou. Duplicata escritural, Pix Automático, scoring por IA, todas essas reformas têm uma coisa em comum: recompensam organização, não tamanho. Empresa que trata dado financeiro como detalhe operacional vai continuar pagando caro, mesmo num cenário de crédito mais democrático. Quem trata dado como ativo estratégico vai surfar essa onda antes da concorrência perceber que

Janet Yellen diz que economia dos EUA enfrenta nova era de choques de oferta e defende cautela do FED

Ex-secretária do Tesouro americano avalia impactos da inteligência artificial, tensões geopolíticas e desafios fiscais

Divulgação: Paulo Bareta/Expert XP



A economia dos Estados Unidos entrou em uma nova fase marcada por sucessivos choques de oferta que tornam o controle da inflação mais complexo e exigem cautela na condução da política monetária. Essa foi a avaliação de Janet Yellen, ex-secretária do Tesouro dos Estados Unidos e ex-presidente do Federal Reserve Bank (FED), durante painel realizado no dia 23 de julho, na Expert XP 2026, ao lado do economista-chefe da XP, Caio Megale.

Segundo Yellen, o cenário econômico mudou profundamente desde a crise financeira de 2008. Após um longo período em que os bancos centrais buscavam estimular a inflação, a economia passou a enfrentar uma sequência de eventos que pressionaram os preços, como a pandemia, gargalos nas cadeias globais de produção, tarifas comerciais, tensões no Oriente Médio e, mais recentemente, os investimentos em inteligência artificial. "Agora estamos olhando para cinco

anos, ou mais, com a inflação significativamente acima da meta de 2% do Fed", afirmou.

IA AINDA PRESSIONA PREÇOS, E NÃO REDUZ CUSTOS

Ao abordar os impactos da inteligência artificial sobre a economia, Yellen afirmou que, embora a tecnologia tenha potencial para elevar a produtividade no médio prazo, seus efeitos atuais são predominante-

mente inflacionários. Segundo ela, a expansão dos investimentos em data centers elevou a demanda por semicondutores, eletricidade e infraestrutura, impulsionando custos em diferentes setores da economia.

A economista comparou o momento atual ao debate vivido pelo FED na segunda metade da década de 1990, quando Alan Greenspan defendia que o avanço da internet aumentaria a produtividade e permitiria manter juros mais baixos sem pressionar a inflação. Na avaliação de Yellen, esse efeito ainda não pode ser observado no atual ciclo da inteligência artificial. "Neste momento, a IA está aumentando a inflação, e não o contrário. Ainda não vemos evidências de ganhos relevantes de produtividade que justifiquem uma mudança na política monetária", disse.

FED DEVE PERMANECER EM COMPASSO DE ESPERA

Apesar de afirmar que gostaria de ver esses choques perderem força naturalmente, Yellen avaliou que o Federal Reserve precisa acompanhar de perto as expectativas de inflação antes de considerar cortes de juros. Ela também alertou que uma eventual intensificação dos conflitos no Oriente Médio, com novos aumentos no preço do petróleo, pode exigir uma postura ainda mais restritiva da autoridade monetária.

"Meu palpite é que, por enquanto, o FED permanecerá em compasso de espera. Mas, se a turbulência no Oriente Médio continuar ou se intensificar, eu apostaria que veremos novas altas de juros para conter a inflação", afirmou.

DÓLAR, STABLECOINS E O DESAFIO FISCAL

Durante a conversa, Yellen também avaliou que o dólar continua sendo a principal moeda de reserva global, apesar de uma perda gradual de participação nas reservas interna-



cionais dos bancos centrais. Segundo ela, nenhuma outra economia reúne, hoje, a profundidade dos mercados, a liquidez e a segurança institucional oferecidas pelos Estados Unidos.

Ao comentar o avanço dos ativos digitais, a ex-secretária diferenciou stablecoins das criptomoedas tradicionais e defendeu uma regulação semelhante à aplicada a depósitos bancários e fundos de mercado monetário, com reservas integrais, supervisão e mecanismos de proteção aos investidores. Ela afirmou que a inovação pode tornar pagamentos internacionais mais rápidos e eficientes, desde que acompanhada de regras capazes de preservar a estabilidade financeira.

Por fim, classificou a trajetória fiscal dos Estados Unidos como um dos principais desafios de longo prazo

para a economia americana. Segundo ela, o envelhecimento da população, o aumento das despesas com aposentadorias e saúde e um cenário de juros estruturalmente mais elevados tendem a ampliar a pressão sobre as contas públicas. "Não existe uma solução sem sacrifícios. Será preciso alguma combinação entre aumento de impostos, redução de aposentadorias e menor apoio às despesas médicas, e todas essas medidas são tremendamente impopulares", afirmou.

EXPERT XP 2026

O painel integrou a programação da Expert XP 2026, realizada entre os dias 23 e 25 de julho. Em sua 16ª edição, o evento reúne especialistas nacionais e internacionais para discutir os principais desafios econômicos, tendências globais e perspectivas para os mercados financeiros.

Cartão de crédito lidera dívidas e amplia desafio financeiro das famílias



O crédito continua sendo um dos principais instrumentos para manter o consumo das famílias de Belo Horizonte, mas seu uso cada vez mais intenso também amplia os desafios para o equilíbrio das finanças domésticas. Em junho, 88,7% dos consumidores da capital declararam possuir algum tipo de dívida, percentual ligeiramente superior ao registrado no mês anterior (88,6%), confirmando a elevada dependência das famílias em relação ao crédito. Ao mesmo tempo, aumentou o número de consumidores com contas em atraso e daqueles que já reconhecem não ter condições de quitar seus compromissos financeiros. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), aplicada pela

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e analisada pelo Núcleo de Estudos Econômicos e de Inteligência da Fecomércio MG.

Além da alta no endividamento, a pesquisa mostra que 65,6% das famílias possuem contas em atraso, avanço de 0,4 ponto percentual em relação ao levantamento anterior. Também aumentou o percentual daqueles que afirmam não ter condições de quitar suas dívidas, que passou para 29,5%, o maior patamar observado desde julho de 2024. Para a economista da Fecomércio MG, Gabriela Martins, os números revelam que o crédito continua exercendo papel importante na sustentação do consumo, mas exige

cada vez mais cautela diante do comprometimento crescente da renda das famílias. "O consumidor ainda encontra no crédito uma alternativa para manter o padrão de consumo e reorganizar o orçamento. No entanto, o aumento das contas em atraso e do número de famílias que já não conseguem visualizar uma saída para quitar suas dívidas indica que o planejamento financeiro precisa ganhar ainda mais espaço nas decisões de consumo. Quando o crédito deixa de ser uma ferramenta e passa a ser utilizado para cobrir despesas recorrentes, o risco de inadimplência cresce significativamente."

Embora o percentual de endividados permaneça elevado, a percep-

ção do consumidor sobre sua situação financeira indica um cenário de comprometimento moderado. Entre os entrevistados, 41,3% se consideram pouco endividados, enquanto 27,8% afirmam estar mais ou menos endividados e 19,5% dizem estar muito endividados. Ao todo, quase nove em cada dez consumidores da capital possuem algum compromisso financeiro.

A pesquisa também evidencia diferenças importantes entre as faixas de renda. Nas famílias com rendimento de até dez salários mínimos, o percentual de endividados chega a 89,8%, contra 81,8% entre aquelas com renda superior a esse limite. A inadimplência também é mais intensa no primeiro grupo: 67,5% possuem contas em atraso, enquanto entre as famílias de maior renda o índice é de 54,4%. Segundo Gabriela Martins, essa diferença demonstra que os consumidores de menor renda enfrentam menor capacidade de absorver oscilações econômicas. "As famílias com renda mais baixa destinam parcela maior do orçamento às despesas essenciais e possuem menor margem para lidar com imprevistos. Qualquer aumento nos gastos ou redução da renda acaba pressionando diretamente a capacidade de pagamento, o que explica a maior incidência de inadimplência nesse grupo."

A pesquisa mostra, ainda, que o cartão de crédito permanece como o principal responsável pelo endividamento, presente em 97,3% das dívidas registradas na capital. Em seguida aparecem carnês de lojas (31,8%), crédito pessoal (8,9%) e financiamento de veículos (5,1%). Para a economista, o protagonismo do cartão exige atenção especial dos consumidores. "O cartão de crédito oferece praticidade e flexibilidade, mas também concentra uma das maiores taxas de juros do mercado quando a fatura não é quitada integralmente. Seu uso consciente continua sendo um dos principais fatores



para preservar a saúde financeira das famílias."

Outro dado que chama atenção é o tempo de permanência da inadimplência. Entre aqueles que possuem contas atrasadas, 48,9% convivem com esse atraso há mais de 90 dias, e o tempo médio de inadimplência alcança 65,1 dias.

As dívidas também permanecem por períodos prolongados no orçamento familiar. O tempo médio de comprometimento da renda é de oito meses, sendo que 78% dos consumidores possuem compromissos financeiros com duração superior a três meses. Além disso, em 80,5% dos casos as dívidas comprometem mais de 10% da renda mensal das famílias, e em 32,5% dos lares esse comprometimento supera metade do orçamento. O comprometimento médio da renda alcança 32,9%. Na avaliação da Fecomércio MG, o cenário refor-

ça a importância do planejamento financeiro para preservar o consumo sustentável e reduzir o risco de agravamento da inadimplência. Embora o mercado de trabalho e a renda continuem oferecendo suporte à atividade econômica, o elevado comprometimento do orçamento limita a capacidade de novas compras e exige maior cautela tanto dos consumidores quanto das empresas que operam com vendas a prazo.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como porta-voz das demandas do empresariado, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade.

Com a Selic em 14,25%, Brasil segue entre os países com os maiores juros reais do mundo

Como esse cenário influencia o crédito, os investimentos e o planejamento financeiro de famílias e empresas

Mesmo após a redução da taxa Selic para 14,25% ao ano, o Brasil permanece entre os países com os maiores juros reais do mundo. O corte de apenas 0,25 ponto percentual realizado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou a expectativa de que o ciclo de queda dos juros pode ocorrer de forma mais lenta, mantendo o custo do dinheiro elevado para famílias e empresas.

A manutenção dos juros em patamares elevados está relacionada ao desafio do Banco Central de controlar a inflação sem perder de vista outros fatores que influenciam a economia, como o cenário fiscal, a atividade econômica e o ambiente internacional.

"O juro real brasileiro continua muito elevado porque a taxa nominal ainda está bem acima da inflação esperada. Isso reflete a necessidade de conter expectativas inflacionárias, compensar riscos fiscais e atrair capital em um ambiente global ainda incerto", explica Claudiner Sanches Junior, assessor de investimentos da WFlow.

Para o especialista, a meta de inflação de 3% ao ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é tecnicamente possível, mas depende de avanços estruturais na economia brasileira.

"Para que o país caminhe de forma consistente para essa meta, seria necessário maior equilíbrio fiscal, melhoria da produtividade e menor pressão sobre preços administrados e serviços", afirma.



As próximas decisões sobre a Selic dependerão da evolução desses indicadores e da percepção de risco para a economia brasileira.

"Qualquer aumento das pressões inflacionárias ou da percepção de risco pode adiar novos cortes nos juros", explica Claudiner.

Ainda segundo o assessor de investimentos, uma deterioração das contas públicas, a persistência da inflação no setor de serviços ou choques externos capazes de pressionar o dólar, combustíveis e alimentos estão entre os principais pontos de atenção.

Na prática, a permanência dos juros em níveis elevados continua afetando diretamente consumidores, empresas e investidores. "Juros altos

encarecem o crédito, reduzem o consumo das famílias e tornam mais caro investir e expandir negócios. Em contrapartida, aumentam a atratividade da renda fixa para quem consegue poupar", destaca o assessor.

Diante desse cenário, o especialista recomenda cautela no planejamento financeiro, tanto para quem precisa de crédito quanto para quem pretende investir.

"O momento pede disciplina financeira. Para consumidores, a prioridade é reduzir dívidas caras e fortalecer a reserva de emergência. Empresas devem preservar o caixa e investir com critério. Já os investidores devem manter uma carteira diversificada, aproveitando as oportunidades da renda fixa sem abrir mão da visão de longo prazo", conclui.

Micro e pequenas empresas respondem por 70% de todos os empregos formais do setor de comércio no Brasil

Segundo pesquisa do Sebrae, restaurantes figuram como o principal empregador do país entre as MPes

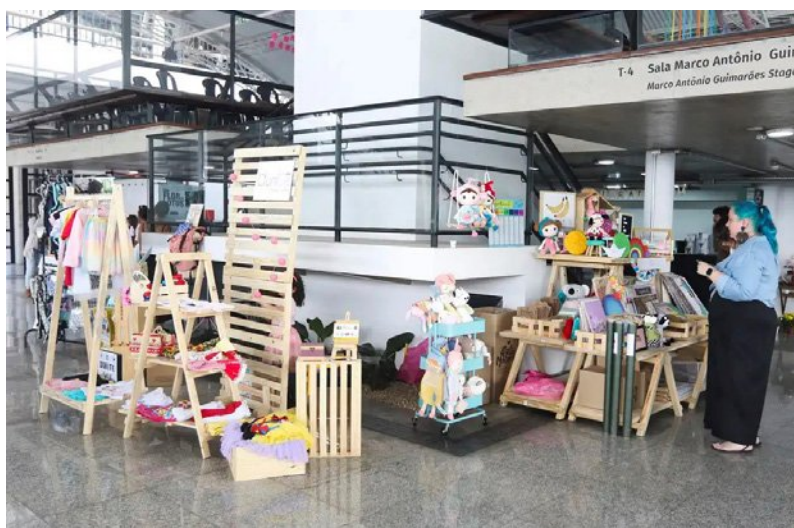
As micro e pequenas empresas (MPes) são as maiores geradoras de empregos no do comércio brasileiro, respondendo por quase 70% de todos os postos de trabalho formais do setor. Somadas às vagas criadas pelas MPes de serviços, esses dois segmentos são responsáveis por mais de 7 em cada 10 empregos existentes em todo o universo de micro e pequenas empresas no país.

De acordo com a pesquisa Panorama do Emprego, realizada pelo Sebrae, a força de trabalho nas MPes apresenta uma forte concentração setorial. Mais de um quinto de todos os vínculos de emprego das micro e pequenas empresas está restrito a apenas dez atividades econômicas.

Segundo a pesquisa, realizada com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2024), de um total de 39,4 milhões de vínculos ativos de emprego naquele ano, as micro e pequenas empresas respondiam por 19,8 milhões, superando as médias e grandes, que eram responsáveis por 19,5 milhões de carteiras assinadas.

A distribuição setorial das vagas nas MPes revela a forte dependência do mercado de trabalho em relação ao consumo doméstico. O setor de serviços lidera o volume total de contratações do segmento com 7,5 milhões de vagas, seguido de perto pelo comércio, com 7 milhões.

No topo da lista de atividades que mais empregam, o ramo de "Res-



taurantes e similares" figura como o principal empregador do país entre as MPes, acumulando mais de 721 mil postos de trabalho. A atividade lidera a geração de empregos em 13 estados e no Distrito Federal. Na sequência, aparecem o "Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios" e o "Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas".

O presidente do Sebrae, Rodrigo Soares, diz que o protagonismo das MPE no estoque total de empregos consolida a importância do setor para a estabilidade socioeconômica do país.

"Os números comprovam o que já vemos no cotidiano das cidades brasileiras: as micro e pequenas empresas são a verdadeira força motriz do nosso desenvolvimento e as grandes

protagonistas da distribuição de renda. Ver os pequenos negócios superarem as grandes corporações em estoque de empregos formais mostra que o crescimento do Brasil é construído de baixo para cima, no comércio do bairro, na lanchonete da esquina e na farmácia local. Apoiar o pequeno empreendedor é o caminho mais rápido e seguro para garantir emprego, dignidade e inclusão social para a nossa população", afirma.

O estudo do Sebrae indica ainda uma reconfiguração nas funções exigidas pelo comércio varejista, onde cargos tradicionais e específicos de vendas perderam espaço nos últimos anos para ocupações de caráter mais polivalente e voltadas ao atendimento geral, como "Atendente de lojas e mercados", que registrou acréscimo de 52 mil postos de trabalho no período analisado.

Mudança no MEI pode criar ao menos 600 mil novos empregos no Brasil

Projeção do Sebrae leva em conta a possibilidade de pelo menos 5% dos microempreendedores individuais contratarem mais um funcionário a partir do Projeto de Lei Complementar em análise na Câmara dos Deputados

O Novo enquadramento dos microempreendedores individuais (MEI) e a atualização do Simples Nacional que estão em discussão na Câmara dos Deputados podem gerar pelo menos 600 mil novos empregos em todo o país. A análise é do presidente do Sebrae, Rodrigo Soares. O Projeto de Lei Complementar (PLP) prevê o aumento do teto da categoria para R\$ 140 mil até 2028 e a contratação de até dois profissionais por esses empreendedores.

“Com o teto de faturamento como está, as pessoas deixam de crescer ou a empresa não escala como deveria. Permitindo que se contrate mais um funcionário, se ao menos 5% dos mais de 13 milhões de MEI optarem por este caminho, teremos mais de 600 mil novos empregos gerados”, apontou o presidente do Sebrae.

Rodrigo Soares também destacou que a discussão do teto do MEI é reflexo do processo de mudanças econômicas que o país está passando a partir da aprovação da Reforma Tributária. Segundo ele, o valor proposto para a atualização dos valores de faturamento máximo do MEI, repõe a inflação de 2018 para cá, que chega a cerca de 70%.

“Ao aumentarmos o teto do MEI, melhoramos a arrecadação e o imposto recolhido. Além disso, com a formalização, permitimos que estes profissionais acessem as compras públicas e todos os benefícios previdenciários. O aumento do teto melhora a economia, porque esses empreendedores representam uma parte signifi-



cativa do nosso país”, destacou.

Soares também apontou o apoio ofertado pelo Sebrae no acesso ao crédito para os empreendedores brasileiros por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, que nos últimos anos, possibilitou garantias para R\$ 14 bilhões em empréstimos para as micro e pequenas empresas. “O acesso ao crédito é o maior desafio que temos hoje. No Sebrae, entramos com a garantia e com o crédito assistido na dosagem certa para que o negócio possa sobreviver e gerar renda e qualidade de vida”, ressaltou.

Por fim, o presidente do Sebrae lembrou ainda que a entidade possui

mais de 300 cursos disponíveis para apoiar os pequenos negócios na sua trajetória empreendedora. Entre eles está a plataforma Negócio em dIA, em parceria com Google, Sebrae, Itaú Unibanco e Tera, para levar capacitação em IA voltada a pequenos e médios empreendedores no Brasil.

“Estamos à disposição pelos nossos canais digitais e em todo o país com as Salas do Empreendedor. Seguimos transformando a vida das pessoas nos territórios e realizando sonhos de quem tem dons e talentos, para que possam empreender. Oferecemos a mão para que possam concretizar seus sonhos”, concluiu.

BC registra maior inadimplência da história: ‘o Brasil forma consumidores, não poupadores’

Taxa média de inadimplência das operações de crédito chegou a 4,7% em maio, o maior patamar desde o início da série histórica, em 2011



O avanço da inadimplência no Brasil voltou a manifestar um sinal de alerta sobre a saúde financeira das famílias. Dados divulgados nesta quarta (1º) pelo Banco Central mostram que a taxa média de inadimplência das operações de crédito chegou a 4,7% em maio, o maior patamar desde o início da série histórica, em 2011. O indicador reforça um cenário de crescente pressão sobre o orçamento dos brasileiros e evidencia desafios que vão além do acesso ao crédito.

Embora o índice não represente diretamente o percentual de brasileiros inadimplentes, ele mede a parcela das operações de crédito com atraso superior a 90 dias dentro do Sistema Financeiro Nacional. Quando analisado em conjunto com outros números recentes, o quadro se torna ainda mais preocupante. O endividamento das famílias já corresponde a quase metade da renda, enquanto levanta-

mento da Serasa aponta que 81,7 milhões de brasileiros estavam inadimplentes em 2026.

Para Carlos Akira Sato, cofundador da Syscapial e especialista em Educação Financeira, os dados revelam um problema estrutural que não será resolvido apenas por mecanismos de renegociação de dívidas. “Programas como o Desenrola cumprem um papel importante ao oferecer fôlego para quem enfrenta dificuldades financeiras, mas renegociar dívidas não é o mesmo que educar financeiramente a população. O Brasil precisa enfrentar a origem do problema e não apenas suas consequências”, afirma.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Na avaliação do especialista, o país ainda falha em oferecer uma formação financeira ampla e contínua desde os

primeiros anos da vida escolar. “Formamos consumidores antes de formar cidadãos financeiramente conscientes. Muitas pessoas aprendem sobre juros, crédito e endividamento da pior forma possível: quando já estão enfrentando problemas financeiros. Isso gera um ciclo que se repete de geração em geração”, explica.

Segundo ele, a prioridade nacional deveria ser a formação de poupadores. “Existe uma sequência que precisa ser respeitada. Antes de transformar alguém em investidor, é necessário ensiná-lo a organizar o orçamento, compreender o impacto dos juros, diferenciar consumo de patrimônio e criar o hábito de poupar. Educação financeira vem primeiro, depois a formação de poupadores e, só então, a construção de uma cultura de investimentos”, destaca.

Akira defende ainda que a responsabilidade pela educação financeira não deve ficar restrita ao poder público. Empresas, bancos, fintechs, plataformas digitais e demais setores da economia também têm papel relevante nesse processo. “Educação financeira não é filantropia, é infraestrutura econômica. Um consumidor financeiramente saudável compra melhor, paga melhor e mantém relações mais sustentáveis com o mercado. A inadimplência recorde registrada hoje é mais do que uma notícia econômica: é um diagnóstico de que o Brasil precisa investir na formação de poupadores para construir um futuro financeiro mais sólido”, conclui.

Por que o agronegócio bate recorde de recuperações judiciais em meio a safra forte e crédito caro



O agronegócio brasileiro chega a 2026 sob uma combinação rara de fatores: alta produtividade no campo, mas crescente deterioração financeira na ponta. O resultado dessa equação aparece no aumento das recuperações judiciais, que atingiram 1.990 pedidos em 2025, segundo dados da Serasa Experian, o maior volume da série histórica iniciada em 2021.

O número representa um salto de 56,4% em relação a 2024 e quase quatro vezes mais do que em 2023, quando foram registradas 534 solicitações. Mesmo sem novos dados consolidados para 2026 até o momento, especialistas afirmam que o cenário segue pressionado e sem sinais claros de reversão estrutural.

Para analistas do setor, o ponto

central não está na produção agrícola, que segue forte, mas na estrutura financeira que sustenta essa produção. “O produtor não está necessariamente produzindo menos, mas está ganhando menos por saca, com um custo muito mais alto para produzir. Quando você junta insumo caro, crédito caro e preço volátil de commodity, o resultado é compressão direta de margem”, avalia Denis Barroso, sócio da Barroso Advogados Associados e especialista em recuperação empresarial.

JUROS ALTOS E CRÉDITO MAIS RESTRITO MUDAM O JOGO NO CAMPO

Um dos principais vetores dessa pressão é o ambiente de juros elevados no Brasil, que tem impacto direto sobre o custo de financiamento do

agronegócio. “Hoje o custo do dinheiro virou um dos maiores problemas do setor. O produtor que refinanciou dívida nos últimos anos fez isso em um ambiente que já era caro, e agora está ainda mais restritivo. Isso cria uma bola de neve de endividamento”, explica Barroso.

Ele acrescenta que o problema se espalha pela cadeia. “Quando o crédito aperta no agro, isso não fica restrito ao campo. Afeta cooperativas, tradings, transportadoras e até o sistema financeiro regional, que depende dessa circulação.” Os sinais dessa deterioração também aparecem na inadimplência rural. A Serasa Experian aponta que 8,3% da população rural estava inadimplente no terceiro trimestre de 2025, alta de 0,9 ponto percentual em relação ao ano anterior.

UM SETOR PRODUTIVO, MAS FINANCEIRAMENTE FRAGILIZADO

A aparente contradição entre safra recorde e crise financeira é, segundo especialistas, um dos pontos mais sensíveis do momento. “O Brasil continua sendo extremamente competitivo em produção agrícola. O problema é que eficiência produtiva não está se convertendo em saúde financeira. O produtor está produzindo bem, mas pagando caro demais para financiar essa produção”, analisa Denis Barroso.

Para ele, o ciclo recente de expansão do crédito no agro deixou uma herança. “Houve um período de expansão forte de crédito, com premissas que hoje não se sustentam mais. Muitos produtores foram alavancados em condições que mudaram completamente com juros altos e retração do crédito bancário.”

Com o aumento dos pedidos de recuperação judicial, o sistema financeiro também passou a operar de forma mais cautelosa. “Os bancos estão muito mais seletivos. Não é só uma questão de negar crédito, mas de encarecer e exigir garantias muito mais robustas. Isso, na prática, reduz a capacidade de investimento e de giro das empresas”, afirma Barroso.

Esse movimento, segundo o advogado, cria um efeito de desaceleração em cadeia. “Quando o crédito trava, o investimento cai. Quando o investimento cai, toda a cadeia do agronegócio sente, desde o fabricante de máquinas até o transporte.”

CRISE NÃO É EXCLUSIVA DO CAMPO

Embora o agronegócio concentre os números mais expressivos de recuperação judicial, o fenômeno não é isolado. Empresas de diferentes setores também têm recorrido ao instrumento, como Oi, Ducoco, Grupo ST e Bombril.

Para especialistas, isso reforça que o ambiente econômico brasileiro como um todo segue desafiador. “O que esta-



mos vendo não é um problema setorial, é um ambiente macroeconômico mais difícil. Juros altos, crédito restrito, incerteza fiscal e pressão global formam um cenário que afeta praticamente todos os setores”, afirma Barroso.

Na avaliação dos especialistas, a recuperação judicial tem sido usada cada vez mais como resposta tardia a problemas estruturais de gestão e financiamento. “A recuperação judicial não pode ser vista como estratégia inicial. Ela é uma ferramenta de reorganização, mas quando chega cedo demais ou sem planejamento, tende a prolongar a crise”, diz Denis Barroso.

Ele reforça a necessidade de antecipação. “O erro mais comum é esperar a crise se tornar insolúvel. Em muitos casos, ainda há alternativas antes da recuperação judicial, como renegociação estruturada, reorganização operacional e atração de investidores.”

Nesse sentido, a análise técnica ganha peso. “Cada empresa precisa entender seu nível real de alavancagem e sua capacidade de geração de caixa. Sem isso, qualquer decisão vira tentativa e erro”, completa Barroso.

ALTERNATIVAS E REESTRUTURAÇÃO GANHAM RELEVÂNCIA

Para o especialista em reestruturação empresarial Benito Pedro, sócio da Avante Assessoria Empresarial,

o momento exige uma mudança de postura por parte das empresas. “O cenário atual exige uma leitura muito mais estratégica da estrutura de capital. Não é mais possível operar apenas no curto prazo, empurrando passivos. Isso não se sustenta com juros elevados e crédito mais restrito”, afirma.

Ele destaca que a recuperação judicial deve ser apenas uma das alternativas dentro de um conjunto maior de estratégias. “Antes de qualquer medida judicial, é fundamental avaliar renegociação com credores, revisão operacional e até entrada de capital novo. A recuperação judicial deve ser uma última etapa dentro de um processo estruturado, não o primeiro movimento”, diz Benito.

O aumento das recuperações judiciais no agronegócio funciona como um termômetro mais amplo da economia brasileira. Mais do que um problema localizado no campo, o movimento revela um ambiente de negócios pressionado por juros elevados, crédito restrito e incertezas econômicas globais.

A tendência, segundo especialistas, é que esse cenário continue exigindo disciplina financeira, planejamento mais rigoroso e gestão ativa de risco. “O ambiente atual não perdoa desalinhamento financeiro. Empresas que não ajustarem sua estrutura de capital vão continuar enfrentando dificuldade de sobrevivência, independentemente do setor”, resume Denis Barroso.

Pix reduziu uso de dinheiro em espécie para 61% dos brasileiros, revela Serasa

28% deixaram de usar boletos bancários com a mesma frequência;

17% diminuíram o uso do cartão de débito físico;

24% optam pela tecnologia para realizar pagamentos em lojas físicas.

Em meio a atualizações e novas regulamentações, o Pix segue consolidado como o principal meio de pagamento no Brasil. Uma pesquisa realizada pela Serasa em parceria com o Instituto Opinion Box revelou os impactos da ferramenta: segundo o levantamento, 61% afirmam ter abandonado ou reduzido o uso do dinheiro em espécie após a popularização do Pix.

Ainda segundo o levantamento, 28% deixaram de usar boletos bancários com a mesma frequência, 17% diminuíram o uso do cartão de débito físico e 13% reduziram a utilização do cartão de crédito físico.

Além disso, o Pix vem provocando mudanças significativas nos hábitos financeiros dos brasileiros e conquistando espaço em diferentes tipos de transação: 57% dos entrevistados já utilizam o Pix para realizar transferências entre familiares e amigos, 36% em compras online e 24% para pagamentos em lojas físicas.

O avanço constante da ferramenta acompanha uma série de inovações que prometem tornar as transações ainda mais simples e rápidas. Entre elas está o Pix por aproximação, que passa a oferecer novas experiências ao consumidor durante a jornada de pagamento, incluindo funcionalidades que ampliam a visualização e o acompanhamento do saldo disponível antes da confirmação da compra.

Segundo Aline Vieira, especialista da Serasa em educação financeira,



a evolução dos meios de pagamento digitais traz benefícios importantes para a gestão financeira e podem contribuir para decisões mais conscientes. "Quanto mais simples e instantâneo se torna o pagamento, maior é a importância de acompanhar o orçamento e refletir sobre cada gasto. Recursos, como dar visibilidade à situação financeira no momento da compra, podem ajudar o consumidor a manter o controle e evitar decisões impulsivas. A tecnologia é uma aliada importante, mas o planejamento continua sendo o principal instrumento para preservar a saúde financeira", conclui.

Atualmente a nova funcionalidade está disponível apenas em celulares com o sistema Android, por meio

de carteiras digitais como Google Pay e Samsung Wallet, por exemplo. Para utilizar o Pix por aproximação, é necessário ativar a funcionalidade no aplicativo do seu banco ou na carteira digital compatível.

METODOLOGIA

Pesquisa realizada pelo Instituto Opinion Box entre 2 e 9 de setembro de 2025, com 1.184 entrevistas online em todo o Brasil. Margem de erro de 2,8 pontos percentuais.

Com o propósito de revolucionar o acesso ao crédito no Brasil, a Serasa oferece um ecossistema completo voltado para a melhoria da saúde financeira da população por meio de produtos e serviços digitais.

Reforma tributária esconde desafios além do cálculo de impostos

Mudança no sistema fiscal vai exigir ajustes em tecnologia, fluxo de caixa, contratos e gestão de pessoas



O debate sobre a reforma tributária ainda gira, em boa parte, em torno de alíquotas e obrigações fiscais. Mas especialistas apontam que a adaptação das empresas brasileiras vai além da conta de impostos e deve afetar tecnologia, fluxo de caixa, integração de sistemas, contratos e gestão de pessoas.

Para profissionais de diferentes áreas, o período de transição entre o modelo atual e o novo sistema tributário exige planejamento que ultrapassa o departamento fiscal e passa por times de tecnologia, finanças e recursos humanos.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS PEDEM MAIS INTEGRAÇÃO

Empresas com atuação internacional, importação de serviços ou operações digitais devem sentir o peso da mudança na integração entre sistemas fiscais, financeiros e operacionais. Durante a transição, regras antigas e novas vão funcionar ao mesmo tempo, o que exige cuidado redobrado no tratamento de notas fiscais, cálculo de tributos e conciliação de dados entre plataformas e países diferentes.

Lisandro Vieira, CEO da WTM,

empresa que atua com operações internacionais e apoio à internacionalização de companhias de tecnologia, afirma que parte das empresas trata a reforma apenas como um tema jurídico. “Empresas com operações internacionais vão precisar de integração maior entre dados fiscais, financeiros e comerciais. O desafio envolve calcular tributos, mas também garantir rastreabilidade, compliance e consistência entre sistemas e jurisdições”, diz.

Segundo o executivo, a transição deve cobrar investimento em automação fiscal, revisão de processos e

adequação de ERPs. “A reforma deve acelerar uma agenda que muitas empresas tratam como secundária: automação fiscal e governança de dados. Na importação de serviços digitais, o risco está em não conseguir comprovar e rastrear corretamente cada etapa da operação”, completa Vieira.

REFORMA PRESSIONA CONTRATOS E MARGENS

A mudança no sistema tributário também deve forçar revisão de contratos e margens. Caroline Aun, head administrativo-financeira da Mirante Tecnologia, avalia que o erro mais comum é tratar a reforma como assunto restrito à área fiscal. “A reforma altera a forma de calcular impostos, mas também pede revisão de contratos, ajuste de preços e reavaliação de margens”, afirma.

Para Caroline, parte das empresas opera com baixa integração entre as áreas financeira, fiscal e tecnológica, o que pode ampliar riscos durante a adaptação. “Quando a liderança acompanha dados de custos e margens de forma integrada, fica mais fácil ajustar contratos e decisões”, diz. “Empresas que deixam a adaptação para a última hora tendem a ter custos mais altos e mais risco operacional”, completa a executiva.

FLUXO DE CAIXA SENTE IMPACTO DO SPLIT PAYMENT

Outro ponto de atenção está no fluxo de caixa, em especial com a chegada do split payment. Israel Malheiros, sócio e COO da Vertrau Tecnologia, explica que o imposto passa a afetar o fluxo financeiro no momento da liquidação. “Isso exige revisão de processos de cobrança, conciliação financeira e integração entre sistemas fiscais e financeiros”, afirma.

Segundo Malheiros, empresas com estruturas fragmentadas podem perder eficiência durante a adaptação ao novo modelo. “O desafio será



ter uma infraestrutura capaz de conectar dados fiscais, financeiros e operacionais de forma automatizada e auditável”, diz.

Gonzalo Parejo, CEO da Kamino, plataforma de gestão financeira para médias empresas, reforça o alerta sobre falta de visibilidade do caixa. “O desafio será manter a previsibilidade financeira em um ambiente onde parte dos recursos deixa de passar integralmente pela empresa, o que pede acompanhamento mais rápido sobre o impacto financeiro das operações”, afirma Parejo.

SISTEMAS ANTIGOS TRAVAM ADAPTAÇÃO

Parte das empresas ainda depende de sistemas com pouca padronização de dados, o que deve dificultar a rastreabilidade exigida pela reforma. Raquel Coser, diretora de ERP da Zucchetti no Brasil, multinacional italiana de sistemas de gestão, afirma que dados descentralizados tendem a complicar a consistência das informações. “Empresas com dados descentralizados ou pouca padronização tendem a enfrentar mais dificuldade para garantir consistência e segurança das informações”, diz.

Para Frederico Matias, CFO da Triven, o convívio entre tributos atu-

ais e futuros, somado ao split payment, será o ponto mais sensível da transição. “Será preciso garantir que os sistemas operem em ambiente de fiscalização em tempo real, sem inconsistências em cadastros ou parametrizações fiscais”, afirma. “Sem automação e governança de dados, as empresas podem enfrentar bloqueios fiscais e perda de créditos tributários”, completa Matias.

GESTÃO DE PESSOAS ENTRA NA CONTA DA REFORMA

Embora a maior parte do debate fique em tecnologia e fiscal, a reforma deve afetar também a gestão de pessoas. A transição amplia a demanda por profissionais preparados para lidar com rotinas novas e integração entre áreas fiscal, financeira, tecnológica e operacional.

Bruno Cortez, CEO da Elofy, plataforma de gestão de desempenho e jornada de trabalhadores, diz que empresas que investirem desde já em tecnologia e capacitação de equipes devem atravessar a mudança com menos dificuldade, considerando que regras antigas e novas vão coexistir nos próximos anos. “Tecnologias de gestão vão dar visibilidade à adaptação dos times e ao alinhamento entre áreas que precisarão trabalhar de forma mais conectada durante a transição”, afirma Cortez.

Dólar, clima e juros: 5 coisas que você precisa saber para proteger seu dinheiro nos próximos meses

Como as tensões globais e o fenômeno El Niño afetam diretamente o seu bolso. Entenda o que você pode fazer a respeito



Quem acompanha apenas o preço da feira, o valor do combustível na bomba ou a prestação do financiamento pode não notar, mas decisões tomadas em Washington e até mesmo a temperatura dos oceanos estão impactando diretamente o poder de compra do brasileiro. A combinação entre juros altos nos Estados Unidos, a alta do dólar, os conflitos no Oriente Médio, que encarecem o petróleo, e os impactos do El Niño na agricultura nacional formou uma tempestade perfeita que deve impedir uma queda rápida da taxa básica de juros (Selic) no Brasil.

Para o investidor e para o consumidor comum, o recado é claro: o custo de vida deve continuar pressionado no curto e médio prazo. A análise é da economista Bruna Centeno, sócia e advisor da Blue3 Investimentos. Segundo ela, entender esse cenário é o primeiro passo para proteger o patrimônio contra a desvalorização e encontrar os investimentos certos.

Para ajudar o brasileiro a traduzir esse tabuleiro econômico e ajustar a rota financeira, a especialista elenca 5 pontos cruciais de atenção para os próximos meses. Confira:

1. O "ÍMÃ" DOS JUROS AMERICANOS E O DÓLAR NAS ALTURAS

Os Estados Unidos estão pagando os maiores juros de sua história recente. Como o mercado americano é considerado o porto seguro do mundo, grandes investidores globais tiram seu dinheiro de países emergentes, como o Brasil, e levam para lá. Com menos dólar circulando por aqui, a moeda americana fica mais cara. Para o brasileiro, isso significa aumento no preço de tudo que depende de importação, desde o pãozinho francês até os eletrônicos e insumos industriais essenciais.

2. TENSÕES GLOBAIS E A CONTA DA GASOLINA

Os conflitos geopolíticos, especialmente no Oriente Médio, trazem instabilidade constante para o preço do barril de petróleo. Como a economia brasileira é fortemente dependente do transporte rodoviário, qualquer alta no diesel ou na gasolina encarece o frete. O resultado? O custo logístico é repassado integralmente para o produto final na prateleira do supermercado.

3. O CLIMA PESANDO NO CARRINHO DA FEIRA

Além das pressões externas, o Brasil sofre com o fenômeno El Niño, que altera drasticamente o volume de chuvas nas regiões produtoras. O excesso de água em algumas áreas e a seca extrema em outras prejudicam a qualidade e a produtividade das safras. Quando há dificuldade na colheita, falta alimento no mercado e o preço dispara, espremendo o orçamento das famílias e puxando a inflação oficial para cima.

4. O CRÉDITO VAI CONTINUAR CARO NO BRASIL

Com o dólar alto, o combustível subindo e os alimentos mais caros, a inflação brasileira sofre forte pressão. Para combater esse aumento de preços, o Banco Central é forçado a manter a nossa taxa básica de juros (a Selic) em patamares elevados por mais tempo. Na prática, isso significa que financiar um imóvel, comprar um carro a prazo ou tentar renegociar dívidas continuará custando muito caro.

5. A RENDA FIXA CONTINUA SENDO A MELHOR OPÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO

Se o cenário encarece o crédito, ele beneficia quem tem dinheiro para investir. No momento, destacam-se as oportunidades na Renda Fixa. Com os juros altos, títulos atrelados à inflação (que garantem ganho real, como o Tesouro IPCA) e produtos ligados ao CDI (como CDBs, LCIs e LCAs) oferecem retornos atrativos com alta segurança. Para quem investe na Bolsa de Valores, a regra de ouro é buscar empresas sólidas, com pouco endividamento e bom histórico de pagamento de dividendos para atravessar o período de maior volatilidade no mercado.

Pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira alcançou R\$ 1.160,5 bilhões – 8,80% do PIB e bate novo recorde no acumulado dos últimos doze meses até junho

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 31 de julho, o resultado consolidado das contas públicas brasileiras. De acordo com a instituição, no acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.317,8 bilhões (9,99% do PIB), elevando-se 0,38 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

A DBGG – Dívida Bruta Geral do Governo, que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – continua subindo e atingiu 81,9% do PIB (R\$10,8 trilhões) em junho de 2026, aumento de 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. É a seguinte a íntegra do documento divulgado:

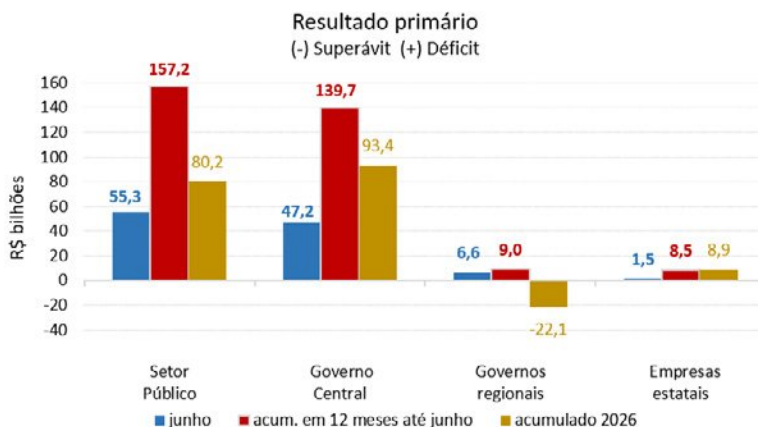
1. RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$55,3 bilhões em junho, ante déficit de R\$47,1 bilhões no mesmo mês de 2025. No Governo Central, nos governos regionais e nas empresas estatais, houve déficits respectivos de R\$47,2 bilhões, R\$6,6 bilhões e R\$1,5 bilhão. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$157,2 bilhões, equivalente a 1,19% do PIB, 0,06 p.p. do PIB superior ao déficit acumulado até maio.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$110,7 bilhões em junho de 2026, ante R\$61,0 bilhões em junho de 2025. Contribuiu para esse crescimento a evolução desfavorável do resultado das operações de swap cambial no período (ganho de R\$20,9 bilhões em junho de 2025 e perda de R\$9,3 bilhões em



Juros nominais - Setor público consolidado
(-) Superávit (+) Déficit





junho de 2026). No acumulado em doze meses até junho, os juros nominais alcançaram R\$1.160,5 bilhões (8,80% do PIB), comparativamente a R\$912,3 bilhões (7,41% do PIB) nos doze meses até junho de 2025.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$166,0 bilhões em junho. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.317,8 bilhões (9,99% do PIB), elevando-se 0,38 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

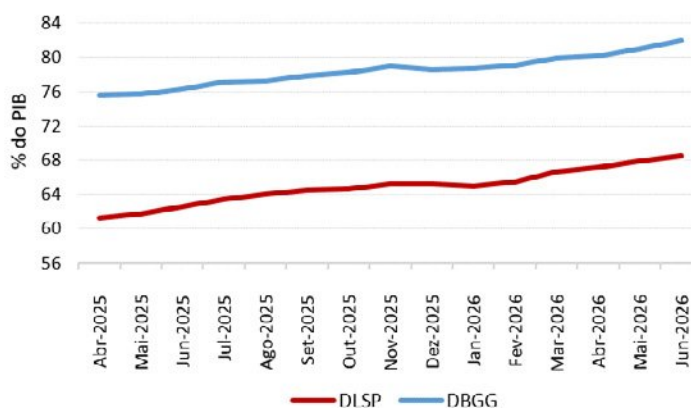
A DLSP atingiu 68,5% do PIB (R\$9,0 trilhões) em junho, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), do déficit primário (0,4 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (0,1 p.p.), da desvalorização cambial

de 2,4% no mês (-0,2 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.). No ano, a DLSP cresceu 3,2 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (4,3 p.p.), do déficit primário acumulado (0,6 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 5,9% (0,6 p.p.), e do crescimento do PIB nominal (-2,2 p.p.).

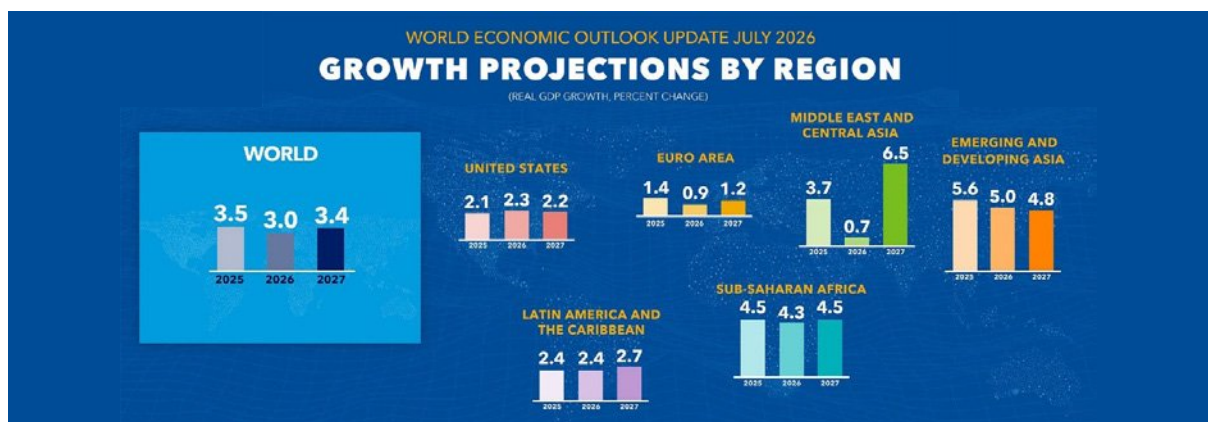
A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 81,9% do PIB

(R\$10,8 trilhões) em junho de 2026, aumento de 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A evolução mensal decorreu, principalmente, dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), das emissões líquidas de dívida (0,6 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.). No ano, o aumento de 3,3 p.p. do PIB resultou da incorporação de juros nominais (4,9 p.p.), das emissões líquidas de dívida (1,3 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-2,7 p.p.) e do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.).

DLSP e DBGG



FMI estima crescimento de 3,0% do PIB global e 2,4% do brasileiro em 2026



O Fundo Monetário Internacional – FMI divulgou no mês de julho a revisão do seu estudo sobre a economia mundial, intitulado World Economic Outlook. De acordo com a instituição, o crescimento econômico global está projetado em 3,0% para 2026 e 3,4% para 2027, praticamente inalterado em relação ao relatório Perspectivas da Economia Mundial de abril de 2026. A perspectiva é desigual: o choque da guerra está afetando os importadores de energia e as economias vulneráveis, enquanto a demanda impulsionada pela inteligência artificial está beneficiando os países integrados à cadeia de valor global da tecnologia.

A desinflação global estagnou. Os riscos estão mais equilibrados do que em abril, mas os riscos de queda decorrentes da retomada de conflitos e da reprecificação dos mercados financeiros persistem. Os formuladores de políticas devem preservar a estabilidade de preços, reconstruir o espaço fiscal e fortalecer a capacidade de adaptação.

A economia brasileira deverá registrar uma expansão de 2,4% neste ano e, portanto, terá desempenho inferior à média nacional e o mesmo deverá, também, ocorrer no ano de 2027.

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2025	2026	2027
World Output	3.5	3.0	3.4
Advanced Economies	1.9	1.7	1.8
United States	2.1	2.3	2.2
Euro Area	1.4	0.9	1.2
Germany	0.2	0.7	1.0
France	0.9	0.6	0.9
Italy	0.5	0.5	0.5
Spain	2.8	2.1	1.8
Japan	1.1	0.6	0.7
United Kingdom	1.4	1.0	1.3
Canada	1.9	1.1	1.7
Other Advanced Economies	3.0	2.8	2.3
Emerging Market and Developing Economies	4.5	3.8	4.5
Emerging and Developing Asia	5.6	5.0	4.8
China	5.0	4.6	4.1
India	7.7	6.4	6.7
Emerging and Developing Europe	2.0	1.9	2.1
Russia	1.0	1.1	1.1
Latin America and the Caribbean	2.4	2.4	2.7
Brazil	2.3	2.4	2.2
Mexico	0.5	1.2	1.9
Middle East and Central Asia	3.7	0.7	6.5
Saudi Arabia	4.6	1.7	5.5
Sub-Saharan Africa	4.5	4.3	4.5
Nigeria	4.0	4.1	4.3
South Africa	1.1	1.1	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.4	3.7	4.4
Low-Income Developing Countries	4.8	4.8	4.9

Source: IMF, World Economic Outlook Update, July 2026

Note: For India, data and projections are presented on a fiscal year (FY) basis, with FY 2025/26 (starting in April 2025) shown in the 2025 column. India's growth projections are 7.0 percent for 2026 and 6.4 percent for 2027 based on calendar year.

Propostas aos candidatos à presidência da República: CNT aponta R\$ 2,03 trilhões necessários para transformar a infraestrutura do país

Documento indica uma agenda estratégica para orientar políticas públicas e fortalecer o ambiente de negócios do setor de transporte

O fortalecimento do transporte e da logística é condição indispensável para aumentar a competitividade da economia, reduzir o custo Brasil e impulsionar o desenvolvimento sustentável do país. Com esse entendimento, a CNT (Confederação Nacional do Transporte) lançou, no dia 29 de julho, a publicação "O Transporte Move o Brasil – Propostas da CNT ao País", documento que reúne uma agenda estratégica para aperfeiçoar o ambiente de negócios do setor e orientar políticas públicas nos próximos anos. A publicação será entregue aos candidatos à Presidência da República durante o Fórum CNT de Debates, em agosto.



Resultado de um amplo trabalho técnico conduzido pela CNT em conjunto com as entidades representativas do setor, a publicação reúne propostas estruturantes para orientar políticas públicas e impulsionar a competitividade do Brasil. Com abordagem abrangente e visão de longo prazo, o documento apresenta soluções para os principais desafios do transporte nacional, contemplando desde infraestrutura e ambiente regulatório até segurança pública, medidas de descarbonização, desenvolvimento humano, relações de trabalho, participação social e o fortalecimento de todos os modos de transporte.

A CNT defende que programas e investimentos em infraestrutura deixem de ser políticas de governo e passem a constituir políticas permanentes de Estado, garantindo continuidade ao planejamento independentemente das mudanças de gestão, com ampliação

dos investimentos públicos e privados, fortalecimento de uma matriz de transporte mais equilibrada, com maior integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, e adoção de políticas que garantam maior previsibilidade regulatória, eficiência logística e sustentabilidade para o setor.

"O transporte é um vetor estratégico para o desenvolvimento de uma nação e deve ocupar posição central na agenda de Estado brasileira. É urgente que o Brasil priorize, de forma contínua e coordenada, o planejamento de longo prazo e a execução de políticas públicas voltadas à modernização, à redução da insegurança jurídica e à integração do sistema de transporte", afirma o presidente do Sistema Transporte, Vander Costa.

A publicação também destaca a importância do setor para a econo-

mia nacional. Atualmente, a CNT representa mais de 198 mil empresas de transporte presentes em 98,1% dos municípios brasileiros, responsáveis pela geração de mais de 2,9 milhões de empregos formais.

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS APRESENTADAS PELA CNT

Entre as principais propostas apresentadas pela CNT está a consolidação dos programas e das políticas de infraestrutura, transporte e logística como políticas de Estado, garantindo continuidade entre diferentes governos.

A entidade também defende a recomposição do orçamento público destinado à construção, manutenção e modernização da infraestrutura em todos os modos de transporte, a aprovação da PEC nº 1/2021 (PEC da Infraestrutura),

o uso integral dos recursos da Cide-combustíveis em obras de transporte e para o pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros, e o fortalecimento do mercado de capitais como fonte de financiamento para concessões e parcerias público-privadas. A publicação ainda propõe ampliar a participação de organismos multilaterais, expandir projetos estruturados por meio de project finance e reforçar o papel do BNDES na estruturação e no financiamento de empreendimentos estratégicos.

No campo institucional, a CNT defende o fortalecimento da participação do setor transportador na formulação de políticas públicas, com presença em conselhos e instâncias de decisão, além do aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, da aprovação de reformas estruturantes e da ampliação da segurança jurídica para garantir maior previsibilidade aos investimentos.

Entre as medidas propostas estão o fortalecimento da uniformização das decisões judiciais, a valorização de mecanismos consensuais de solução de conflitos e a ampliação da representação do Sistema Transporte em colegiados estratégicos, como o Conselho Deliberativo do Sebrae, o Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante e o Conselho Nacional de Imigração.

Na área de segurança pública, o documento propõe endurecer as penalidades para roubos de cargas, violência contra profissionais do transporte e atos de vandalismo, ampliar o policiamento ostensivo em rodovias, ferrovias e hidrovias e apoiar a aprovação da PEC da Segurança Pública.

Já na agenda ambiental, a publicação recomenda promover a transição energética com viabilidade operacional e econômica, por meio da diversificação da matriz nacional, com incentivos a medidas de eficiência energética. Além disso, defende a renovação das frotas as-



Vander Francisco Costa
presidente da CNT

sociada à economia circular; a ampliação da participação dos modos ferroviário e aquaviário na matriz de transporte, a construção de infraestrutura resiliente às mudanças climáticas e a adequação do mercado de carbono às características do setor. O documento destaca que veículos mais modernos reduzem a emissão de poluentes nocivos ao meio ambiente e à saúde humana em 95,4%.

O documento também reforça a importância do desenvolvimento humano, defendendo a preservação do modelo de atuação do SEST SENAT e a ampliação de sua base de arrecadação. A proposta inclui o fortalecimento da qualificação profissional, da saúde e da segurança dos trabalhadores e de ações de inclusão. Em 2025, o SEST SENAT realizou mais de 10 milhões de atendimentos em educação profissional e mais de 11 milhões em saúde.

PLANO CNT DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA 2026 APRESENTA CARTEIRA DE PROJETOS

As diretrizes apresentadas na publicação “O Transporte Move o Bra-

sil” ganham forma no Plano CNT de Transporte e Logística 2026, estudo que identifica as intervenções prioritárias para superar os principais gargalos da infraestrutura nacional e orientar os investimentos necessários para ampliar a eficiência do sistema de transporte brasileiro. Considerado o principal diagnóstico da infraestrutura de transporte brasileira, o Plano CNT chega à sua sétima edição consolidando uma carteira nacional de investimentos estruturados com base em critérios técnicos, sob uma perspectiva multimodal e regionalizada.

A edição de 2026 contempla 2.837 projetos — 2.509 de Integração Nacional e 328 de mobilidade urbana — e estima a necessidade de R\$ 2,03 trilhões em investimentos. O volume evidencia o déficit histórico de investimentos em infraestrutura do país ao longo de décadas.

A carteira foi elaborada a partir da atualização dos projetos da edição anterior, da incorporação de demandas apresentadas pelas entidades filiadas à CNT e da análise de programas estratégicos do governo federal, como o Novo PAC, o Plano Nacional de Logística (PNL 2035) e os planos setoriais para os diferentes modos de transporte. O estudo também incorpora soluções para problemas identificados pela Pesquisa CNT de Rodovias e prioriza intervenções capazes de promover maior integração entre os modos de transporte, reduzir custos logísticos, aumentar a competitividade da economia e tornar a infraestrutura mais resiliente e sustentável.

Além de mapear as necessidades de investimento, o Plano CNT reforça que a superação do déficit histórico de infraestrutura depende da combinação entre planejamento de longo prazo, ambiente regulatório estável e ampliação da participação da iniciativa privada em projetos economicamente viáveis, complementando os investimentos públicos e acelerando a execução das obras consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país.

Banco Bmg celebra 96 anos com campanha para ampliar acesso a investimentos

Ofertas válidas até 28 de agosto incluem CDBs com rentabilidade de até 114% do CDI e taxa promocional inédita de 105% do CDI no Cofrinho Bmg

Para celebrar seus 96 anos de história, o Banco Bmg está lançando uma campanha de investimentos com condições diferenciadas para clientes e não clientes. Entre os dias 20 de julho e 28 de agosto, a instituição oferecerá cinco produtos com rentabilidades promocionais, em uma estratégia para ampliar sua base de investidores e incentivar mais brasileiros a investir.

A campanha reúne diferentes modalidades de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e traz uma novidade: pela primeira vez, o Cofrinho Bmg participa da ação de aniversário com remuneração promocional de 105% do CDI para novos Cofrinhos criados durante o período. Voltado a quem deseja começar a investir, o produto permite aportes a partir de R\$1, oferece liquidez diária e rendimento superior ao da poupança.

Entre as ofertas também estão o CDB Escalonado, cuja rentabilidade cresce conforme o tempo de permanência da aplicação, chegando a taxa promocional de 112% do CDI em dois anos; o CDB DI, com rentabilidade promocional de 114% do CDI; além das modalidades Prefixada, que permite ao investidor conhecer previamente o rendimento da aplicação, e o IPCA+, voltada a quem busca ganhos reais acima da inflação.

"Ao longo de quase um século de história, o Bmg acompanhou a evolução do comportamento financeiro dos brasileiros e segue ampliando seu portfólio para tornar os investimentos cada vez mais acessíveis. Nossa campanha de aniversário reflete essa estratégia ao reunir soluções



para diferentes perfis, desde quem está começando a investir até clientes que buscam ampliar sua carteira de renda fixa", afirma Daniel Bellangero, Superintendente de Investimentos do Banco Bmg.

As ofertas estarão disponíveis pelos canais digitais do banco, aplicativo da conta Bmg ou pela Central de Atendimento, nos números 4002 7007 (celulares) e 0800 770 1790 (fixos), durante o período da campanha.

Com quase um século de conquistas, inovações e compromissos com clientes, parceiros e colaboradores, o Banco Bmg é uma das instituições financeiras mais tradicionais do Brasil. Pioneiro na oferta de consignado e reconhecido por

sua inovação e soluções acessíveis, o Bmg proporciona o acesso ao crédito com juros mais baixos a milhões de brasileiros e oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros que abrange diversos públicos, como crédito consignado, consignado privado, conta digital, investimentos e seguros – sempre com foco na melhor experiência do cliente.

O banco se destaca pela união entre tecnologia e simplicidade, democratizando o acesso a serviços bancários e valorizando o contato humano, seja em agências bancárias, nas franquias da loja help! e nos correspondentes bancários, levando oportunidades a mais de 9 milhões de clientes em todo o Brasil.

ACMinas reúne lideranças para debater as reformas no Brasil

Evento institucional marcou a entrega das propostas do Reforma do Estado Brasileiro

Fábio Ortolan



Na manhã do dia 24 de julho, a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) recebeu o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antonio Anastasia, no Café Empresarial. Com a temática "As reformas inadiáveis que o Brasil precisa", Anastasia fez uma análise detalhada sobre o cenário nacional, destacando a urgência de transformações estruturais no país.

Segundo o ministro, "a recém-aprovada Reforma Tributária exige atenção prática por reduzir a autonomia federativa ao centralizar a arrecadação na União. Já a Reforma Política, considero como a 'mãe de todas'. A grande dificuldade é que sua implementação exige alto desprendimento dos parlamentares para alterar o próprio sistema que os elegeu. Temos questões com a Reforma Previdenciária, que precisa de revisões para conter o déficit público".

Anastasia também comentou sobre a morosidade do Judiciário brasileiro. "No Brasil temos quatro instâncias, que deixam o processo lento e contribuem para a insegurança jurídica. Não existe terror maior para um país do que a insegurança jurídica, porque com ela existente entre nós não temos investimentos", afirmou.

PROJETO REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Durante a ocasião, o ministro recebeu das mãos do presidente da ACMinas, Cledorvino Belini, o livro Reforma do Estado Brasileiro e do Caderno Propositivo, iniciativa da entidade que reúne propostas para modernizar a gestão pública, fortalecimento das instituições e desenvolvimento do país. "Denominado de 'Inconfidência do Bem', o projeto busca retomar o papel histórico de Minas Gerais na condução de mudanças im-

portantes para o país. A proposta é promover uma visão mais moderna e responsável sobre o funcionamento do Estado e o desenvolvimento do Brasil", destacou Belini.

"Nenhuma iniciativa que já vi se assemelha a esse documento que recebo hoje. Acredito que qualquer governo, seja de esquerda ou direita, que tiver noção da importância desse tema vai acolher esse conteúdo de braços abertos", relatou Anastasia.

CAFÉ EMPRESARIAL

O Café Empresarial faz parte da agenda institucional da ACMinas, com o intuito de promover o fortalecimento do diálogo entre o setor público e a iniciativa privada e a conscientização da importância da participação política ativa, oferecendo uma oportunidade para lideranças empresariais e políticas trocarem informações.

Atuação do SINDIFER garante isenção de tarifas dos EUA para o ferro-gusa brasileiro



O ferro-gusa produzido no Brasil foi incluído definitivamente na lista de produtos isentos das sobretaxas previstas na Seção 301 da legislação comercial dos Estados Unidos. A decisão, divulgada em 23 de julho pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), representa uma importante conquista para a indústria brasileira e abre caminho para a retomada das exportações ao mercado norte-americano.

O resultado foi alcançado após uma mobilização liderada pelo Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (SINDIFER), em conjunto com seus produtores associados. Diante do risco de aplicação das tarifas, a entidade contratou um escritório especializado em direito internacional e coordenou uma estratégia de defesa dos interesses do setor.

“O trabalho envolveu a elaboração de manifestações técnicas, o cumprimento de um cronograma rigoroso de apresentação de documentos e a participação em audiências públicas presenciais em Washington, D.C. A atuação buscou reverter o posicionamento inicial das autoridades

norte-americanas e demonstrar os impactos econômicos que a taxação provocaria tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos”, explica o presidente do SINDIFER, Fausto Varela.

Inicialmente, o ferro-gusa brasileiro corria o risco de receber uma sobretaxa de até 25%. Uma segunda investigação, relacionada a possíveis práticas de trabalho forçado nas cadeias produtivas, poderia acrescentar outros 12,5%. Com a inclusão na lista de exceções, o produto ficou integralmente isento das duas cobranças, que poderiam totalizar 37,5%.

“Realmente foi um alívio para todos nós. Caso o ferro-gusa não fosse incluído nas listas de exceções, as consequências seriam desastrosas, pois perderíamos competitividade no maior mercado comprador e muitas indústrias não teriam outra opção a não ser a paralisação de suas atividades. Também seriam impactadas as economias dos municípios onde estão instaladas e do Estado, uma vez que o setor tem grande importância na geração de empregos e na entrada de divisas. No ano passado, trouxe para Minas cerca de US\$ 1,2 bilhão, além de gerar quase 50

mil empregos indiretos e 10,5 mil empregos diretos”, destaca Varela.

Um dos principais argumentos apresentados pelo SINDIFER foi a dependência da indústria siderúrgica norte-americana em relação ao produto importado. As aciarias e fundições dos Estados Unidos produzem internamente apenas 7% do ferro-gusa utilizado em suas operações. O Brasil, por sua vez, responde por aproximadamente 60% das importações norte-americanas do insumo.

A eventual aplicação das tarifas poderia elevar os custos de produção, reduzir a competitividade das empresas e pressionar os preços de diferentes produtos industriais nos Estados Unidos. Compradores norte-americanos também apoiaram o pleito brasileiro e alertaram o USTR sobre os riscos de desabastecimento e inflação, já que outros fornecedores não teriam condições de substituir o volume exportado pelo país. A Ucrânia não dispõe atualmente de capacidade produtiva suficiente, enquanto a Rússia permanece submetida a sanções internacionais.

Durante o processo, o SINDIFER também demonstrou a rastreabilidade da produção nacional e que a cadeia brasileira não utiliza matérias-primas ou insumos importados de países associados a práticas de trabalho forçado.

Com a isenção assegurada, os produtores trabalham agora para restabelecer contratos, acelerar as negociações comerciais e recuperar o fluxo de embarques aos Estados Unidos. Para o setor, a decisão reconhece a relevância estratégica do ferro-gusa brasileiro e reforça a importância da atuação institucional na defesa da competitividade da indústria nacional.

“A gente só vai mudar esse país se fizer o dever de casa”, diz CEO do iFood na Expert XP

Painel reuniu líderes da Smart Fit, iFood e Aramis para discutir gestão, inovação e liderança

“A gente só vai mudar esse país se a gente fizer o dever de casa. Não é sobre direita ou esquerda, é sobre fazer um processo consciente de escolha. Saíam das redes sociais para tomar essa decisão.” A declaração do CEO do iFood, Diego Barreto, marcou o painel “Líderes que construíram negócios escaláveis”, realizado dia 25 de julho, na Expert XP 2026. O debate, mediado pelo presidente da ANCORD e diretor institucional da XP, Rafael Furlanetti, reuniu ainda Edgard Corona, chairman executivo do Grupo Smart Fit, e Richard Stad, CEO da Aramis Inc.

Embora tenha encerrado o encontro falando sobre o papel da sociedade na escolha de seus representantes, a discussão foi marcada por reflexões sobre disciplina na gestão, inovação permanente e capacidade de adaptação como fatores essenciais para a construção de empresas escaláveis e duradouras.

Ao longo da conversa, os executivos defenderam que empresas bem-sucedidas precisam concentrar esforços naquilo que está sob seu controle, como gestão, execução e cultura organizacional, independentemente das oscilações do ambiente econômico.

“No Brasil, você precisa trabalhar com fôlego, porque as jornadas são longas”, afirmou Edgard Corona.

Outro ponto destacado pelos participantes foi a importância de cultivar uma cultura de inovação permanente, em que o crescimento não leva à acomodação e o questionamento



Diego Barreto (iFood), Rafael Furlanetti (ANCORD/XP), Edgard Corona (Smart Fit) e Richard Stad (Aramis)

faz parte do processo de evolução das empresas.

“Uma empresa que não é questionada no dia a dia não evolui e entra num modo automático que eu não gosto. Quero que a companhia seja questionada o tempo inteiro, mas da forma correta, para criar potência”,

disse Richard Stad.

O painel integrou a programação da Expert XP 2026, um dos principais encontros do mercado financeiro brasileiro, reunindo empresários, investidores e especialistas para discutir tendências econômicas, inovação e liderança.

Portaria atualiza regras para funcionamento do comércio em feriados

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, no dia 21 de julho, no Oficial da União, a Portaria nº 1.316/2026, que altera a relação das atividades do comércio autorizadas a funcionar em feriados de forma permanente, independentemente de previsão em Convenção Coletiva de Trabalho. A medida redefine quais segmentos poderão manter suas atividades nesses dias sem necessidade de negociação coletiva e reforça que o comércio em geral continua sujeito à autorização prévia prevista em convenção entre empregadores e trabalhadores.

Com a nova regulamentação, passam a contar com autorização permanente para o trabalho em feriados apenas 15 atividades consideradas essenciais ou de atendimento contínuo à população. Entre elas estão a venda de pão e biscoitos; farmácias, inclusive de manipulação; floriculturas; barbearias e salões de beleza; postos de combustíveis; comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); locadoras de bicicletas e similares; hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos de alimentação; casas de diversões e estabelecimentos esportivos com cobrança de ingresso; feiras livres; porteiros e cabineiros de edificações residenciais; agências de turismo e locadoras de veículos e embarcações; comércio em feiras e exposições; lavanderias, inclusive hospitalares; e estabelecimentos de serviços funerários.

Para todas as demais atividades comerciais que não integram essa relação, o funcionamento em feriados dependerá de autorização expressa em Convenção Coletiva de Trabalho. Na prática, isso inclui o comércio varejista em geral, que deverá observar a negociação entre sindicatos patronais e de trabalhadores para definir as condições de abertura nesses dias.

A publicação da Portaria nº 1.316/2026 representa uma atualização das normas que disciplinam o trabalho em feriados no setor do comércio e reforça o papel da negociação coletiva para as



atividades não contempladas pela autorização permanente.

O Ministério do Trabalho e Emprego esclareceu ainda que não houve qualquer alteração nas regras para o trabalho aos domingos. A legislação permanece a mesma, conforme estabelece a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que autoriza o funcionamento do comércio nesse dia sem a necessidade de Convenção Coletiva específica, observadas as demais normas trabalhistas aplicáveis.

Para o presidente da Fecomércio MG, Nadim Donato, a nova portaria reafirma a importância da negociação coletiva como instrumento de equilíbrio nas relações de trabalho. "A decisão do Ministério do Trabalho e Emprego fortalece o papel dos sindicatos patronais e laborais na construção de soluções que atendam às particularidades de cada atividade econômica e de cada região. A convenção coletiva é o espaço adequado para estabelecer regras que conciliem a necessidade de funcionamento das empresas com a proteção dos direitos dos trabalhadores, respeitando as diferentes realidades do comércio brasileiro", afirma.

Segundo Donato, a medida também

reforça a relevância da atuação das entidades representativas na busca por segurança jurídica para empresários e empregados. "Os sindicatos conhecem a realidade dos setores que representam e têm legitimidade para negociar condições que garantam previsibilidade, equilíbrio e desenvolvimento das atividades econômicas. Esse diálogo fortalece as relações de trabalho e contribui para um ambiente de negócios mais seguro para todos os envolvidos", completa.

A nova portaria já está em vigor e deverá orientar empregadores e trabalhadores quanto às regras para o funcionamento das atividades comerciais em feriados em todo o país.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como porta-voz das demandas do empresariado, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade. Outra importante atribuição da Fecomércio MG é a administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas Gerais. A atuação integrada das três casas fortalece a promoção de serviços que beneficiam comerciantes, empresários e a comunidade em geral, a partir de suas diversas unidades distribuídas pelo estado.

Desde 2022, a Federação tem se destacado na agenda pública, promovendo discussões sobre a Federação busca melhores condições tributárias para as empresas e celebra convenções coletivas de trabalho, além de oferecer benefícios que visam o fortalecimento do comércio. Com 87 anos de atuação, a Fecomércio MG é fundamental para transformar a vida dos cidadãos e impulsionar a economia mineira.

Inteligência artificial transforma o marketing imobiliário e muda a forma de vender imóveis no Brasil

Com personalização, análise de dados e automação, IA acelera vendas, melhora a experiência do cliente e inaugura uma nova fase para incorporadoras e imobiliária

A inteligência artificial deixou de ser uma promessa para se tornar uma das principais ferramentas de transformação do mercado imobiliário. Se há poucos anos o marketing do setor era baseado em anúncios padronizados e campanhas de massa, hoje a tecnologia permite compreender o comportamento do consumidor em tempo real, personalizar a comunicação e aumentar significativamente a eficiência comercial.

O movimento acompanha uma tendência global. Segundo levantamento da RD Station, o marketing imobiliário enfrenta uma jornada de compra cada vez mais complexa, tornando indispensável o uso de dados e automação para melhorar a conversão de vendas.

Na prática, a inteligência artificial está revolucionando todas as etapas do funil de vendas. Ferramentas inteligentes conseguem identificar quais leads possuem maior potencial de compra, automatizar o atendimento 24 horas por dia, criar campanhas altamente segmentadas, prever comportamentos de consumo e até sugerir o melhor momento para uma abordagem comercial.

Os números mostram que a mudança já está em curso. Mais de mil imobiliárias brasileiras que adotaram soluções de inteligência artificial já movimentaram cerca de R\$ 12 bilhões em Valor Geral de Vendas (VGV), resultado de mais de 34 mil vendas e 140 mil contratos de locação assistidos pela tecnologia. Somente essas operações geraram aproximadamente R\$ 926 milhões em comissões para o setor.

Além da velocidade, a principal vantagem está na qualidade das decisões. Em vez de investir grandes orçamentos tentando atingir um público amplo, em-



presas passam a direcionar campanhas para pessoas com maior intenção de compra, reduzindo desperdícios e aumentando o retorno sobre investimento.

Para a Sanchez Brasil, esse cenário representa uma mudança definitiva na forma como o marketing imobiliário deve ser planejado.

"Hoje não basta produzir campanhas bonitas. O diferencial está em transformar dados em estratégia. A inteligência artificial nos permite entender o comportamento do consumidor com muito mais profundidade, criar comunicações personalizadas e otimizar investimentos sem perder aquilo que continua sendo essencial: criatividade, posicionamento e conhecimento do mercado imobiliário", afirma Rafael Sanches, CEO da Sanchez Brasil.

Outro impacto importante acontece na produção de conteúdo. Com auxílio da IA, é possível testar rapidamente diferentes mensagens, segmentar campanhas para perfis específicos, gerar anúncios personalizados e acompanhar resultados em tempo real. O trabalho operacional diminui, enquanto o papel estratégico das equipes cresce.

Isso, porém, não significa que a tecnologia substitui profissionais. Pelo

contrário. A inteligência artificial amplia a capacidade analítica, mas continua dependendo de planejamento, visão de negócio e sensibilidade humana para construir marcas fortes e gerar conexão com os consumidores.

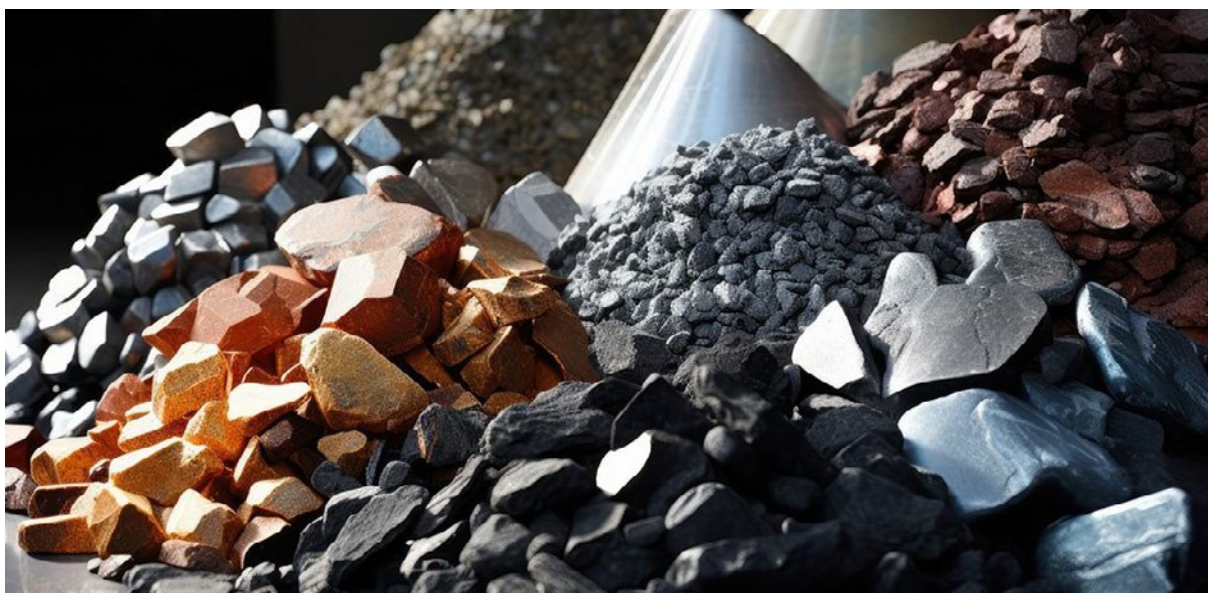
O próprio mercado de marketing caminha nessa direção. Pesquisas mostram que praticamente todos os líderes de marketing no Brasil pretendem ampliar os investimentos em inteligência artificial, impulsionados pelos ganhos de produtividade, personalização e eficiência operacional.

No mercado imobiliário, onde a decisão de compra envolve um dos maiores investimentos da vida de uma pessoa, compreender necessidades, antecipar comportamentos e oferecer experiências mais relevantes deixou de ser apenas um diferencial competitivo. Tornou-se uma necessidade para empresas que desejam continuar crescendo em um setor cada vez mais orientado por dados.

Para a Sanchez Brasil, a inteligência artificial representa justamente isso, uma ferramenta poderosa para potencializar resultados, sem abrir mão da estratégia, da criatividade e da conexão humana que continuam sendo fundamentais para transformar interesse em confiança, e confiança em vendas.

Atlas anuncia resultado de grafite de alta pureza em MG

Mineradora listada na Nasdaq divulga campanha de sondagem em projeto no Vale do Jequitinhonha com intervalos largos e elevado teor de carbono grafítico



A Atlas Critical Minerals, mineradora de minerais críticos com ações negociadas na Nasdaq sob o ticker ATCX, anuncia nesta terça-feira ao mercado de capitais um resultado considerado forte em seu projeto de grafite em Minas Gerais, um dos maiores projetos de grafite em desenvolvimento no país. Na campanha inaugural de sondagem diamantada, todas as 20 perfurações realizadas até agora interceptaram grafite, com um dos intervalos somando 33,78 metros e teor de 7,97% de carbono grafítico, em área próxima à superfície. O novo dado se soma a amostras de superfície com até 19,4% de carbono grafítico e a testes de purificação que já levaram o concentrado a pureza 5N, grau nuclear, colocando o depósito entre os mais altos teores já reportados para grafite natural em flocos e na faixa de máxima qualidade global para o minério.

O ativo integra um corredor mineralizado de cerca de 11 quilômetros no Vale do Jequitinhonha, região que vem se consolidando como uma das apostas do Brasil para minerais estratégicos relacionados a baterias e armazenamento de energia. A Atlas já havia divulgado anteriormente resultados de testes em laboratório independente nos Estados Unidos indicando que o grafite do projeto atinge padrões de pureza compatíveis com aplicações de maior valor agregado, como materiais para baterias avançadas.

No comunicado divulgado hoje, o fundador, chairman e CEO da Atlas Critical Minerals, o brasileiro, Marc Fogassa, diz que os resultados de sondagem em Minas Gerais confirmam o potencial do projeto. “São resultados iniciais extraordinários, que validam o trabalho de exploração que fizemos até aqui”, afirma o executivo. “Todos os primeiros 20 fu-

ros interceptaram grafite, incluindo um intervalo de quase 34 metros com teor próximo de 8% de carbono grafítico, boa parte disso perto da superfície, o que é favorável para um desenvolvimento em lavra a céu aberto”, completa Fogassa.

O projeto de grafite da Atlas em Minas Gerais se soma a outros esforços no país para ganhar espaço na cadeia global de minerais críticos, em um cenário em que bancos multilaterais e governos estrangeiros financiam estudos para mapear novas reservas e elevar a produção de grafite. Ao anunciar o resultado da campanha de sondagem em comunicado ao mercado de capitais, a empresa busca reforçar para investidores que o Brasil tem condições de disputar uma fatia maior de um mercado de grafite que pode chegar a 36,4 bilhões de dólares até 2030, impulsionado por veículos elétricos e sistemas de energia.

Reforma tributária: notas fiscais sem IBS e CBS serão rejeitadas pela Receita a partir de 3 de agosto

Empresas precisam se adaptar o quanto antes para evitar paralisia operacional e já devem ficar de olho nas mudanças para 2027

Regra vale para as companhias do Lucro Presumido e Lucro Real, que deverão preencher os campos com a alíquota teste de 1%

O período de adaptação para a reforma tributária ganha um novo capítulo em 3 de agosto. A partir desta data, notas fiscais sem o preenchimento dos campos relacionados aos novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) passarão a ser rejeitadas pelo sistema do Fisco. Portanto, as companhias que ainda não se adequaram ao novo modelo precisam fazê-lo o quanto antes para o bloqueio de suas operações comerciais.

“Neste momento, a indicação do IBS e da CBS nas notas fiscais possui caráter estritamente informativo, servindo como ambiente de testes para os contribuintes e para as administrações tributárias. Contudo, a ausência desses dados gerará erro de validação a partir de 3 de agosto, impedindo a emissão do documento e, consequentemente, travando o faturamento e a circulação de mercadorias”, explica Lilian Romano, especialista tributária do Grupo IRKO.

A regra vale para as companhias optantes pelos regimes Lucro Presumido e Lucro Real. Nesta etapa, os contribuintes deverão preencher os campos com a alíquota teste de 1% – sendo 0,9% de IBS e 0,1% de CBS. Para isso, é necessário atualizar e parametrizar ERPs (softwares de gestão empresarial), além do treinamento das equipes de compliance fiscal.

Os detalhes sobre a nova etapa foram publicados em nota técnica divulgada em maio, que adaptou os documentos fiscais eletrônicos à nova legislação. A Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS já postergaram duas vezes o início



dos bloqueios da emissão de notas fiscais – inicialmente previsto para janeiro e, posteriormente, para abril.

“Os contribuintes não devem contar com novos adiamentos. A alteração de sistemas e matrizes tributárias é complexa, exige validação rigorosa e suporte profissional especializado para garantir que as obrigações acessórias reflitam exatamente a norma legal, mitigando riscos de passivos fiscais”, alerta Romano.

MUDANÇAS EM 2027

O planejamento de médio prazo das empresas também deve levar em consideração as mudanças que entrarão em vigor em 2027. A principal delas, segundo a especialista, é o split payment, mecanismo que separa automaticamente o valor do IBS e da CBS no momento do pagamento. Atualmente, a empresa recebe a quantia e recolhe os impostos mensalmente, por meio de uma guia

unificada. Com o novo modelo, o tributo irá direto para os cofres públicos a cada pagamento via PIX, cartão ou boleto.

“Será uma mudança sistêmica orgânica e complexa, integrando indústria, varejo, instituições financeiras e entes arrecadadores. Embora o arcabouço normativo esteja desenhado, o Fisco e o comitê gestor ainda precisam regulamentar os detalhes operacionais finos do mecanismo”, avalia Romano.

Enquanto aguardam pelas definições finais, os gestores devem projetar o impacto da alteração em seus orçamentos, visto que a novidade pode ter reflexos no caixa da companhia. Hoje, os tributos são recolhidos em até 50 dias após o pagamento pelo cliente – enquanto isso, a quantia fica em caixa. Com a retenção na fonte pelo split payment, o negócio receberá apenas o valor líquido da venda.

“A fase de testes exige acompanhamento dos anúncios feitos pelo Fisco, idealmente com o apoio de assessoria jurídica e contábil. Medidas de transição adotadas hoje impactam diretamente a saúde financeira e a estratégia de longo prazo da organização”, afirma Lilian Romano, do Grupo IRKO.

Outra mudança próxima é para as micro, pequenas e médias empresas optantes pelo Simples Nacional, que têm até setembro para definir como recolherão os novos tributos a partir de 2027. Elas deverão escolher entre continuar no regime unificado ou aderir ao modelo regular – com apuração separada de IBS e CBS, sem cumulatividade.

Boletos x Reforma Tributária: empresas podem pagar imposto sobre dinheiro que nunca receberam

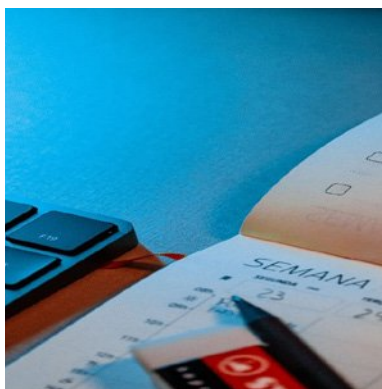
Uma simples linha de desconto em uma fatura pode significar a diferença entre pagar imposto sobre o valor real ou sobre um valor que o cliente nem chegou a pagar

A Reforma Tributária chegou com a promessa de simplificar. Mas, na prática do dia a dia das empresas, ela trouxe também um novo nível de atenção que muitos gestores ainda não perceberam: cada detalhe operacional, inclusive a forma como um desconto é concedido em uma fatura ou boleto, tem impacto direto sobre quanto de imposto a empresa vai pagar e, consequentemente, sobre o seu caixa.

Para Ulisses Brondi, CEO da ASIS Tax Tech, especializada em soluções para gestão tributária, não dá mais para gerenciar o tributário de forma reativa e sem controle. "A Reforma Tributária mudou a lógica do imposto sobre consumo no Brasil e, agora, um detalhe que antes passava despercebido, como a forma em que um desconto é registrado no boleto, pode ter impacto direto nas finanças de uma empresa".

A afirmação não é exagero. Com a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), regulamentados pelo Decreto nº 12.955/2026 e pela Resolução CGIBS nº 6/2026, uma distinção aparentemente técnica entre desconto incondicional e desconto condicional passou a ter um grande peso financeiro.

Na prática, descontos incondicionais não integram a base de cálculo do IBS e da CBS. "Se o desconto for concedido diretamente na nota fiscal ou no documento de cobrança, sem depender de nenhuma condição futura, ele reduz o valor sobre o qual o imposto incide. Porém, se o desconto for condicional, ou seja, se ele depender de um evento futuro, como o pagamento do boleto até o vencimento, a lógica muda completamente. O imposto é calculado



sobre o valor cheio da operação, mesmo que o cliente efetivamente pague menos", explica o executivo.

Imagine uma loja de materiais de construção que vende R\$ 10.000 em mercadorias para um cliente. Ela quer conceder um desconto de 5% para incentivar o pagamento rápido. Assim, a loja concede os 5% de desconto diretamente na nota fiscal, sem condição alguma. O valor da operação registrado já é de R\$ 9.500. O IBS e a CBS incidem sobre R\$ 9.500, e paga-se imposto sobre o que o cliente realmente pagou.

Mas, se a loja emite a nota fiscal por R\$ 10.000 e insere no boleto a cláusula: "5% de desconto se pago até o vencimento", o cliente paga R\$ 9.500, mas o IBS e a CBS incidem sobre R\$ 10.000. Ou seja, a empresa recolhe imposto sobre um valor que não recebeu integralmente. A diferença parece pequena. Mas, multiplicada por centenas de operações mensais, com alíquotas de IBS e CBS que, somadas, podem superar 25% quando a reforma estiver plenamente implementada

em 2033, o impacto no caixa pode ser significativo.

"Esse é exatamente o tipo de detalhe que precisa ser revisado agora. Com o split payment, que vai separar o valor do imposto no momento do pagamento, diretamente para o governo, quem errar na base de cálculo vai sentir o impacto no caixa de forma imediata, sem tempo para corrigir depois", alerta Ulisses.

O SPLIT PAYMENT MUDA TUDO

A questão dos descontos não existe sozinha. Com a Reforma Tributária, foi criado o Split Payment: um mecanismo pelo qual, no momento em que o cliente paga (via Pix, boleto ou transferência), o sistema bancário separa automaticamente a parcela de IBS e CBS e a envia diretamente ao governo.

Em uma compra de R\$ 100, por exemplo, se R\$ 20 forem tributos, o sistema divide o valor no momento do pagamento: o cliente continua pagando R\$ 100, mas R\$ 80 vão para a empresa e R\$ 20 são enviados diretamente ao governo.

"O impacto disso no fluxo de caixa é profundo. Hoje, muitas empresas usam o intervalo entre a venda e o vencimento do imposto para movimentar capital de giro. Com o split payment, esse intervalo desaparece", diz o executivo.

Para o CEO da ASIS, 2026 é um ano de testar, corrigir e se posicionar. "Quem revisar suas políticas comerciais e a forma como documenta os descontos ainda em 2026 vai chegar em 2027 muito mais preparado e com menos risco de autuação", conclui Ulisses.

Com mercado publicitário rumo aos US\$ 1,4 trilhão, inteligência artificial e experiências de rua redesenham a comunicação no Brasil

Novo estudo da PwC aponta um avanço anual de 5% da receita publicitária global, que vem redefinindo a indústria de 'Entretenimento e Mídia' (E&M).

O mercado publicitário mundial está passando pela transformação mais profunda da década. As mudanças no hábito dos consumidores, impulsionadas pela inteligência artificial, novos formatos de streaming e a valorização das experiências presenciais têm redefinido os investimentos publicitários que, segundo dados inéditos do estudo "Global Entertainment & Media Outlook", da PwC, devem atingir a marca de US\$ 1,4 trilhão até 2030.

Com o avanço médio de 5,6% ao ano, as receitas de publicidade superam o ritmo de gastos diretos dos consumidores, consolidando-se como o motor financeiro do setor de 'entretenimento e mídia'. Até 2030, os consumidores desejaram opções, preços baixos, acesso digital e experiências imersivas fora do digital, provocada pela saturação das telas.

No Brasil, essa conexão entre dados e espaço urbano redesenha o planejamento de marcas e governos. Segundo Lília Lopes, Diretora de Publicidade na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), o momento impõe uma maturidade inédita aos gestores, que precisam aprender a disputar a atenção do público no momento exato onde o 'presencial' e o monitoramento digital se cruzam.

"Cidades e marcas institucionais precisam funcionar como geradoras de conteúdo nativo e relevante, abandonando de vez as velhas fórmulas de interrupção comercial. Isso significa



compreender que a comunicação deixou de ser um bloco separado da experiência urbana e passou a integrar o próprio funcionamento da cidade, em que dados, mobilidade, serviços e espaços públicos também são pontos de comunicação com o cidadão. Nesse cenário, a atenção não é mais capturada por impacto ou apelo, mas construída pela utilidade, contexto e presença contínua ao longo da jornada cotidiana dos brasileiros, na comunicação física ou digital", pontua Lília.

A jornada das IAs no mercado publicitário é outra engrenagem de sucesso a ser executada pelos gestores. Ainda segundo a PwC, a 'hiperpersonalização' de peças publicitárias impulsionadas por IA são fundamentais para o crescimento da indústria de entretenimento e mídia (E&M).

No entanto, Lília explica que a ferramenta deve alcançar outras vertentes, como o uso estratégico na leitura de dados urbanos, otimização da comunicação pública e criação de experiências

integradas entre o ambiente físico e o digital, aproximando serviços e cidadãos em tempo real. "As IAs podem sofisticar a publicidade, mas o verdadeiro desafio é unir eficiência de entrega e relevância social da comunicação. Com a tecnologia aproximando o cidadão da cidade, abre-se também espaço para uma revalorização do encontro presencial e das experiências coletivas no espaço urbano", afirma.

Somando quase 30 anos de experiência no mercado de Comunicação Digital, Marketing, Publicidade e Política, a especialista sênior cita que, sob essa ótica, o retorno em massa do interesse por festivais de rua, shows e ativações coletivas vem se consolidando desde o período pós-pandemia e, neste momento, ganha um novo impulso.

"O movimento aponta para uma reorganização do ecossistema de comunicação, em que o digital deixa de ser o único centro de atenção e volta a coexistir de forma mais equilibrada com a experiência física", conclui Lília.

Polo Automotivo Stellantis de Betim completa 50 anos e consolida protagonismo como um dos maiores complexos automotivos da América do Sul

Mais de 18 milhões de veículos já foram produzidos e mais de 4 milhões exportados para aproximadamente 40 países ao longo de cinco décadas

Unidade reúne 19 mil colaboradores, mais de 400 fornecedores diretos e uma das maiores estruturas de engenharia automotiva da América do Sul

Hub Global Bio-Hybrid e maior centro de produção de Powertrain da América Latina reforçam protagonismo tecnológico

Investimentos em inovação, eletrificação e digitalização consolidam Betim como ativo estratégico global da Stellantis



O Polo Automotivo Stellantis de Betim completou 50 anos de operação no dia 9 de julho, consolidando-se como um dos maiores e mais completos centros automotivos da América do Sul.

Ao longo de cinco décadas, a unidade produziu mais de 18 milhões de veículos, exportou mais de 4 milhões de unidades para cerca de 40 países e se transformou em um polo de inovação

capaz de desenvolver, testar e fabricar tecnologias voltadas aos mercados brasileiro e latino-americano.

Desde sua inauguração, em 1976,

na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Polo Automotivo evoluiu de uma fábrica dedicada à produção de veículos para um dos ativos industriais mais estratégicos da Stellantis no mundo. Hoje, reúne em um mesmo complexo manufatura, engenharia, desenvolvimento de produtos, Powertrain, segurança veicular e inovação tecnológica, desempenhando um papel fundamental na estratégia global da companhia.

Ao longo dessa trajetória, milhões de brasileiros tiveram seu primeiro automóvel produzido em Betim, reforçando o papel histórico da unidade na democratização da mobilidade no país e no fortalecimento da indústria automotiva nacional.

A evolução do Polo também impulsionou a formação de uma ampla cadeia produtiva que movimenta a economia de Minas Gerais e do Brasil. Atualmente, a unidade emprega diretamente cerca de 19 mil pessoas, mais da metade da força de trabalho da Stellantis na América do Sul, e reúne em seu entorno mais de 400 fornecedores, consolidando um dos mais robustos ecossistemas industriais da região. Recentemente, esse ciclo de crescimento ganhou novo impulso com a abertura de mais de 1.200 vagas de emprego, diretamente relacionadas à produção de um novo modelo da Fiat.

ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO

O Polo Automotivo de Betim reúne uma das maiores estruturas de engenharia automotiva da América do Sul. A Stellantis possui autonomia tecnológica na região para realizar todas as etapas do desenvolvimento de novos veículos, desde a concepção até os testes e a validação final.

Essa capacidade é sustentada por mais de 3 mil engenheiros, designers e técnicos que atuam no Tech Center Stellantis, espaço estratégico que in-



tegra o Safety Center, o Development Center e o Virtual Center. O complexo conta ainda com 60 laboratórios de última geração e o TechMobility, centro dedicado ao desenvolvimento de tecnologias de eletrificação de baixa, média e alta voltagem.

Essa estrutura permite responder com agilidade às demandas do mercado brasileiro e sul-americano, desenvolver soluções adaptadas às necessidades dos consumidores da região e fortalecer continuamente a competitividade da companhia.

Em 2024, essa capacidade resultou no lançamento dos primeiros modelos híbridos desenvolvidos no Brasil. O avanço tecnológico consolidou Betim como sede do Hub Global Bio-Hybrid da Stellantis, responsável pelo desenvolvimento dessa tecnologia para diferentes mercados.

O Polo também abriga atualmente o maior entro de produção de Powertrain da América Latina. Com os investimentos recentes, sua capacidade foi ampliada para 1,1 milhão de propulsores por ano, destinados tanto ao abastecimento das fábricas da Stellantis, quanto ao crescimento das exportações de componentes. Desde o início das operações, a unidade já produziu mais de 19 milhões de mo-

tores, entre as famílias Fire, Firefly e GSE Turbo, além de mais de 17 milhões de transmissões.

O FUTURO JÁ COMEÇOU

O futuro também está sendo construído em Betim. Com o investimento de R\$ 14 bilhões destinado exclusivamente ao Polo até 2030, a unidade seguirá como protagonista na estratégia da Stellantis na América do Sul. Este é o maior aporte financeiro já realizado na unidade em seus quase 50 anos de história. Os recursos serão destinados ao desenvolvimento de novos produtos, tecnologias de eletrificação, digitalização dos processos produtivos, conectividade, inovação e ampliação da capacidade industrial.

Cinco décadas depois de sua inauguração, o Polo Automotivo Stellantis de Betim reúne tradição industrial, capacidade produtiva e inovação tecnológica em um mesmo complexo. Mais do que celebrar sua história, a unidade projeta o futuro, impulsionada por investimentos, pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pela produção de veículos pensados para os consumidores da região, gerando inovação, oportunidades, qualificação profissional e desenvolvimento sustentável.

Fiat 50 anos: uma trajetória de pioneirismo, inovação e conexão profunda com os brasileiros

Em cinco décadas de conexão com o Brasil, a Fiat ultrapassou os limites da indústria automotiva, se consolidando como parte essencial da cultura e da memória afetiva dos brasileiros

Do pioneirismo, passando pelo etanol aos atuais SUVs e picapes com motores de alta eficiência, a marca construiu sua liderança antecipando tendências e democratizando tecnologias

Com olhar para o futuro e no caminho para o sexto ano consecutivo de liderança no Brasil, a Fiat seguirá inovando continuamente e lançará um modelo inédito por ano até 2030, assegurando sua competitividade



Existem marcas que fabricam automóveis e existem outras que, além de produzir, ajudam a contar a história de um país, como é o caso da Fiat. Há 50 anos, quando chegou ao Brasil, ela iniciou uma jornada que ultrapassaria os limites da indústria automotiva para se tornar parte da memória afetiva de milhões de brasileiros. É uma trajetória construída com inovação, coragem para desafiar padrões e uma capacidade única de entender as reais necessidades dos brasileiros. Ao longo dessas cinco décadas, a Fiat não apenas acompanhou as transformações do Brasil, mas esteve

à frente delas em vários momentos.

“Celebramos muito mais do que a trajetória de uma marca. Ao longo de 50 anos, a Fiat esteve ao lado dos brasileiros, acompanhando as transformações do país e contribuindo para o seu desenvolvimento com inovação, pioneirismo e paixão. É um orgulho olhar para essa jornada e ver como o Brasil se tornou o berço de uma história que produziu mais de 19 milhões de veículos em Betim (MG) e Goiana (PE), lançou produtos que marcaram gerações e transformou a Fiat na marca de automóveis mais que-

rida do país. Tudo isso porque a Fiat é fã do Brasil e fã dos brasileiros”, afirma Herlander Zola, presidente da Stellantis para a América do Sul.

MODELOS ICÔNICOS PAVIMENTARAM A HISTÓRIA DA FIAT DO BRASIL

A história de sucesso da Fiat no Brasil começou com o Fiat 147, que foi o primeiro modelo a sair da linha de montagem do Polo Automotivo de Betim. Lançado em 1976, o 147 trouxe soluções inéditas para a época, como o motor transversal, pneus radiais e uma proposta revolucionária de aproveitamento interno: compacto por fora e espaçoso por dentro. Poucos anos depois, o mesmo modelo voltaria a fazer história ao se tornar o primeiro automóvel movido exclusivamente a álcool produzido em série no país, reforçando o DNA inovador da Fiat. Além disso, a família do 147 também ganhou outras variações como sedãs, peruas, furgões e picapes, inaugurando segmentos que antes não existiam no Brasil.

Nos anos 1980, a Fiat novamente apresentou ao mercado um carro que se transformaria em um fenômeno. O Fiat Uno chegou em 1984 com seu design marcante, amplo espaço interno e soluções práticas para o dia a dia. O modelo

conquistou os brasileiros e, mais que um sucesso de vendas, o Uno tornou-se o símbolo que ultrapassou gerações, tornando-se um ícone no imaginário de milhares e mais milhares de brasileiros.

Disruptivo por natureza, o Uno carregava a essência da Fiat: democratizar a inovação e lançava tendências. Não por acaso, foi dessa família que surgiram avanços importantes para o mercado brasileiro, como o primeiro computador de bordo produzido em série para um automóvel nacional, inaugurado no Prêmio, mas também disponível no Uno.

Se o Uno marcou a memória de milhares de pessoas, o Uno Mille ajudou a colocar o Brasil sobre rodas. Lançado em 1990 como o primeiro carro popular do país, esse modelo representou muito mais que um novo produto no mercado. Para milhares de famílias, foi o primeiro automóvel da garagem: o carro das viagens de férias, dos primeiros empregos, dos novos negócios e dos grandes sonhos. Econômico, acessível e confiável, o Mille transformou-se em um dos modelos mais emblemáticos da história da indústria nacional. Quatro anos depois, em 1994, a Fiat apresentou uma proposta completamente diferente com o Uno Turbo, o primeiro modelo nacional a sair de fábrica equipado com motor turbo de série. O lançamento introduziu ao mercado uma tecnologia que elevava o desempenho e conferia um caráter mais esportivo ao carro.

Dando seguimento à trajetória de inovação e pioneirismo, em 1996 a Fiat lançou o Palio como o primeiro carro 1.0 nacional a oferecer airbag e freios ABS de série, combinando acessibilidade com recursos avançados de segurança. Essas conquistas mostraram como a marca buscava democratizar tecnologias antes restritas a veículos premium, elevando o padrão de segurança dos modelos populares.

E não podemos falar sobre ícones da Fiat sem citarmos a consagrada Strada, modelo que chegou ao mercado em



1998 e até hoje é um sucesso, líder de vendas há cinco anos. Robusta e pronta para qualquer desafio, seja no campo ou na cidade, a picape tem uma história atrelada a inovação. Em 1999, ela foi pioneira ao incorporar cabine estendida. Já em 2009, foi a vez de inovar com a terceira porta. Com a chegada da Nova Strada, em 2020, foi a primeira da categoria de picapes compactas a oferecer a configuração de quatro portas e cinco lugares, além de contar com tecnologias como controle de estabilidade e sistema multimídia com conectividade.

Falando dos últimos 10 anos, a Fiat não deixou a desejar. Em 2016, a marca revolucionava o mercado com a Toro, a primeira com tampa traseira bipartida e que inaugurou uma nova categoria: SUP (Sport Utility Pick-up), combinando a robustez das picapes com o conforto e dirigibilidade dos SUVs. Em 2026, 10 anos após o lançamento, o modelo ficou ainda mais competitivo ao se tornar a primeira picape híbrida-leve produzida no Brasil com tecnologia MHEV de 48V.

Em 2020, a Fiat deu início a um amplo processo de reposicionamento de marca no Brasil, alinhando sua trajetória de inovação e autenticidade às novas demandas do consumidor e às transformações da indústria automotiva. O movimento representou uma mudança estratégica do foco no produto para uma abordagem centrada no cliente, resultado de um trabalho de quase um ano envolvendo diferentes áreas da empresa, concessionários e parceiros. Inspirada em sua essência italo-brasileira, a marca buscou resgatar atributos como proximidade, espontaneidade, design e ousa-

dia para projetar seu futuro no mercado. Foi durante esse reposicionamento de marca que a Fiat lançou no mercado a Nova Strada, que chegou ao mercado ainda mais competitiva.

No ano seguinte, em 2021, o lançamento do Fiat Pulse marcou um dos momentos mais importantes da história recente da marca no Brasil, ao inaugurar sua entrada no segmento de SUVs e materializar, na prática, os pilares do reposicionamento iniciado em 2020. Desenvolvido e produzido no país, o modelo reúne design marcante, tecnologia de ponta, conectividade e uma experiência centrada no consumidor, reforçando o compromisso da Fiat em democratizar a inovação e oferecer produtos alinhados aos desejos e necessidades dos brasileiros. Com o Pulse, a marca consolidou uma nova fase de crescimento, ampliando sua presença em segmentos estratégicos e fortalecendo sua conexão com diferentes perfis de clientes.

Em 2022, a Fiat ampliou sua presença no segmento de SUVs com o lançamento do Fastback, primeiro SUV coupé da marca no Brasil. Produzido no Polo Automotivo Stellantis de Betim (MG), o modelo rapidamente se destacou no mercado ao unir design marcante, tecnologia e sofisticação. No mesmo ano, a marca também apresentou o Pulse Abarth, o primeiro SUV desenvolvido pela divisão esportiva Abarth em todo o mundo, reforçando sua estratégia de oferecer modelos com desempenho e esportividade.

Em 2024, a Fiat avançou em sua estratégia de inovação com a chegada das versões híbridas do Pulse e do Fastback. Os dois modelos passaram a contar com a tecnologia MHEV (Mild Hybrid Electric Vehicle), que integra o motor a combustão a um alternador elétrico, proporcionando assistência nas acelerações, maior eficiência no consumo de combustível e redução das emissões de poluentes. Com essa novidade, a marca ampliou o acesso à eletrificação leve no mercado brasileiro, oferecendo ao segmento de SUVs compactos e médios



uma alternativa tecnológica, eficiente e mais acessível.

Ao longo de sua trajetória no Brasil, a Fiat construiu uma relação única com os consumidores por meio de produtos e inovações que marcaram época e ajudaram a transformar o mercado automotivo nacional, como os ícones Palio, Stilo, Tempra, Marea, Idea Doblò e tantos outros modelos e séries especiais lançadas nos últimos 50 anos.

TRANSFORMAÇÕES DA FIAT PARA ENTREGAR O QUE O BRASILEIRO DESEJA

Ao longo de seus 50 anos no Brasil, a Fiat soube reescrever sua própria história, transformando cada década em um marco de evolução cultural, identitária e industrial:

Anos 1970 e 1980 | O Espírito de Vanguarda: Período marcado pela consolidação de uma marca disruptiva, que desafiou o mercado logo na sua chegada e introduziu soluções inéditas, culminando no pioneirismo global do motor a biocombustível em 1979 com o uso de 100% etanol.

Anos 1990 e 2000 | Democratização e Nova Proposta de Valor: Com ícones como Uno Mille e Palio, a Fiat fortaleceu sua imagem como a fabricante capaz de colocar o Brasil sobre rodas,

unindo modernidade, acessibilidade e segurança alinhadas ao bolso do consumidor local. A marca expandiu sua entrega incorporando mais conforto, robustez e tecnologia de série.

Anos 2010 | Design, Conectividade e o início da liderança do século no país: Uma virada estratégica trouxe uma profunda renovação visual global. A Fiat modernizou seu logotipo e aproximou sua comunicação de conceitos conectados à digitalização, ao design contemporâneo e à proximidade com os novos perfis de clientes. Modelos icônicos, que pavimentaram o caminho para que a Fiat se consolidasse como líder do século 21 no Brasil, chegaram ao mercado: Mobi e Toro (2016), Argo (2017).

Fiat + Stellantis | Liderança estratégica e novas tecnologias: Com a criação da Stellantis, a Fiat se reforçou como uma marca fundamental para os negócios da companhia na América do Sul, sustentando uma liderança histórica e consecutiva no Brasil. A Nova Strada (2020) simboliza este movimento: a Fiat transformou a sua picape no veículo mais vendido do país, em uma demonstração do profundo conhecimento do perfil do consumidor, consolidando uma família de picapes que se completou com a Titano (2024).

O Pulse e o Fastback também são

fruto da transformação recente da marca. Primeiros SUVs da Fiat, os modelos são pioneiros desde sua concepção – disruptivos no design, novas tecnologias e inaugurando a ofensiva da Fiat e da Stellantis em eletrificação com o sistema híbrido-leve. Com uma linha de produtos completa, a marca lidera o mercado e os principais segmentos: picapes, hatches, comerciais leves e entre os SUVs com tecnologia MHEV.

O OLHAR DA FIAT PARA O FUTURO

A Fiat se orgulha de seu passado e da trajetória de sucesso, mas nunca deixa de olhar para o futuro. O novo DNA global da marca propõe uma evolução que combina a tradição italiana com uma visão moderna e conectada de mobilidade. Inspirada por uma linguagem de design robusta, tecnológica e emocional, a nova identidade valoriza formas marcantes, elementos visuais contemporâneos como assinaturas luminosas em LED e detalhes inspirados no conceito “Pixel Design”, além de reforçar os pilares de acessibilidade, inovação e sustentabilidade. Esse direcionamento global servirá como base para a próxima geração de veículos da marca, criando uma identidade consistente em diferentes mercados e aproximando a Fiat de um público cada vez mais conectado, sem abrir mão de sua essência democrática e do prazer ao dirigir.

Em sintonia com sua estratégia de crescimento, a Fiat, que nos últimos 25 anos liderou o mercado brasileiro em 19, assumiu o compromisso de lançar um modelo inédito por ano até o fim da década. Com isso, cinco novos veículos chegarão ao mercado brasileiro até 2030, começando em 2026, marcando uma nova fase para a marca. A renovação do portfólio representa o fortalecimento e presença da Fiat em segmentos estratégicos, consolidando sua trajetória de inovação, competitividade e liderança no mercado nacional. A marca italiana projeta o sexto ano consecutivo de liderança do mercado brasileiro, assim como a Fiat Strada, que se consolida como modelo mais vendido do país há cinco anos.

Fiat celebra 50 anos de história e confirma Argo X em maior show de drones da América do Sul

*Logomarca do novo produto da Fiat foi mostrada no céu no Fiat Festival 50 anos
Evento levou cerca de 40 mil pessoas ao estádio do Mineirão
Festival contou com shows de Thiaguinho, Iza e César Menotti e Fabiano*

A Fiat protagonizou um momento histórico ao apresentar a logo do Argo X, novo modelo da marca que chega ao mercado ainda em 2026, no maior espetáculo de drones da América do Sul, realizado durante o Fiat Festival 50 anos, no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte (MG), na noite do dia 21 de julho. É a primeira vez em que se apresenta o nome de um modelo de veículo ao público no céu.

Ao todo, 1.600 drones foram utilizados para projetar no céu de Belo Horizonte a primeira logo do Fiat Argo X. Além dele, a Fiat também criou uma narrativa visual emocionante para contar e homenagear sua história no Brasil ao longo das últimas cinco décadas. O público acompanhou as formações luminosas representando os arcos de Lingotto, símbolo da origem da marca, além da evolução dos logotipos da Fiat nos 50 anos de Brasil.

“Celebrar os nossos 50 anos e revelar o nome do novo Argo X no maior show de drones da América do Sul reforça a nossa história, mas também marca o início dos próximos anos da Fiat no Brasil. Muito obrigado a todos os colaboradores, concessionários, clientes, fornecedores e fãs da marca que lotaram o Mineirão ou assistiram pelo Multishow”, comenta Herlander Zola, presidente da Stellantis para a América do Sul.

A apresentação também prestou homenagem a alguns dos veículos



mais emblemáticos da história da marca no país. Entre as imagens desenhadas no céu estavam o Fiat 147, primeiro modelo produzido pela marca no Brasil; o Fiat Uno, ícone de inovação e mobilidade; o Fiat Palio, um dos automóveis mais bem-sucedidos da indústria nacional, além da Fiat Strada, líder de mercado há cinco anos e referência entre as picapes.

O evento, que reuniu mais de 40 mil pessoas no Mineirão, entre fun-

cionários, clientes, concessionários, parceiros comerciais, jornalistas e o grande público, contou com shows de grandes artistas da música brasileira. Thiaguinho, Iza e César Menotti e Fabiano embalam a noite com performances marcantes, transformando o Mineirão em um grande palco de celebração dos 50 anos da marca no Brasil. A festa, que foi apresentada pelo jornalista Pedro Bial, também foi transmitida ao vivo no Multishow e Globoplay.

Simples Nacional vai mudar? Entenda quando vale a pena continuar ou sair

Empresas terão até setembro de 2026 para decidir entre o Simples tradicional e o modelo híbrido previsto pela Reforma Tributária

De acordo com resolução publicada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), empresas enquadradas no Simples Nacional terão entre 1º e 30 de setembro de 2026 para optar entre permanecer no regime tradicional ou aderir ao modelo híbrido criado pela Reforma Tributária, decisão que produzirá efeitos a partir de 2027. A definição coloca uma nova análise na mesa de milhões de pequenos negócios brasileiros, que precisarão considerar não apenas a carga tributária, mas também fatores como geração de créditos, perfil dos clientes, formação de preços e impacto financeiro sobre a operação.

“Muitos vão olhar apenas para a alíquota e tentar descobrir qual opção parece mais barata. Esse é justamente o maior risco. A escolha passa a envolver o perfil dos clientes, a relação com fornecedores e a capacidade de aproveitar créditos tributários. Dependendo da operação, uma decisão tomada apenas com foco no imposto pode custar mais caro lá na frente”, afirma Reginaldo Stocco, CEO da vhsys, empresa de tecnologia especializada em soluções de gestão empresarial para micro e pequenos negócios.

Na prática, a primeira análise deve estar relacionada ao perfil de faturamento da empresa e ao tipo de cliente atendido. Negócios que vendem predominantemente para outras empresas tendem a sentir mais os efeitos da nova dinâmica tributária, já que a geração de créditos ganha relevância nas relações comerciais. Já empresas voltadas ao consumidor final podem encontrar menos vanta-



gens nessa mudança e manter maior aderência ao regime simplificado.

Outro ponto de atenção está na organização financeira do negócio. A decisão não deve ser tomada apenas com base na alíquota paga atualmente. Será necessário acompanhar indicadores como margem de lucro, custos operacionais, despesas recorrentes, composição de fornecedores e potencial de aproveitamento de créditos tributários. Sem essa visibilidade, o empresário corre o risco de tomar uma decisão baseada apenas na carga tributária aparente, sem considerar os impactos reais sobre a rentabilidade da empresa.

Nesse processo, ferramentas de

gestão ganham papel estratégico. Sistemas que concentram informações financeiras, fiscais e operacionais em um único ambiente permitem acompanhar indicadores, analisar o desempenho do negócio e construir cenários mais consistentes para apoiar a tomada de decisão. Quanto maior a qualidade dos dados disponíveis, maior a capacidade de entender qual modelo tributário faz mais sentido para a realidade da empresa.

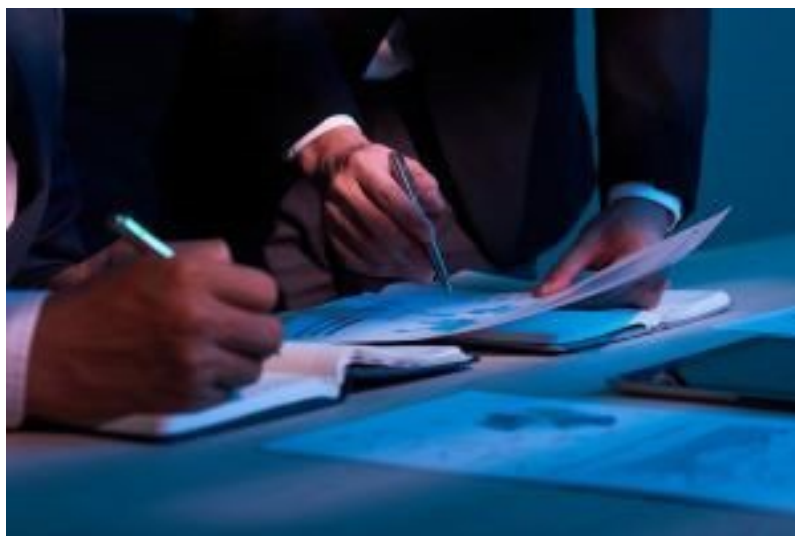
“A discussão sobre tributação costuma ganhar força quando os prazos se aproximam, mas as empresas que começarem a organizar seus dados desde agora terão muito mais clareza quando chegar o momento de decidir”, conclui o especialista.

Imposto sobre herança pode chegar a 8% e leva empresários a reavaliar holdings em 2026

Mudanças simultâneas da Reforma Tributária — ITCMD progressivo de até 8% na sucessão, retenção de 10% sobre dividendos acima de R\$ 50 mil por mês e a entrada dos aluguéis no IBS/CBS em 2027 — transformaram a holding patrimonial em decisão técnica

A Reforma Tributária mexeu de uma só vez nos três pilares que sustentam uma holding patrimonial — herança, dividendos e aluguéis — e transformou a estrutura, antes quase automática para quem tinha patrimônio, em uma decisão técnica. Na sucessão, a Emenda Constitucional 132/2023 tornou obrigatória a progressividade do ITCMD, o imposto estadual sobre heranças e doações, que pode chegar ao teto de 8%; estados que cobravam alíquota fixa, como São Paulo, com 4%, terão de migrar para faixas crescentes. Com a maior parte das novas regras entrando em vigor em 2027, contadores tratam 2026 como a janela para revisar ou montar essas empresas.

A reforma também muda a tributação da renda com aluguel. A partir de 2027, locações passam a entrar na base do IBS e da CBS, inclusive quando recebidas por holdings patrimoniais. A cobrança também poderá alcançar pessoas físicas em situações específicas, como locadores com maior volume de imóveis e receita anual acima dos limites previstos na legislação. Para esse tipo de operação, haverá redução de 70% na alíquota do IBS e da CBS, mas o impacto ainda é considerado relevante, já que o aluguel recebido por pessoa física hoje também pode ser tributado pelo Imposto de Renda, com alíquota de até 27,5%. Em paralelo, a Lei 15.270/2025 voltou a tributar dividendos desde janeiro: distribui-



ções de uma mesma empresa a um mesmo sócio acima de R\$ 50 mil por mês passam a sofrer retenção de 10% na fonte.

"A holding não perdeu o sentido, mudou a forma de decidir. Antes, bastava ter imóvel gerando aluguel para a conta fechar a favor de criar uma empresa patrimonial. Agora é preciso comparar cenário a cenário, porque a pessoa física ganhou regras de enquadramento e a holding passou a pagar IBS e CBS sobre a receita e a recolher imposto sobre dividendos. Ela continua eficiente em muitos casos, mas exige um diagnóstico feito caso a caso, com a conta na mesa", afirma o contabilista Fábio Edelberg, CEO da Navecon, que atende mais de 1.350 empresas.

A estrutura, porém, não serve a todos. Montar uma holding pode envolver ITBI na transferência de imóveis, conforme a atividade da empresa, além de custos de constituição e manutenção contábil, e exige separação clara entre patrimônio pessoal e empresarial. Faz sentido, sobretudo, para quem tem patrimônio relevante, renda recorrente de aluguel, participação em empresas ou uma sucessão a organizar, e tende a não compensar quando o custo de manter a empresa supera o ganho que ela gera.

Com a transição da reforma se estendendo até 2033, a orientação é simular os cenários de 2026, 2027 e do regime pleno, com apoio de contabilidade especializada antes de decidir, aproveitando o intervalo em que as regras antigas ainda valem.

A decisão que pode mudar o futuro tributário de milhões de empresas do Simples

A Reforma Tributária abre em setembro a primeira janela de escolha sobre o recolhimento de IBS e CBS, tornando o planejamento tributário um fator decisivo para a competitividade



A implementação da Reforma Tributária entra em uma nova fase para milhões de pequenos negócios. Entre os dias 1º e 30 de setembro de 2026, empresas enquadradas no Simples Nacional poderão optar pela forma de recolhimento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) durante o período de transição do novo sistema tributário. A decisão produzirá efeitos a partir de 2027 e exigirá uma análise estratégica que vai além da carga de impostos.

Alexandre Campos, advogado tributarista, sócio e diretor jurídico da Tributo Certo, empresa especializada em inteligência tributária, contabilidade estratégica e recuperação de créditos fiscais, afirma que a escolha representa um dos momentos mais importantes da adaptação das pequenas empresas à Reforma Tributária. "Pela primeira vez, muitos empresários precisarão avaliar não apenas quanto pagam de tributos, mas como a forma de recolhimento influencia a competitividade, a relação com clien-

tes e fornecedores e a capacidade de aproveitar créditos tributários. É uma decisão que deve considerar toda a operação da empresa."

Segundo a Receita Federal, mais de 23 milhões de empresas estão enquadradas no Simples Nacional. Com a regulamentação da Reforma Tributária, essas empresas poderão permanecer recolhendo IBS e CBS dentro do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) ou optar pelo recolhimento desses tributos pelo



regime regular, preservando o enquadramento no Simples para os demais impostos.

Criados pela Reforma Tributária, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituirão gradualmente os principais tributos sobre o consumo no país. A CBS será arrecadada pela União e substituirá tributos federais, como PIS e Cofins. Já o IBS ficará sob responsabilidade de estados e municípios, substituindo ICMS e ISS. Na prática, ambos terão regras semelhantes de cobrança e de aproveitamento de créditos tributários. A principal diferença está no destino da arrecadação: a CBS pertence ao governo federal, enquanto o IBS será dividido entre estados e municípios. O objetivo é simplificar o sistema tributário e reduzir a complexidade para empresas e consumidores.

COMO FUNCIONA A ESCOLHA

O empresário continuará no regime simplificado, mas poderá definir se IBS e CBS permanecerão na guia única ou serão recolhidos separadamente pelo regime regular. Na prática, a escolha pode modificar a forma como clientes aproveitam créditos tributários e influenciar negociações comerciais, principalmente em operações entre empresas.

O advogado tributarista explica que a análise deve considerar fatores como perfil da carteira de clientes, setor de atuação, cadeia de fornecedores, margem de lucro e estratégia comercial. "Empresas que vendem predominantemente para consumidores finais podem chegar a conclusões diferentes daquelas que fornecem produtos ou serviços para outras empresas. Não existe uma resposta única. Cada operação precisa ser analisada individualmente."

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ENTRAM NA ESTRATÉGIA DAS EMPRESAS

Uma das principais mudanças trazidas pela Reforma Tributária é a ampliação do sistema de créditos sobre o consumo. Empresas que optarem pelo recolhimento regular de IBS e CBS poderão permitir o aproveitamento integral desses créditos nas operações previstas pela legislação, aspecto que tende a ganhar importância nas relações comerciais entre empresas.

Rafael Rocha, administrador de empresas, cofundador e executivo comercial da Tributo Certo, destaca que essa característica pode influenciar diretamente a competitividade dos negócios. "Muitas empresas ainda enxergam a Reforma Tributária apenas como uma mudança na forma de pagar impostos,

mas ela também altera a dinâmica das negociações. Em alguns segmentos, gerar créditos tributários para os clientes poderá representar uma vantagem competitiva importante."

Segundo ele, setores como indústria, distribuição, atacado e prestação de serviços para pessoas jurídicas tendem a sentir os efeitos dessa decisão de forma mais intensa. "O impacto varia conforme a atividade econômica e o perfil das operações. Por isso, fazer simulações antes do período de opção é fundamental para evitar decisões baseadas apenas na percepção de redução da carga tributária."

PLANEJAMENTO DEVE COMEÇAR ANTES DE SETEMBRO

Embora a janela de opção ocorra somente em setembro, o especialista recomenda que o diagnóstico tributário seja iniciado com antecedência. Simulações financeiras, análise dos contratos, estudo da cadeia de fornecimento e avaliação dos reflexos na formação de preços podem evitar decisões que comprometam a rentabilidade nos próximos anos.

Para o sócio da Tributo Certo, a Reforma Tributária amplia o papel do planejamento tributário dentro da gestão empresarial. "A escolha feita agora poderá influenciar margens, fluxo de caixa e posicionamento comercial ao longo da transição do novo sistema. Empresas que compreenderem seus impactos antes da abertura do prazo terão melhores condições para decidir com segurança."

O administrador acrescenta que a adaptação à Reforma Tributária passa a fazer parte da estratégia de crescimento das empresas. "Tributação deixou de ser apenas uma obrigação fiscal. Ela passou a integrar as decisões comerciais, financeiras e de expansão dos negócios. Quem se preparar antecipadamente terá mais previsibilidade para competir nos próximos anos."

Reforma tributária eleva importância dos créditos de ICMS para empresas

Empresas que organizarem seus créditos acumulados com antecedência podem ganhar mais previsibilidade financeira durante a transição para o novo sistema tributário

Milhões de reais em créditos acumulados de ICMS permanecem parados nas empresas brasileiras enquanto a reforma tributária avança para uma das maiores mudanças fiscais das últimas décadas. Durante a transição para o novo sistema tributário, especialistas alertam que a gestão dos créditos acumulados pode se tornar um diferencial financeiro para empresas que se anteciparem às mudanças.

Altair Heitor, contador, psicólogo, especialista em gestão tributária para o agronegócio e CFO da Palin & Martins, afirma que empresas que possuem crédito acumulado estruturado tendem a atravessar a transição com maior capacidade financeira e previsibilidade. “Quem tem crédito estruturado entra na nova fase com mais fôlego financeiro. Mas é importante entender que não se trata de entrada imediata de caixa. Estamos falando de crédito já constituído que pode ser utilizado ou compensado ao longo da transição para o novo sistema”, explica.

A discussão ganha relevância à medida que avançam as regras de implementação da reforma tributária, que substituirá gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e Cofins pelo novo modelo de tributação sobre o consumo. Durante esse período, os créditos tributários já constituídos deverão seguir regras específicas de compensação e aproveitamento, tornando a gestão tributária e a organização fiscal fatores cada vez mais estratégicos para empresas de diferentes setores.

CRÉDITO ACUMULADO DE ICMS DEIXA DE SER APENAS SALDO FISCAL

Para Altair, o crédito acumulado de ICMS precisa deixar de ser tratado apenas como um registro contábil e passar a integrar o planejamento financeiro e tributário das organizações. “Muitas empresas



possuem valores expressivos registrados, mas ainda não enxergam esse ativo como parte da estratégia de crescimento. A reforma tributária exige uma revisão mais cuidadosa desses créditos para que eles possam ser aproveitados com segurança e eficiência”, afirma.

Segundo o especialista, setores como agronegócio, indústria, exportação e empresas que acumulam crédito acumulado de ICMS ao longo da cadeia produtiva podem ser os mais beneficiados por uma estrutura fiscal organizada e por uma estratégia eficiente de gestão tributária. A compensação desses valores deverá ocorrer dentro das regras do novo modelo, incluindo a possibilidade de compensação futura no IBS, conforme o cronograma de transição da reforma tributária. Por isso, empresas que já possuem créditos constituídos e devidamente estruturados tendem a chegar à nova fase com mais previsibilidade financeira e capacidade de planejamento.

“Empresas que organizarem seus créditos agora terão mais previsibilidade financeira, mais capacidade de planejamento e melhores condições para enfrentar as mudanças tributárias que estão por vir. É uma oportunidade de transformar um valor que muitas vezes fica esquecido em uma ferramenta efetiva de gestão tributária, competitividade e fortalecimento da liquidez empresarial”, destaca.

FISCALIZAÇÃO DIGITAL EXIGE MAIS CONTROLE SOBRE CRÉDITO ACUMULADO DE ICMS

Outro ponto de atenção é o avanço da fiscalização eletrônica. O cruzamento automatizado de informações fiscais, contábeis e operacionais tornou mais rigoroso o processo de validação dos créditos tributários, especialmente dos créditos acumulados de ICMS.

“O crédito precisa estar corretamente constituído, documentado e compatível com todas as informações prestadas ao fisco. Hoje, inconsistências que antes passavam despercebidas são identificadas rapidamente pelos sistemas de fiscalização. A organização tributária deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade”, alerta o especialista.

Na avaliação dele, a reforma tributária deve acelerar um movimento que já vinha ganhando força nos últimos anos: a transformação da gestão tributária em uma ferramenta de geração de valor para as empresas. “A discussão deixou de ser apenas sobre imposto. Estamos falando de liquidez empresarial, competitividade, planejamento tributário, aproveitamento de crédito acumulado de ICMS, compensação tributária e capacidade de adaptação ao novo sistema tributário”, conclui.

Unimed-BH, por meio do Horizontes Hub, lança plataforma que cria agentes de inteligência artificial para a saúde

Agentes de IA irão ajudar empresas de saúde a aprimorar serviços, orientar pacientes, apoiar equipes e tornar processos mais rápidos e seguros



A Unimed-BH, por meio do Horizontes Hub, frente de inovação e novos negócios da Cooperativa, anunciou o lançamento de uma plataforma especializada na criação de agentes de inteligência artificial para empresas do setor de saúde. A novidade foi divulgada durante evento realizado na sede da Cooperativa em Belo Horizonte, e contou com a presença de especialistas do setor de tecnologia e inovação em saúde.

Chamada de Cogfy Saúde, a plataforma chega ao mercado com o objetivo de ofertar agentes de IA com entendimento sobre atendimento ao cliente, operação assistencial, jornada do paciente, trabalho médico, segurança da informação, governança de dados e regras do setor. O público-alvo principal da plataforma são hospitais, operadoras, farmácias, laboratórios e clínicas.

O lançamento coloca a Unimed-BH

em um mercado global em forte expansão. Segundo a Grand View Research, o mercado mundial de agentes de IA foi avaliado em US\$ 7,6 bilhões em 2025 e deve crescer para US\$ 10,9 bilhões em 2026, podendo chegar a US\$ 182,9 bilhões em 2033. Já a McKinsey, consultoria de gestão, aponta que 51% das organizações de saúde ouvidas em um estudo recente estão conduzindo provas de conceito com agentes de IA. Além disso, a Gartner projeta uma expansão da adoção nos próximos

dois anos, ao afirmar, em dois estudos publicados, que, até 2028, 33% das aplicações corporativas terão agentes de IA incorporados e que pelo menos 15% das decisões do dia a dia de trabalho serão tomadas autonomamente por agentes de IA.

“A saúde não pode contar com uma inteligência artificial genérica. Precisamos de IAs que entendam contexto, regras e a complexidade do setor e, com isso, facilite os serviços de saúde para o paciente, agilize processos e gere mais segurança para líderes e equipes. Este novo produto do Horizontes Hub nasce da experiência prática da Unimed-BH em transformar desafios da saúde em inovação aplicada”, afirma Frederico Peret, diretor-presidente da Unimed-BH.

MODELOS DE AGENTES DE IA

O Cogfy Saúde nasce da união de experiências do Horizontes Hub e da plataforma Cogfy. Junto à Unimed-BH, o Horizontes Hub tem uma trajetória de experimentação e desenvolvimento de soluções de inteligência artificial aplicadas ao dia a dia de clientes, médicos, equipes de atendimento e áreas internas, enquanto a plataforma Cogfy se especializou no desenvolvimento de agentes de IA e tem apoiado empresas de diferentes setores com parcerias estratégicas e produtos embarcados em ecossistemas globais, como Amazon e Meta.

Durante o evento, o diretor de Gestão Empresarial da Unimed-BH, Paulo Roberto Lima Carreiro, explicou que os primeiros agentes de IA passam a ser comercializados na plataforma Cogfy Saúde já este mês. “Um dos principais exemplos de IA realizado por essa parceria é o Onde Ir, recurso disponível no aplicativo da Unimed-BH e que ajuda o cliente a identificar o melhor caminho de atendimento a partir dos sintomas informados, orientando sobre a melhor opção entre pronto-atendimento, teleconsulta ou consulta eletiva (com



hora marcada). O “Onde Ir” já soma mais de 44 mil percursos assistenciais completos, com mais de 99% de assertividade e mais de 80% de adesão ao percurso indicado”, declara Carreiro. Disponibilizado para todos os clientes em outubro de 2025, o recurso mostra que a IA pode ajudar a organizar a porta de entrada do cuidado e orientar melhor o percurso.

Outro exemplo está no Consultório 2030, iniciativa impulsionada pelo Horizontes Hub que busca gerar mais eficiência para os consultórios de médicos cooperados da Unimed-BH. Até o momento, os três agentes de IA já disponibilizados apoiam no dia a dia do médico na área de Protocolos Clínicos, Dúvidas Frequentes e Resumo do Histórico do Paciente. Um exemplo dos benefícios proporcionados por este último recurso, é a possibilidade de o médico visualizar, antes da consulta, informações importantes da trajetória assistencial do cliente. Após o consentimento do paciente, o agente consulta dados em tempo real, reunindo informações como idas ao pronto-atendimento, internações, consultas, exames, prescrições, condições crônicas e cirurgias.

A Unimed-BH também vem usando o agente de IA em seu call center, apoiando atendentes a encontrar respostas oficiais com mais rapidez e segurança. A base inicial reúne mais de 460 documentos-guias da operação. Os resultados preliminares já indicam redução média de 19,51% no tempo médio de atendimento dos parceiros de call center e redução de 29% no tempo total de tratativa.

HORIZONTES HUB

O Horizontes Hub é o hub de inovação e novos negócios em saúde da Unimed-BH. Criado para conectar saúde, tecnologia, negócios e inovação, o Hub atua no desenvolvimento de soluções e parcerias capazes de responder aos desafios reais do setor. Ele amplia a trajetória de inovação aplicada da Unimed-BH, levando ao mercado produtos digitais e de inteligência artificial que melhoram serviços de saúde, a experiência de clientes, médicos, equipes e empresas de saúde. O Horizontes Hub também realiza investimentos em startups em uma estratégia de acelerar a inovação e diversificar oportunidades de negócio para a Unimed-BH. Além disso, este ano foi lançado um Fundo de Investimento em Participações, fruto de parceria estratégica do Horizontes Hub com a Abertta Saúde, da ArcelorMittal, que prevê o investimento de R\$ 60 milhões nos próximos quatro anos em startups de saúde.

A Unimed-BH é uma das maiores cooperativas médicas do país. Em 2025, encerrou o ano com mais de 1,6 milhão de clientes, 55% de participação de mercado, R\$ 7,7 bilhões em contraprestações efetivas, cerca de 5,4 mil médicos cooperados, mais de 6 mil colaboradores diretos, atuação em 46 municípios mineiros, 18 unidades assistenciais próprias e 401 prestadores de serviços em sua rede credenciada. A Operadora mantém, pelo oitavo ano consecutivo, a nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, o IDSS, da ANS.

GOL fortalece confiança do mercado e tem rating elevado para 'B-' pela Fitch Ratings, com perspectiva estável

Avanço reflete a consistente recuperação operacional, liquidez de US\$ 945 milhões e a consolidação como referência no setor aéreo brasileiro



Em mais um demonstrativo sólido da recuperação de sua eficiência financeira e operacional, a GOL Linhas Aéreas recebeu da agência internacional de classificação de risco Fitch Ratings a elevação dos Ratings de Default do Emissor (IDR) em Moeda Local e Estrangeira de Longo Prazo da Companhia de 'CCC+' para 'B-', com Perspectiva Estável.

A elevação da nota de crédito pela Fitch ratifica que o mercado financeiro e os analistas estão renovando a confiança no plano de negócios da GOL. Na avaliação da agência, o ajuste reflete diretamente o forte desempenho operacional, a trajetória contínua de desalavancagem após o processo de reestruturação, a sólida posição de liquidez e o papel de destaque da Companhia no mercado de aviação no Brasil.

Os resultados demonstrados no primeiro trimestre de 2026 (1T26) sustentam esse voto de confiança: a GOL encerrou o período com uma

posição total de liquidez de US\$ 945 milhões (sendo US\$ 431 milhões em caixa e equivalentes irrestritos e US\$ 514 milhões em credenciamento de cartões de crédito).

No mesmo período, o EBITDAR ajustado atingiu US\$ 452 milhões, alcançando uma margem operante de 38,9%. Além disso, a relação dívida líquida sobre EBITDAR dos últimos 12 meses recuou para 2,8x (frente aos 3,1x registrados ao fim de 2025).

A revisão positiva de rating ganha ainda mais relevância por ocorrer em meio a um cenário global desafiador e de volatilidade no preço dos combustíveis, principal custo da indústria aérea. A elevação ressalta a capacidade da GOL de navegar por diferentes cenários econômicos com execução disciplinada, gestão ativa de liquidez e eficiência operacional constante.

A Companhia segue focada em cumprir seu plano de negócios, man-

tendo rigorosa disciplina financeira e criando valor de longo prazo para passageiros, investidores e parceiros.

A GOL, considerada a companhia aérea mais pontual do Brasil, faz parte do Grupo Abra e, desde sua fundação em 2001, segue o propósito de "Ser a Primeira para Todos", democratizando o acesso à aviação com soluções inteligentes que encantam mais de 30 milhões de clientes por ano. A Companhia conta com um time de mais de 16 mil profissionais focados na Segurança, valor número um da GOL. Com alianças com Avianca, American Airlines e Air France-KLM, a GOL disponibiliza aos seus passageiros mais de 60 acordos de codeshare e interline, trazendo mais conveniência e facilidade nas conexões para qualquer lugar atendido por essas parcerias. A Smiles, que é o maior programa de fidelidade do país e oferece uma plataforma completa de viagens, e a GOLLOG, que hoje é a maior operação cargueira regular do Brasil, também fazem parte do ecossistema da GOL.

Tarifa amplia desafios para joias, gemas e folheados brasileiros

Presidente do Sindijoias Ajomig alerta para perda de competitividade, queda nas exportações e risco de fechamento de empresas e demissões

A nova tarifa de 25% imposta pelos Estados Unidos sobre determinados produtos brasileiros entrou oficialmente em vigor. A medida, formalizada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, é resultado de uma investigação iniciada após o anúncio de uma taxa anterior de 50% feita por Donald Trump em julho de 2025.

O governo norte-americano justifica a aplicação da alíquota alegando que políticas brasileiras ligadas ao comércio digital, patentes e meio ambiente geram concorrência desleal e insegurança jurídica. Durante o processo de negociação, houve atritos, com os estadunidenses reclamando do engajamento brasileiro, enquanto o Brasil apontou falta de clareza e exigências muito prejudiciais para a indústria e a agricultura nacionais.

"Infelizmente a gente vem mais uma vez recebendo esta notícia da tarifa e é uma notícia que ela não é muito bem recebida para a gente. Ela traz enormes impactos, obviamente negativos para o nosso segmento", salienta o empresário e presidente do Sindijoias Ajomig, Murilo Graciano.

O representante ainda esclarece, na prática, como isso afeta as empresas mineiras que exportam então esses produtos para os Estados Unidos. "Os Estados Unidos sempre foram o primeiro ou segundo maior parceiro comercial do Brasil no setor de pedras preciosas e joias. No entanto, o cenário de altas tarifas em 2025 provocou uma queda de mais de 20% nas exportações, gerando prejuízo e perda de competitividade frente a



outros players internacionais. Internamente, esse cenário ameaça uma cadeia de 35 mil estabelecimentos e 170 mil empregos diretos, trazendo o risco iminente de fechamento de empresas e demissões em massa", aponta.

Em um primeiro momento, o governo brasileiro classificou o episódio como um marco lamentável nas relações bilaterais e chegou a cogitar o uso da Lei de Reciprocidade como resposta. Contudo, a presidência e a equipe econômica optaram pela prudência, solicitando estudos de impacto para evitar que eventuais retaliações causasse o aumento dos preços para os consumidores internos.

Atualmente, a postura oficial dos líderes brasileiros é descartar totalmente a ideia de retaliação de seu escopo de trabalho. A estratégia adotada baseia-se em insistir nas tratativas diplomáticas com os Estados

Unidos por meio de respostas técnicas, além de fortalecer a articulação com o setor privado para buscar a abertura de novos mercados internacionais que possam absorver os produtos afetados.

Ainda sobre reação, Murilo articula o que o setor espera das negociações entre os governos e quais medidas de apoio seriam importantes nesse momento para preservar então a competitividade. "Nós falamos de um perfil de empresas mais vulneráveis diante de cenários negativos iguais a estes aí. Muito por conta de seu tamanho. Então, agora, estamos pressionando o governo federal para sensibilidade com a nossa classe e procurar dar vazão aos nossos produtos. Além disso, precisamos de linhas de créditos diferenciadas ou mais facilitadas para não sentirmos fortemente os impactos com a implementação desse tarifaço", finaliza Murilo.

Direcional lança Duetto Residence e fortalece presença na região da Pampulha - em Belo Horizonte, Minas Gerais

Proximidade com Lagoa da Pampulha e outros pontos turísticos e gastronômicos é principal diferencial do empreendimento

A Direcional, uma das maiores construtoras do Brasil, apresentou o Duetto Residence, novo empreendimento no Bairro Santa Terezinha, na região da Pampulha, em Belo Horizonte. Com um Valor Geral de Vendas (VGV) estimado em R\$ 123 milhões, o projeto reúne localização estratégica, infraestrutura com lazer completo e integração com o meio ambiente, com destaque para uma área verde preservada de aproximadamente 2.450 m²

O residencial contará com acesso facilitado a importantes vias de circulação de Belo Horizonte, como as Avenidas Heráclito Mourão de Miranda, Santa Terezinha, Altamiro Avelino Soares e Abílio Machado, garantindo mobilidade para a região Noroeste, o Anel Rodoviário e o município de Contagem.

De acordo com Deborah Goulart, superintendente Comercial e de Vendas da Direcional, o projeto chega a uma região estratégica para o setor imobiliário belo-horizontino, que é o entorno do Bairro Castelo. A área tem recebido muitos investimentos nos últimos anos, e oferece ainda, uma robusta estrutura de comércio e serviços, que inclui supermercados, padarias, farmácias, academias, escolas e unidades de saúde.

“O Duetto vem para fortalecer ainda mais nossa presença na Pampulha e para oferecer um diferencial importante: a proximidade com a Lagoa, com o Parque Ecológico, com o Mineirão e importantes polos gastronômicos da cidade, como a Avenida Fleming e Miguel Perrela. Estes atributos, na minha visão, somados às opções de lazer interno, contribuem diretamente para tornar este empreendimento um expressivo candidato a sucesso de vendas”.



INFRAESTRUTURA, BEM-ESTAR E LAZER

O Duetto Residence foi projetado para oferecer uma completa estrutura para seus moradores, como área de lazer equipada e decorada, piscina adulto com solário, piscina infantil, spa, salão de festas, espaço gourmet, churrasqueira, academia, brinquedoteca e playground.

Construído em um terreno de 6.880 m² na Rua Maria Cecília, o empreendimento será composto por duas torres (com 14 e 15 pavimentos), oferecendo 229 unidades habitacionais. As plantas contemplam opções de 1, 2 e 3 quartos, com metragens que variam de 51 m² a 78 m², destaque para unidades com suíte e varanda integrada à área de serviço, apartamentos garden com terraço descoberto privativo, além de opções adaptadas para pessoas com deficiência (PCD).

O projeto dispõe ainda de um edifício-garagem, oferecendo 219 vagas vinculadas para veículos, além de vagas para motocicletas. Os imóveis serão entregues com piso laminado na sala e nos quartos, piso cerâmico retificado nas áreas molhadas e bancadas em granito. Alinhado às práticas sustentá-

veis, o condomínio contará ainda, com iluminação em LED nas áreas comuns, sensores de presença, torneiras com arejadores, chuveiros com redutor de vazão e estrutura de abrigo para resíduos sólidos (ARS), estimulando a coleta seletiva e a reciclagem.

A Direcional é uma das maiores construtoras do Brasil, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares, de médio padrão e com atuação em diversas regiões do território nacional. Ao longo de seus 45 anos de fundação, superou a marca de 240 mil unidades entregues e/ou incorporadas. Protagonista do setor no país, faz uso intensivo de tecnologia digital em seus diversos processos e foi uma das pioneiras ao introduzir a possibilidade de compra de imóveis residenciais de forma 100% online. Na engenharia, utiliza métodos construtivos que garantem escala, produtividade e ganhos ambientais com redução significativa no volume de resíduos em obras se comparado ao método tradicional de alvenaria estrutural. A companhia está listada na Bolsa de Valores B3 e possui a mais qualificada classificação de risco S&P Global para o Brasil, rating brAAA desde 2021, reafirmado em abril de 2025.

Orlando – Flórida deixou de vender apenas turismo e passou a exportar oportunidades para empresários brasileiros

Rede de negócios formada por brasileiros transformou a cidade em uma das principais portas de entrada para empresas que buscam expansão internacional e acesso ao mercado americano

Orlando deixou de ser apenas um dos destinos preferidos dos turistas brasileiros para se tornar um dos principais centros de negócios voltados à internacionalização de empresas. A cidade abriga um ecossistema empresarial formado por empreendedores, investidores, executivos e organizações dedicadas a conectar oportunidades entre Brasil e Estados Unidos. O movimento tem ampliado a presença de empresários brasileiros em setores como serviços, tecnologia, mercado imobiliário, educação executiva e eventos corporativos.

Para o empresário Franco Scornavacca, fundador da MD1 Nexus, empresa especializada em aceleração de negócios, networking estratégico e expansão internacional, a consolidação desse ambiente transformou Orlando em uma porta de entrada para empresas brasileiras que buscam crescimento fora do país. "Existe uma visão antiga de que Orlando está associada apenas ao turismo. Hoje a cidade abriga uma rede empresarial extremamente ativa, com empresários brasileiros desenvolvendo negócios, atraindo investimentos e criando conexões que facilitam a entrada de novas empresas no mercado americano", afirma.

A evolução desse ambiente pode ser observada na atuação de entidades criadas para fortalecer as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. A Brazilian American Chamber of Commerce of Florida, fundada em 1981, reúne mais de 300 empresas e profissionais com foco na ampliação do comércio bilateral e na promoção de investimentos. Na região de Orlando, a Central Florida Brazilian American Chamber of Commerce atua na criação de oportunidades de networking, desenvolvimento empresarial e aproximação entre empreendedores dos dois países.



A CIDADE DOS PARQUES VIROU A CIDADE DOS NEGÓCIOS

O fortalecimento dessas organizações acompanha uma mudança no perfil da comunidade brasileira na Flórida. Além de consumidores e turistas, cresce o número de empresários que enxergam a região como uma oportunidade para expansão internacional, abertura de operações, desenvolvimento de parcerias estratégicas e diversificação de receitas.

Segundo o fundador da MD1 Nexus, a existência de uma estrutura empresarial já consolidada reduz parte dos desafios normalmente enfrentados por quem busca operar em outro país. "Hoje o empresário encontra uma rede pronta de contatos, fornecedores, investidores e especialistas que entendem as particularidades dos dois mercados. Isso acelera processos, reduz erros e aumenta as chances de construir uma operação sustentável nos Estados Unidos", explica.

A própria Central Florida Brazilian American Chamber of Commerce tem trabalhado para ampliar a percepção de Orlando como um polo econômico e empresarial, destacando o crescimento da região em áreas como tecnologia, serviços, logística, inovação e investimentos. O objetivo é mostrar que a cidade passou a oferecer oportunidades que vão muito além da atividade turística.

COMUNIDADE EMPRESARIAL BRASILEIRA GANHA RELEVÂNCIA

O amadurecimento desse ecossistema também impulsionou a realização de eventos de negócios, missões empresariais, encontros de investidores e iniciativas voltadas à troca de experiências entre empresários brasileiros e americanos.

Na avaliação do especialista em expansão internacional e conexões empresariais, a força desse movimento está na capacidade de gerar relacionamento qualificado e acesso a oportunidades que dificilmente seriam construídas de forma isolada. "A internacionalização deixou de ser um projeto restrito às grandes corporações. Empresas de diferentes portes passaram a buscar presença internacional, seja para ampliar mercado, proteger patrimônio, acessar novos clientes ou fortalecer suas marcas globalmente. Orlando se tornou um dos principais pontos de conexão ou de entrada para esse processo", afirma.

A tendência acompanha o crescimento do interesse de empresários brasileiros por mercados internacionais e pela construção de operações mais diversificadas. Nesse contexto, Orlando vem consolidando sua posição como um dos principais hubs de negócios para brasileiros nos Estados Unidos, sustentada por uma comunidade empresarial ativa, instituições consolidadas e um ambiente voltado à geração de oportunidades comerciais. Para Franco, o diferencial de Orlando não está apenas na localização ou na infraestrutura, mas na capacidade de conectar pessoas, capital e oportunidades de negócios. "Quem chega à cidade encontra um ecossistema pronto para gerar relacionamento, abrir portas e acelerar projetos. É isso que tem atraído cada vez mais empresários brasileiros para a região", conclui.

DG Visa

Consultoria na obtenção de visto de **Turista/Visitante** para os Estados Unidos



Atendimento com
Danielle Gontijo

Por que contar com
auxílio especializado
em vez de fazer sozinho?



Evite erros no processo



Preenchimento orientado do DS-160



Organização da documentação



Preparação para a entrevista consular



Mais agilidade, segurança e tranquilidade



Tenha mais clareza em cada etapa do seu pedido de visto.



Fale com a DG Visa

Ligue ou chame no WhatsApp



(31) 98850-6474



Uma nova Constituição para o Brasil

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Constata-se, de outro lado e com enorme indignação, uma incapacidade dos instrumentos e instituições de se darem conta dessa problemática. A qualidade dos serviços públicos, de uma maneira em geral, é muito baixa quando comparável à “des-carga” tributária vigente e o corporativismo dominou, praticamente, todos os níveis da esfera pública e a resposta aos cidadãos na forma de serviços, infraestrutura, educação, segurança etc tem sido simplesmente deplorável. O recuo do Brasil é tão impressionante que corremos o risco já e há muito, de sermos incluídos na categoria de país sub-emergente (nível inferior à categoria de países emergentes). Não há avanços, com raríssimas exceções! Trata-se, simplificando o tema, de uma conta de resultados zero ou negativo - cuja maior implicação é a inanição econômica e o atraso do país! Não dispomos de estratégias nem visão de longo prazo.

Entendo que, atualmente, a causa maior dos vários entraves existentes e dos enormes gargalos do país encontra resposta na ultrapassada e obsoleta Constituição brasileira - a qual reputo contribuir para o nosso baixo nível de desenvolvimento, levando o país ao atraso. A realidade, na qual ela se assentou, não existe mais. Apesar da sua



importância quando da sua promulgação, a nossa Carta Magna é como se fosse hoje um aparelho de TV analógico tentando funcionar em um mundo absolutamente digital; é como uma emissora de rádio AM transmitindo em um mundo também absolutamente sintonizado na faixa FM ou, no Youtube, que nem existia à época de sua implantação.

Desde a sua promulgação, em 1988, foram inúmeras as mudanças já ocorridas e, entre várias, há de se destacar: a queda do Muro de Berlim; a dissolução da União Soviética e o fim do comunismo na Rússia; a globalização das economias e a ascensão econômica da China como a 2ª maior economia global; além de uma nova redefinição da geopolítica mundial. E, de outro lado, uma verdadeira revolução verificou-se nos meios de comunicação

com o advento da internet, dos aparelhos telefônicos celulares e, mais recentemente, uma outra surgiu, a Inteligência Artificial, cuja repercussão transformará significativamente o dia-a-dia de toda a sociedade e da economia, com implicações praticamente em todas as áreas. Vale ressaltar a advertência feita no mês de junho de renomados economistas laureados com o Nobel de Economia que “a inteligência artificial vai se tornar radicalmente mais poderosa nos próximos dez anos. Ao mesmo tempo que essa evolução poderá gerar ganhos expressivos de produtividade e elevar o padrão de vida, também pode provocar o deslocamento de trabalhadores em larga escala e acelerar a concentração de renda”.

O renomado jurista Mordesto Carvalhosa, em livro de sua autoria intitulado

“Uma nova constituição para o Brasil” destacou:

“No Brasil o Estado é hegemônico, não restando à cidadania nenhum papel em nossa construção civilizatória. A sociedade civil é dominada por um Estado que se estruturou para preencher todos os espaços.

Essa dominação é fundada numa oligarquia que tem como instrumento a Constituição de 1988, que outorga privilégios institucionais à classe política e ao estamento burocrático, em detrimento daqueles que trabalham e empreendem no setor privado.

Os integrantes do setor público apropriam-se de todos os recursos provindos dos impostos coletados da sociedade, os quais são insuficientes para as folhas e as despesas dos políticos e dos servidores ativos e inativos,

acarretando os fabulosos rombos fiscais.

Não sobra praticamente nenhum recurso para os investimentos públicos. Daí a fraca atividade de produção, o desemprego recorrente e a pobreza progressiva do povo brasileiro”.

O ex-ministro do Planejamento e senador Roberto Campos afirmou que, “na Constituição de 1988 a palavra direito aparece 76 vezes; dever, 4 vezes; produtividade, 2; e eficiência, 1 vez”.

E ele concluía: “como governar um país que tem 76 direitos, 4 deveres, 2 produtividades e 1 eficiência?”

Já o ex-ministro Luis Roberto Barroso declarou à revista Época, bem antes de sua designação para o Supremo Tribunal Federal, que “a Constituição brasileira só não traz a pessoa amada em três dias. O resto, procurando, se acha”.

Sobre o tema Constituição fui buscar, nas seguintes palavras do saudoso presidente Juscelino Kubitschek, uma de suas melhores expressões:

“Direitos e deveres: eis a substância de um regime legal, a melhor garantia da Constituição. Pois a Constituição — devemos proclamá-lo com sinceridade, coragem e franqueza — não pode ser apenas um instrumento para facultar direitos e privilégios a certas classes e a determinados cidadãos, provocando desigualdades, conflitos, agravos e injustiças.

A sua característica precisa ser a equanimidade, e o seu sinal definidor deve ser o equilíbrio entre todos os cidadãos e todas as classes.

Na verdade, em face da Constituição e das leis ordinárias que dela decorrem, para todos devem existir ao mesmo tempo direitos e deveres, prerrogativas e responsabilidades. E estou certo de que, na elaboração de algumas leis complementares e de algumas leis ordinárias, que já se vão tornando tão urgentes, necessárias e imprescindíveis, o Congresso Nacional será sempre sensível a este problema fundamental para a valorização do espírito e da letra da Constituição.

Desde o presidente da República até o mais modesto cidadão, em todas as classes e profissões, todos devem responder, nos termos da lei, pelas suas ações expressas, seja por escrito, seja na prática.

É o que o povo espera dos seus representantes no Congresso Nacional para o aperfeiçoamento completo e a estabilidade definitiva da Constituição, em leis complementares ou em leis ordinárias que assegurem a igualdade entre os cidadãos e garantam a justiça nas relações sociais entre os homens e entre as classes.

Pois a liberdade de um cidadão — no seu clássico e invariável conceito — só é legítima e válida quando não se choca com a liberdade de outro cidadão, quando ninguém tem o abusivo direito ou o odioso privilégio de atingir, sem punição e sem responsabilidade, a honra de

outro cidadão e a sua dignidade de pessoa humana”.

E, nesse sentido devo, ainda, acrescentar um outro texto de JK, extraído de seu discurso de 5 de junho de 1956, proferido no Supremo Tribunal Federal:

“Não se pode admitir, numa democracia, nada que se assemelhe a uma ditadura de qualquer dos três Poderes da União. E aí do Poder que sai da sua órbita, arrogando-se privilégios e prerrogativas em violação do texto constitucional.

Sabemos, historicamente sabemos, que o pior de tudo será para o Poder que se hipertrofiou, num futuro próximo, quando se restabelecem com uma perfeita normalidade as regras e normas desobedecidas ou violentadas. E, como sempre acontece, aquele dos Poderes que mais se hipertrofiou e mais se exaltou será o mais humilhado.

Tradicionalmente e nos termos da atual Constituição, um papel de importância e proeminência do Judiciário é o de servir de força de equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo, tudo isto, aliás, em função dos interesses em conjunto do Estado, integrada que se acha a magistratura na fórmula fundamental do regime presidencialista, que é a dos três Poderes independentes, sim, mas igualmente harmônicos, funcionando para os mesmos objetivos.

Está especialmente fadado o Supremo Tribunal para essa missão, facultadas que lhe foram condições para se pôr a salvo e imune



TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL x BRASIL 2001/2026* - Em %

Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39
2002	2,87	3,05
2003	4,27	1,14
2004	5,44	5,76
2005	4,78	3,20
2006	5,36	3,96
2007	5,45	6,07
2008	3,05	5,09
2009	-0,14	-0,13
2010	5,36	7,53
2011	4,17	3,97
2012	3,52	1,92
2013	3,45	3,01
2014	3,56	0,50
2015	3,46	-3,55
2016	3,26	-3,28
2017	3,84	1,32
2018	3,63	1,78
2019	2,91	1,22
2020	-2,69	-3,28
2021	6,62	4,76
2022	3,75	3,02
2023	3,51	3,24
2024	3,34	3,42
2025	3,30	2,29
2026*	3,00	2,40

Em **vermelho**: anos em que a economia brasileira cresceu menos do que a média mundial; Em **azul**: anos em que a economia brasileira basicamente cresceu no mesmo ritmo da média mundial. *Projeção. Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Jul 2026. Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!

de preocupações funcionais ou paixões partidárias.”

O dínamo da economia responde pelos nomes de confiança, credibilidade e segurança jurídica – cujos níveis atuais são baixos e, se ele não for resgatado, não conseguiremos sair do impasse do qual há muito nos encontramos prisioneiros e reféns.

Obviamente, as circunstâncias hoje são outras, são diversos os problemas, devem, pois, ser diferentes as soluções. Agora, mais do que nunca, é mister ousar, é mister inovar, é mister destituir-se de preconceitos e de verdades absolutas.

Novas eleições já se avizinham, o que exige um repensar sobre a funcionalidade institucional do País e para onde precisamos nos direcionar.

Impõe-se, assim, desarmar essa armadilha que nos impede de crescer em que ficamos prisioneiros, sendo inadiável iniciarmos, o quanto antes, a construção de uma nova agenda de desenvolvimento nacional.

Para esse fim, uma das questões que precisa ser considerada crucial e urgente é a convocação de uma Assembleia Constituinte Revisora Exclusiva. Para traduzir a Constituição Federal à luz de uma nova realidade, de outro nível de exigências e eleita pela sociedade para ser integrada por seus múltiplos representantes. Entre os seus objetivos, além da modernização das instituições, devem fazer parte da sua pauta: as reformas política, administrativa, jurídica, tributária e agrária; a educacional, a previdenciária e a atualização das relações entre capital e trabalho; e, porque não, também a extinção da maioria para efeitos penais, o fim do voto obrigatório, o impedimento de criação de novos municípios e, até mesmo, permitir a alternativa de fusão entre eles -, além da readequação da re-



presentatividade dos estados junto ao Congresso Nacional. Também será preciso revisar e aprimorar a Reforma Tributária que pretende vigorar no país e que já deveria ter acrescentado no seu bojo o estabelecimento do Imposto de Renda municipal e estadual, com a extinção do Fundo de Participação de Estados e Municípios.

Para que isso possa ocorrer, será necessário coragem, ousadia e buscar o novo. Nesse sentido, a premissa básica tem de ser o objetivo

da transformação do País em uma Nação desenvolvida, moderna, mais justa e próspera. É verdade que já perdemos o bonde da história e agora estamos correndo, ademais, o sério risco de perdermos o foguete do futuro!

Basicamente, não precisamos inventar nada de novo ou criar novas rodas, bastando conhecer, distinguir e aplicar modelos bem-sucedidos e já consagrados nos países desenvolvidos - e isso se chama benchmarking.

Enalteço, especialmente nesta oportunidade, a ação do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, o Profeta do Desenvolvimento. JK diagnosticou que o crescimento econômico vigoroso, consistente e contínuo era o remédio certo para tirar o Brasil do atraso e posicioná-lo numa trajetória rumo ao desenvolvimento. Ele estava e continua absolutamente correto, sendo que esta fórmula permanece perfeitamente válida e aplicável para os tempos atuais.

Neste próximo mês de setembro o BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – uma relevante marca atrelada ao desenvolvimento de Minas, estará comemorando os 64 anos de sua fundação. Aliás, cabe ressaltar que a criação da instituição foi uma ideia do próprio JK, quando governou o Estado.

Há exatos 37 anos, na qualidade de presidente dessa instituição, liderei um novo e amplo estudo sobre a economia mundial, a brasileira e, em grande medida, sobre Minas Gerais. Entre os vários elementos destacados naquele estudo e que compõem a vasta dimensão dos seus assuntos analisados e tratados reproduzo, a seguir, alguns destaques especiais – ressaltando que, àquela época, Minas Gerais era a segunda maior e mais importante economia do País.

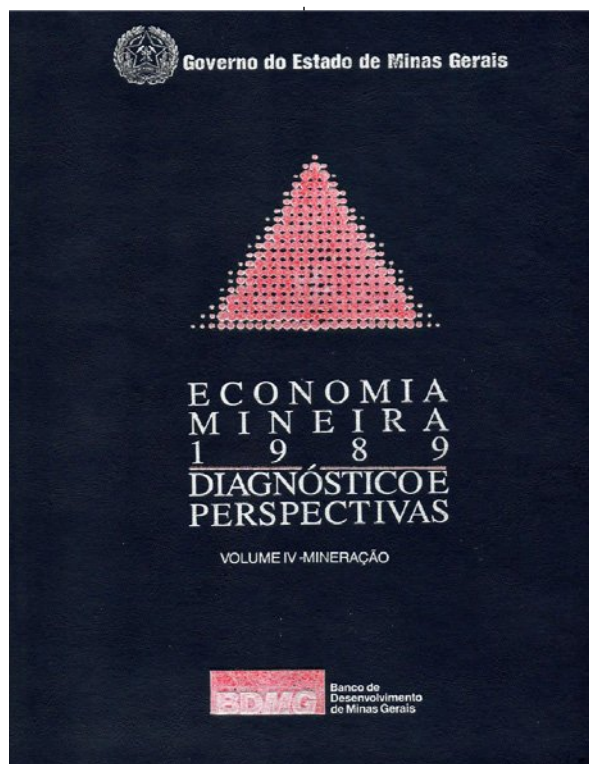
Esse desafio da realização de novo estudo sobre a realidade econômica estadual, brasileira e internacional, foi por mim lançado por ocasião da minha posse na pre-

sidência da instituição. Considerado na oportunidade como o “Novo Diagnóstico da Economia Mineira”, teve os seus trabalhos supervisionados por Paulo Eduardo Rocha Brant, cabendo a sua coordenação ao economista Iran Almeida Pordeus.

O documento intitulado **“Economia Mineira 1989 – Diagnóstico e Perspectivas”**, compreendia cinco volumes em sete (Síntese e Propostas; Indústria – Novos Desafios, Estudos Setoriais; Agropecuária – Visão Global, Regionalização da Produção; Mineração; Energia e Transporte; Aspectos e regionais) – contendo mais de mil páginas reunidas em uma coleção com 10 mil exemplares impressos, tendo sido oficialmente lançado em agosto de 1989 e serviu como base e fundamento a vários programas econômicos de candidatura à presidência da República ao final do referido ano.

Alguns desses assuntos ainda constituem, na atualidade, autênticas fontes inspiradoras a novas tomadas de decisão na busca pela reversão ao quadro de estagnação econômica no qual nos tornamos prisioneiros.

Um deles era que a premissa de que a trilha do País no futuro haveria de ser identificada e associada como a trilha da modernidade: do crescimento econômico vigoroso – sustentando e sustentável – sintonizado com as grandes e cada vez maiores transformações que se verificassem na economia internacional, e voltado para a minimização dos problemas sociais;



da democracia, plena e efetiva, onde a real participação de todos os segmentos da Sociedade, nas decisões políticas do País, não se traduzisse apenas na mera defesa de interesses corporativistas ou no populismo inconsequente – como é atualmente, mas que pudessem sintetizar as suas aspirações maiores, transformando-as em ações factíveis, na direção firme do progresso.

Sem a ocorrência de substancial crescimento econômico não há saída para nós brasileiros e se este barco chamado Brasil afundar, é preciso ficar claro que todos nós também afundaremos, independentemente de estarmos mais à sua esquerda, centro ou direita. Urge, por esse motivo, despolitizar e desideologizar o debate econômico.

Há muito, o Brasil está acometido de uma doença que intitulo de “síndrome do raquitismo econômico” – em função da estagnação da sua economia e os baixos níveis de investimento – fatores esses que podem ser considerados uma completa indignação quando, principalmente, comparados com as médias alcançadas pela economia mundial e muito pior ainda, em relação aos países considerados emergentes ou em desenvolvimento, categoria da qual pertencemos. Já há quase quatro décadas o país cresce como rabo de cavalo, para trás e para baixo. A constatação é que, simplesmente, desaprendemos a crescer, a nossa máquina propulsora do crescimento econômico vigoroso e contínuo enferrujou-se ou está quebrada.

País que não cresce economicamente está condenado ao ananismo, ao atraso e ao empobrecimento. Isso potencializa tensões e eleva as perspectivas sociais a condições explosivas – podendo colocar em risco a ainda incipiente democracia brasileira.

A instabilidade e as sucessivas crises têm levado a política econômica brasileira a uma postura eminentemente imediatista, onde a busca da estabilização ofusca todos os problemas de médio e longo prazos.

A obsessão pelas questões conjunturais retira da economia qualquer referencial, qualquer norte. A maior parte da energia social esgota-se na perseguição do equilíbrio das contas públicas e da redução dos índices da inflação.

Os brasileiros precisam recuperar a bandeira de nossas bandeiras, que é a Esperança!

O Brasil necessita se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a nossa meta prioritária número 1!

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção já tive-

mos, antes, vários exemplos de sucesso e que, presente-mente, poderiam nos servir de inspiração, como foi o Plano de Metas, implementado durante o Governo JK.

Repito, país que não cresce economicamente é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma “Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional” – em que a transformação do Brasil em **Nação Desenvolvida** seja o grande e maior objetivo.

JK já afirmava que as maiores ameaças à democracia são a miséria, o desemprego e o subdesenvolvimento. A busca obsessiva pela estabilidade econômica tem nos ofuscado todas as possibilidades de colocar o desenvolvimento como a nossa grande, prioritária e fundamental meta nacional, e corremos ainda o risco de ficarmos durante vários anos, ainda pela frente, relegando o crescimento vigoroso pela discussão centrada apenas no ajuste e no equilíbrio das contas públicas. E, enquanto isso, os níveis de emprego e sua qualidade, de produtividade, de renda e do endividamento público só



tendem a piorar, alcançando situações desconfortáveis e a desconfiança dos empresários e dos investidores em geral, principalmente os relativos ao capital estrangeiro.

JK também já alertava que é preciso que nos capacitássemos, de uma vez para sempre, de que o desenvolvimento do Brasil é uma condição ligada à nossa sobrevivência num mundo que se impõe, mais e mais, pela força de sua vertiginosa marcha técnica.

De acordo com JK não temos de nos desenvolver apenas por ambição mesmo justa, mas desenvolver para sobreviver. E que o desenvolvimento é questão ligada à segurança nacional!

Reforço que o desenvolvimento econômico precisa convolar-se como a nossa

Meta Prioritária e Número Um. Para que isso venha a ocorrer requer-se uma transformação radical e, principalmente, uma mudança de mentalidade. É como o presidente Juscelino Kubitschek também já afirmava:

“Não se faz, não se opera a modificação de um país, sem que haja também uma mentalidade, a mentalidade para o desenvolvimento, a mentalidade de um grande País”.

Para concluir reproduzo, a seguir, expressões que usamos na elaboração daquele estudo a que antes já havia me referido e intitulado **“Economia Mineira – Diagnóstico e Perspectivas”**:

“Minas é o Estado-Síntese do País. Daqui deve ecoar, neste momento em que o País está apreensivo pelas suas dificuldades momentâneas e por isto

impossibilitado de enxergar o futuro que tem em suas mãos, um grito de esperança e fé. Mas, também, deve ressoar um clamor pela adoção de atitudes novas, corajosas e criativas por parte da Sociedade e do Governo, único caminho para que o sonho se torne real.

Devemos tratar de buscar uma nova mineiridade, não ensimesmada, mas extrovertida, transparente, permeável, aberta, posto que ainda discreta e recatada.

A visão que se descortina para o futuro próximo pode (precisa e deve) ser considerada otimista e que caminharemos rumo ao nosso habitat natural, o habitat do desenvolvimento e das transformações econômicas e sociais.

No entanto, não significa acreditar na automaticidade da superação dos problemas, mas, ao contrário, ter convicção de que, mais do que nunca, requer-se da Sociedade e do Governo posturas novas, criativas e ousadas.

A aposta que se impõe fazer é no desenvolvimento do Estado e do País e na possibilidade de conciliar-se o crescimento vigoroso e a modernização da economia, com a justiça social e democracia”.



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL
DE ECONOMIA, FINANÇAS
E NEGÓCIOS FEITA
EM MINAS GERAIS

58,4
MILHÕES
DE VISUALIZAÇÕES

**De junho de 2025
a maio de 2026** – de
acordo com o Google
Analytics Search.

Com 33 anos de tradição, a newsletter **MercadoComum** expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa
para quem decide
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 30 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC realiza, há 29 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu, em 2025, o 27º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas,
- em PDF e por e-mail, Whatsapp, Facebook, LinkedIn e Telegram a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar – CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG

Site: www.mercadocomum.com – E-mail: revistamc@uol.com.br – Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM

HÁ 33 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Brasileiros estão entre os mais insatisfeitos do mundo com a infraestrutura nacional

65% da população acreditam que o país não investe o suficiente no setor. abastecimento de água e defesa contra inundações são as principais prioridades

Uma nova pesquisa da Ipsos, o "Global Infrastructure Index 2026", revela um profundo descontentamento da população brasileira com a infraestrutura do país. De acordo com o estudo, que ouviu mais de 21 mil pessoas em 29 países, o Brasil figura entre as nações com os mais altos índices de insatisfação: 45% dos brasileiros se declaram insatisfeitos com a infraestrutura nacional, um dos maiores percentuais registrados, superando a média mundial de 30%.

Dois em cada três brasileiros (65%) acreditam que o país não está fazendo o bastante para atender às necessidades de infraestrutura, 8 pontos percentuais (p.p.) acima da média global, de 57%. A concordância com a afirmação é maior entre os homens (67%) do que entre as mulheres (62%); entre a Geração Baby Boomer (74%) e entre as pessoas de maior poder aquisitivo (74%).

Os entrevistados revelam ainda baixa confiança na capacidade de execução das obras: 28% dos brasileiros consideram que o país tem um bom histórico na entrega de projetos de infraestrutura.

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

Questionados sobre onde os investimentos deveriam ser priorizados, os brasileiros apontam como prioridades:

1. *Abastecimento de água e esgoto e defesa contra inundações (empatados com 55%)*
2. *Nova oferta de moradias (46%)*
3. *Calçadas, passarelas e áreas de pedestres (38%)*



4. *Rede de rodovias e vias principais (34%)*
5. *Infraestrutura de energia solar (33%)*

A pesquisa destaca também que, para 74% dos brasileiros, o investimento em infraestrutura é visto como um motor para a criação de empregos e o estímulo da economia. Para 40%, os gastos para melhorar a infraestrutura do país devem aumentar, mesmo que isso signifique impostos ou custos mais altos para os consumidores.

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SETOR PÚBLICO/PRIVADO

A pesquisa analisou ainda a percepção dos brasileiros sobre as mudanças climáticas e o setor privado: 72% acreditam que o investimento em infraestrutura dará uma contribuição importante para o combate às mudanças climáticas e 69% não

acham que a infraestrutura no Brasil foi adaptada o suficiente para lidar com elas.

Sobre a aprovação ao investimento de empresas do setor privado na infraestrutura do país, 72% concordam, se isso significar a obtenção das melhorias necessárias. Os brasileiros que acreditam que o setor privado é mais eficiente no uso de tecnologia de ponta para manter a infraestrutura somam 27%, em comparação com 22% que confiam mais no setor público. No entanto, mais entrevistados acreditam que o setor público é melhor para atender às necessidades de todos os cidadãos (31%), contra 16% que preferem o setor privado.

"A pesquisa evidencia que o brasileiro tem clareza do papel da infraestrutura para o futuro do país, seja para combater as mudanças climáticas ou para impulsionar a economia.

O recado para os setores público e privado é de que precisamos acelerar as entregas, priorizando o básico — como água e moradia —, e garantir que nossas cidades estejam preparadas e adaptadas para os desafios climáticos e sociais da próxima década”, conclui Márcia Cavallari, líder de pesquisas de opinião pública e reputação corporativa na Ipsos no Brasil.

O ESTUDO

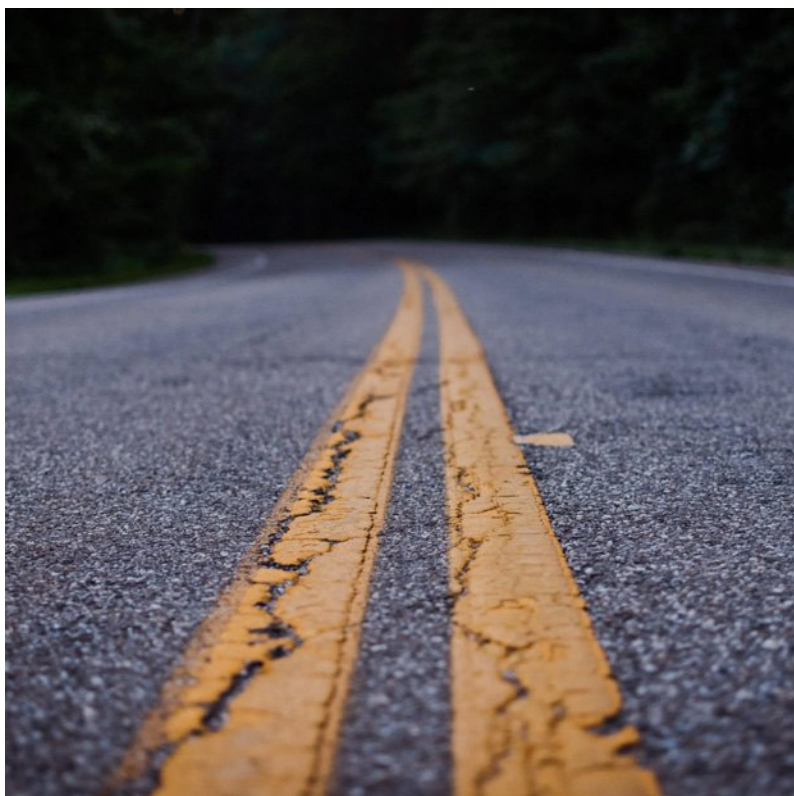
A pesquisa foi realizada pela Ipsos em 29 países, por meio de sua plataforma online Global Advisor, entre sexta-feira, 24 de abril, e sexta-feira, 8 de maio de 2026.

A Ipsos entrevistou um total de 21.521 adultos com 18 anos ou mais na Índia, de 18 a 74 anos no Canadá, República da Irlanda, Malásia, África do Sul, Turquia e Estados Unidos, de 20 a 74 anos na Tailândia, de 21 a 74 anos na Indonésia e Singapura, e de 16 a 74 anos em todos os outros países.

No Brasil, a amostra consiste em aproximadamente 1.000 indivíduos. Os dados são ponderados para que a composição da amostra de cada país reflita melhor o perfil demográfico da população adulta, de acordo com os dados do censo mais recente.

A precisão das pesquisas on-line da Ipsos é calculada usando um intervalo de credibilidade, sendo que uma pesquisa com $N=1.000$ tem uma margem de erro de $\pm 3,5$ pontos percentuais e uma pesquisa com $N=500$ tem uma margem de erro de $\pm 5,0$ pontos percentuais. Para mais informações sobre o uso de intervalos de credibilidade pela Ipsos, visite o site da Ipsos.

A Ipsos é uma empresa de pesquisa de mercado independente, presente em 90 mercados. A companhia, que tem globalmente mais de 6.000 clientes e 20.000 colaboradores, entrega dados e análises sobre pesso-



as, mercados, marcas e sociedades para facilitar a tomada de decisão das empresas e das organizações. Maior empresa de pesquisa eleitoral do mundo, a Ipsos atua ainda nas áreas de marketing, comunicação, mídia, customer experience, engajamento de colaboradores e opinião pública.

Os pesquisadores da Ipsos avaliam o potencial do mercado e interpretam as tendências. Desenvolvem e constroem marcas, ajudam os clientes a construir relacionamento de longo prazo com seus parceiros, testam publicidade e medem a opinião pública ao redor do mundo.

Uberlândia, em Minas Gerais, está entre os cinco municípios com melhor qualidade de vida entre grandes cidades no Brasil

Ranking IPS Brasil 2026 considerou todas as cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, exceto as capitais; município obteve nota 69,73, sendo a melhor cidade mineira no recorte geral

A gestão de políticas públicas pela Prefeitura de Uberlândia tem gerado resultados que posicionam o município entre os destaques do país. Conforme o Ranking Índice de Progresso Social (IPS) Brasil 2026, Uberlândia configura-se entre os cinco municípios brasileiros com melhor qualidade de vida entre aqueles com mais de 500 mil habitantes, exceto as capitais. Com nota 69,73, a cidade ficou na 5ª posição geral, superando, inclusive, a pontuação conquistada no levantamento do ano anterior, quando registrou 68,53.

“Nosso desempenho neste estudo mostra que o Município tem oferecido condições adequadas e necessárias à população. Nos empenhamos em contribuir com a qualidade de vida de todos, porque sabemos que é por meio das políticas públicas que Uberlândia tem conseguido prosperar. O trabalho que a gestão municipal exerce, diariamente, está atrelado à oferta de mais empregos, mais renda e oportunidades, com serviços públicos de qualidade, que geram resultados positivos”, celebrou o prefeito Paulo Sérgio.

No recorte feito pelo IPS Brasil 2026, Uberlândia posiciona-se como a que possui melhor qualidade de vida em Minas Gerais. Enquanto no comparativo geral, a cidade está à frente de municípios do mesmo porte como, por exemplo, Juiz de Fora/MG (68,95), São José dos Campos/SP (68,31) e Guarulhos/SP (68,07).



O IPS Brasil é uma ferramenta de gestão territorial baseada em dados públicos que mensuram a qualidade de vida da população. O índice proporciona um panorama multidimensional e acessível sobre a performance de municípios e estados em atender às necessidades básicas

de seus cidadãos. O IPS Brasil 2026 foi composto por 57 indicadores secundários de fontes públicas sociais, ambientais e que medem resultados. As avaliações são determinadas por notas de 0 a 100, após a análise de dimensões e componentes previamente estabelecidos.

Geração Z transforma relações de trabalho e leva empresas a se adaptarem

Perfil mais dinâmico e conectado desafia organizações a repensar estratégias de atração e retenção de talentos

A chegada da Geração Z ao mercado de trabalho tem provocado mudanças na forma como empresas e profissionais se relacionam. Mais do que ocupar novas vagas, esses jovens trazem diferentes expectativas sobre carreira, propósito e qualidade de vida. Por esse motivo, muitas organizações estão sendo desafiadas a repensar modelos tradicionais para atrair e reter talentos.

Nascidos entre 1997 e 2010, cercados pela tecnologia e pelo acesso rápido à informação, os jovens dessa geração tendem a valorizar ambientes mais dinâmicos, colaborativos e alinhados aos seus valores. Segundo a docente do Programa Jovem Aprendiz do Senac Viamão, Cristiane Silva de Lisboa, uma das principais diferenças em comparação com as gerações passadas, está na forma como o trabalho é encarado. “São jovens que gostam de entender o propósito do que fazem. Eles querem participar, opinar e compreender como seu trabalho contribui para o todo. Também valorizam muito a comunicação aberta e o reconhecimento”, explica.

Além disso, a busca por equilíbrio entre vida pessoal e profissional ganha protagonismo. A flexibilidade, antes vista como um benefício, passa a ser considerada essencial para muitos desses profissionais. “Para muitos, ela é vista como uma forma de equilibrar trabalho, estudos, família e vida pessoal. Eles buscam oportunidades de aprendizado, crescimento e desenvolvimento. Querem construir uma carreira, mas também desejam qualidade de vida, equilíbrio e um trabalho que faça sentido”, destaca.

No entanto, essa mudança de postura também traz desafios. Apesar de possuírem facilidade para lidar com a tecnologia, acessar informações e aprender rapidamente, os jovens também precisam desenvolver habilidades relacionadas à



concentração, paciência e gestão do excesso de informações. “Muitos estão acostumados com respostas rápidas e podem esperar resultados em menos tempo. Um dos desafios é compreender que o crescimento profissional exige dedicação e construção gradual”, afirma Cristiane.

As diferenças também aparecem na relação com as empresas. Enquanto os jovens esperam mais diálogo, participação e feedback constante, muitas organizações ainda operam com estruturas mais tradicionais. “Essas diferenças aparecem principalmente na comunicação e na forma de encarar o desenvolvimento profissional. Por isso eles costumam se adaptar melhor a ambientes que promovem diálogo, colaboração e respeito. Não rejeitam regras, mas gostam de entender sua importância”, pontua.

Para a docente, a adaptação não deve ser unilateral. “As empresas devem compreender as novas necessidades dos profissionais, enquanto os jovens precisam desenvolver comprometimento, responsabilidade e resiliência diante dos desafios do trabalho. Alguns jovens acreditam que alcançarão crescimento rápido e reconhecimento imediato. Com a experiência, normalmente compreendem melhor os desafios e etapas da construção de uma carreira”, avalia.

Do ponto de vista das organizações, compreender esse perfil é fundamental para manter a competitividade. Empresas que prometem um ambiente inovador sem oferecer oportunidades reais de crescimento, não investem em desenvolvimento profissional e não mantêm uma comunicação transparente não conseguirão reter esses profissionais. “As organizações precisam acompanhar as mudanças da sociedade e das novas gerações para permanecerem atrativas e competitivas”, complementa.

Quando há alinhamento entre empresa e colaborador, os impactos são positivos. Esse cenário contribui para ambientes mais colaborativos e para a construção de relações de trabalho mais sustentáveis no longo prazo. “O engajamento aumenta, o que favorece a produtividade, a inovação e a retenção de talentos”, diz Cristiane.

A tendência, segundo a docente, é que essa geração ganhe ainda mais espaço nos próximos anos, influenciando diretamente a cultura das organizações. Diante desse cenário, empresas que souberem se adaptar terão mais chances de atrair, desenvolver e reter talentos. “Vejo uma geração ocupando posições de liderança e contribuindo para transformar a forma de trabalhar, com profissionais cada vez mais conectados, inovadores e atentos às questões humanas e sociais”, conclui.

Cedro Participações anuncia José Carlos Martins na presidência do Conselho de Administração

Conselheiro da companhia desde a fundação e executivo com trajetória em algumas das maiores empresas de mineração e siderurgia do país, Martins assume a presidência do colegiado em uma transição que expressa a maturidade da governança do grupo

A Cedro Participações acaba de anunciar José Carlos Martins como o novo presidente de seu Conselho de Administração. A sucessão é um movimento natural de uma governança já consolidada e marca a passagem de bastão de Lucas Kallas, fundador da companhia, que passará a se dedicar à consolidação de novos empreendimentos.

A mudança no comando do colegiado ocorre em um momento em que a empresa - com mais de 3 mil colaboradores diretos, gestão consolidada, demonstrações financeiras auditadas por auditoria independente há mais de cinco anos e governança madura - executa um plano de expansão que assegura crescimento e continuidade sustentados pela própria operação e pela geração de caixa do grupo.

“Martins é um dos nomes mais respeitados do mercado de mineração e infraestrutura no Brasil e no mundo. Sua experiência é um ativo importante para a Cedro e nos dá plena tranquilidade para avançar em nossos planos de expansão. A Cedro hoje caminha com as próprias pernas, com equipe, governança e projetos consolidados”, afirma Kallas.

A solidez institucional do grupo é reconhecida por avaliações independentes. A Cedro possui rating de crédito em escala nacional atribuído pela Fitch Ratings, bem como rating ESG conferido pela Sustainable Fitch, braço de finanças sustentáveis da mesma agência. A Fitch conduz, ain-



da, a elaboração do rating em escala global da companhia, que se somará à classificação local e ampliará sua visibilidade perante investidores internacionais.

Conselheiro da Cedro desde sua fundação, em 2018, José Carlos Martins construiu carreira em posições de liderança em algumas das maiores empresas do setor, entre as quais Vale e CSN, nas quais ocupou cargos executivos de destaque. Acompanhou de

perto cada etapa do crescimento do grupo e assume a presidência do Conselho com amplo conhecimento da estratégia, das operações e da cultura da companhia.

“A Cedro tem muita ambição e vontade de crescer. Espero continuar contribuindo para esse ciclo positivo de desenvolvimento que se reflete em todas as suas iniciativas”, diz Martins.

A companhia também incorpo-



rará mais dois conselheiros independentes à nova composição do colegiado, ampliando a diversidade de perspectivas e reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. O movimento acompanha a estratégia de concentrar esforços no core business de mineração e infraestrutura logística.

A Cedro percorreu uma trajetória singular no setor. Partiu de uma operação de concentração de minério de ferro em Nova Lima (MG) para atingir uma produção anual de cerca de 7 milhões de toneladas nos complexos de Nova Lima e Mariana (MG), com receita anual da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Nesse período, também se tornou referência em mineração sustentável ao adotar o empilhamento a seco de rejeitos em todas as operações e atuar de forma pioneira na descaracterização de barragens.

A companhia avança em um novo ciclo de investimentos, iniciado nos últimos anos, com destaque para a expansão das operações minerárias em Mariana (MG), voltada à produção de pellet feed de alta qualidade, e para projetos de infraestrutura logística,

como a ferrovia shortline Serra Azul, em Minas Gerais, e o Porto do Meio, em Itaguaí (RJ) - terminal portuário arrematado em leilão na B3.

Com esses investimentos, a Cedro caminha para se tornar a primeira mineradora brasileira de minério de ferro de capital fechado a controlar toda a cadeia produtiva, da extração ao embarque. O grupo também mantém atuação diversificada por meio da Cedro Agro, responsável pelo maior plantio de café irrigado do país, na Serra do Cabral (MG), além de projetos no setor imobiliário.

Com a estrutura de gestão e o Conselho de Administração consolidados, a Cedro segue sua trajetória com plena autonomia operacional. Kallas dedicará sua energia empreendedora a um novo projeto, identificado durante a intensa agenda internacional cumprida no último ano - período em que visitou 17 países e acumulou mais de 540 horas de voo pela Ásia, África, Europa, Oriente Médio e Américas -, repetindo a dinâmica que marcou sua trajetória: criar, estruturar e expandir negócios.

No campo social, a administração dará continuidade aos projetos que pretende consolidar como legado em Minas Gerais. "Lideramos mais de 60 projetos sociais e já investimos mais de R\$ 80 milhões em ações voltadas para a educação, cultura, esporte e saúde", lembra Kallas. "A holding é mantenedora de uma creche que atende mais de 800 crianças em tempo integral em Nova Lima, oferecendo mais de 4 mil refeições por dia."

Uma frase de origem bíblica permeia a cultura da empresa, lembra Kallas: "Na Bíblia, o cedro é símbolo de força, perseverança e firmeza. Não é a ausência de tempestades que nos mantém de pé, e sim a profundidade de nossas raízes".

Fundada em 2018, a Cedro Participações é uma holding mineira com atuação nos setores de mineração e infraestrutura logística. Auditada pela KPMG e classificada pela Fitch Ratings, a companhia executa um plano de investimentos de aproximadamente R\$ 5 bilhões até 2030, com o objetivo de alcançar uma produção anual de 20 milhões de toneladas de minério de ferro, com foco em pellet feed.

Wilson Junior assume a presidência do Aché

O Aché Laboratórios Farmacêuticos anuncia que Wilson Nascimento Pereira Junior é o novo Diretor-Presidente da companhia. No Aché desde fevereiro de 2023, o profissional ocupava o cargo de Diretor Executivo de Prescrição e Cuidados Especiais.

À frente da organização, conduzirá um novo ciclo de aceleração do crescimento, baseado nas fortalezas históricas da companhia de pioneirismo e inovação em saúde, tendo como principal missão dar continuidade a materialização do propósito de levar mais vida a milhões de pessoas.

Em sua trajetória, como integrante do Comitê Executivo, Wilson participou ativamente, ao lado das demais lideranças, da construção e implementação de uma jornada de revitalização impulsionada pela centralidade no paciente, pela sólida relação de ética e de confiança com médicos e profissionais de saúde, pela inovação e pela cultura única do Aché.

Formado em Administração de Empresas e com MBA pela FIA-USP, Wilson possui uma carreira de 20 anos dedicados ao setor farmacêutico.

A companhia ressalta que José Vicente Marino encerra seu ciclo profissional no Aché e agradece por sua liderança, dedicação e resultados conquistados. Durante sua gestão, liderou com sucesso a estratégia de crescimento e revitalização da companhia com fortalecimento do time, evolução das estruturas de inovação e à aceleração do lançamento de novos medicamentos.



Duras críticas à gestão de Romeu Zema em Minas Gerais, considerada de 'calote autorizado'

Eduardo Azeredo, ex-governador, afirmou que crescimento do débito de Minas com o governo federal ocorreu, principalmente, pela suspensão dos pagamentos autorizada pelo STF



O ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB) fez uma das críticas mais duras ao legado fiscal de Romeu Zema (Novo) desde o início da pré-campanha eleitoral. Em entrevista ao programa Café com Política, exibido no dia 14/7, no canal de O TEMPO no YouTube, o vice-presidente do PSDB mineiro afirmou que o estado viveu, durante os últimos anos, um período de "calote autorizado" ao suspender o pagamento da dívida com a União por força de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Azeredo, embora as liminares tenham permitido ao governo aliviar momentaneamente o caixa estadual, a consequência foi o crescimento contínuo do estoque da dívida, impulsionado principalmente pelos juros acumulados ao longo do período em que os pagamentos ficaram suspensos.

"Zema viveu, durante quatro anos, um calote autorizado. As dívidas anteriores que foram feitas por mim, por Aécio, por Anastasia e por outros governadores financiaram

obras e investimentos. A dele não. Foi uma dívida que cresceu só pelos juros, simplesmente porque deixou de ser paga", afirmou.

A declaração ocorre em um momento em que a situação fiscal volta ao centro do debate político. Minas ainda possui uma das maiores dívidas estaduais do país, superior a R\$ 200 bilhões, e o futuro governador terá entre os principais desafios encontrar uma solução definitiva para o passivo com a União.

CAPAG 2025 – Estados e Capitais

Como se pode ver na Tabela 19 e no Gráfico 41, atualmente três estados e o Distrito Federal possuem nota final de Capag C e outros dois estados têm Capag D. Desses entes, quatro participam de programas de apoio ao reequilíbrio fiscal. Os estados de MG, RJ e RS participam do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e o RN participa do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), enquanto o AC e DF não participam de nenhum programa de apoio ao reequilíbrio fiscal.

Quando o ente possui nota A no indicador de endividamento, nota A ou B no indicador de poupança corrente e nota A no indicador de liquidez relativa, atribui-se nota final igual a A. A nota A+ é atribuída quando o ente obtém nota A na Capag e nota Aicf no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi.

UF	Nota Final da CAPAG	Endividamento (DC) Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida Indicador		Poupança Corrente (PC) Média Ponderada da Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada Indicador		Índice de Liquidez Relativa(LR) (Obrig. Fin. - Disp. de Caixa) RCL	
AC	C	34,95	A	92,29	B	-1,03	C
AL	B+	86,90	B	88,31	B	0,36	B
AM	B+	42,80	A	93,33	B	1,07	B
AP	A	55,87	A	82,46	A	0,87	B
BA	B+	54,22	A	87,66	B	3,12	B
CE	A+	52,13	A	90,67	B	6,87	A
DF	C	30,85	A	95,27	C	1,01	B
ES	A+	31,88	A	77,75	A	7,48	A
GO	B+	65,53	B	86,28	B	12,95	A
MA	A	23,32	A	83,90	A	4,31	B
MG	D	181,78	C	95,21	B	-19,53	C
MS	B+	47,11	A	89,60	B	4,10	B
MT	A+	15,55	A	82,38	A	9,63	A
PA	B+	21,16	A	90,05	B	3,18	B
PB	A+	40,24	A	84,66	A	26,34	A
PE	B+	42,80	A	92,52	B	1,93	B
PI	B+	76,71	B	91,99	B	3,13	B
PR	A+	44,72	A	86,89	B	24,08	A
RJ	D	231,81	C	98,44	C	-8,70	C
RN	C	41,73	A	95,74	C	-16,04	C
RO	A+	33,36	A	86,91	B	9,88	A
RR	A	30,58	A	93,00	B	5,56	A
RS	C	224,02	C	94,98	B	-11,38	C
SC	A+	51,44	A	86,73	B	11,26	A
SE	A	34,55	A	88,50	B	12,80	A
SP	B	147,35	C	89,75	B	1,97	B
TO	B+	27,45	A	92,16	B	2,18	B

Gráfico 41
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados
Elaboração própria
Fonte: Tesouro Nacional



Tabela 19
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados
Elaboração própria
Valores em: %
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: As notas de Capag dos Estados não se tratam de simulação, uma vez que decorreram do processo de análise fiscal a que esses entes estão atualmente submetidos. As notas de Capag dos entes no RRF (GO, MG, RJ e RS) foram submetidas ao processo de revisão previsto no artigo 6º da Portaria MF nº 1.583, de 2023, e no artigo 30 da Portaria STN nº 2.831, de 2023.

Na avaliação de Azeredo, o governo estadual teve tempo suficiente para buscar uma negociação estrutural, sobretudo durante o período em que manteve alinhamento político com o governo federal, quando o presidente era Jair Bolsonaro (PL). Para Azeredo, a estratégia adotada priorizou o adiamento do problema em vez da construção de uma solução permanente.

O tucano também rebate o argumento de que governos anteriores seriam responsáveis pelo atual tamanho da dívida. Segundo ele, os empréstimos contratados por administrações passadas financiaram obras de infraestrutura, hospitais, estradas e investimentos públicos que permanecem à disposição da população.

"O dinheiro foi aplicado em obras que estão aí até hoje. É diferente de simplesmente deixar a dívida crescer porque ela deixou de ser paga", afirmou.

Fonte: Jornal O Tempo

Minas Gerais possui uma das piores situações fiscais do país

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou, recentemente e ilustrado a seguir, o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2025, quando classifica o Estado de Minas Gerais como o 2º pior em termos de Capacidade de Pagamento de seus compromissos (CAPAG), ficando atrás apenas do Rio de Janeiro.

Finanças de Minas estão em ‘ruínas’ e estado é ‘frequentemente negligenciado’, diz The Economist

O cenário, inclusive, representa um desafio ao próximo governador eleito em outubro que terá a missão de “cortar gastos drasticamente”, de acordo com a revista

Minas Gerais foi destaque em reportagem da revista britânica The Economist, publicada no dia 16 de junho. O material destacou o estado como uma síntese do Brasil e trouxe críticas às finanças mineiras que, segundo a publicação, estão em “ruínas”. O cenário, inclusive, representa um desafio ao próximo governador eleito em outubro que terá a missão de “cortar gastos drasticamente”, de acordo com a revista.

Na reportagem, o veículo britânico destacou o histórico mineiro em definir as eleições presidenciais desde a redemocratização. “Minas Gerais, o segundo estado mais populoso do Brasil, entre os 27 existentes, é frequentemente negligenciado. Não deveria ser. A geografia e a composição étnica de Minas Gerais, como o estado é conhecido, são um reflexo fiel do país”, diz o texto.

O material, ao destacar negativamente a gestão das finanças no estado, atribui o desempenho ao “efeito cumulativo do não provisionamento de pensões”. “Os juros deixam pouca margem para gastos discricionários”, diz o material. Além de criticar a questão fiscal, a The Economist também avaliou negativamente o estado das rodovias que cortam Minas e criticou o modo como as matérias-primas geradas em solo mineiro, como minério de ferro, nióbio e grafite, são utilizadas, majoritariamente, em exportação.

Ao fazer um contraponto com a situação do Brasil, a The Economist



ressaltou as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que a dívida pública bruta do país chegará a 107% do PIB até 2031. “Retornos atraentes fazem com que os brasileiros prefiram manter seu dinheiro em contas poupança em vez de investi-lo produtivamente em maquinário, pesquisa e desenvolvimento ou infraestrutura”, diz o texto.

O material ainda mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu construir capital político em Minas Gerais, vencendo as disputas presidenciais no estado nas três vezes em que foi eleito presidente, sem conseguir transferir o bom desempenho ao PT mineiro. “Lula tem 80 anos. A direita provavelmente prosperará em Minas Ge-

rais depois que ele deixar a política, enquanto o PT enfrentará dificuldades”, crava o material, que também coloca o deputado federal Nikolas Ferreira (PL) em destaque no cenário político mineiro.

Em nota, o governo de Minas refutou as críticas e atribuiu o desempenho ruim das finanças ao governo de Fernando Pimentel (PT). O Executivo disse que o estado passa por um processo de reorganização fiscal e financeira. “Ao longo dos últimos anos, foram adotadas medidas voltadas à responsabilidade fiscal, à eficiência do gasto público, à modernização da arrecadação e à regularização do fluxo financeiro estadual”, argumentou.

Fonte: O Tempo

PIB de Minas perde ritmo no início de 2026 e expansão da economia estadual continua inferior à média nacional

Resultado indica perda de ritmo da economia mineira no início de 2026; FIEMG projeta crescimento de 1,6% para o ano



O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais registrou retração de 0,5% no primeiro trimestre de 2026, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, já descontados os efeitos sazonais. O resultado ficou abaixo do desempenho nacional, que avançou 1,1% no mesmo período, e sinaliza perda de fôlego da atividade econômica mineira no início do ano.

Em valores correntes, o PIB estadual somou R\$ 285,7 bilhões. Pela ótica setorial, os serviços responderam por R\$ 160,1 bilhões, seguidos pela indústria, com R\$ 64,7 bilhões, e pela agropecuária, com R\$ 23,5 bilhões. Na margem, a agropecuária teve queda de 9,9%, enquanto a indústria recuou 0,5%, pressionada principalmente pela indústria extra-

DESEMPENHO DO PIB DE MINAS GERAIS DURANTE O GOVERNO ROMEU ZEMA X ECONOMIA BRASILEIRA - 2019/2025



2019 A 2022 ROME U ZEMA I EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,00	3,02
Média	1,42	1,43
Diferença	-0,01	+0,01
(Diferença de pontos percentuais)		
Acumulado		
Período	5,59	5,66

2023 A 2025 ROME U ZEMA II EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2023	3,40	3,24
2024*	3,10	3,42
2025*	1,40	2,29
Média	2,63	2,98
Diferença	-0,35	+0,35
(Diferença de pontos percentuais)		
Acumulado		
Período	8,10	9,22

2019 A 2025 ROME U ZEMA I + II EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
Média	1,94	2,10
Diferença	-0,16	+0,16
Acumulado		
Período	14,14	15,40
(Diferença de pontos percentuais)		

OBS: 2024 e 2025 são estimativas
*Leva-se em consideração a média nacional durante o mesmo período. Diferença em pontos percentuais. Fonte: IBGE/FJP - Elaboração: MinasPart Desenvolvimento



tiva, que caiu 5,4%.

O setor de serviços foi o principal vetor positivo do período, com crescimento de 0,7%, impulsionado pelo comércio e por outros serviços. Na comparação com o primeiro trimestre de 2025, o PIB mineiro caiu 0,7%, em contraste com a alta de 1,8% da economia brasileira.

Para 2026, a FIEMG projeta crescimento de 1,6% para o PIB de Minas Gerais, com avanço de 2,0% da indústria, 1,5% dos serviços e 0,9% da agropecuária. O cenário, no entanto, segue condicionado por juros elevados, pressões inflacionárias, incertezas externas e maior cautela nas decisões de investimento.

Nos 25 anos já decorridos deste século XXI, em catorze deles a variação da taxa do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional (2001, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2015, 2018, 2019, 2022, 2024 e 2025). Nos demais, a taxa foi positiva e superior – mas não o suficiente para colocar, no acumulado do período, o Estado em uma situação confortável em relação aos demais. Estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que, durante o

período de 2002 a 2023 - (últimos dados disponíveis oficialmente) enquanto o PIB brasileiro contabilizou uma expansão média anual de 2,2% e acumulada de 58,2%, o de Minas Gerais aumentou, em média, 2,0% anualmente e, no acumulado, 50,9% - situando-se o estado na 24ª posição quanto ao desempenho da economias estaduais no período, ficando à frente apenas dos estados do Bahia (49,9%), Rio de Janeiro (40,4%) Rio Grande do Sul (34,0%) respectivamente.

Os estudos preliminares divulgados pela FJP – Fundação João Pinheiro indicam que o PIB de Minas Gerais em 2025 totalizou R\$ 1.157 bilhões – equivalente a US\$ 207,11 bilhões. Esta é a terceira vez que o PIB de Minas ultrapassa a marca de R\$ 1 trilhão.

Em 2025, a Renda Per Capita dos mineiros foi de US\$ 9.680,77 – inferior à apurada em 2011 – de US\$ 11.963,10 e é considerada, ainda, menor do que a média nacional de US\$ 10.246,16 verificada naquele ano.

Destacamos que os dados relativos ao ano de 2025 são, ainda, considerados preliminares e sujeitos a futuras revisões.

**MINAS GERAIS X BRASIL
TAXA ANUAL E ACUMULADA
DE CRESCIMENTO DO PIB
PRODUTO INTERNO BRUTO
2001/2025 - Em %**

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-2,99	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,00	3,02
2023	3,40	3,24
2024*	3,10	3,42
2025*	1,40	2,29

*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2024 e 2025 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento



A renúncia fiscal de Minas Gerais e seus vícios

Nestor de Oliveira

Jornalista e escritor

Em recente decisão judicial, não pela transparência obrigatória do governo, os mineiros ficamos sabendo das renúncias fiscais do estado, em favor de empresas, com a política de atração e incentivos para produzir em Minas Gerais. Uma política até certo ponto aceitável, não estivesse nela embutido grande contraste quanto ao endividamento do estado e, o que é pior, aos males causados pelos favorecidos à vida da população. Atrair indústrias, gerar empregos, incentivar desenvolvimento, especialmente em áreas tecnológicas e afins aos produtos do estado é argumento justo e plenamente defensável. Um bom exemplo foi a atração da Fiat, hoje Stellantis, nos anos 70. Melhorar e zelar pela vida das pessoas, aumentar suas rendas, qualifica-las para os novos desafios, investir na saúde, educação e segurança são óbvias políticas inerentes à ação do estado e dever dos governos. Há, no entanto, um outro lado, nefasto e condenável.

Dentre as empresas favorecidas pela renúncia fiscal de Minas Gerais, estão a AMBEV, com mais de R\$ 1,5 bilhões, a Localiza e outras locadoras, com mais de R\$ 1 bilhão e a Souza Cruz, com mais de R\$ 600 milhões, valores que somados, até o final deste ano, representam mais de 26 bilhões de reais. A Mercado Livre com R\$ 500 milhões e a Eletrozema, com R\$ 2,28 milhões também estão na lista, assim como centenas de outras empresas. São indústrias e empresas, muitas delas com justificável incentivo para competirem, a partir de Minas Gerais, em concorrência a empresas de outros estados, onde também recebem incentivos e renúncias, atuam e geram empregos. Em Mi-



nas 20 empresas recebem mais de 40% de renúncias, o que caracteriza uma política de centralização e favorecimento discutível. Assim como são discutíveis os critérios para a concessão destes favores, em um estado endividado e sem condições de abrir mão de suas receitas. Vamos aos critérios.

Produzir e vender bebidas alcoólicas é permitido, por lei, na maioria dos países do mundo, porém é preciso estar atento às consequências do seu consumo e do quanto isto causa à nação e ao estado. Para a renúncia de R\$ 1,5 bilhões à AMBEV, não podemos nos esquecer do quanto custa, à sociedade, as doenças causadas pelo álcool, como a cirrose, pancreatite, hipertensão, câncer, demência e acidentes, os mais variados. Incentivar quem produz doenças não parece ser boa política, muito menos sobretaxar os consumidores,

como faz o governo de Minas. A cada hora 12 vidas são perdidas no país, pelo consumo de álcool. Favorece o empresário e castiga o consumidor, através da lei que tramita na Assembleia para a prorrogação da sobretaxação. Da mesma forma, e ainda pior, é renunciar impostos e incentivar a indústria tabagista, produtora do mais letal dos causadores de diversos tipos de câncer, enfisemas, doenças cardiovasculares, infartos, AVCs, além de infertilidade e cataratas. Atraímos, para Minas Gerais, uma fábrica de bombas suicidas, que consome recursos de nossa frágil saúde, em mais de 1,5 % do PIB do Brasil. São mais de 156 mil óbitos, no país, decorrentes do vício do fumo, por ano. Quanto às renúncias e incentivos à Eletrozema, podem ser legais, mas são imorais, já que um seu grande acionista era governador do estado, no período destes ganhos.

INTELIGÊNCIA QUE APONTA O CAMINHO



Há mais de 20 anos transformando dados em decisões estratégicas.

Combinamos pesquisa de mercado, análise de dados e inteligência estratégica para revelar oportunidades e direcionar organizações com precisão.



Decida com mais clareza. Cresça com mais inteligência.

jumpipi.com.br

Guilherme Abrantes é eleito presidente da FIEMG para a gestão 2027-2030

Empresário do setor lácteo assumirá a presidência da Federação em 1º de janeiro de 2027

Eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) para a gestão 2027-2030, Guilherme Silva Costa Abrantes afirmou que o fortalecimento da indústria será o eixo central de sua administração. Em coletiva de imprensa realizada no dia 21/7, ele apresentou as prioridades do próximo mandato e defendeu a continuidade dos projetos, acompanhada de mudanças e novos avanços.

A chapa única liderada por Abrantes recebeu 98,4% do total de votos contabilizados. Dos 125 votos registrados, 123 foram favoráveis, um contrário e um nulo. O mandato terá início em 1º de janeiro de 2027 e seguirá até 31 de dezembro de 2030.

Durante a entrevista, Abrantes afirmou que um dos principais desafios será manter a indústria mineira em trajetória de crescimento diante de questões tributárias, jurídicas e relacionadas ao custo da energia. “O desafio é ter uma indústria forte e que continue crescendo. Não é uma tarefa fácil. É um trabalho que já vem sendo realizado e que precisa continuar. Essa será uma luta constante em questões como tributação, segurança jurídica e energia. Com uma indústria forte, conseguimos promover o crescimento de Minas Gerais e do Brasil, gerar empregos e ampliar oportunidades”, afirmou.

Atual diretor financeiro da FIEMG, Abrantes destacou que a experiência na administração da entidade contribuirá para o processo de transição. Entre as prioridades da próxima gestão, ele apontou a educação e ressaltou o papel das escolas do Sesi e do Senai na formação de estudantes e profissionais qualificados.



Fotos: Sebastião Jacinto Júnior

Abrantes também defendeu a redução da burocracia e da carga tributária como caminhos para melhorar o ambiente de negócios, estimular o crescimento econômico e ampliar a geração de empregos. “Se diminuírmos a burocracia, tudo avança. Teremos geração de emprego, crescimento e melhores condições para investir em educação. Se a burocracia e a carga tributária diminuírem, a mudança na vida das pessoas será contínua”, disse. Para avançar nessas pautas, afirmou que buscará manter diálogo com os governos estadual e federal.

Questionado sobre as novas tarifas comerciais dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, defendeu uma atuação conjunta entre o poder público e as entidades empresariais. Segundo ele, as empresas afetadas devem receber apoio por meio do acesso ao crédito, do incentivo à inovação e da abertura de novos mercados.

Ao comentar o cenário político, Abrantes reforçou o caráter apartidário da FIEMG. “Vamos conversar com todos e buscar o que for melhor para a indústria. Independentemente de

lado A, B ou C, o que a FIEMG procura é diálogo e compromisso com os interesses do setor industrial”, declarou.

Guilherme Silva Costa Abrantes foi eleito no dia 20/7, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) para a gestão 2027-2030. A votação foi realizada presencialmente, das 11h às 17h, na sede da entidade, em Belo Horizonte.

A chapa única, encabeçada pelo empresário, recebeu 98,4% do total de votos contabilizados. O resultado foi divulgado pela Comissão Eleitoral da FIEMG após o encerramento da votação. Ao todo, foram contabilizados 125 votos, sendo 123 favoráveis à chapa, um contrário e um nulo.

O mandato terá início em 1º de janeiro de 2027 e seguirá até 31 de dezembro de 2030. A nova diretoria será responsável por conduzir as ações institucionais da Federação e representar os interesses da indústria mineira durante o período.

Após a divulgação do resultado, o presidente eleito agradeceu a con-

fiança dos representantes do setor industrial e reafirmou o compromisso de trabalhar pelo fortalecimento da indústria mineira. “Será uma gestão de continuidade, porque existe um legado consistente, mas continuidade não significa acomodação. Vamos avançar na defesa da indústria, ampliar a educação básica e a formação profissional e fortalecer a inovação. Nosso compromisso é estar cada vez mais próximos das empresas, dos sindicatos e das diferentes regiões de Minas Gerais”, destacou.

NOVO PRESIDENTE

Natural de Belo Horizonte, Guilherme Silva Costa Abrantes tem 55 anos, é empresário e formado em Administração pela Faculdade Integrada Newton Paiva. Sua trajetória no movimento sindical empresarial começou por meio do associativismo, especialmente no Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais (SILEMG).

No sindicato, exerceu durante vários anos a função de diretor financeiro antes de assumir a presidência da entidade. À frente do SILEMG, trabalhou para fortalecer a participação dos associados e ampliar a atuação institucional do setor lácteo.

Abrantes também integrou a diretoria do Sistema Fiemg na última gestão, na função de diretor financeiro. Como presidente eleito, defende uma atuação baseada na valorização das pessoas, no fortalecimento do associativismo, na descentralização das decisões e no compromisso com resultados.

À frente da Laticínios Dona Formosa, localizada em Águas Formosas, no Vale do Mucuri, Abrantes atua no setor desde 2000. Criada a partir de uma iniciativa familiar voltada inicialmente à produção de queijos, a empresa se desenvolveu ao longo dos anos e conta atualmente com cerca de 200 colaboradores.



COMPOSIÇÃO DA CHAPA ELEITA

Diretoria Executiva

Presidente:

Guilherme Silva Costa Abrantes.

Vice-presidentes:

Flávio Roscoe Nogueira; Rodrigo Rezende Simões; Mário Moraes Marques; Carlos Mário de Moraes; Daniel Magalhães Junqueira; Alexandre Mol Pessoa de Faria; Raphael Rocha Lafetá; Bruno Baeta Ligório; Marcos Vinícius Rocha Savoi; Winícius Segantine Dantas; Robert Carlos Lyra; Alessandro José Rios de Carvalho; Gustavo Rosa Lanna; Fabio Alexandre Sacioto; Rodrigo Kaukal Valladares.

1º diretor-secretário:

Humberto Tavares Nogueira.

2º diretor-secretário:

Tasso Foresti Galhano.

1º diretor financeiro:

Nelson José Gomes Barbosa.

2º diretor financeiro:

Ralph Luiz Perrupato.

Diretoria Consultiva – Titulares:

Élcio Fortunato do Carmo; Ragheb Hamade Filho; Sérgio Meirelles Filho; Augusto César Campos de Sousa Machado; Geraldo Gilberto de Oliveira Pinto; Sérgio Tavares Pires; Paulo André de Alcântara

Nacife; Ivana Serpa Braga; Rogério Márcio Vasconcellos; Heloisa Bertoli; Leonardo Teixeira Antunes; Wenilson Fernandes Carneiro; Carlos Eduardo Christino Manera; João Luis Rocha do Amaral; Ana Lúcia Machado Sabino; Ricardo Alencar Dias; Márcio Antunes Filgueira Júnior; Jeovane Geraldo da Silveira; Rodrigo Costa Batista; Nakle Mohallem; Arquimedes Cardoso Rosa; Ricardo Martins; Manoel Pereira Bernardes; Geraldo Vergilino de Freitas Júnior; René Wakil Junior.

Diretoria Consultiva – Suplentes:

Alexandre de Miranda Gonçalves; Sérgio Fernando de Macedo Moura; Fábio Veras de Souza; Rossini Ferreira Soares; Uniel Ribeiro de Rezende; Mauro Célio de Melo Júnior; Thiago Jorge Florentino; Walter Roque Baldi Júnior; Leonardo de Sousa da Silva; Rodrigo Amaral Martins; Philip Danza Franco; Jander Rosa Moreira; Gilberto Teixeira Pereira Coelho; José Roberto Schincariol; Ana Cláudia Costa e Costa; Pedro Henrique Araújo Amuí; Rafael Tomaz Braga de Melo; Rozângela do Amaral Tavares; Décio das Graças Alves Moreira; Marconi da Silva Santos; José Arlênio Veneziano; Maiana Tavares Amâncio de Sousa; José Balbino Maia de Figueiredo; Izabella Rodrigues Lages; Bráulio Campos.

Conselho Fiscal – Efetivos:

Lúcio Silva; Aroldo Teodoro Campos; Rogério Mascarenhas Cezarini.

Conselho Fiscal – Suplentes:

Maurício de Souza Lima; Rodrigo Silva Fernandes; Eduardo Carvalho Félix.

Delegados junto à CNI – Efetivos:

Guilherme Silva Costa Abrantes; Flávio Roscoe Nogueira.

Delegados junto à CNI – Suplentes:

Roberto de Souza Pinto; Alexandre Magno D'Assunção Freitas.

MEI alcança recorde histórico e fortalece a economia de Minas Gerais

Minas é o segundo estado com mais MEIs do país e amplia protagonismo dos pequenos empreendedores



Criado em 2008 para incentivar a formalização de trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, o programa do Microempreendedor Individual (MEI) consolidou-se como uma das mais importantes políticas públicas voltadas ao empreendedorismo no Brasil. Em pouco mais de 17 anos, o número de registros saltou de 43,6 mil, em 2009, para mais de 17 milhões de microempreendedores ativos em 2026, evidenciando o papel do programa na geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento dos pequenos negócios. Os dados fazem parte do estudo elaborado pelo Núcleo de Estudos Econômicos e de Inteligência da Fecomércio MG, com base em informações do Portal do Empreendedor, Receita Federal e pesquisas sobre o tema.

Minas Gerais ocupa posição de destaque nesse cenário. O estado reúne 1.852.470 Microempreendedores Individuais ativos e aparece como o segundo maior do país em número absoluto de registros, atrás apenas de São Paulo. Quando analisada a quantidade de Microempreendedores Individuais em relação ao tamanho da população, Minas Gerais ocupa a nona posição nacional, com 86,6 MEIs para cada mil habitantes (8,66%), demonstrando a ampla presença desse modelo de negócio em praticamente todo o território mineiro. O ranking é liderado por Santa Catarina, que registra 106,1 MEIs por mil habitantes (10,61%), seguida por Rio de Janeiro (104,8), São Paulo (103,5), Espírito Santo (100,3), Paraná (94,4), Rio Grande do Sul (92,8),

Distrito Federal (91,8) e Goiás (87,4). O indicador demonstra que essas unidades da federação apresentam maior densidade de empreendedores formalizados, reflexo de economias diversificadas, forte presença dos setores de comércio e serviços e elevada cultura empreendedora.

A capilaridade do programa é expressiva. Os 853 municípios mineiros possuem registros ativos de MEIs, reforçando o alcance da política de formalização em diferentes regiões do estado. Belo Horizonte lidera o ranking estadual com 296.169 microempreendedores formalizados, seguida por Uberlândia (88.200), Contagem (77.398), Juiz de Fora (59.136), Betim (46.678) e Montes Claros (37.995), municípios que con-

centram parte significativa da atividade empreendedora mineira.

O levantamento também mostra que o empreendedorismo formal permanece fortemente ligado ao setor terciário. Em Minas Gerais, 54,4% dos MEIs atuam no segmento de serviços e outros 23,7% desenvolvem atividades ligadas ao comércio, evidenciando a importância desses setores para a geração de emprego, renda e dinamização da economia local. Indústria (10,8%), construção civil (10,3%) e agropecuária (0,8%) completam a distribuição. “O crescimento do número de MEIs demonstra que o empreendedorismo continua sendo uma importante alternativa de geração de renda e inclusão econômica. O programa permitiu que milhões de trabalhadores saíssem da informalidade, passassem a ter acesso à proteção previdenciária e conquistassem melhores condições para desenvolver seus negócios”, destaca o economista da Fecomércio MG, Henrique Braga.

O perfil dos microempreendedores também revela tendências importantes. Em Minas Gerais, os homens representam 56% dos registros e as mulheres, 44%. Entre elas, predominam atividades ligadas aos segmentos de beleza, comércio de vestuário, alimentação e promoção de vendas. Já entre os homens destacam-se serviços de construção civil, transporte de cargas, transporte de passageiros e promoção de vendas.

A maior concentração de empreendedores está na faixa entre 31 e 40 anos (27,8%), seguida pelas idades de 41 a 50 anos (24,4%) e de 21 a 30 anos (20,1%). O estudo indica que o programa se consolidou principalmente entre pessoas em plena idade produtiva, que buscam empreender, complementar renda ou desenvolver atividades autônomas de forma regularizada.

Outra característica observada é a predominância dos estabelecimen-

Posição	Unidade da Federação	MEI por mil habitantes	Proporção MEI
1	Santa Catarina	106,1	10,61%
2	Rio de Janeiro	104,8	10,48%
3	São Paulo	103,5	10,35%
4	Espírito Santo	100,3	10,03%
5	Paraná	94,4	9,44%
6	Rio Grande do Sul	92,8	9,28%
7	Distrito Federal	91,8	9,18%
8	Goiás	87,4	8,74%
9	Minas Gerais	86,6	8,66%
10	Mato Grosso	83,8	8,38%
11	Mato Grosso do Sul	80,9	8,09%
12	Tocantins	68,2	6,82%
13	Rondônia	60,2	6,02%
14	Rio Grande do Norte	57,6	5,76%
15	Bahia	57,5	5,75%
16	Pernambuco	54,5	5,45%
17	Paraíba	53,5	5,35%
18	Ceará	52,0	5,20%
19	Alagoas	49,4	4,94%
20	Sergipe	49,4	4,94%
21	Roraima	43,0	4,30%
22	Amazonas	42,9	4,29%
23	Pará	39,6	3,96%
24	Piauí	38,1	3,81%
25	Amapá	36,2	3,62%
26	Acre	34,8	3,48%
27	Maranhão	28,2	2,82%

tos físicos. Cerca de 36,9% dos MEIs mineiros atuam em endereço fixo, enquanto 22,9% trabalham de forma itinerante, porta a porta ou em postos móveis. A internet aparece como o terceiro principal canal de atuação, utilizada por 18,5% dos empreendedores, confirmando a crescente digitalização dos pequenos negócios. Para Braga, a expansão do programa também reflete mudanças no mercado de trabalho e na forma como os brasileiros constroem sua renda.

O levantamento também evidencia a diversidade do empreendedorismo em Minas Gerais. Embora 99,75% dos microempreendedores individuais sejam brasileiros, o estado reúne empreendedores de diversas nacionalidades. Entre os estrangeiros, destacam-se os colombianos, que representam 22,43% desse grupo, seguidos pelos venezuelanos (19,45%),

portugueses (5,91%), bolivianos (5,46%) e haitianos (5,37%). A presença desses empreendedores demonstra que o programa também tem contribuído para a inclusão produtiva de imigrantes, ampliando sua participação na economia mineira e fortalecendo a diversidade do ambiente de negócios.

“O MEI estimula o empreendedorismo, amplia a arrecadação, fortalece o comércio e os serviços e cria oportunidades em praticamente todos os municípios do estado. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de políticas permanentes de capacitação, acesso ao crédito e incentivo à inovação”, destaca o economista. Embora os resultados sejam positivos, o levantamento chama atenção para desafios importantes. Um deles é a sustentabilidade do programa. Estudos apontam que apenas cerca

de 38% dos microempreendedores mantêm suas contribuições previdenciárias em dia, cenário que exige maior conscientização sobre a importância da regularidade fiscal e previdenciária. Outro ponto é o aperfeiçoamento das políticas públicas para ampliar a qualificação profissional, facilitar o acesso ao crédito e fortalecer a gestão dos pequenos negócios. “O fortalecimento do MEI passa pela educação empreendedora. Quanto maior o acesso à informação, gestão financeira e inovação, maiores são as chances de crescimento desses negócios, de geração de empregos e de desenvolvimento econômico regional”, afirma Braga.

O estudo conclui que o Microempreendedor Individual permanece como um dos principais instrumentos de formalização da economia brasileira, contribuindo para reduzir a informalidade, ampliar a produtividade e fortalecer principalmente os segmentos de comércio e serviços, responsáveis pela maior parte da atividade econômica do país.

O estudo elaborado pelo Núcleo de Estudos Econômicos e de Inteligência da Fecomércio MG teve como base, dados do Portal do Empreendedor e da Receita Federal, de junho de 2026, além das pesquisas “O impacto do programa Microempreendedor Individual no mercado de trabalho brasileiro”, de Ely e Uhr (2019), e “Análise do MEI: Evolução, características socioeconômicas e sustentabilidade fiscal”, de Veloso, Barbosa Filho e Peruchetti (2023). As análises também utilizam informações do IBGE e do Caged.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como

Posição	Município	Total Optantes
1	BELO HORIZONTE	296.169
2	UBERLANDIA	88.200
3	CONTAGEM	77.398
4	JUIZ DE FORA	59.136
5	BETIM	46.678
6	MONTES CLAROS	37.995
7	RIBEIRAO DAS NEVES	35.254
8	DIVINOPOLIS	30.902
9	UBERABA	29.967
10	GOVERNADOR VALADARES	29.523
11	IPATINGA	25.361
12	SANTA LUZIA	24.206
13	SETE LAGOAS	23.271
14	NOVA SERRANA	19.994
15	IBIRITE	18.961
16	POCOS DE CALDAS	18.147
17	PATOS DE MINAS	16.238
18	POUSO ALEGRE	15.019
19	VARGINHA	13.903
20	VESPASIANO	13.826

Fonte: Portal do Empreendedor | Elaboração: Núcleo Estudos Econômicas da Fecomércio MG

Forma Atuação	% em relação à UF
Estabelecimento fixo	36,94%
Porta a Porta, postos móveis ou por ambulantes	22,93%
Internet	18,54%
Em local fixo, fora da loja	11,34%
Televendas	6,04%
Correios	3,06%
Máquinas automáticas	1,16%

Fonte: Portal do Empreendedor | Elaboração: Núcleo Estudos Econômicas da Fecomércio MG

Nacionalidade	Nº. MEI	Nº MEI (%)
COLOMBIANA	1.048	22,43%
VENEZUELANA	909	19,45%
PORTUGUESA	276	5,91%
BOLIVIANA	255	5,46%
HAITIANA	251	5,37%
ARGENTINA	222	4,75%
CUBANA	140	3,00%
PERUANA	125	2,67%
CHILENA	120	2,57%
NORTE-AMERICANA	115	2,46%

Fonte: Portal do Empreendedor | Elaboração: Núcleo Estudos Econômicas da Fecomércio MG

porta-voz das demandas do empresário, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade. Outra importante atribuição da Fecomércio MG é a administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (Senac) em Minas Gerais. A atuação integrada das três casas fortalece a promoção de serviços que beneficiam comerciantes, empresários e a comunidade em geral, a partir de suas diversas unidades distribuídas pelo estado.



Elon Musk: 1º trilionário da história reacende debate sobre desigualdade, poder econômico e futuro do capitalismo, avalia professor da FECAP

Ahmed Sameer El Khatib

Doutor em Finanças e Doutor em Educação, Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais, graduado em Ciências Contábeis, Pós-doutor em Contabilidade e Pós-doutor em Administração. É graduando e doutorando em Psicologia Clínica. É professor e coordenador do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e professor adjunto de finanças da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

A ascensão de Elon Musk ao posto de primeiro trilionário da história representa muito mais do que um marco financeiro individual. Para o professor e coordenador do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Ahmed El Khatib, uma fortuna de tal grandeza simboliza uma transformação profunda na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela crescente concentração de riqueza, pelo avanço das tecnologias digitais e pelo fortalecimento do poder econômico privado em escala global.

A FORTUNA DE MUSK

Alcançou aproximadamente US\$ 1,2 trilhão, impulsionada principalmente pela valorização de suas participações em empresas como Tesla, SpaceX, xAI, Neuralink e outros negócios ligados à inteligência artificial, mobilidade, infraestrutura espacial e tecnologia. Para o professor da FECAP, o crescimento patrimonial do empresário difere significativamente daquele observado entre os grandes magnatas industriais dos séculos XIX e XX.

“O patrimônio dos grandes bilionários do passado estava ligado principalmente a ativos físicos, como fábricas, ferrovias, refinarias e infraestrutura industrial. Já a riqueza de Musk está associada a empresas cuja avaliação incorpora expectativas sobre mercados futuros, como inteli-



gência artificial, robótica, satélites e mobilidade autônoma”, explica.

O professor destaca que uma das principais características da economia atual é a capacidade de os mercados anteciparem valor. “A riqueza contemporânea não cresce apenas com base nos lucros já realizados. Ela também é impulsionada pela capitalização de expectativas. Quando investidores acreditam que uma empresa poderá dominar setores estratégicos no futuro, parte desse valor potencial é incorporada ao preço de mercado hoje”, afirma.

NOVA FASE DO CAPITALISMO

Para El Khatib, o surgimento do primeiro trilionário não representa apenas um recorde patrimonial, mas também um sinal das mudanças es-

truturais pelas quais o capitalismo vem passando nas últimas décadas. “O capitalismo industrial era baseado na expansão da capacidade produtiva física. O capitalismo financeiro ampliou a relevância dos mercados de capitais. Já o capitalismo digital-tecnológico é marcado pela importância dos dados, algoritmos, plataformas, propriedade intelectual e efeitos de rede”, observa.

Nesse contexto, empresas de tecnologia deixam de vender apenas produtos e passam a controlar ecossistemas inteiros. Segundo o professor, Tesla e SpaceX ilustram bem essa transformação. “A Tesla não é apenas uma montadora. Ela reúne software, baterias, infraestrutura de recarga, inteligência artificial e robótica. Da mesma forma, a SpaceX deixou de ser apenas uma empresa de foguetes para se tornar uma plataforma de infraestrutura estratégi-

ca que envolve conectividade, satélites, defesa e dados”, explica.

Na avaliação do especialista, essa nova lógica favorece níveis inéditos de concentração patrimonial. “Quem controla infraestruturas críticas digitais e tecnológicas passa a capturar uma parcela crescente da renda econômica. O vencedor não conquista apenas mercado; conquista posições estratégicas que podem ser extremamente difíceis de replicar”, afirma.

PODER ECONÔMICO EM ESCALA QUASE SOBERANA

Embora considere inadequado equiparar diretamente Musk a reis ou imperadores da história, Ahmed entende que existem paralelos relevantes quando se observa a dimensão do poder econômico acumulado.

“Um rei medieval concentrava poder sobre terras, tributos e exércitos. Musk não possui soberania formal, mas exerce influência sobre áreas estratégicas como inteligência artificial, satélites, conectividade global, infraestrutura espacial e mobilidade. Em determinados aspectos, trata-se de uma concentração de capacidade econômica comparável à de estruturas de poder quase soberanas”, analisa.

O professor ressalta que o principal significado do marco trilionário não está na liquidez imediata da fortuna, mas na influência que ela proporciona. “Uma fortuna dessa magnitude permite financiar projetos de grande escala, adquirir ativos estratégicos, influenciar cadeias produtivas, participar de debates regulatórios e moldar tendências tecnológicas globais. O debate não é simplesmente sobre riqueza individual, mas sobre assimetrias de poder econômico”, afirma.

DESIGUALDADE E DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA E A ECONOMIA

Ahmed alerta que a concentração

patrimonial tende a se tornar uma questão cada vez mais relevante do que a própria desigualdade de renda. “Salários crescem de forma relativamente lenta, enquanto ativos financeiros e tecnológicos podem multiplicar seu valor em poucos anos. Isso faz com que a diferença entre quem vive do trabalho e quem possui grandes ativos patrimoniais se amplie progressivamente”, explica.

Na avaliação do especialista, os efeitos dessa concentração podem ultrapassar a esfera econômica e atingir também a estabilidade política e social. “A riqueza extrema amplia a capacidade de influência sobre decisões públicas, regulações, investimentos e agendas estratégicas. Isso não significa necessariamente corrupção, mas gera uma assimetria importante entre cidadãos comuns e indivíduos que controlam recursos equivalentes ao orçamento de muitos países”, afirma.

Além disso, a elevada concentração de capital pode dificultar a concorrência. Empresas controladas por grandes bilionários possuem acesso privilegiado a financiamento, talentos, infraestrutura e dados, criando barreiras de entrada para novos competidores. “Existe o risco de uma economia mais inovadora, mas menos aberta à competição. A inovação é fundamental, mas precisa coexistir com mecanismos que preservem a concorrência e a mobilidade econômica”, destaca.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE ACELERAR CONCENTRAÇÃO

Outro fator de preocupação apontado pelo professor é o avanço da inteligência artificial. Segundo El Khatib, a própria estrutura necessária para desenvolver sistemas avançados de IA tende a favorecer grandes empresas e ampliar a concentração econômica.

“Inteligência artificial exige acesso a grandes volumes de dados, capacidade computacional, energia, chips avança-

dos e profissionais altamente qualificados. Esses recursos estão concentrados em poucos grupos econômicos. Por isso, a infraestrutura da IA tende a reforçar os efeitos de concentração já observados na economia digital”, explica.

Para o professor da Fecap, caso as tendências atuais sejam mantidas, o surgimento de novos trilionários nas próximas décadas será uma consequência natural. “É provável que vejamos outros trilionários nos próximos anos. Mas a questão mais relevante não é quantos serão. O verdadeiro debate é se caminharemos para uma economia em que um grupo cada vez menor de indivíduos controle as principais infraestruturas tecnológicas, financeiras e digitais do planeta”, avalia.

EQUILÍBRIO ENTRE INOVAÇÃO, CONCORRÊNCIA E LEGITIMIDADE SOCIAL

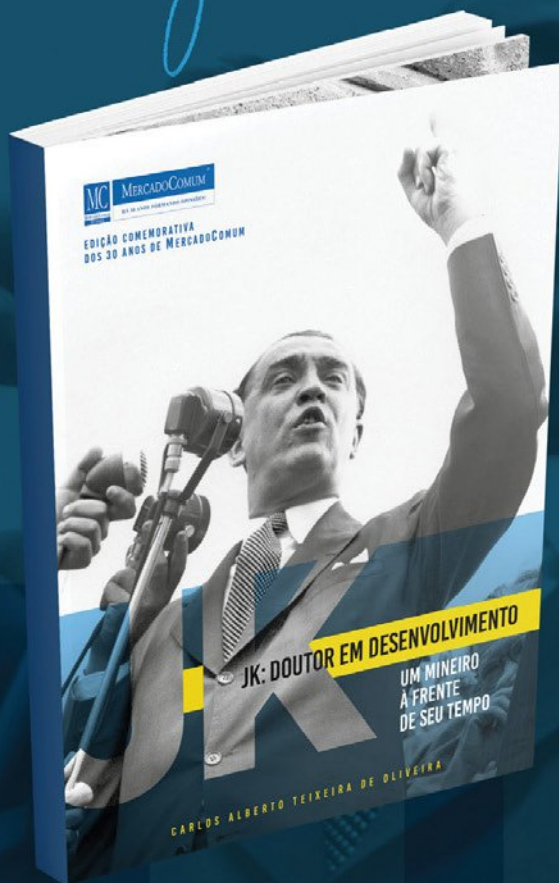
Diante desse cenário, o professor defende que o grande desafio do século XXI será construir mecanismos capazes de preservar os benefícios da inovação sem permitir que a concentração de riqueza comprometa a concorrência e a legitimidade das instituições.

“O debate sobre o primeiro trilionário não deve ser reduzido à pergunta sobre mérito individual. A questão central é compreender quais regras permitiram essa concentração, quais benefícios ela produziu para a sociedade e quais riscos ela gera para a concorrência, a democracia econômica e a estabilidade social”, conclui.

Para Ahmed El Khatib, o futuro do capitalismo dependerá da capacidade de equilibrar três elementos fundamentais: inovação, concorrência e legitimidade social. “Sem inovação, a economia perde dinamismo. Sem concorrência, a inovação pode se transformar em monopólio. E sem legitimidade social, o próprio sistema perde sustentação política ao longo do tempo”, finaliza.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro - União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADO COMUM®

JÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!



A grandeza de JK e a pequenez do ideologismo

Alisson Diego Batista Moraes

Advogado, professor e filósofo. Mestre em Ciências Sociais, com especializações em Gestão Empresarial e Direito Constitucional, possui 20 anos de experiência em gestão pública. Foi prefeito e secretário municipal. É escritor, consultor em planejamento e políticas públicas.

www.alissondiego.com.br

O ano de 2026 impõe ao Brasil uma dupla lembrança de Juscelino Kubitschek. Celebram-se os 70 anos de sua posse na Presidência da República e lamentam-se, no próximo 22 de agosto, os 50 anos de sua morte na Via Dutra, na altura de Resende, no Rio de Janeiro, durante décadas apresentada oficialmente como acidente automobilístico e hoje recolocada no campo das graves violações políticas da ditadura, depois de a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro. A publicação integral dos documentos e os debates que ainda virão não diminuem a prudência necessária; aumentam a responsabilidade histórica.

O presidente Juscelino atravessou a vida pública com uma convicção: fazer o Brasil confiar em si mesmo em nome de um projeto nacional de desenvolvimento econômico, social e humano. Não por acaso, instituições dedicadas à memória histórica vêm tratando a efeméride com a importância exigida. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais promoverá, neste mês de agosto, o simpósio “Juscelino Kubitschek: 50 anos de ausência (1976-2026) – Projeto político, modernidade e construção da memória”, voltado ao debate sobre sua trajetória política, seu legado desenvolvimentista, sua relação com Minas, Belo Horizonte e Brasília, os efeitos do golpe de 1964 sobre sua vida pública e a formação de sua imagem na memória nacional. Este é o caminho adequado: a pesquisa sistematizada, o confronto de interpretações, com exame documental e rigor metodológico.



Justamente neste ano de memória, porém, aparecem tentativas de rebaixar o seu legado a uma sentença sumária. A imprensa mineira noticiou, semanas atrás, que um livro recente pretende demonstrar, a partir de “uma análise do ponto de vista liberal”, que “absolutamente tudo” o

que JK fez atrapalhou o Brasil. Não há interpretação histórica séria quando se parte de uma condenação genérica e totalizante. Parece, antes, um panfletarismo revestido de bibliografia.

Ademais, não se trata de análise baseada no liberalismo, conceito com-

plexo para abrigar hostilidades automáticas ao Estado. A melhor tradição liberal brasileira, de Raymundo Faoro a José Guilherme Merquior, passando por intérpretes da formação nacional como Sérgio Buarque de Holanda, jamais ignorou a realidade de um país desigual, continental, escravocrata em sua formação, tardio em sua industrialização e marcado por uma relação intricada entre Estado, sociedade e poder privado. Criticar o patrimonialismo, o arbítrio, o mandonismo e a captura do público por interesses particulares não equivale a negar a importância de um projeto nacional.

A crítica a JK que se apresenta como liberal carrega, na verdade, um ideologismo neoliberal estreito: parte da condenação prévia do Estado e interpreta a história brasileira como se o desenvolvimento pudesse nascer de uma voluntariosa abstração do mercado. O liberalismo autêntico não precisaria negar Juscelino. Deveria criticá-lo com rigor, reconhecer seus erros e, ainda assim, admitir que a sua obra política combinou a tríade: livre iniciativa, planejamento público e projeto nacional.

Juscelino não é imune a críticas. Seu governo pode ter produzido inflação, tensionado as contas públicas, recorrendo ao capital estrangeiro, e deixou lacunas sociais relevantes e não enfrentou a questão agrária na dimensão exigida por um país profundamente desigual. A opção rodoviária, embora compreensível no ambiente técnico, político e econômico dos anos 1950, também cobrou um preço alto no longo prazo. Para um país continental, a perda relativa do modal ferroviário permanece uma crítica, relativamente justa - apesar das características geográficas nacionais. O equívoco está em converter uma crítica procedente em uma condenação integral, imprecisa e, sobretudo, anacrônica.

A história econômica do período mostra que o debate era bem mais complexo. Roberto Campos, que participou da formulação do Plano de Metas e in-



tegrou o Conselho do Desenvolvimento, divergiu de JK em pontos importantes, sobretudo na política cambial, na estabilização monetária e na inclusão de Brasília como meta de governo. Mas Campos não era um adversário ignorante do projeto. Integrava a engrenagem técnica que ajudou a concebê-lo. Suas divergências se davam na perspectiva da formulação, da prioridade e do equilíbrio macroeconômico. Outra coisa, muito diferente, é decretar que "nada prestou". Essa passagem da crítica ao anátema empobrece o debate.

Quem escreve um livro sobre um personagem dessa grandeza assume a responsabilidade maior do que a de produzir frases de impacto para alimentar a militância. Reescrever um período decisivo sem metodologia clara e deliberado alheamento ao contexto histórico é, no mínimo, perigoso. Não se pode escolher primeiro a sentença e depois garimpar os argumentos para sustentá-la. Toda revisão histórica exige comparação sem anacronismos, domínio da bibliografia, honestidade diante dos dados e, inclusive, capacidade de reconhecer fatos que contrariem

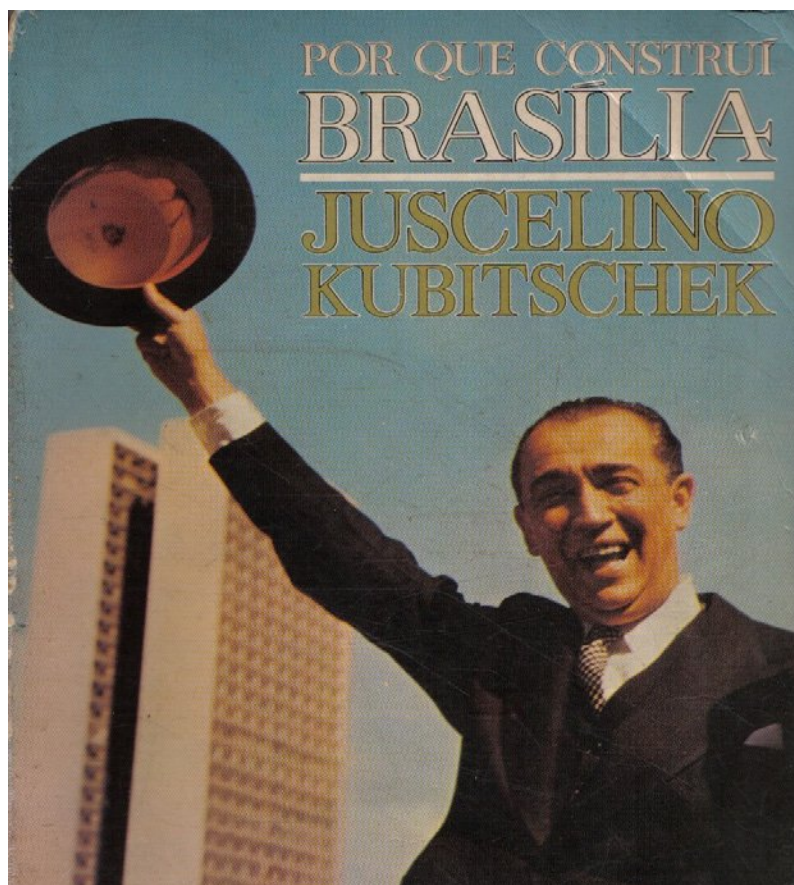
a hipótese inicial. Se a conclusão já nasce pronta ("absolutamente tudo" teria atrapalhado o Brasil), a pesquisa deixa de ser investigação e se aproxima de uma peça acusatória movida por dogmatismo passional.

A expressão "ponto de vista liberal", utilizada para apresentar a obra, precisa ser recebida com cautela. O que está em jogo não é a tradição liberal capaz de defender as liberdades públicas, impor limites ao poder, defender responsabilidade fiscal, a segurança jurídica e a economia aberta. Essa tradição poderia perfeitamente dialogar com JK, inclusive porque Juscelino Kubitschek amais foi inimigo da iniciativa privada. Ao contrário! O que há é algo distinto: uma leitura neoliberal manualesca, avessa à complexidade histórica, incomodada com a ideia de planejamento e pouco disposta a reconhecer que a livre iniciativa, em países subdesenvolvidos e desiguais, depende frequentemente de infraestrutura, crédito, energia, logística e horizonte público. Confirma-se que o "mercado" não constrói sozinho as condições de sua própria existência. Nunca construiu.

Nenhum grande país avançou unicamente pela ação espontânea do mercado. A China combinou planejamento, investimento público, direção estratégica e abertura seletiva. A Coreia do Sul erigiu sua transformação industrial com coordenação estatal, crédito orientado e política industrial. Os Estados Unidos, tantas vezes apresentados como templo da livre iniciativa, formaram parte decisiva de sua liderança tecnológica com pesquisa pública, compras governamentais, universidades e agências de defesa. Internet, GPS, semicondutores e tecnologias associadas ao Vale do Silício não nasceram de um mercado puro e abstrato. Antes de se converterem em lucro privado, muitos riscos foram socializados pelo governo estadunidense.

Essa constatação não absolve nem condena qualquer política pública. Apenas impede a ingenuidade analítica. O Estado erra, desperdiça recursos e se deixa capturar por interesses privados; o mercado também erra, concentra poder, abandona territórios sem compromisso social, subinveste em bens públicos e transforma necessidades coletivas em oportunidades de renda. A maturidade está em discutir o melhor desenho institucional, a finalidade pública, a real capacidade do Estado e o necessário controle social e democrático. A pobreza intelectual está em tratar o Estado como sinônimo de atraso e o mercado como inteligência automática superior.

Há, nesse debate, uma contradição muito difícil de contornar: um dos responsáveis pela crítica a Juscelino ocupa função, como vice-presidente, cargo relevante no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O BDMG foi criado formalmente em 1962, mas a ideia de um banco de desenvolvimento em Minas já havia sido lançada em 1951, no primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek em Minas Gerais. A proposta era interiorizar o desenvolvimento por meio da concessão de crédito orientado, apoio à industrialização, financiamento de serviços públicos municipais e infraestrutura. O banco pertence à tradição



que a crítica pretende desqualificar: fomento, planejamento, visão regional e financiamento de longo prazo.

Como paraninfo da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, JK afirmou sua “decidida confiança no princípio da livre empresa”, mas deixou claro que cabia ao governo criar condições para ordenar o desenvolvimento econômico e coordenar esforços públicos e privados. Não havia, nesse pensamento, nenhum traço de estatismo tacanho, tampouco hostilidade à iniciativa privada, mas a percepção de que o desenvolvimento exige articulação. No mesmo discurso, Juscelino advertiu que nenhum governo faria obra duradoura se ficasse preso às regras ultrapassadas do *laissez-faire*. O presidente JK compreendia que mercado e planejamento público não eram inimigos naturais: cabia à política harmonizá-los em favor do desenvolvimento nacional.

Antes de decretar que Juscelino “nada fez de bom”, faria bem à crítica estudar a bibliografia com mais cuidado. O historiador Ronaldo Costa Couto reconstruiu JK com contextualização histórica, atenção rigorosa ao personagem e aos seus governos. O economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que presidiu o BDMG, dedicou extensa produção ao tema, com milhares de páginas, documentos, discursos, dados e interpretações sobre a vida pública de JK. Pode-se discordar desses autores. O inadmissível é tratar a história de Juscelino como se começasse e terminasse numa planilha lida com os olhos estreitos do antipatrimonialismo de mercado.

A acusação de que Brasília teria arruinado o país também precisa de contextualização. Estimativas sobre o custo da nova capital variam: há cálculos que o situam em torno de US\$

1,5 bilhão em valores de 1960, algo próximo de 10% a 12% do PIB brasileiro daquele período, enquanto outros estudos apontam percentual menor. Trata-se, de todo modo, de valor relevante, e a discussão sobre oportunidade de gasto é legítima. Mas a comparação com o presente recoloca a polêmica em escala: em 2025, o Brasil gastou cerca de R\$ 1 trilhão com juros da dívida pública, algo próximo de 8% do PIB; nos 12 meses encerrados em maio de 2026, os juros nominais permaneceram nessa ordem de grandeza. Ou seja: a cada ano, o país transfere ao serviço da dívida um esforço fiscal comparável, em proporção da riqueza nacional, ao custo estimado de uma das maiores obras de sua história. Brasília custou caro, mas deixou uma capital, um eixo de interiorização e um símbolo nacional. A despesa financeira contemporânea consome montante semelhante sem entregar nada ao país.

Estimativas do período indicam que o endividamento público ao fim do governo JK estava na casa de 4,5% do PIB. A comparação com os dados atuais exige cautela, porque as métricas fiscais mudaram muito desde os anos 1950. Ainda assim, a ordem de grandeza desmonta o exagero que atribui a Juscelino a origem de nossos impasses contemporâneos. Hoje, a dívida bruta brasileira supera 80% do PIB; pela métrica mais ampla do FMI, chega a 94,3%. JK deixou uma dívida “relativamente” crescente, mas deixou também patrimônio, uma nova infraestrutura, ampliação da capacidade produtiva e a modernização do país. O debate fiscal sério precisa distinguir gasto improdutivo de investimento estruturante, desequilíbrio conjuntural de legado permanente e prudência de paralisia.

Brasília permanece como o símbolo maior dessa disputa. Seus críticos a tratam desde os anos 50 como “extravagância monumental”, mas o fato é que a nova capital deslocou o

eixo do poder, levou o Estado ao interior e obrigou o Brasil a reconhecer a sua dimensão continental. JK jamais aceitou a leitura de Brasília como capricho pessoal ou político. Em 1958, afirmou que a construção da capital não era o “sonho de visionário” nem vaidade de governante, mas o resultado de uma consciência geopolítica e econômica. A nova sede do poder deveria irradiar desenvolvimento para as regiões afastadas do centro decisório e incorporar ao país extensões territoriais até então mantidas à margem. É verdade que Brasília não resolveu os dilemas do Brasil profundo. Nenhuma cidade resolveria. Mas a nova capital permitiu ao país olhar para o seu próprio mapa com outra ambição e outro projeto.

Acima de tudo, Juscelino deve ser lembrado como democrata, um dos maiores que este país já viu. Assumiu a Presidência depois de uma crise política gravíssima, quando setores políticos e militares tentaram impedir a posse dos eleitos. Governou sob oposição intensa e enfrentou rebeliões militares preservando o jogo constitucional. Entregou a faixa presidencial ao seu sucessor-opositor, escolhido pelo voto. JK não governou contra a política; fez dela a arte da negociação e do consenso, com ambição patriótica e visão de longo prazo.

A memória de Juscelino incomoda porque desmente o fatalismo nacional. Sua política carregava otimismo, articulação, propósito e sentido de futuro. Não esperava que o mercado, sozinho, corrigisse carências históricas profundas; mobilizava o Estado para abrir caminho ao investimento privado, à produção e à integração. Daí a dificuldade do liberalismo privatista com sua lembrança. JK demonstra que o Estado brasileiro, quando possui projeto, pode ser mais do que máquina de acomodação e privilégios.

O Brasil contemporâneo perdeu,

em grande medida, a confiança em projetos nacionais de longo prazo e confunde prudência com paralisia, responsabilidade fiscal com ausência de imaginação pública e crítica ao Estado com incapacidade de reconhecer qualquer virtude na ação estatal. Juscelino pertence a outra linhagem: a dos homens públicos que não se contentaram em administrar a escassez herdada. Sua ambição, sim, era alterar a escala do país.

Neste ano de celebração, luto e verdade histórica, Juscelino deve ser recolocado em seu devido lugar. Nem santo laico, nem vilão fiscal. Simplesmente Estadista! E foi considerado o “Estadista Brasileiro do Século XX”.

JK foi um dos maiores homens públicos da história brasileira. Seu governo teve erros, custos e contradições, mas entregou crescimento vigoroso, remodelou a infraestrutura, a industrialização, interiorização, democracia e horizonte nacional. Quem não consegue enxergar nada disso não está revisando a história, mas apenas submetendo a história a uma ideologia pequena demais para compreender o Brasil.

Por fim, se a história permite uma licença, fiquemos também com a sorte de JK. Convém fazer uma figa. Sob seu governo, em 1958, o Brasil conquistou a sua primeira Copa do Mundo, superando o trauma do “Maracanazo” ao vencer a Suécia por 5 a 2 em Estocolmo, com Pelé, aos 17 anos, apresentando ao mundo a genialidade que até hoje nos inspira. Como a Seleção canarinho volta a campo neste domingo, não custa convocar, além da tática e do talento, a boa estrela do presidente bossa-nova. Os críticos de plantão dificilmente aceitarão essa concessão: se relutam em reconhecer as virtudes do governo JK e a energia histórica do desenvolvimentismo que ele conduziu, jamais admitirão que, na política como no futebol, às vezes a fortuna também entra em campo.

JK: por que a presença do Estado na economia dos países subdesenvolvidos é indispensável



Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

O texto, apresentado a seguir, foi extraído do discurso de JK, proferido durante a solenidade de instalação da Conferência Internacional de Investimentos, em Belo Horizonte, ocorrida em 23 de junho de 1958 e foi publicado na coletânea de 3 volumes - 2.336 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", publicado por MercadoComum e de minha autoria.

"Já foi dito que a principal das revoluções dos nossos dias é a "revolução das expectativas crescentes" dos países pobres, os quais insurgindo-se contra o caráter inevitável com que, até há bem pouco, se pretendia revestir sua pobreza,

e encorajados pelos novos horizontes que o grande progresso da teoria econômica lhes descortinava, se lançaram à conquista de sua emancipação econômica com um ardor revigorado pela consciência do enorme atraso que lhes cabia vencer.

Na caracterização de sua crise, não tardaram em particularizar-lhe os motivos de permanência e de virulência. Notaram, inicialmente, que a exiguidade da renda individual reduzia, quando não suprimia, a possibilidade de poupança e, conseqüentemente, a de investimento. Sem este, estagnava a renda individual e, repetindo-se o processo, o subdesenvolvimento se transformava num invencível círculo vicioso.

Mais ainda, essa reduzida capacidade de poupança era constantemente corroída pela influência do alto padrão de consumo dos países adiantados sobre o dos países economicamente imaturos; o cinema, o rádio, a imprensa, tudo concorria para suscitar e encorajar, nos países subdesenvolvidos, gastos suntuários que não correspondiam a seus meios.

No que diz respeito à demanda de investimento, verificou-se, rapidamente, que a limitação do mercado consumidor, avaliado este em termos de poder de compra, impossibilitava a instalação de uma série de indústrias indispensáveis. Aí, também, deparava-

-se aos países subdesenvolvidos um inquietante círculo vicioso, pois era a própria exiguidade do mercado que tendia a perpetuá-lo.

Ainda admitindo que os países subdesenvolvidos encontrassem meios para vencer essas dificuldades, depa-
rar-se-lhes-iam obstáculos não menos ponderáveis, pois a importação dos bens de produção, indispensáveis à sua obra de industrialização, ficava condicionada ao volume de suas disponibilidades financeiras em países que produzissem esses equipamentos básicos. Assim, o processo industrializador dos países subdesenvolvidos subordinava-se, em última análise, a dois fatores preponderantes: o valor de sua exportação e sua habilidade em obter créditos no exterior.

Não há necessidade de longos comentários (pois se trata hoje de doutrina econômica comprovada), para mostrar que o preço dos bens primários — base da exportação dos países subdesenvolvidos — além de sofrer os efeitos de um progressivo processo de desvalorização frente ao preço dos produtos manufaturados, ainda está sujeito a violentas e danosas oscilações.

Quanto ao capital privado internacional, dificilmente é atraído por aventuras pioneiras, onde grande é o risco, problemático o retorno e baixa a rentabilidade; assim, na fase inicial do desenvolvimento, prefere investimentos mais limitados e seguros, geralmente de reduzida significação econômica real para as nações beneficiadas. Por outro lado, a insuficiência dos recursos das instituições internacionais de crédito público, de par com a estreiteza de seus estatutos, não permitia que nelas pudessem os países subdesenvolvidos depositar grande esperança para a solução de seu problema essencial.

Eis, consideravelmente resumida, a situação que, com grau diverso de intensidade, se depara aos países subdesenvolvidos; eis o que destruirá, removerá ou corrigirá essa "revolução de

expectativas crescentes" a que aludimos. Assim, ela impõe pesadas responsabilidades não só aos governos dos quais se esperam resultados concretos e rápidos, mas também à empresa privada que, nos regimes democráticos, tem constituído a mola mestra do desenvolvimento, permitindo conciliar o objetivo do progresso econômico com o da liberdade política.

A mera enumeração dos obstáculos, por incompleta e resumida que seja, indica que se faz necessário remédio poderoso, de cuja idealização e aplicação não poderá ficar ausente o Governo. Antes que possa florescer a iniciativa privada, são indispensáveis vultosos investimentos de infraestrutura, nos setores da energia, do transporte e da educação, em particular — e que exigem uma concentração de recursos que, face à escassez da poupança individual, só pode ser obtida através dos orçamentos públicos.

Em tais condições, a entrada do Governo na esfera das atividades industriais é, mais do que uma fatalidade, uma imperiosa necessidade e a garantia mesma de que poderá eventualmente prosperar a iniciativa particular. O círculo vicioso do subdesenvolvimento só pode ser rompido pela firme e compacta interferência estatal, sem que se deva considerar tal interferência como tradução de preferência ideológica ou expressão de uma deliberada tendência ao estatismo, mas como simples imperativo de circunstâncias.

Muitos dos investidores e "empresários" aqui presentes provêm de países onde é pujante e decisivo o papel da empresa privada na promoção do desenvolvimento econômico; de países onde, por conseguinte, são os investimentos governamentais encarados como con-
correntes do investimento privado e desestimulantes à iniciativa particular. Creio já ter mostrado que o nosso teatro de operação é bem diferente, exigindo outras condições de ação e o uso de corretivos que a empresa privada não

está em condições de suprir. Urge, pois, que eliminemos, de uma vez por todas, interpretações falsas do papel do governo em países que iniciam a sua marcha para o desenvolvimento; em particular, é inadmissível se insista em presumir que todas as tarefas que, nos países de economia madura, são hoje executadas pela empresa privada, o podiam ser também nos países em desenvolvimento e que os setores de ação governamental sofram em ambos os casos as mesmas limitações.

No quadro do Brasil, a iniciativa pública foi decisiva para pôr em marcha o processo industrializador e, destarte, abrir à empresa privada um sem-número de atividades rentáveis. Através de investimento pioneiro, mas também mediante empreendimentos complementares da iniciativa privada, especialmente em áreas em que considerações de segurança ou de sensibilidade política tornam imperativa a atividade governamental, o Estado tem constituído o elemento de nossa redenção econômica e, face ao caráter ainda imaturo da revolução industrial que estamos a promover, seu papel de "empresário" não poderá ser interrompido.

Repito: o fenômeno não reflete inclinação ao estatismo, pois embora se acentue a ação "empresarial" do governo em termos absolutos, é provável que, mercê das novas e múltiplas avenidas de atividades que abrirá à iniciativa privada, diminua sua participação percentual na totalidade dos investimentos. O que há de inegável é que — nesta fase de transição heroica, em que mais pronunciada é nossa vulnerabilidade por motivo da transformação radical que se imprime à nossa economia; nesta fase em que mais sérios são nossos problemas financeiros e sociais, decorrentes da laboriosa metamorfose por que passa uma série de instituições, virtualmente petrificadas pela ação do tempo — o papel do Estado, quer como promotor e orientador, quer como disciplinador da luta contra o subdesenvolvimento, é ainda decisivo, pois não encontra substituto.

É este o estado de espírito que presidiu à elaboração do que veio a ser denominado de Programa de Metas, cuja finalidade é a de coordenar os investimentos do governo e concentrá-los, de preferência, nos setores de energia e transporte, pouco atraentes para o capital privado. Bastará mencionar que, dentro desse Programa, 43% dos investimentos se referem à energia e cerca de 30% aos transportes.

No tocante à indústria e à agricultura, a ação do governo se orienta decididamente no sentido de suplementar o esforço do capital privado e de encorajá-lo, através da concessão de financiamentos, de incentivos cambiais e fiscais.

Testemunho do acerto dessa orientação é o recente surto da indústria automobilística no Brasil. O governo fixou meta de produção de 170.000 veículos para 1960, proporcionando incentivos diversos à iniciativa privada para se desincumbir dessa tarefa. Todas as indicações são hoje de que esse objetivo será ultrapassado, devendo atingir 200.000 veículos a produção automobilística nacional, na data mencionada. Serão mobilizados recursos de cerca de 214 milhões de dólares em equipamentos de procedência estrangeira e cerca de 14 milhões de cruzeiros em moeda local. A quase totalidade desses recursos provirá da própria iniciativa privada, não contribuindo o governo senão com garantia para empréstimos em moeda estrangeira e outros de instituições oficiais.

Método semelhante será adotado para o estímulo à indústria de construção naval, ao passo que, na indústria de ferro e aço, o Governo se vem associando a capitais particulares, assegurando a estes últimos apoios financeiros para que possam enfrentar os pesados investimentos requeridos pela moderna siderurgia.

Os exemplos servem de ilustração ao papel preponderante do Estado no desencadeamento da atividade priva-



da. Outros muitos poderiam ser encontrados nos cinco grandes gestores em que se divide o meu programa de metas: energia, transporte, alimentação, indústria de base e construção da nova Capital. Em diversas ocasiões, prestei contas à Nação do cumprimento do meu Programa — já porque considero indispensável que o País esteja permanentemente a par da evolução de um plano tão vital, já porque é com um sentimento de justa satisfação que verifico terem ficado as minhas promessas aquém do que se vem realizando.

Dizer hoje o que já foi dito e o que já foi escrito constituiria, para muitos aqui presentes, repetição fastidiosa.

Cumpre-me, porém, acrescentar que a filosofia essencial deste programa é a luta contra o subdesenvolvimento. Cada uma das metas tem um objetivo específico, um efeito corretivo determinado.

Na verdade, o Brasil está hoje, mais do que nunca, apto a receber a colaboração de quantos queiram, com sinceridade de propósitos e elevação de vistas, fazer deste país um laboratório da civilização do futuro. E esse afluxo dos instrumentos de riqueza só se verificará, em termos da conveniência coletiva, se traçarmos, antes, como pretendemos fazer agora, as linhas nucleares do esforço comum. É para isso que vos convocamos, no instante em que estão frutificando entre nós tantas iniciativas que mostram as vantagens decorrentes desse entrosamento de forças do progresso.

Sabe o Brasil, Senhores, que somente uma lúcida política de cooperação com os povos livres de todos os continentes poderá marcar o seu lugar na história contemporânea. E esse lugar, cuja conquista está clara, há de ser entre as primeiras e as mais poderosas nações modernas”.



A zona da morte dos juros

Paulo Rabello de Castro

Paulo Rabello de Castro é Economista, Ph.D. pela Universidade de Chicago. Ex-presidente do BNDES e do IBGE. Fundador e sócio da RC Consultores & Colaboradores

Nas altitudes extremas do Himalaia, o corpo humano começa a morrer. Nos patamares extremos da taxa de juros brasileira, o que morre é a economia — empresa por empresa, família por família

Os alpinistas chamam de Zona da Morte a faixa acima dos 8.000 metros de altitude. Acima dessa linha, o organismo humano não consegue mais se recuperar — não importa o quanto descansa, coma ou respire. O corpo consome mais do que absorve. O coração acelera, os músculos falham, o raciocínio turva. Quem fica tempo demais nessa altitude, morre. Não de um golpe súbito. Vai definhando, devagar, até que não há mais volta.

O Brasil chegou à sua própria Zona da Morte dos juros. A Selic em 14,25% ao ano — com juro real acima de 8%, o maior em décadas — não é mais apenas um remédio amargo. É uma altitude em que empresas param de investir, famílias param de consumir e até o governo começa a sangrar financeiramente, sem ter como sustentar o ritmo. Nos altos do Himalaia fiscal brasileiro, todos definhamos juntos. Alguns mais depressa. Nenhum incólume.

TAXAS QUE BATEM RECORDES DE 17 ANOS

O sinal mais eloquente dessa deterioração não está nos discursos oficiais — está nos preços que o próprio mercado exige para emprestar dinheiro ao governo brasileiro a longo prazo. O Tesouro IPCA+ 2032 — o título público que paga a inflação mais uma taxa real prefixada — chegou a 8,44% de juro real ao ano em junho de 2026. É o maior patamar em cerca de 17



anos para um papel indexado à inflação com prazo acima de cinco anos. A última vez que esse nível foi ultrapassado foi em dezembro de 2008, durante a crise financeira global.

O mais perturbador não é o número em si. É a velocidade com que chegamos aqui. Em fevereiro deste ano, o mesmo título oferecia 7,56% de juro real. Em menos de cinco meses, a taxa subiu quase 90 pontos-base — um salto que, no jargão do mercado, sinaliza perda acelerada de confiança. Taxas acima de 7,5% nesse tipo de papel só haviam sido observadas em menos de 10% do tempo desde 2011. Hoje é o piso, não o teto.

Para se ter a dimensão do absurdo: essas taxas são superiores às praticadas no pior momento da crise econômica de 2015 e 2016 — quando o Brasil enfrentou recessão, desemprego em alta e impeachment. Naquela crise, as NTN-Bs longas chegaram a girar entre 7,0% e 7,2% de juro real. Hoje, com a economia formalmente crescendo, pagamos mais do que naquele vale. O sinal que o mercado envia é inequívoco: o risco fiscal de hoje é mais preocupante do que o de então.

Tesouro IPCA+ 2032 — Juro Real em Alta Acelerada (2026)



Títulos com vencimento em 2037 e 2040 também ultrapassam 7,9% e 7,7% de juro real, respectivamente. O Tesouro Prefixado 2032 paga 14,85% ao ano. A curva inteira está na altitude da morte.

O REMÉDIO QUE NÃO CHEGA AO PACIENTE CERTO

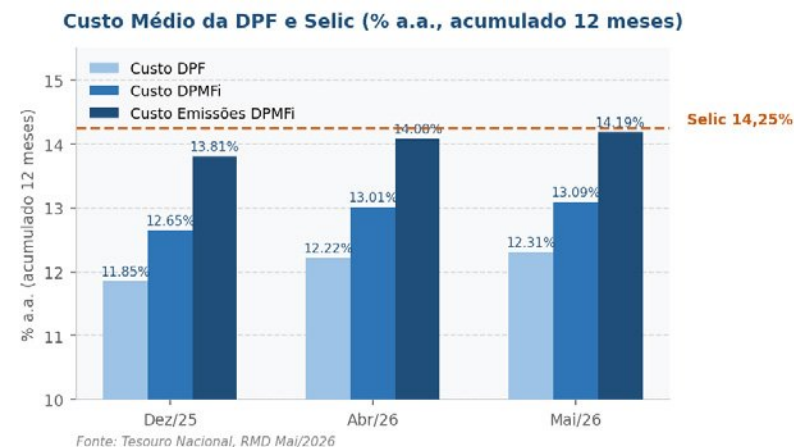
Por que o Banco Central insiste em juros tão altos? Qual o tamanho do custo social pago pela sociedade em decorrência dessa insistência? E que outro caminho existe?

A resposta à primeira pergunta é técnica: o Conselho Monetário Nacional (CMN) determina uma meta de inflação de 3% ao ano, e o Banco Central eleva a Selic para trazer os preços de volta a esse patamar. É o que todos os bancos centrais do mundo fazem. Só que não. O mesmo CMN que define a meta de inflação esquece de coordenar o ritmo da despesa pública com o cumprimento dessa meta. O Arcabouço Fiscal existe como regra de contenção do gasto — mas nasceu desatrelado da política monetária. As duas regras não conversam.

E esse desencontro é fatal. Quando a Selic sobe para esfriar a economia, o setor privado sente de imediato: crédito encarece, investimento recua, emprego arrefece. O governo? Zero de sensibilidade. Continua gastando no mesmo ritmo — ou mais. O remédio, então, precisa ser cada vez mais intenso para ter algum efeito num organismo que só responde à metade da dose. A outra metade — o empresário, a pequena fábrica, a família endividada — absorve o tratamento por inteiro.

A CONTA QUE CRESCE SOZINHA

Em maio de 2026, o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) alcançou R\$ 9,03 trilhões. Naquele único mês, os juros apropriados à dívida somaram R\$ 99,94 bilhões — quase R\$ 3,4 bilhões por dia, todo dia. Nos primeiros cinco meses do ano, o Brasil pagou R\$ 427,54 bilhões apenas em encargos fi-



nanceiros. É mais do que todo o orçamento anual da Saúde e da Educação somados. E é dinheiro que não constrói escola, não asfalto estrada, não vacina criança. Financia a rolagem de uma dívida que cresce quase exclusivamente pelo seu próprio custo.

O mecanismo de amplificação é perverso. Quase metade da dívida pública federal — 49% do estoque, ou cerca de R\$ 4,4 trilhões — está indexada diretamente à Selic, nas chamadas LFTs. Cada ponto percentual adicionado à taxa básica contamina esse montante de forma imediata. O Banco Central aperta o parafuso da política monetária — e, por efeito mecânico, afrouxa a contenção da própria dívida pública.

O mercado já captou essa contradição. E responde da única forma que pode: recusando-se a comprar títulos

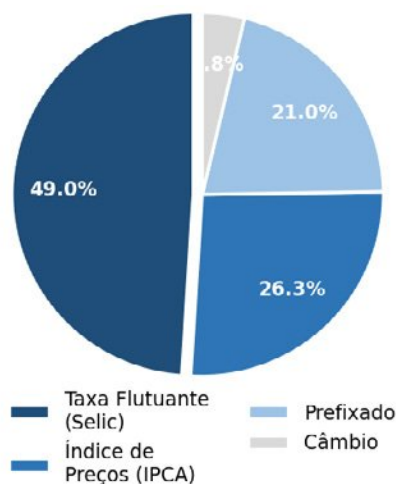
longos a taxas fixas, forçando o Tesouro a emitir cada vez mais papel de curto prazo e taxa flutuante. O prazo médio da dívida caiu para 4,07 anos em maio — quem nos financia quer sair rápido, não por falta de apetite, mas por falta de confiança.

O custo médio das novas emissões da dívida chegou a 14,19% ao ano em maio. À medida que os títulos antigos vencem e são substituídos, o custo do estoque converge para esse patamar. A conta só piora.

QUEM ESTÁ MORRENDO NA ALTITUDE

O custo social raramente é calculado de forma direta. Quando é, assusta. O salário médio do trabalhador brasileiro gira em torno de R\$ 3.650 mensais. Poderia ser R\$ 5.000, se a economia tivesse crescido no ritmo

Composição da DPF por Indexador - Mai/2026



Fonte: Tesouro Nacional, RMD Mai/2026



Fonte: Tesouro Nacional, RMD Mai/2026

que a estabilidade real de preços poderia ter proporcionado nas últimas três décadas. A dívida pública está em 80% do PIB — e subindo. Poderia estar em 50%, estabilizada, com encargos menores e crescimento maior.

Após quase 30 anos tentando esse caminho, a constatação é dramática: a inflação ficou, na média, quase o dobro da meta de 3% ao ano. O PIB não cresceu como poderia. A renda média do brasileiro, em dólares, ficou estagnada. Em compensação, o gasto do governo acumulou quase 50% a mais sobre a produção total da economia — sempre acompanhado de tributação crescente. O governo taxa os particulares e segue inchando sua máquina à custa do setor produtivo. Isso faz sentido? Nenhum.

Na Zona da Morte do montanhismo, o alpinista experiente sabe que

há um ponto de não retorno. Antes disso, ainda é possível descer com as próprias pernas. Depois, só com resgate — se houver tempo. A economia brasileira ainda está antes desse ponto. Mas o oxigênio escasseia.

O BREQUE QUE FALTA DAR

A saída não é baixar os juros por decreto ou ignorar a inflação. É estabelecer um “breque” monetário — um limite a partir do qual novas altas da Selic só podem ser aprovadas após a ativação compulsória de limitadores de despesa pública, inclusive gastos obrigatórios. A ideia é simples: obrigar o governo a sentir o mesmo sufoco que hoje recai inteiramente sobre o setor produtivo.

Num hospital, quando o remédio prescrito não faz efeito, o médico sensato não dobra a dose indefinidamente. Ele

para, avalia e busca tratar a causa real da doença. No Brasil, a causa real é fiscal — não monetária. O Banco Central não tem culpa de trabalhar sozinho. Tem culpa o arranjo institucional que o obriga a isso.

O Conselho Monetário Nacional, presidido pelo ministro da Fazenda, existe exatamente para coordenar as duas dimensões da política econômica. Mas age como se os planetas monetário e fiscal girassem em órbitas que jamais se encontram. O Breque Monetário obrigaria esse encontro: quando os juros atingirem determinado patamar real, entra em campo automaticamente o ajuste fiscal — com metas dinâmicas de gasto que tornem o governo, enfim, sensível ao esforço que exige de todos os demais.

Por antecipação, as expectativas do mercado mudariam antes dos números. A curva de juros longa cairia. O prazo médio da dívida se alongaria. E a indústria de transformação — hoje estagnada, sem margem para competir — voltaria a respirar.

Nas montanhas, a decisão de descer exige mais coragem do que a de subir. Subir é adrenalina, ambição, vento nas costas. Descer é admitir o limite — e escolher sobreviver. O Brasil precisa dessa coragem institucional: parar de insistir na mesma escadaria fiscal, reconhecer que chegamos perto da altitude fatal e encontrar o caminho de volta para um patamar de juros compatível com a vida econômica normal.

O País acumula o tempo completo de uma geração com o custo social de uma política que não dialoga consigo mesma. Outubro de 2026 é uma encruzilhada. O próximo presidente pode continuar subindo — juros nas alturas, gasto crescendo, dívida avançando, salário estagnado. Ou pode ter a lucidez de começar a descer. Não da economia. Do descuido. O breque do bom senso. Já passou da hora.

Fonte: Relatório Mensal da Dívida Pública Federal – Maio/2026 (Tesouro Nacional); Tesouro Direto; Eu Quero Investir; Seu Dinheiro (jun/2026).



Sibiu – Romênia

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



A Romênia, país relativamente pouco visitado por turistas brasileiros, está em nosso imaginário graças ao famoso romance *Drácula*, publicado em 1897 pelo escritor irlandês, Bram Stoker.

O romancista escolheu como cenário a região da Transilvânia, ao sul da Romênia para narrar a história e a lenda de um governante do século XV, Vlad Tepes, príncipe da Valáquia, famoso pela crueldade de empalar seus inimigos em estacas. Daí o apelido de Drácula, (filho do dragão), que, no romance tornou-se Conde Drácula.

MERGULHARMOS NA CIDADE DE SIBIU

Centro cultural e histórico, Sibiu

está a 275 km da capital Bucareste. A cidade, com cerca de 170 mil habitantes, é uma das principais rotas de comunicação da Transilvânia.

Como bem sabe o leitor de MC - turismo sem história e sem cultura é viagem vazia - então vamos a uma breve imersão no passado.

Sibiu foi oficialmente fundada no ano de 1190 por colonos alemães, chamados de saxões transilvanos e assentada sobre ruínas de antigo assentamento romano, conhecido no início da Idade Média como Caedonia.

Logo, a já poderosa Igreja Católica, cuidou de criar um priorado com o nome latino de Villa Hermann, pois em Sibiu convergiam as principais

rotas comerciais da Transilvânia que iam para sul, em direção à Valáquia.

A localização privilegiada de vias de comunicação trouxe crescimento e riqueza e transformou a cidade em alvo de invasões dos mongóis e otomanos.

Reestabelecida das invasões, no século XIV, a cidade era um importante centro comercial, administrativo e eclesiástico e tinha as fortificações mais extensas de toda a Transilvânia.

No século XV, torna-se a cidade etnicamente germânica mais importante das sete cidades que deram à Transilvânia o seu nome em alemão Siebenbürgen ("Sete Cidades"), onde se instalou a Universitas Saxo-

rum (“Comunidade dos Saxões”), uma rede de pedagogos, padres, intelectuais, funcionários e vereadores municipais da comunidade alemã, que criaram um sistema legal e político na Transilvânia e lhe valeu a alcunha de “Bastão da Cristandade”

Entre 1608 e 1613, o príncipe húngaro da Transilvânia, Gabriel Báthori saqueou a cidade e expulsou todos os habitantes alemães.

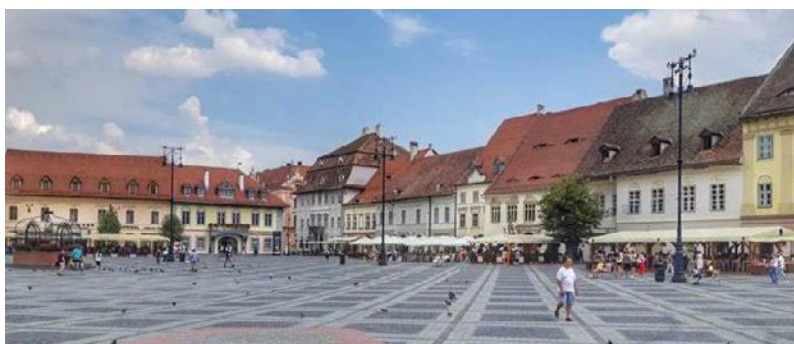
Já no século XIX, a cidade se torna o maior núcleo étnico de romenos, que fundaram o primeiro banco romeno – o Banco Albina e a Associação Cultural ASTRA (Associação Transilvana para a Literatura e Cultura Romenas).

Após o reconhecimento oficial da Igreja Ortodoxa Romena pelo Império Habsburgo, a partir da década de 1860, Sibiu foi sede metropolitana e ainda hoje a cidade é considerada o terceiro centro mais importante daquela igreja.

SÉCULO XX SIBIU É PARTE DA ROMÊNIA

Após o fim da Primeira Grande Guerra, quando o Império Austro-Húngaro foi dissolvido, Sibiu passou a fazer parte da Romênia. Até 1941, a maioria dos seus habitantes continuou a ser etnicamente germânica, apesar das comunidades romena e húngara também serem numerosas. A partir da década de 1950 e até depois de 1990, a maior parte da população de ascendência alemã emigrou para a Alemanha. Entre os poucos mais de mil que não tinham imigrado em 2011.

Porém, a cultura alemã permanece intacta nos sobrados, palácios transformados em museus e igrejas e, especialmente na língua, onde o alemão e o romeno dividem o dia a dia das pessoas e são ensinados conjuntamente nas escolas.



Atualmente, a cidade conserva monumentos civis, religiosos e militares góticos, renascentistas e barrocos, além de casas residenciais antigas.

A sua nomeação como Capital Europeia da Cultura em 2007 estimulou extensa campanha de restauro, embelezamento e reabilitação urbana.

Os monumentos, a riqueza dos museus e a beleza natural da região envolvente contribuem para que Sibiu seja um dos destinos turísticos mais populares da Romênia.

Sibiu divide com a capital Bucareste a escolha de um destino singular de cultura e beleza natural na Romênia.

Colômbia passa a exigir seguro-viagem de visitantes; medida já está em vigor

Exigência vale para qualquer turista estrangeiro e passa a incluir o seguro como item obrigatório



Quem pretende viajar para a Colômbia precisa ficar atento a uma mudança importante: o seguro-viagem agora é obrigatório para a entrada no país. A medida altera o planejamento do turista e reforça uma tendência mundial de maior rigor e organização no setor.

Desse modo, o que antes era tratado como opcional passa a ser um item essencial. “Vemos como um movimento natural de amadurecimento do turismo. A Colômbia segue uma tendência global de proteger tanto o sistema de saúde local quanto o próprio visitante. Para o setor, isso é positivo porque tira o seguro da categoria ‘opcional’ e o coloca onde ele sempre deveria estar: no check-list de

itens básicos, como a passagem”, afirma Hugo Reichenbach, sócio e diretor de operações da Real Seguro Viagem, comparadora brasileira especializada em seguro-viagem.

A nova regra deve impactar diretamente o comportamento do viajante brasileiro, especialmente daqueles que costumavam deixar o seguro para a última hora, ou até viajar sem cobertura em destinos próximos.

“O que muda é a prioridade. O brasileiro que às vezes arriscava viajar sem seguro por ser um país vizinho agora terá que se planejar. Isso formaliza o cuidado com a saúde, a bagagem e outros elementos da viagem que o seguro protege”, explica o executivo.

Segundo Reichenbach, a baixa adesão ao seguro até então estava ligada a uma percepção equivocada de custo. “Havia a ideia de que era um gasto extra que poderia não ser usado. Além disso, muitos acreditavam que, por ser América do Sul, os custos médicos seriam baixos ou que o seguro do cartão de crédito seria suficiente, o que nem sempre se confirma em uma emergência.”

Viajar sem seguro pode representar um risco, principalmente em situações inesperadas de saúde ou acidentes. “Uma simples intoxicação alimentar ou uma torção de tornozelo em Cartagena pode custar milhares de dólares em clínicas particulares. Sem seguro, o turista fica à mercê da

rede pública ou precisa desembolsar valores que podem comprometer todo o orçamento”, alerta.

Apesar disso, o custo do seguro segue sendo um dos menores dentro do planejamento. “Ele representa, muitas vezes, menos de 1% do valor total da viagem. Não faz sentido dizer que encarece.”

QUANTO CUSTA VIAJAR PROTEGIDO

De acordo com o diretor, é possível contratar planos acessíveis sem comprometer o orçamento. “Hoje já existem opções a partir de cerca de R\$ 9,23 por dia, com cobertura médica de até US\$ 110 mil, além de benefícios como extravio de bagagem, cancelamento de viagem e até assistência jurídica. É o valor de um café para evitar uma dívida impagável.”

Os preços variam conforme destino, duração da viagem e idade do passageiro, e plataformas comparadoras permitem visualizar diferentes opções em poucos segundos.

Outro fator que favorece a adesão é a facilidade na contratação. “A burocracia ficou no passado. Hoje o processo é 100% digital. Em menos de três minutos, o cliente compara planos, escolhe e recebe a apólice por e-mail ou WhatsApp, podendo acessar tudo pelo celular.”

Embora seja possível contratar até momentos antes da imigração, a recomendação é antecipar. “O ideal é fazer isso junto com a compra das passagens, para garantir também coberturas como cancelamento.”

A exigência ocorre em um momento de crescimento do turismo colombiano, que tem atraído cada vez mais visitantes interessados em cultura, gastronomia e paisagens naturais.

Destinos como Bogotá, Medellín e Cartagena, além do Parque Nacional



Natural Tayrona, estão entre os mais procurados por turistas internacionais. O setor movimentou bilhões de dólares por ano e segue em expansão.

A obrigatoriedade do seguro-viagem entra em vigor justamente em meio ao fortalecimento da rota turística entre Brasil e Colômbia. Segundo informações divulgadas pela agência oficial de promoção turística ProColômbia em ações do setor em 2026, mais de 41 mil brasileiros visitaram o país apenas nos dois primeiros meses do ano.

Para o executivo, a nova regra não deve afastar brasileiros. “O valor é tão acessível que não se torna uma barreira. Pelo contrário, pode até reforçar a imagem de um destino mais seguro e estruturado.”

A Colômbia se junta a outros destinos que já exigem seguro-viagem, como países do Espaço Schengen, além de Cuba, Equador, Argentina e Emirados Árabes Unidos.

“É um modelo que protege a economia dos países e dá suporte ao

estrangeiro. O mundo pós-pandemia valoriza muito mais a segurança, e o seguro-viagem tende a se tornar um padrão global nos próximos anos”, afirma.

Além da obrigatoriedade, a medida também tem um efeito educativo. “Leis como essa criam o hábito. Quem viaja uma vez com seguro e percebe a tranquilidade dificilmente volta atrás”, diz.

“Com a obrigatoriedade, ganham todos: turistas e também o país, que passa a ter mais segurança em relação aos seus visitantes.”

O QUE O TURISTA PRECISA SABER

Além do seguro-viagem, a Colômbia mantém a exigência do Certificado Internacional de Vacinação contra a febre amarela.

A recomendação final é: “Contrate o seguro no momento em que decidir viajar. Assim, você garante coberturas que começam antes mesmo do embarque e viaja com muito mais tranquilidade.”



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Terroir e padronização

Inimá Souza
souza@gmail.com

Não raro, ouve-se de consumidores mais exigentes, queixas aos vinhos que, segundo esses experts, são mais dos mesmos; enfileiram-se, safra após safra, com os mesmos aromas, os mesmos sabores, a mesma cor. A fórmula, fruta mais madeira, tão fácil e recorrente em miríade de garrafas, os tornam previsíveis; logo, rotulados como padronizados.

Muitas vezes diminuídos na apreciação de enófilos habituados aos néctares, esses vinhos seguem um roteiro intransponível no desenvolvimento de todo o segmento vinícola, que inclui desde a divulgação à desmistificação do vinho e, assim, somando mais e mais iniciantes no conhecimento e apreciação do vinho fino.

O tema, contudo, leva-nos a dois espaços onde o vinho tem o seu estilo, sua qualidade definidos: a cantina e o terroir. Naquela, devido a intervenção humana, o vinho terá, diga-se, “qualidade adquirida”, enquanto a qualidade inata, vem com a uva carregando virtudes ou não, do seu terroir; e, para preservar essa identidade da uva, aquela intervenção humana, na cantina, será mínima e o vinho, mutatis mutandis, será a fotografia do seu berço, o terroir.

Vinhos de terroir. A região vinícola mais famosa do mundo é um celeiro de vinhos de terroir e segue sendo exemplo, em diversidade de terroirs e em qualidades excepcionais; seja nas colinas da margem direita e Entre-deux-Mers, seja em Graves e Médoc, a profusão de nuances dos seus tipos de solo se expressam cristalinamente com as variedades de uvas locais.

É correto afirmar que lá em Bor-



deaux promoveu-se um renascimento do terroir, que contemplou iniciativas ambientais e a aplicação generalizada de cobertura vegetal por todo o vinhedo, o que vem traduzido na qualidade dos vinhos, na sua identidade.

Constata-se, pois, que a busca pela qualidade, o empenho em fazer sempre o melhor, não cessa em Bordeaux e é praticado por toda a região, por todos que produzem vinho, qualquer que seja o seu tamanho. E Bordeaux segue assim, de olho no futuro, ainda que haja crise ou novidades de estilo.

WINES OF BRAZIL E SOMMELIERS

O Wines of Brazil, projeto social criado pelo Consevitis-RS, anunciou a realização, entre os dias 21 a 24 recém passados, em parceria com a ApexBrasil, de masterclass reunindo 50 sommeliers de 22 países, em imersão sobre a diversidade, a qualidade e os diferenciais da vitivinicultura brasileira.

A iniciativa, segundo o anunciado, é parte do programa internacional de

capacitação da Associação Internacional de Sommerliers (ASI), e reúne profissionais das Américas, Europa, Ásia e África, e volta-se para a atualização técnica e ao intercâmbio de conhecimentos através de masterclasses, workshops e degustações. Todas as atividades desenvolvidas em São Paulo.

VINHO NA TERRA DE DRUMMOND

“Na cidade toda de ferro”, nesse 29 de agosto, acontecerá o I Festival de Vinhos de Itabira, evento que, organizado pela TJ Gestão e Comunicação, e tendo a nossa curadoria, alarga as fronteiras de comercialização de vinhos no Estado e situará o vinho em região onde a demanda resulta não só da densidade populacional, mas, especialmente pela aquisição de mais amplo conhecimento sobre a bebida.

O Evento tem apoio da Prefeitura Municipal e de outras entidades e será realizado na Mata do Intelecto, local de rara beleza, cedido pela municipalidade.

Tim, tim.

Domínio do Açor: o projeto luso-brasileiro que vem ganhando destaque na nova vitivinicultura portuguesa

Em um momento em que o setor mundial do vinho busca respostas para os efeitos das mudanças climáticas, para a mudança no perfil dos consumidores e para a crescente valorização de rótulos mais autênticos, um projeto idealizado por investidores mineiros começa a chamar atenção em Portugal.

O Domínio do Açor, localizado na região do Dão, representa uma nova geração de empreendimentos vitivinícolas. Mais do que produzir vinhos de qualidade, a proposta é compreender o território em profundidade e traduzir essa identidade em garrafas marcadas por ciência, sustentabilidade, precisão técnica e respeito ao terroir.

“Quando me perguntam como surgiu o Domínio do Açor, explico que ele nasceu da união de amigos brasileiros, especialmente mineiros, apaixonados por bons vinhos e pelo potencial de Portugal. A ideia sempre foi construir um projeto sério, de longo prazo, capaz de respeitar profundamente o Dão e, ao mesmo tempo, alcançar um padrão internacional de excelência”, explica Otacílio Soares, sócio-gerente do Domínio do Açor, empresário ligado ao mercado financeiro e um dos idealizadores do projeto.

Essa visão orienta todas as decisões da vinícola. Em vez de seguir fórmulas prontas ou apostar apenas na boa reputação histórica do Dão, o Domínio do Açor decidiu investir em conhecimento. A propriedade vem sendo estudada de forma minuciosa, levando em conta o solo, a exposição solar, os microclimas, a altitude, o comportamento das castas e a adaptação de cada parcela da vinha.



Poucos projetos vitivinícolas em Portugal fizeram um investimento técnico dessa dimensão desde a sua origem.

Entre os nomes envolvidos está Pedro Parra, uma das maiores referências mundiais em terroir. Seu trabalho consiste em mapear os diferentes perfis geológicos da propriedade

e identificar como cada solo pode contribuir para vinhos mais precisos, elegantes e fiéis à identidade do Dão.

Na condução das vinhas, o projeto conta também com a experiência de Marco Simonit, reconhecido internacionalmente pelo seu trabalho de preservação e longevidade das videiras. Conhecido como o “médico das



vinhas”, Simonit desenvolveu técnicas de poda que respeitam o fluxo natural da seiva, reduzem o estresse das plantas e contribuem para vinhedos mais equilibrados e resistentes ao longo do tempo.

A sustentabilidade é outro eixo central do Domínio do Açor: O projeto vem incorporando práticas de agricultura biodinâmica, regenerativa e de gestão ambiental, com o objetivo de ir além da simples redução de impactos. A meta é regenerar o ecossistema, proteger a biodiversidade e construir uma relação mais equilibrada entre vinha, solo, clima e paisagem. Não se trata apenas de fazer vinhos sustentáveis. A ambição é produzir vinhos que expressem, com autenticidade, a singularidade de uma das regiões mais tradicionais e respeitadas de Portugal.

Os primeiros resultados já começam a aparecer. Mesmo sendo um projeto relativamente jovem, o Domínio do Açor tem despertado o interesse da crítica especializada e recebido avaliações expressivas em publica-

ções de referência internacional, incluindo Robert Parker e Jancis Robinson. Esses reconhecimentos ajudam a consolidar a reputação do projeto e funcionam como validação técnica de uma filosofia baseada em rigor, paciência e excelência no campo.

Há também um componente empresarial e cultural que diferencia o Domínio do Açor de muitos outros projetos internacionais no setor do vinho. Sua identidade nasce da aproximação entre Brasil e Portugal.

Idealizado por investidores mineiros apaixonados pelos bons vinhos, o projeto reúne profissionais brasileiros e portugueses em áreas como gestão, enologia, viticultura, sustentabilidade, hospitalidade e comunicação. Essa integração criou um ambiente de troca raro, em que a tradição portuguesa se combina com uma visão empresarial brasileira voltada para qualidade, internacionalização e construção de marca.

Em um cenário no qual Portugal

busca fortalecer a imagem de seus vinhos no exterior e agregar mais valor às suas regiões produtoras, iniciativas como o Domínio do Açor mostram que o caminho mais consistente passa pelo investimento em conhecimento, diferenciação e identidade.

A verdadeira transformação no mundo do vinho não acontece apenas na adega. Ela começa no solo, na vinha, na escolha das pessoas certas e na coragem de reunir especialistas de alto nível em torno de um propósito comum.

No caso do Domínio do Açor, esse propósito é claro: produzir vinhos capazes de traduzir, em cada garrafa, a elegância, a complexidade e a autenticidade do Dão.

Mais do que uma vinícola, o projeto tornou-se um exemplo de como capital brasileiro, talento português e excelência internacional podem se unir para construir uma das iniciativas mais promissoras da nova viticultura europeia.

Com a Reforma Tributária, vinho brasileiro poderá ficar mais caro para os consumidores

O vinho brasileiro poderá ficar mais caro com a implementação da reforma tributária. Além da incidência do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição sobre Bens e Serviços, conhecidos como IBS e CBS, as bebidas alcoólicas estarão sujeitas ao Imposto Seletivo, popularmente chamado de imposto do pecado.

Criado para desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, o novo tributo funcionará como uma cobrança adicional sobre o vinho, a cerveja, os destilados e outras bebidas alcoólicas. A legislação já definiu o modelo de incidência, mas as alíquotas ainda precisarão ser estabelecidas por lei ordinária. O advogado tributarista Gustavo Maffioletti, do Maffioletti & Arndt Advogados, explica que o risco de aumento de preço decorre do fato de que o Imposto Seletivo não será apenas um substituto dos tributos atuais.

“O vinho estará sujeito ao IBS e à CBS e ainda receberá uma camada adicional de tributação. O Imposto Seletivo tem uma finalidade expressa de encarecer determinados produtos para desestimular seu consumo. Por isso, existe um risco concreto de aumento do preço final, embora ainda não seja possível calcular esse impacto sem conhecer as alíquotas”, afirma.

COBRANÇA CONSIDERARÁ PREÇO, VOLUME E TEOR ALCOÓLICO

A Lei Complementar 214 estabeleceu um modelo misto de tributação para as bebidas alcoólicas.

Uma parte do Imposto Seletivo será calculada por meio de uma alíquota aplicada sobre o valor do produto. Outra parcela será específica e considerará a multiplicação do teor



alcoólico pelo volume da bebida.

No caso dos vinhos, isso significa que o valor do tributo poderá variar de acordo com o preço da garrafa, sua quantidade e sua graduação alcoólica. A lei também permite que as alíquotas aplicadas sobre o preço sejam diferenciadas por categoria de produto e aumentem de acordo com o teor de álcool. “O vinho não será tributado apenas porque é uma bebida alcoólica. O modelo permite considerar quanto custa a garrafa, quanto líquido ela contém e qual é o seu teor alcoólico. Essa combinação pode produzir impactos diferentes entre vinhos de entrada, vinhos premium, espumantes e outras categorias”, explica Maffioletti.

Segundo ele, ainda não é possível afirmar quanto uma garrafa ficará mais cara.

“Qualquer percentual divulgado

neste momento seria uma estimativa. A incidência está prevista, mas falta conhecer a alíquota sobre o valor do produto e o valor específico que será cobrado conforme o volume e a quantidade de álcool.”

IMPOSTO SELETIVO NÃO GERA CRÉDITOS

Outro ponto importante é que o Imposto Seletivo terá incidência concentrada e não permitirá o aproveitamento de créditos nas etapas seguintes da cadeia.

Diferentemente do IBS e da CBS, estruturados sob o princípio da não cumulatividade, o valor pago a título de Imposto Seletivo não gera crédito para distribuidores, supermercados, restaurantes ou demais compradores empresariais. Na prática, o imposto pago na saída da vinícola ou na importação será incorporado ao custo do produto.

“O Imposto Seletivo tende a ser carregado ao longo da cadeia até chegar ao consumidor. Como não há crédito para compensação nas operações posteriores, distribuidores e varejistas precisarão decidir se absorvem parte desse custo, reduzindo suas margens, ou se o repassam ao preço da garrafa”, afirma o tributarista.

Além disso, o Imposto Seletivo integra a base de cálculo do IBS e da CBS. Isso significa que os novos tributos sobre o consumo poderão incidir sobre um valor que já contém a cobrança seletiva. “Este é um dos pontos que mais merecem atenção. O valor do Imposto Seletivo entra na composição da base sobre a qual IBS e CBS serão calculados. Economicamente, isso potencializa o impacto da nova tributação sobre o preço final”, observa Maffioletti.

AUMENTO NÃO É AUTOMÁTICO, MAS RISCO EXISTE

Apesar da nova incidência, Maffioletti ressalta que ainda não é possível afirmar que todos os vinhos subirão de preço na mesma proporção.

A reforma também amplia o aproveitamento de créditos sobre insumos, embalagens, energia, serviços, equipamentos e outros custos da produção. Dependendo da estrutura de cada vinícola, parte desses créditos poderá reduzir a carga efetiva de IBS e CBS.

O resultado dependerá da diferença entre os créditos aproveitados pela empresa e o valor do novo Imposto Seletivo.

“A reforma pode melhorar o sistema de créditos da produção, mas o Imposto Seletivo funciona em outra lógica. A vinícola precisará calcular se os novos créditos serão suficientes para compensar a cobrança adicional. Essa resposta será diferente para cada empresa”, explica.

A própria legislação estabelece que a definição das alíquotas do Imposto Seletivo não estará condicionada à manutenção da carga tributária atual de cada setor ou categoria de bebida. Isso significa que a lei não garante neutralidade para o vinho. “Não existe na legislação uma promessa de que o vinho continuará pagando exatamente o que paga hoje. A carga poderá ser mantida, reduzida ou aumentada, dependendo das alíquotas que ainda serão aprovadas e da situação fiscal de cada empresa”, afirma.

PEQUENAS VINÍCOLAS AGUARDAM TRATAMENTO DIFERENCIADO

A Lei Complementar permite que pequenos produtores de bebidas alcoólicas recebam alíquotas diferenciadas. Essa proteção, contudo, não é automática.

A definição de quem será considerado pequeno produtor, quais cate-



gorias serão beneficiadas e qual será a redução dependerá da futura lei ordinária. A legislação permite que a diferenciação considere o volume produzido e a categoria da bebida.

“A lei abriu uma porta para proteger pequenos produtores, mas não concedeu o benefício diretamente. É preciso acompanhar como essa diferenciação será regulamentada. Sem um tratamento adequado, pequenas vinícolas podem enfrentar dificuldade maior para absorver o novo custo”, avalia.

Na visão do advogado, uma alíquota mal calibrada pode atingir não apenas as vinícolas, mas toda a cadeia produtiva formada por produtores de uva, cooperativas, fornecedores, distribuidores, varejistas, restaurantes e empresas ligadas ao enoturismo.

“Quando o preço sobe, o efeito não termina na prateleira. Pode haver redução de consumo, pressão sobre as margens, mudança no portfólio das empresas e menor capacidade de investimento. O debate tributário precisa considerar a cadeia econômica que existe por trás de cada garrafa”, afirma.

TRANSIÇÃO OCORRERÁ GRADUALMENTE

As alíquotas aplicáveis às bebidas

alcoólicas serão introduzidas de forma escalonada durante a transição da reforma tributária.

Entre 2029 e 2033, o Imposto Seletivo deverá incorporar progressivamente a diferença entre as atuais alíquotas de ICMS cobradas sobre as bebidas alcoólicas e as alíquotas gerais do imposto estadual. A transição poderá ser calculada para o conjunto das bebidas ou de forma separada por categoria. Segundo Maffioletti, o escalonamento não deve ser interpretado como motivo para adiar a preparação das empresas.

“A mudança será gradual, mas as decisões precisam começar antes. Vinícolas devem simular cenários, revisar preços, contratos, sistemas fiscais, classificação dos produtos, canais de venda e capacidade de aproveitamento de créditos”, recomenda.

Empresas também precisarão considerar os diferentes efeitos sobre vendas diretas, distribuição, comércio eletrônico, supermercados, restaurantes e exportações.

“Uma vinícola que começar a avaliar o impacto somente quando a alíquota entrar em vigor poderá descobrir tarde demais que seu preço, sua margem e sua estratégia comercial deixaram de ser sustentáveis”, alerta.

Para o tributarista, o principal desafio será equilibrar a finalidade do Imposto Seletivo com a preservação da competitividade de uma cadeia produtiva nacional.

“O vinho foi incluído em uma política tributária destinada a desestimular o consumo de álcool. A discussão agora será definir se a alíquota conseguirá cumprir essa finalidade sem comprometer desproporcionalmente a produção brasileira, especialmente as pequenas vinícolas e as economias regionais que dependem do setor”, conclui.



Mercado Gastronômico

Comida quente

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



Numa das primeiras vezes que fui a um restaurante para gastar do meu dinheiro (comecei a trabalhar cedo!), foi inesquecível. Meu amigo, Ivan de Oliveira, me chamou para conhecer o Califórnia, numa sobreloja da Rua Espírito Santo.

Depois de minutos lendo o cardápio vasto, escolhi uma “Moqueca à Baiana”. O garçom, um senhor simpático e falante, me perguntou: “uma Moqueca Quente?”. Claro que eu não ia querer um prato frio. “Sim, quente...”.

Quase tive de ir a um Hospital: passei uma semana bochechando

com leite gelado e água com açúcar pra aliviar o “calor” da moqueca. E nunca mais voltei ao Califórnia... e aprendi que na Bahia, quente não é o clima (do ano todo): é o monte de pimenta que eles enfiaram em qualquer comida!

Com raras exceções, a pimenta é uma fruta ainda considerada com muito preconceito em quase todo o mundo. Originária das regiões mais quentes da América, especialmente da América Central, é cultivada em todo o mundo. Por ter uma facilidade imensa de cruzamento entre as espécies, naturalmente ou atra-

vés da manipulação do homem, há milhares de tipos se reproduzindo em todos os continentes. Para cada uma das cinco espécies (*Capsicum Anuum*, *Chinense*, *Baccatum*, *Fruitescens* e *Pubescens*) existem centenas de variedades, cada uma com possibilidades vastas de uso na culinária e na medicina.

Como o que nos interessa é comida, uma ligeira passagem de olhos sobre a literatura gastronômica disponível nos leva a acreditar que a pimenta é muito pouco conhecida no Brasil. Aqui, quando se fala em pimenta vem logo à cabeça o medo de ficar com a boca (ou outra parte do corpo)

ardendo. Principalmente quando o assunto é comida baiana. Na verdade, lá praquelas bandas usam a pimenta exageradamente. E, quase que só a malagueta. Da mais “quente” possível. A comida até perde o gosto.

O ardor é consequência da ação de um componente químico que existe dentro das pimentas (umas mais que as outras), chamado capsaicina, que excita as células relacionadas à dor.

Em Minas, usa-se muito alguns tipos de pimenta (Malagueta, Bode, Dedo-de-Moça, do Reino, Cumari, Biquinho e Chapeluda), desde na preparação da vinha-d'alhos até ser servida ao natural, com vinagre ou azeite ou cachaça, na mesa de refeições. Entretanto, nas minhas contas, o número de receitas a que se presta a pimenta, seja ela de que espécie ou tipo for, é mais vasta que a do tomate. Talvez um pouco menos que a cebola. Coisa desse nível: imenso.

A pimenta pode ser preparada como conserva, de mil maneiras, marinadas, idem, assadas, cozidas, em geleias, chutneys, fritas, com verduras, defumadas, com queijos, com carnes, peixes, aves e fundamentalmente, como molhos.

Na Ásia, só com o tipo que nós conhecemos por “Dedo-de-Moça” (*Capsicum Frutescens*), há pelo menos 100 maneiras de se preparar um molho ou marinada. Aliás, a variedade de pimentas semelhantes à “Dedo-de-Moça”, é imensa. E, provavelmente, seja a mais utilizada na culinária, mundialmente.

Suas características mais suaves, saborosas e menos ácidas permitem sua simpática penetração nos hábitos culinários de asiáticos, europeus e americanos. No México, entretanto, é um refresco. Não existe quem goste mais de pimenta braba do que os mexicanos. Lá, até hóstia tem com chilli.



Para você experimentar como é bom variar a preparação de uma pimenta, execute esta receita para acompanhar carnes grelhadas (porco, cordeiro ou carneiro, de preferência) ou para passar na torrada.

MOLHO DE PIMENTA COM FRUTAS:

Ingredientes:

- 20 Pimentas “Dedo-de-Moça” bem firmes (compre no Mercado Central-BH)
- 600gr de ameixas ao natural, sem caroço
- 400gr de pêssegos ao natural, sem caroço
- 200gr de açúcar cristal
- 4 colheres de sopa de Molho de Soja médio
- 4 colheres de gengibre ralado
- 2 colheres de alho

finamente picado

- 3 colheres de vinagre de álcool (ou de maçã)

PREPARAÇÃO:

Lave e seque bem as pimentas. Livre-se dos talos e parta todas no sentido do comprimento com uma faca bem afiada. Jogue fora as sementes.

Corte as frutas em cubinhos, sem as cascas, e escale por 30 segundos.

Numa panela antiaderente, coloque todos os ingredientes misturados, ligue o fogo no mínimo possível, (mexa ligeiramente, de vez em quando) e deixe cozinhar por 40 min – ou até que se forme uma geleia.

Ao contrário da Moqueca Baiana, esse molho pode ser um apetrecho frio e até gelado numa mesa com qualquer tipo de tira-gosto.

Minas Gerais consolida liderança e domina o 9º Prêmio Queijo Brasil

Com 619 reconhecimentos, o estado mineiro reafirma seu protagonismo histórico na produção de queijos artesanais em um concurso que reuniu produtores de todo o país



O estado de Minas Gerais manteve, mais uma vez, sua soberania no cenário nacional de queijos artesanais ao conquistar 619 reconhecimentos, entre medalhas de bronze, prata, ouro, além de prêmios de Seleção Queijista e Melhores do Estado, na nona edição do Prêmio Queijo Brasil. O resultado, consolidado durante o Festival Nacional do Queijo em Blumenau (SC), reforça a tradição e a excelência dos produtores mineiros, que lideraram o quadro de medalhas entre os 19 estados participantes, superando marcas expressivas e reafirmando o valor da produção artesanal de Minas para a gastronomia brasileira.

Entre os dias 21 e 22 de julho, as amostras foram avaliadas às cegas por especialistas em produtos lácteos, seguindo critérios técnicos como aparência, aroma, textura, sabor, equilíbrio e fidelidade ao estilo de cada categoria. A cerimônia de premiação reconheceu os melhores queijos e produtos lácteos artesanais

do Brasil, consolidando o concurso como a principal referência nacional do setor.

"Os números desta edição demonstram a força e a maturidade da produção artesanal brasileira. Mais do que premiar excelentes produtos, o Prêmio Queijo Brasil conecta produtores, valoriza territórios e preserva tradições que fazem parte da identidade gastronômica do país", destaca Bruno Cabral, diretor do Prêmio Queijo Brasil.

Minas Gerais manteve a liderança entre os estados mais premiados, com 619 reconhecimentos, seguido por Paraná (273), Santa Catarina (186), São Paulo (163) e Rio Grande do Sul (106), evidenciando o protagonismo histórico dessas regiões na produção de queijos artesanais. Ao todo, foram concedidas 478 medalhas de ouro, 750 de prata e 459 de bronze, além dos reconhecimentos especiais que compõem a Seleção Queijista e os me-

lhores produtos de cada estado.

A edição de 2026 também reafirmou o papel do concurso como um retrato da produção artesanal brasileira. Antes mesmo do julgamento, o levantamento das inscrições já apontava um cenário de expansão nacional, com destaque para o crescimento da participação de estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná, além da presença expressiva da agricultura familiar, responsável por 860 produtos inscritos.

O Prêmio Queijo Brasil também sedia o Festival Nacional do Queijo, de 23 a 26 de julho, no Parque Vila Germânica. Durante quatro dias, os visitantes podem circular pelos mais de 80 estandes de queijos produzidos com leite de búfala, cabra, ovelha e o tradicional leite de vaca. O evento conta ainda com outros produtos lácteos, vindos de várias cidades do Brasil, como doces de leite, iogurtes etc.

Avanço da IA na Saúde em meio a desafios de infraestrutura e governança

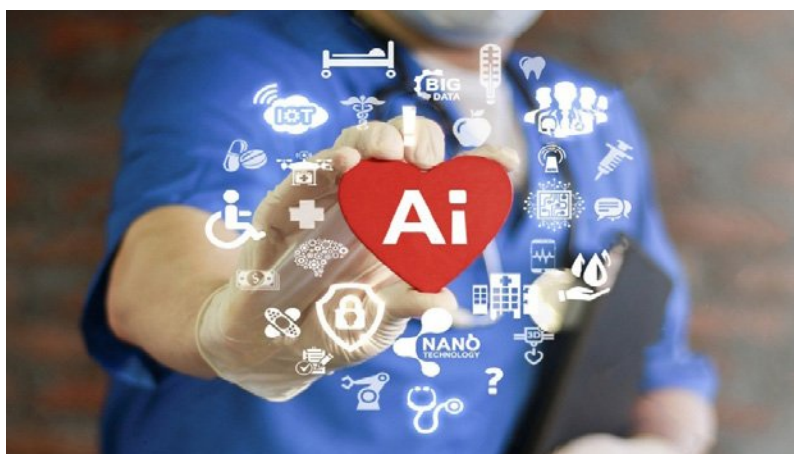
Levantamento global aponta que organizações de saúde aceleram a modernização de aplicações, mas ainda precisam alinhar infraestrutura, soberania de dados e governança sobre o uso de IA

A Nutanix (NASDAQ: NTNX), líder em computação multicloud híbrida, apresenta os resultados do recorte de Saúde da oitava edição anual da pesquisa Enterprise Cloud Index (ECI), levantamento que analisa a preparação da infraestrutura, a adoção de IA e as tendências de containerização em organizações de saúde em diferentes mercados.

Os resultados indicam um setor em rápida transformação. A adoção de IA vem sendo impulsionada pela liderança das organizações, enquanto ferramentas não autorizadas de inteligência artificial avançam em áreas clínicas e administrativas. Ao mesmo tempo, muitas instituições ainda não contam com a infraestrutura necessária para suportar cargas de trabalho de IA com segurança, conformidade e baixa latência no ponto de cuidado.

À medida que a IA deixa de ser restrita ao data center e passa a operar mais próxima do leito do paciente, onde se espera que até 75% dos dados de saúde sejam gerados, os riscos relacionados à preparação da infraestrutura, soberania de dados e governança clínica nunca foram tão altos. Os resultados mostram que, embora os líderes de TI do setor de saúde reconheçam o potencial transformador da IA, inclusive por meio de agentes autônomos e suporte à decisão clínica em tempo real, as lacunas nas capacidades organizacionais e de infraestrutura ainda são significativas.

“Os profissionais de saúde atuam sob pressão constante em um ambiente no qual tempo, precisão e



continuidade podem impactar diretamente vidas. Nesse contexto, a IA pode ser uma aliada muito valiosa para apoiar decisões, ampliar eficiência e reduzir sobrecargas operacionais”, afirma Leandro Lopes, diretor sênior de engenharia para América Latina da Nutanix. “Mas, quando 88% das organizações de saúde afirmam que sua infraestrutura ainda não está pronta para suportar IA on-premises, e quase quatro em cada cinco já identificam ferramentas de IA sendo adotadas fora da supervisão da TI, fica claro que a inovação está avançando mais rápido do que a capacidade de governá-la com segurança. O setor precisa acertar as bases antes que a distância entre ambição e preparo em IA se torne também uma questão de segurança do paciente.”

OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO RELATÓRIO HEALTHCARE ECI 2026 DA NUTANIX INCLUEM:

Shadow AI se espalha por áreas clínicas e administrativas: 79% das

organizações de saúde identificam aplicações ou agentes de IA sendo implementados por funcionários de áreas que não são de TI; 83% acreditam que ferramentas e agentes de IA operando fora da supervisão oficial criam riscos para os negócios. A mesma proporção, 83%, afirma que os silos entre unidades de negócio e TI dificultam a execução eficaz de iniciativas de tecnologia, aprofundando o desafio de governança à medida que a adoção de IA ganha escala.

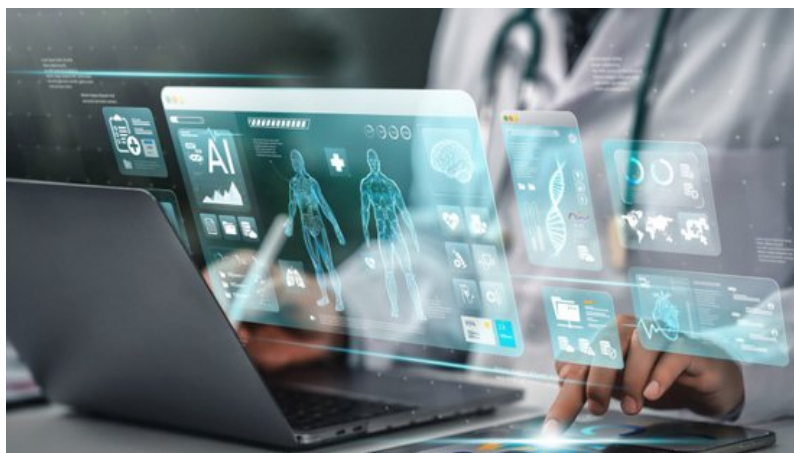
A infraestrutura ainda não está pronta para IA no ponto de atendimento: 88% dos líderes de TI do setor de saúde consideram que sua infraestrutura atual não está totalmente preparada para suportar a implantação de cargas de trabalho de IA on-premises. Essa é uma lacuna significativa, considerando que a inferência de IA no ponto de atendimento, e não apenas via processamento em nuvem, é cada vez mais vista como essencial para reduzir riscos de latência em ambientes clínicos. Quartos individuais de pacien-

tes podem gerar até 7 TB de dados por ano, e ambientes com alta densidade de dispositivos, como leitos de UTI, podem incluir de 15 a 20 dispositivos conectados, exigindo processamento local de IA, com baixa latência, para manter a continuidade clínica.

IA acelera a adoção de containers: 86% das organizações de saúde afirmam que a IA está acelerando de forma significativa sua adoção de containers, que permitem que modelos sejam implantados localmente, próximo do paciente, em ambientes seguros e portáteis. 81% esperam que o nível de containerização de aplicações aumente em suas organizações, e 80% já estão criando aplicações em containers. Os containers permitem que hospitais mantenham os dados onde eles são gerados, dentro de suas próprias estruturas, ao mesmo tempo em que viabilizam insights em tempo real impulsionados por IA, sem comprometer o desempenho da rede.

Agentes de IA são vistos como transformadores: 58% dos líderes de TI do setor de saúde esperam que agentes de IA melhorem a produtividade e a eficiência, 57% preveem que os agentes transformarão processos e operações de negócios, e mais da metade, 55%, vê potencial para que agentes de IA criem produtos, serviços ou fontes de receita. Nos próximos três anos, 57% das organizações esperam usar IA agentiva ou agentes autônomos, junto com IA generativa (62%) e modelos de análise preditiva ou machine learning (55%).

Soberania de dados é requisito essencial: 72% das organizações de saúde afirmam que a soberania de dados é uma alta prioridade ou um requisito obrigatório nas decisões de infraestrutura. 54% executam aplicações containerizadas on-premises ou em nuvens privadas atualmente, e outros 54% sentem necessidade de operar infraestrutura dentro de um



único país devido às expectativas de clientes ou stakeholders. Isso reflete a sensibilidade dos dados pessoais e sensíveis de saúde, além dos requisitos de conformidade que regulam onde essas informações podem ser armazenadas e processadas.

A adoção de IA é impulsionada pela liderança: 55% das organizações de saúde esperam ter mais de cinco aplicações habilitadas por IA em até três anos, incluindo 12% que preveem operar mais de dez. 63% atualmente executam aplicações de IA em provedores de serviços gerenciados, com modelos híbridos de implantação devendo permanecer como padrão à medida que as organizações buscam dar suporte à IA de forma centralizada e no ponto de atendimento.

ONDE OS DADOS ENCONTRAM O CUIDADO AO PACIENTE

A leitura conjunta dos resultados aponta para um setor em uma fase decisiva da jornada de inovação. A IA já começa a operar em ambientes containerizados, infraestruturas híbridas e aplicações cada vez mais próximas do ponto de atendimento. Ao mesmo tempo, organizações de saúde precisam gerenciar cargas de trabalho em sistemas on-premises, nuvens privadas e serviços gerenciados, muitas vezes sem uma estratégia unificada de infraestrutura capaz de sustentar

essas aplicações de forma consistente, segura e em conformidade.

Para os líderes de TI do setor, o desafio é claro: cargas de trabalho de IA aplicadas ao cuidado exigem infraestrutura capaz de entregar desempenho, baixa latência, continuidade operacional e governança clínica. Uma abordagem baseada somente em nuvem já não é suficiente. Fechar essa lacuna exige uma revisão fundamental da forma como a TI em saúde é arquitetada, governada e escalada, com ambientes de dados seguros, capacidade computacional flexível e entrega confiável de aplicações em toda a operação.

A PESQUISA

Pelo oitavo ano consecutivo, a Nutanix encomendou um estudo global para avaliar o estado da adoção de nuvem, containerização e implantação de aplicações de IA. Realizada em novembro de 2025 pela Wakefield Research, a pesquisa reuniu respostas de 1.600 executivos de cloud, TI e engenharia, todos com cargo mínimo de gerente. Os respondentes representam organizações com 500 ou mais funcionários na Austrália, Brasil, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, México, Holanda, Reino da Arábia Saudita, Singapura, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Este relatório apresenta os resultados dos respondentes da vertical de saúde dentro desse conjunto global de dados.

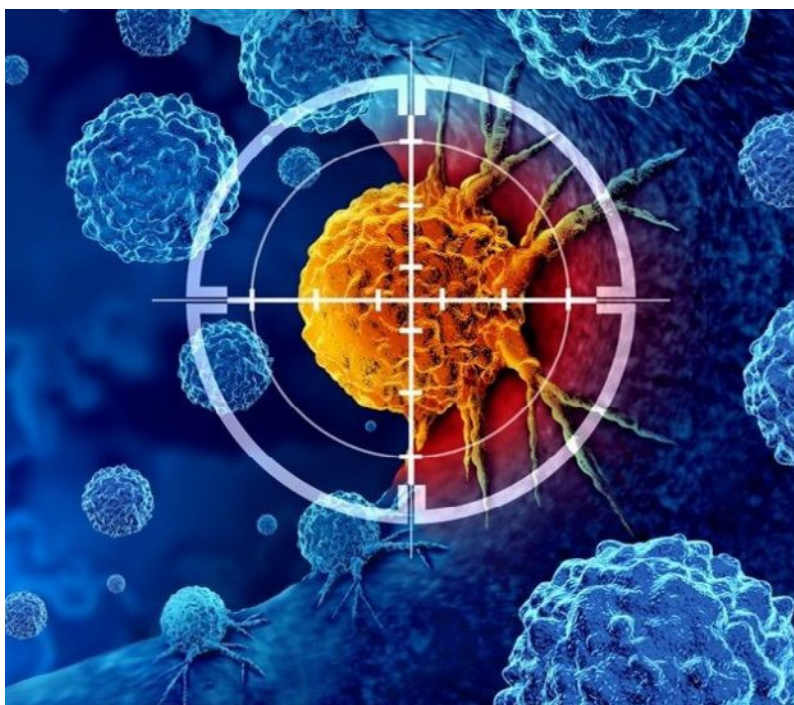
Casos de câncer disparam. Hoje são 20,6 milhões de novos casos por ano. Em 2050, serão 34,4 milhões, aumento de 67%. O que explica essa escalada?

Novos dados do GLOBOCAN, maior levantamento mundial sobre câncer publicado pela Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (IARC)

Nunca houve tantos casos de câncer na história da humanidade. E a tendência é apenas uma: aumentar ainda mais. Os novos dados do GLOBOCAN, maior levantamento mundial sobre câncer publicado pela Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (IARC), revelam um cenário que merece muito mais do que preocupação e sim, uma mudança profunda na forma como governos, profissionais de saúde e a própria população enxergam a doença.

Em apenas um ano, o planeta registrou 20,6 milhões de novos casos de câncer e 9,8 milhões de mortes. Em outras palavras, uma pessoa recebe o diagnóstico da doença em segundos, em algum lugar do mundo. Se nada mudar, esse número chegará a 34,4 milhões de novos casos anuais em 2050, crescimento de 67% impulsionado principalmente pelo envelhecimento populacional, aumento da expectativa de vida e pela adoção crescente de hábitos pouco saudáveis.

“Hoje, aproximadamente uma em cada cinco pessoas desenvolverá câncer ao longo da vida. Entre os homens, um em cada nove morrerá pela doença; entre as mulheres, uma em cada treze. Embora os avanços científicos tenham revolucionado o tratamento nas últimas décadas, eles não estão chegando com a mesma velocidade para todos os países”, comenta o MD e PhD em Oncologia, Dr. Wesley Pereira Andrade.



O câncer de pulmão continua sendo o maior inimigo da humanidade. São 2,6 milhões de novos casos, representando quase 13% de todos os diagnósticos, e 1,9 milhão de mortes, mantendo-se como o tumor mais letal do planeta. O tabagismo permanece como o principal responsável, mas os pesquisadores chamam atenção para um fenômeno relativamente novo: o aumento dos casos entre pessoas que nunca fumaram, especialmente mulheres asiáticas, sugerindo participação crescente da poluição atmosférica, fatores ambientais e alterações genéticas.

Logo atrás aparece o câncer de mama feminino, com 2,43 milhões de novos casos, consolidando-se como o câncer mais frequente entre as mulheres em praticamente todo o planeta. A boa notícia é que nunca houve tantas opções terapêuticas. A má notícia é que milhares de mulheres continuam morrendo simplesmente porque recebem o diagnóstico tarde demais.

DESIGUALDADE

Os países mais ricos apresentam



maior incidência de câncer, consequência direta do envelhecimento da população e da maior capacidade de diagnóstico. Entretanto, quando se observa a mortalidade, a realidade se inverte. Países de menor desenvolvimento apresentam mortalidade proporcionalmente maior porque ainda enfrentam enormes dificuldades no acesso ao rastreamento, diagnóstico precoce, cirurgia, radioterapia e medicamentos modernos. Não é apenas uma questão biológica. É uma questão de desigualdade.

O desafio também é econômico. O câncer já representa uma das maiores ameaças à sustentabilidade dos sistemas de saúde. O aumento da incidência ocorrerá justamente em países de baixa e média renda, onde a infraestrutura oncológica ainda é insuficiente. Sem investimentos em prevenção, rastreamento e tratamento, a desigualdade global tende a aumentar nas próximas décadas.

O relatório mostra outro fenômeno importante: o crescimento acelerado dos chamados "cânceres da mo-

dernidade". Tumores colorretais, de mama, próstata e tireoide continuam aumentando em diversas regiões do planeta, impulsionados pela obesidade, sedentarismo, alimentação rica em ultraprocessados, consumo de álcool e alterações nos hábitos reprodutivos. Ao mesmo tempo, infecções continuam sustentando altas taxas de câncer do colo do útero, fígado e estômago em países menos desenvolvidos.

"A ciência já sabe que quase metade das mortes por câncer poderia ser evitada. Cerca de um terço depende exclusivamente da prevenção, com redução do tabagismo, controle do peso, atividade física regular, vacinação contra HPV e hepatite B, alimentação saudável e menor consumo de álcool. Outros 15% poderiam ser evitados com diagnóstico precoce e acesso oportuno ao tratamento. Isso significa que milhões de vidas não dependem de descobertas futuras, mas da aplicação do conhecimento que já existe", adverte o médico.

Ao contrário da imagem construída durante muitos anos, o câncer dei-

xou de ser uma sentença inevitável. Em vários tumores, quando identificado precocemente, as taxas de cura ultrapassam 90%. A medicina nunca dispôs de tantas ferramentas: cirurgias menos invasivas, imunoterapia, terapias-alvo, testes genéticos, Inteligência Artificial aplicada ao diagnóstico e programas organizados de rastreamento estão transformando a história natural da doença.

O maior paradoxo revelado pelo GLOBOCAN 2024 é que a humanidade nunca conheceu tanto sobre o câncer e, ainda assim, nunca conviveu com tantos casos.

"A próxima grande revolução da oncologia talvez não venha de um novo medicamento milagroso, mas da capacidade de impedir que milhões de pessoas desenvolvam a doença. Os números deixam claro que vencer o câncer não dependerá apenas da medicina. Dependerá, sobretudo, de decisões políticas, educação em saúde, prevenção e acesso equitativo aos avanços científicos", conclui o especialista.

Lei torna obrigatória prevenção à trombose em hospitais públicos e privados

Sancionada pela Presidência da República e considerada um marco para a saúde no Brasil, nova legislação determina que hospitais públicos e privados e unidades de saúde com internação mantenham estrutura para ações profiláticas relacionadas ao tromboembolismo venoso

Nova lei apoiada pela Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia – SBTH obriga hospitais públicos e privados e unidades de saúde com internação a manter estrutura de prevenção ao tromboembolismo venoso

Alina Rossoshanska / onlinemarketing



Hospitais públicos e privados e unidades de saúde com serviços de internação deverão manter estrutura destinada a promover ações de prevenção ao tromboembolismo venoso. A medida está prevista na Lei nº 15.448, de 30 de junho de 2026, aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República. Para a Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia – SBTH, a sanção representa um marco histórico para a segurança dos pacientes no Brasil e um avanço importante na prevenção da trombose e na redução de complicações associadas à internação, ao transformar a prevenção da trombose hospitalar em compromisso institucional de saúde pública. O texto legal determina que as ações profiláticas relacionadas ao tromboembolismo venoso sejam mantidas por hospitais públicos e privados e por unidades de saúde com interna-

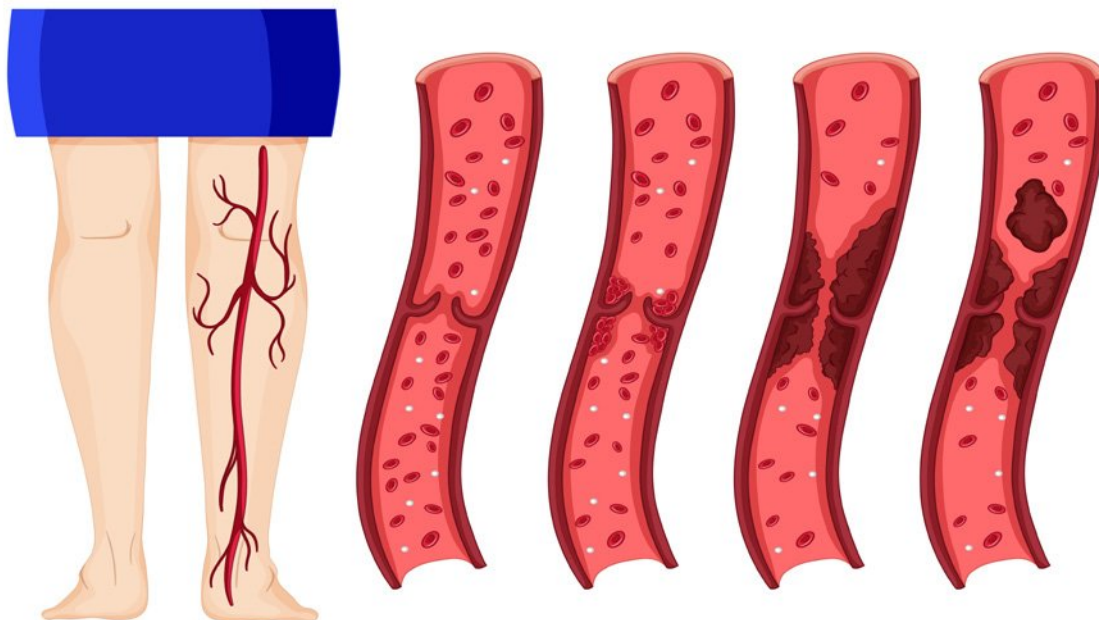
ção, podendo ser realizadas pelos Núcleos de Segurança do Paciente, onde houver. A nova lei entra em vigor 180 dias após sua publicação oficial.

O tromboembolismo venoso, ou TEV, abrange principalmente a trombose venosa profunda e a embolia pulmonar. A condição ocorre quando há formação de coágulos nas veias, geralmente nos membros inferiores, com possibilidade de deslocamento pela corrente sanguínea até os pulmões, o que pode gerar obstrução da circulação pulmonar e risco de morte. A Câmara dos Deputados, ao registrar a tramitação do projeto, destacou que a proposta buscava expandir a legislação para incluir medidas práticas de profilaxia em hospitais com internação.

“Esta é uma conquista de grande re-

levância para a saúde pública brasileira. A prevenção do tromboembolismo venoso em pacientes internados precisa ser tratada como uma prática sistemática de segurança assistencial. Quando o risco é identificado corretamente e as medidas preventivas são adotadas de forma adequada, é possível evitar complicações graves, reduzir mortes e melhorar a qualidade do cuidado oferecido aos pacientes”, afirma a Profa. Dra. Joyce M. Annichino, presidente da SBTH, hematologista, professora titular da FCM Unicamp e coordenadora do Centro de Doenças Tromboembólicas do Hemocentro da Unicamp.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei nº 2.940/2023, de autoria da senadora Daniella Ribeiro. O projeto foi sancionado integralmente e deu origem à Lei nº 15.448/2026. Na Câmara dos Deputados, a Comissão



de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a proposta em março de 2026, com relatoria do deputado Hildo Rocha, após tramitação também pela Comissão de Saúde, onde a relatora foi a deputada Iza Arruda. No Senado, a matéria teve relatório do senador Otto Alencar na Comissão de Constituição e Justiça e relatório do senador Humberto Costa na Comissão de Assuntos Sociais, com atuação do senador Alessandro Vieira como relator ad hoc na CAS.

Segundo a SBTH, a aprovação da nova lei demonstra a importância da integração entre conhecimento científico, prática assistencial e formulação de políticas públicas. O próximo passo será a regulamentação e implementação da medida, de forma a permitir que hospitais e unidades de saúde com internação incorporem rotinas efetivas de prevenção, avaliação de risco e condutas profiláticas baseadas em evidências científicas. “O grande mérito desta lei é transformar uma diretriz essencial de cuidado em compromisso institucional. A trombose hospitalar pode e deve ser prevenida. A SBTH permanece à disposição das autoridades de saúde, dos gestores hospitalares e das equi-

pes assistenciais para colaborar tecnicamente na implementação desta conquista em benefício da população brasileira”, afirma Joyce Annichino. “Ao mesmo tempo, temos que agradecer à Deputada Roseana Sarney e ao Sr. Jorge Murad, cujo empenho, dedicação e incansável articulação política foram fundamentais para impulsionar o avanço da proposta em sua fase final, contribuindo de maneira decisiva para que o Projeto de Lei se transformasse em lei.”

A trombose é uma doença caracterizada pela formação de coágulos (trombos) nas veias ou artérias de qualquer parte do corpo, mas principalmente nas veias das pernas, e que pode evoluir para uma embolia pulmonar caso o trombo se movimente pela corrente sanguínea, uma complicação grave e fatal em 30% dos casos. A correta informação ao público pode salvar vidas, pois, na grande maioria dos casos, essa doença pode ser evitada com ações como prática frequente de exercícios, ingestão regular de água, controle de peso, não fumar, entre outras, e, quando necessário, o uso de anticoagulantes recomendados pelo médico. Os primeiros sintomas podem incluir

inchaço, dor súbita e desconforto na região afetada. De acordo com a Sociedade Internacional de Trombose e Hemostasia (ISTH), da qual a SBTH faz parte, são cerca de 10 milhões de casos de trombose venosa no mundo a cada ano. Destes, cerca de 100 mil casos resultam em morte. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, apenas nos seis primeiros meses de 2025, foram contabilizados mais de 36 mil novos diagnósticos, uma média de 200 internações por dia.

A Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia – SBTH visa a promover a educação continuada e disseminar conhecimento para a redução do tromboembolismo e suas consequências. Fundada em 10 de outubro de 2018 e composta atualmente por mais de 300 médicos, tem como missão investir em educação continuada e pesquisas, chamar atenção para a importância da prevenção e ampliar o acesso a medicamentos e tratamentos para a trombose. Atualmente, a SBTH trabalha para o fomento de políticas governamentais, educacionais e assistenciais através da promoção de pesquisas médicas relacionadas à trombose e doenças hemorrágicas congênicas ou adquiridas.

Praia Clube celebra 91 anos consolidado como referência nacional em esporte, lazer e impacto social

Praia Clube celebra 91 anos de história em Uberlândia - Minas Gerais,, consolidando-se como referência nacional no esporte e no bem-estar de seus 57 mil associados



Ao completar 91 anos, o Praia Clube atinge uma nova fase de sua história, consolidando-se como um elo entre a tradição e a inovação. Fundada em 1935, a instituição evoluiu para além de um clube social, tornando-se um centro fundamental de convivência, promoção da saúde, cultura e desenvolvimento esportivo que impacta diferentes gerações em Uberlândia e no Brasil.

Atualmente, o Praia Clube conta com uma estrutura robusta sustentada por mais de 700 colaboradores e uma comunidade de aproximadamente 57 mil associados. O clube é um dos principais pilares do esporte nacional, mantendo 20 modalidades ativas que abrangem desde as categorias de base até o alto rendimento,

nos cenários olímpico e paralímpico.

Entre as modalidades praticadas estão: Atletismo (Olímpico e Paralímpico), Basquete (3x3 e 5x5), Beach Tênis, Bocha, Futsal, Halterofilismo, Judô, Karatê, Natação (de base e paralímpica), Tênis de Campo, Tênis em Cadeira de Rodas, Tiro Esportivo, Vôlei de Praia (Feminino e Masculino), Vôlei (Feminino e Masculino) e Wrestling.

O conceito central das celebrações é sintetizado pelo slogan “Movidos pela história e conectados ao futuro”. A frase reflete o posicionamento estratégico da instituição: honrar o legado e a tradição iniciados na década de 30, ao mesmo tempo em que consolida o Praia Clube como um polo de inovação constante, focado

em oferecer infraestrutura e experiências modernas aos seus associados.

Para o presidente Paulo Henrique Nascimento (Masmorra), a data simboliza a solidez e a evolução contínua da instituição. “Alcançar os 91 anos é um marco que nos traz tanto orgulho quanto responsabilidade. Desde a nossa fundação, em 1935, o Praia Clube sempre teve o propósito de ser mais que um complexo esportivo; trabalhamos para ser, de fato, uma extensão da casa de nossos 57 mil associados”, pontua. O dirigente reforça ainda a visão de longo prazo do clube: “Celebramos uma trajetória vitoriosa no esporte e no social, mas com o olhar fixo no amanhã. Permanecemos conectados ao futuro, inovando para garantir que a convivência e o esporte continuem transformando vidas”.

De acordo com as estatísticas oficiais divulgadas pelo
Google Analytics Search, MercadoComum obteve:

EM MAIO DE 2026

8.889.098

VISUALIZAÇÕES DE LEITORES NO BRASIL E EXTERIOR

MercadoComum é um veículo independente, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais e circula mensalmente, no 1º dia de cada mês, com a sua edição eletrônica. Por ocasião de suas premiações edita as suas edições também na forma impressa.

Atualmente, encontra-se em seu 33º ano e é encaminhada em PDF - também e mensalmente, por e-mail, Whatsapp, LinkedIn, Facebook, Telegram e Instagram, a mais de 120 mil endereços eletrônicos - para um público notoriamente formador de opinião, o que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, acadêmico científico e cultural de Minas Gerais e do Brasil. A sua distribuição é gratuita e direcionada aos dirigentes das grandes e médias empresas nacionais e estrangeiras, investidores institucionais e pessoas físicas, autoridades do alto escalão governamental e para diversas instituições federais, estaduais e municipais, entidades públicas e privadas, associações e sindicatos de classe, além de instituições de ensino superior do país.

Desde seu início é presidida pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira. Além de um Conselho Editorial composto por expressões ilustres, dispõe de um Conselho Consultivo formado por inúmeras personalidades e lideranças empresariais e econômicas. Os artigos veiculados têm como foco economia, finanças, administração e negócios. Além de contar com jornalistas especiali-

zados, destaque especial cabe aos artigos escritos por inúmeros colaboradores espontâneos, que com a sua vivência e experiência profissional enriquecem e engrandecem a publicação.

MercadoComum não é uma publicação apenas voltada à economia e finanças. Possui regularmente, também, várias outras diferentes seções, como: Cultura, Gastronomia, Turismo, Mobilidade Urbana, Política, Ciência & Tecnologia, Opinião, Doutrina Jurídica etc.

Realiza vários eventos anuais, como: Prêmio Top of Mind - Marcas de Sucesso (31 edições); Prêmio Minas - Desempenho Empresarial (27 edições); o Ranking das Empresas de Minas Gerais (29 edições); O Poder em Minas (5 edições) e o Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/ MercadoComum (13 edições); o Troféu JK de Cultura e Desenvolvimento; os Encontros Empresariais de Economia, Finanças e Negócios (47 edições), Festa Julhina Arraiá da Esperança (17 edições) além de diversos seminários, palestras e ciclos de debates.

Coordena o Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Destacam-se, ainda, a edição de várias outras publicações especiais: "JK-50 Anos de Progresso em 5 Anos de Governo"; "A Economia com Todas as Letras e Números"; "Cultura é Desenvolvimento"; "Meandros do Poder"; "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

Acesse:

www.mercadocomum.com

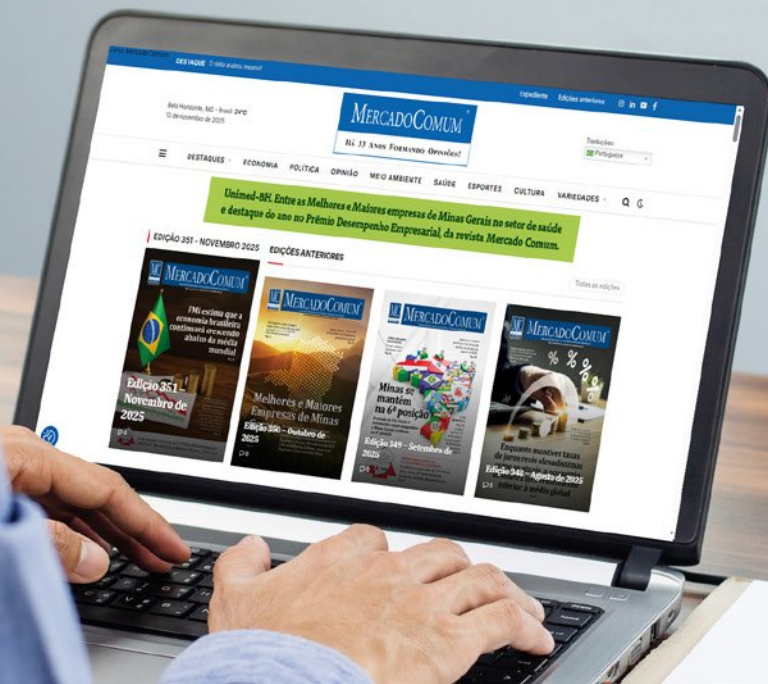
ANUNCIE NA MELHOR REVISTA DE ECONOMIA DE MINAS

MinasPart Comunicação Ltda

Rua Padre Odorico, 728
10º andar - São Pedro
Belo Horizonte - MG

Tel.: (31) 3281-6474

newsletter@mercadocomum.com



MERCADO COMUM

HÁ 33 ANOS FORMANDO OPINIÕES!



A arquitetura invisível da liberdade

Carlos Alberto dos Santos

Jornalista, professor e escritor

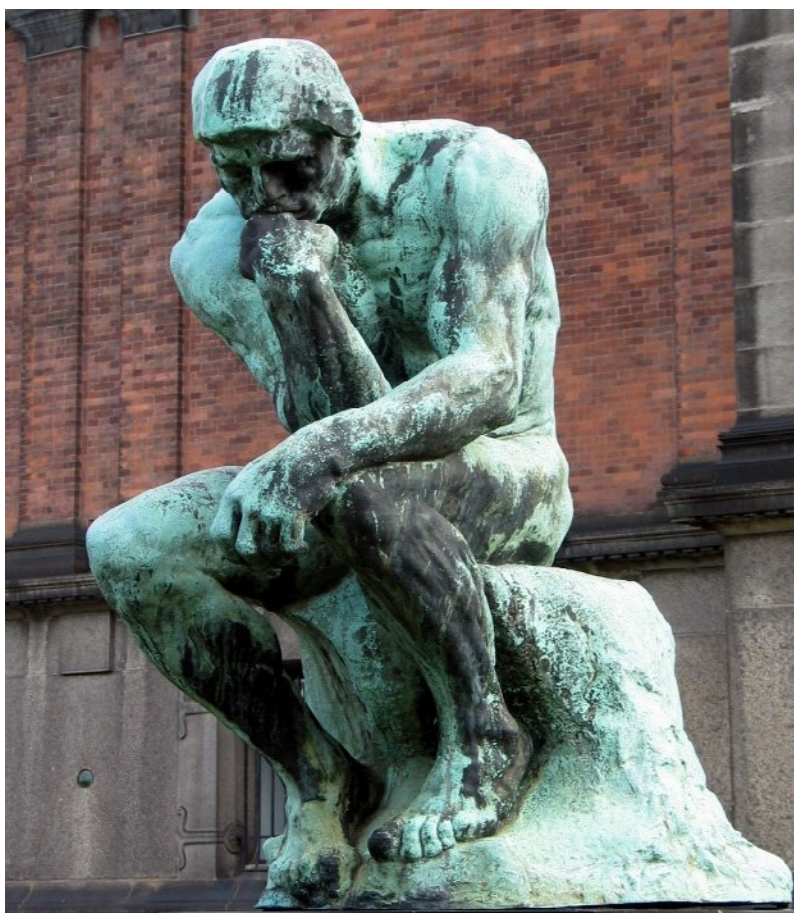
Correntes filosóficas de diferentes culturas convergem para uma reflexão capaz de iluminar nosso desenvolvimento e nossas experiências cotidianas: o pensamento gera sintonia; a sintonia gera prisão ou liberdade. Em outras palavras, a mente cria uma disposição interior que pode nos aprisionar ou nos libertar.

Para os estoicos, não são os acontecimentos que determinam a qualidade da nossa vida, mas os julgamentos que fazemos sobre eles. Ao cultivar pensamentos mais racionais e virtuosos, o ser humano conquista liberdade interior. O filósofo grego Epicteto afirmava que não somos perturbados pelas coisas em si, mas pelas opiniões que formulamos a respeito delas.

O budismo, por sua vez, ensina que a mente condiciona toda experiência. Pensamentos, intenções e apegos podem manter a pessoa presa ao sofrimento, enquanto a compreensão e o desapego conduzem à libertação. O primeiro verso do conjunto das escrituras budistas expressa essa ideia ao afirmar que a mente precede todas as experiências.

Para compreender mais profundamente essa reflexão, é importante examinar os elementos que a compõem. Pensamento não é apenas uma ideia passageira, mas a interpretação contínua que fazemos da realidade. Quando se repetem, os pensamentos moldam nossa percepção do mundo e de nós mesmos.

Já a sintonia pode ser entendida



como o estado de alinhamento entre mente, emoções e ações. Aquilo em que mantemos a atenção influencia a forma como percebemos as pessoas, as oportunidades e os desafios que a vida apresenta.

A mesma capacidade de pensar pode nos conduzir por caminhos distintos. O da prisão é alimentado pelo preconceito, ressentimento, medo,

apego, vitimismo e orgulho. O da liberdade é construído pelo discernimento, responsabilidade, serenidade, esperança e abertura para aprender.

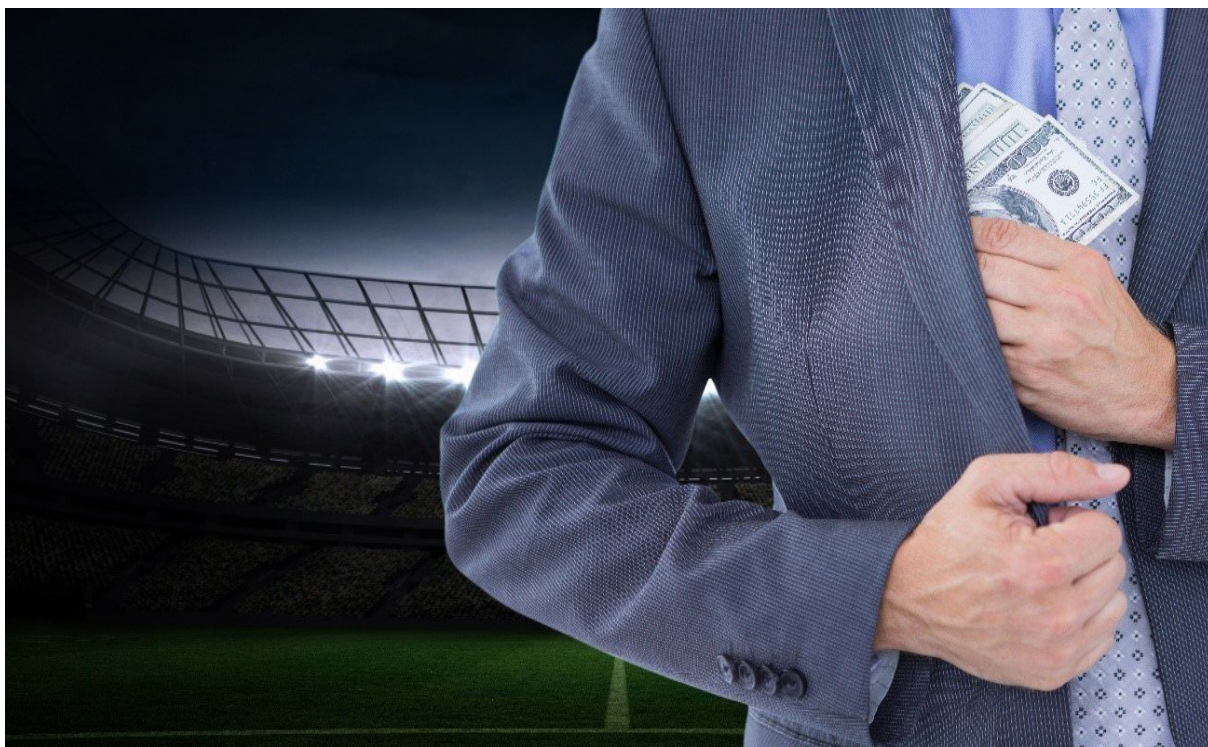
Se os pensamentos criam sintonia, vale perguntar: com o que minha mente tem se afinado? Afinal, é dessa sintonia, cultivada dia após dia, que nasce a prisão ou a liberdade que experimentamos.



Bets, endividamento e o consumidor invisível

Andrea Mottola

Advogada especialista em Direito do Consumidor e Direito Digital. É coautora do livro Golpes Contra a Pessoa Idosa, Portal Edições, 2024



Todo mundo já viu uma propaganda de bet nos últimos meses. Está no intervalo do jogo, no vídeo do influenciador, no patrocínio da camisa do time e até nos perfis de quem fala sobre finanças nas redes sociais. A mensagem quase sempre é parecida: apostar é divertido, simples e, quem sabe, uma oportunidade de ganhar dinheiro. Mas, o que raramente aparece nessa narrativa é o outro lado, aquele que começa a aparecer nos números do endividamento das famílias brasileiras.

Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a inadim-

plência associada às apostas online retirou R\$ 143 bilhões do comércio varejista entre janeiro de 2023 e março de 2026, valor equivalente ao volume de vendas de dois Natais.

Ao mesmo tempo, levantamento do Procon-SP revelou que quatro em cada dez apostadores se endividaram após começar a usar as plataformas, e o perfil predominante é de pessoas com renda de até dois salários mínimos. Para uma parcela relevante desse público, a aposta deixou de ser entretenimento e passou a ocupar um espaço perigoso dentro do orçamento doméstico.

Esse deslocamento muda completamente a lógica da relação de consumo, e é justamente aqui que surge uma discussão que ainda recebe pouca atenção: onde fica o consumidor nessa relação?

A REGULAMENTAÇÃO CHEGOU, MAS A PROTEÇÃO AINDA NÃO.

As bets foram regulamentadas no Brasil pela Lei nº 14.790/2023. A medida trouxe regras importantes: exigências de transparência, restrições à publicidade direcionada a crianças e adolescentes, mecanismos de controle e a obrigação de as plataformas au-

torizadas manterem canais de atendimento ao apostador. A própria lei prevê a aplicação supletiva do Código de Defesa do Consumidor. Na teoria, o arcabouço existe. Na prática, porém, a distância entre o que está escrito e o que o consumidor consegue acessar ainda é grande.

O CDC proíbe publicidade enganosa, práticas abusivas e qualquer conduta que se aproveite da fragilidade do consumidor. Mais recentemente, a Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021) reforçou a necessidade de proteção da renda mínima existencial e do combate a práticas que incentivem o consumo irresponsável, um debate que quase sempre aparece ligado ao crédito bancário e raramente às plataformas de apostas. O problema é que quando milhões de pessoas utilizam dinheiro destinado ao sustento básico em apostas sucessivas, as ferramentas jurídicas disponíveis precisam ser aplicadas também a esse contexto.

As plataformas de apostas operam em um ambiente altamente persuasivo: notificações constantes, bônus de entrada, promessas de retorno rápido, estímulos em tempo real e campanhas integradas ao esporte, ao entretenimento e às redes sociais. O próprio CDC determina que toda publicidade deve ser claramente identificada como tal e não pode induzir o consumidor ao erro ou explorar vulnerabilidades econômicas, emocionais ou informacionais. Mas até que ponto um banner inserido em uma transmissão ao vivo de futebol, empurrando um bônus de cadastro, funciona como entretenimento? E em que momento passa a estimular um comportamento de risco financeiro? Essa linha ainda está longe de ser claramente traçada no nosso sistema jurídico.

O problema se torna ainda mais grave quando se olha para o contexto social brasileiro. O país convive com 82,8 milhões de inadimplentes em



março de 2026, segundo os dados mais recentes da Serasa, o maior número já registrado na série histórica da pesquisa. São famílias pressionadas pelo custo de vida, consumidores expostos a soluções imediatistas para problemas financeiros complexos e, nesse cenário, a aposta passa a ser vista não como lazer, mas como possibilidade de renda.

É exatamente aí que o risco aumenta, e essa preocupação já chegou ao Supremo Tribunal Federal. Ações que discutem os impactos das apostas sobre a população vulnerável levaram o tribunal a adotar medidas cautelares, incluindo a proibição de que beneficiários do Bolsa Família e do BPC utilizem recursos de programas sociais em plataformas de apostas. Quando a mais alta corte do país precisa intervir com urgência em um setor de entretenimento, é porque o impacto na vida das pessoas deixou de ser individual. Tornou-se macroeconômico, palavra usada pela própria CNC ao avaliar os dados.

Isso não significa simplesmente defender a proibição das bets. A regulamentação foi necessária para um mercado que já existia na informalidade, e ter regras é melhor do que não ter. Mas também é preciso reconhecer que a proteção ao consumidor ainda caminha em ritmo muito mais lento do que a expansão dessas plataformas.

Enquanto o debate público se concentra na arrecadação tributária e na conformidade das empresas, o consumidor no centro dessa relação segue aparecendo pouco na discussão... Aquele que apostou o que não tinha, que recebeu um bônus irrecusável no pior momento possível, que não compreendeu os termos e condições escritos em letras miúdas, e entre tantas outras situações, é o que mais sofre.

A tecnologia mudou. A publicidade mudou. O comportamento de consumo mudou. A proteção do consumidor precisa urgentemente acompanhar essa transformação.



Compradores de apartamentos ou lotes têm sido lesados no momento do recebimento o empreendimento

Kênio de Souza Pereira

Consultor da Presidência da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis; Diretor Regional de MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; contato@keniopereiraadvogados.com.br

Compradores de apartamentos ou lotes em condomínios fechados em construção ficam ansiosos para ter a posse do bem, seja para morar, seja para usufruir das áreas de lazer que motivaram a aquisição. Entretanto, temos constatado o aumento das manobras destinadas a camuflar o atraso da obra. Para evitar a multa pelo descumprimento do prazo contratual, algumas construtoras e até loteadoras simulam a entrega do empreendimento. Com festas, coquetéis e assembleias, criam a aparência de conclusão e procuram inibir aqueles que questionam a falta de conclusão das áreas de lazer ou os defeitos nos apartamentos.

Na prática, a construtora cria um marco artificial para começar a cobrar as quotas de condomínio e transferir aos compradores o pagamento do IPTU, mesmo que o edifício ainda esteja em obras, com elevadores e garagens repletos de materiais de construção e com as áreas de lazer inoperantes. Nos condomínios fechados, também é frequente o loteador entregar apenas os terrenos, sem construir as quadras, restaurante, clubes e demais equipamentos que foram vendidos juntamente com os lotes. O elevado preço somente se justifica com a entrega completa e o funcionamento de toda estrutura prometida.

A falta desses equipamentos compromete utilização do empreendimento, desestimula a construção e desvaloriza os terrenos. Por isso, é inaceitável transferir aos compradores a quota de condomínio e IPTU antes da efetiva disponibilização do bem e da estrutura contratada.



COMPRADORES SEM ASSESSORIA JURÍDICA FAVORECEM AS MANOBRAS

Causa perplexidade que esses problemas ocorram com maior frequência em empreendimentos de alto padrão, nos quais milhões de reais são cobrados de forma obscura, pois o empreendedor se recusa a prestar contas, inclusive da taxa de enxoval. Age como se não tivesse vendido dezenas de unidades aos compradores que patrocinaram a construção.

A construtora, propositadamente, deixa de instalar a Comissão de Representantes dos Compradores, mantendo-os isolados e dificultando sua organização para contratar assessoria jurídica competente, capaz de evitar prejuízos que aumentam a cada dia em razão da criatividade e esperteza de maus empresários.

A Taxa de Enxoval, cobrada em valores exorbitantes, tem sido desviada para realizar obras de obrigação da construtora, sem relação com a compra de mobília. É inaceitável negar aos compradores e ao condomínio acompanhar as escolhas dos bens, onde e como seus recursos são empregados.

ASSEMBLEIAS AFRONTAM DIREITOS DOS COMPRADORES

Para dificultar as reclamações, algumas construtoras utilizam as assembleias virtuais para impedir as manifestações dos compradores. Além disso, procuram impor a administradora e o síndico, geralmente escolhidos entre seus parceiros, para protegê-las das consequências decorrentes da falta de conclusão das obras ou de corrigir os vícios de construção. No final são criadas as desculpas e justificativa para frustrar o condomínio em obter ganho na Justiça do processo que acaba sendo forçado a propor diante dos problemas.

A ingenuidade e a desunião dos compradores, sobretudo quando deixam de contratar uma assessoria jurídica desde o anúncio da entrega do empreendimento gera lucro para as loteadoras e construtoras que, com seu departamento jurídico, aproveitam do domínio dos termos técnicos para manipular cláusulas, documentos, atas e as assembleias.

Por constrangimento ou excesso de cordialidade, os compradores permanecem em silêncio, deixando de exigir o seu direito e o cumprimento da lei.



Cinco motivos pelos quais o Brasil se torna cada vez menos competitivo

Alexandre Pierro

Doutorando em energia e mestre em gestão e engenharia da inovação, engenheiro mecânico, bacharel em física e especialista de gestão da PALAS, consultoria pioneira na implementação da ISO de inovação na América Latina.



O mundo vive uma intensa corrida por produtividade, impulsionada pelos avanços tecnológicos, ascensão da IA, automação em massa, análise de dados e pela inovação contínua. Não faltam exemplos de empresas e países que conquistaram ganhos de eficiência, redução de custos, tomadas de decisões mais assertivas e ampliação da sua competitividade ao incorporarem essas transformações com estratégia. Dentre eles, infelizmente, o Brasil ainda avança em um ritmo muito inferior ao ne-

cessário para acompanhar essa nova dinâmica global. Um estudo recente do think tank, o Conference Board, mostrou que a produtividade da economia nacional recuou 18,5% desde 1980, retornando a níveis semelhantes aos registrados em 1958. Ao mesmo tempo, nossa participação no PIB mundial caiu de 2,8% para 2,1%, ocupando, hoje, a 52ª posição no ranking global do Índice Global de Inovação (IGI), elaborado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO / OMPI).

Em um mercado de constantes evoluções em que a tecnologia vem redefinindo negociações entre as mais diversas organizações, insistir em modelos pouco eficientes significa abrir espaço para que outras economias avancem mais rapidamente. Nosso país tem um amplo potencial para estar dentre as maiores potências, mas deixa de ocupar este espaço por fatores preocupantes que ainda parecem não ter sido amplamente compreendidos pelo empresariado – dos quais cinco se destacam:

1 RESISTÊNCIA À INOVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

A inovação ainda é tratada por muitas empresas como um projeto pontual, e não como um componente estratégico para seu crescimento. Dessa forma, ao invés de estruturarem processos contínuos de transformação, com metas e indicadores de desempenho, se limitam a iniciativas isoladas, que pouco impactam sua competitividade. O cenário da Indústria 4.0 ilustra bem essa realidade: embora já exista há 14 anos e seja amplamente falado ao redor do mundo, sua adoção no Brasil ainda está em estágio inicial. Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), como prova disso, mostra que apesar de 69% das indústrias já utilizarem algum tipo de tecnologia digital, a maioria ainda está dando os primeiros passos de maturidade, com baixa integração entre sistemas, pouca utilização estratégica dos dados e reduzido aproveitamento do potencial dessas ferramentas.

2 DECISÕES BASEADAS EM INTUIÇÃO, E NÃO EM DADOS

Em um mercado cada vez mais dinâmico, tomar decisões com base na experiência ou “achismos” não é suficiente para sustentar a vantagem competitiva. Ainda assim, muitas empresas brasileiras enfrentam dificuldades para consolidar uma cultura orientada por dados, seja pela baixa integração entre sistemas, pela qualidade das informações disponíveis ou pela falta de profissionais preparados para transformá-las em inteligência de negócios, o que resulta na perda de agilidade, maior exposição a riscos e decisões menos assertivas.

#3 GARGALOS DE EFICIÊNCIA

Há, ainda, uma grande resistência em muitas empresas de inves-

tirem mais tempo e recursos em sua governança, acreditando que mapear fluxos, definir responsabilidades, estabelecer indicadores e padronizar atividades significa aumentar a burocracia e reduzir a agilidade operacional. Mas, na prática, o que ocorre é justamente o contrário. Processos bem estruturados eliminam retrabalho, reduzem desperdícios, aumentam a previsibilidade e permitem que as equipes direcionem esforços para atividades de maior valor estratégico. As normas ISO são excelentes exemplos de sucesso nesse sentido, tendo na China um dos maiores casos de sucesso com empresas que vêm expandindo seus resultados através dessas metodologias e, conseqüentemente, favorecendo a melhora do PIB nacional.

#4 USO DA IA SEM CAPACITAÇÃO:

Em muitas organizações, essa ferramenta vem sendo utilizada como substituta do pensamento crítico, e não como um instrumento para potencializá-lo. É cada vez mais comum, por exemplo, ver profissionais tratando respostas de plataformas como o ChatGPT como verdades absolutas, sem validação, contexto ou senso analítico. Essa falta de gestão do conhecimento evidencia, inclusive, uma lacuna de capacitação que vai além da tecnologia: o Brasil continua distante das principais economias em inovação e produção de conhecimento, ocupando apenas a 50ª posição entre 133 países no Índice Global de Inovação de 2025.

#5 INFRAESTRUTURA INSUFICIENTE:

nenhum esforço de inovação ou transformação digital será suficiente se continuarmos enfrentando gargalos históricos de infraestrutura. O Brasil possui dimensões

continentais e enorme potencial logístico, mas ainda convive com uma matriz de transporte excessivamente dependente das rodovias, estradas em condições precárias, ferrovias insuficientes e um sistema portuário que não acompanha o volume e a complexidade do comércio internacional. O resultado é o aumento dos custos operacionais, atrasos na cadeia de suprimentos e perda de competitividade frente a economias que investiram de forma consistente em infraestrutura.

Ao enxergarmos tamanho crescimento de potências internacionais, é normal cobrarmos mais iniciativas de inovação das empresas, do governo e da sociedade. Contudo, talvez a pergunta mais importante a se fazer seja: quais mudanças estamos dispostos a promover dentro das nossas próprias organizações?

Seguimos exportando cacau para importar chocolate, vendendo café para comprar cápsulas de alto valor agregado, e sustentando boa parte da economia na comercialização de commodities, enquanto importamos tecnologia, conhecimento e produtos manufaturados. Temos à disposição uma série de metodologias de gestão capazes de fortalecer nossa governança, impulsionar a transformação digital e elevar a inteligência no uso estratégico dos dados.

O conhecimento está disponível, as tecnologias também. O que falta é compreender que competitividade exige mudança de mentalidade. Afinal, insistir nas mesmas práticas e esperar resultados diferentes não nos levará ao protagonismo que o potencial brasileiro permite alcançar.



Copa do CNPJ 2026: quem no Brasil está pronto para levantar a taça do formato alfanumérico?

Miriam Negreiro

Diretora de consultoria na ABC71

A Copa do Mundo, sem dúvidas, é o maior evento esportivo do mundo, capaz de unir pessoas em prol da mesma torcida, pela sua nação ou por grandes talentos desse esporte universal. Este ano temos uma edição histórica, pois é a primeira a contar com 48 seleções e ter três países-sedes. Para muitos, esse anúncio causou estranheza, dúvidas e receios de como seria a competição, mas o que temos visto é um grande exemplo de gestão.

O evento da FIFA tem mostrado com muita precisão o uso da tecnologia para apoiar nas análises de partida em tempo real, desde a posse de bola até o uso do VAR — que já invalidou muitos gols e ajudou a esclarecer lances duvidosos. Em paralelo, enquanto os olhos estão vidrados na tela esperando o resultado de partidas que duram entre 90 e 120 minutos, podendo até ir para os pênaltis, por aqui, no Brasil, um grande desafio, também vem acontecendo no universo corporativo: a transição do CNPJ numérico para o Alfanumérico.

A Receita Federal, diante do crescimento contínuo do número de empresas e do inevitável esgotamento de números de CNPJ disponíveis, lançou o novo CNPJ Alfanumérico. Para governo é um projeto nacional crítico de modernização, pois com essa mudança, migraremos para um modelo que irá permitir a geração de uma sequência ilimitada de combinações para novos registros de empresa no Brasil.

A medida tem como objetivo fa-



cilitar a identificação de todas as organizações e aprimorar o ambiente de negócios. É importante destacar que esse modelo já entrou em vigor neste mês de julho de 2026, exclusivamente para novas inscrições — os cadastros já existentes não sofrerão nenhuma alteração e continuam operando normalmente.

A mudança é significativa, afinal, estamos falando da alteração de um controle que estava em vigor desde a sua criação, onde todas as soluções e sistemas que processam informações corporativas, tais como: sistemas ERPs (Enterprise Resource Planning), CRMs (Customer Relationship Management), plataformas de e-commerce - Comércio eletrônico, Sistemas de Pagamentos, entre outros, já precisam estar preparados e atualizados para comportar o novo formato em suas aplicações e soluções (campos de banco de dados que aceitam apenas números, ou máscaras de validação antigas, precisarão ser ajustados para o formato alfanumérico) para continuarem vivos no “jogo”.

Quando relacionamos um tema tão grandioso como a Copa do Mundo com o mundo corporativo, pensamos em todo o ciclo que envolvem grandes projetos e mudanças. As novas regras

foram estabelecidas em outubro de 2024, dando essa margem de preparo por todas as equipes. Com a preparação e as alterações em dia, agora entram em campo os times de implementação, tendo que passar também por várias rodadas para avançar.

É preciso enfatizar que, embora essa alteração não impacte os CNPJs que já estão em vigor, assim como o treinador prepara o time para ensaiar todas as jogadas para depois colocá-las em ação durante a partida, o segredo para conseguir alcançar um bom resultado, estará no preparo das soluções. Isso é, desde escalação dos times (recursos da empresa) que vão jogar e/ou atuar na homologação das novas implementações (classificação) até chegar à data da implantação final, buscando a taça e o sucesso, ou seja, sair vitorioso depois de passar por todas as etapas e vencer todos os desafios.

A Copa do Mundo de 2026 trouxe questionamentos pelo tamanho, mas tem sido um grande evento, pela grande oportunidade dada para mais seleções participarem, fazendo jus à sua característica de “mundial”. No Brasil, essa alteração no controle dos novos CNPJs, ao mesmo tempo que traz desafios na adequação dos controles e sistemas existentes, vai ampliar as possibilidades de criação de novas empresas/novos negócios, garantindo fôlego para as próximas décadas no mundo corporativo. No final, estamos torcendo para que todos os times corporativos, levanten a taça da vitória em seus projetos.

Dos limites da reparação do dano moral no Direito Civil brasileiro: uma análise à luz da responsabilidade civil, do ônus da prova e dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade

Arthur Dornfeld Alves

Advogado especialista em Direito Civil, Processo Civil e Direito Médico e da Saúde

A reparação do dano moral consolidou-se como um dos mais importantes instrumentos de tutela da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 representou um marco na proteção dos direitos da personalidade ao assegurar, em seu artigo 5º, incisos V e X, o direito à indenização decorrente da violação da honra, da imagem, da intimidade, da vida privada e de outros atributos inerentes à pessoa humana. A partir desse momento, a responsabilidade civil deixou de concentrar sua atuação exclusivamente na recomposição dos prejuízos patrimoniais para também reconhecer que determinadas condutas ilícitas são capazes de atingir valores imateriais cuja proteção é igualmente indispensável em um Estado Democrático de Direito.

Essa evolução, entretanto, trouxe consigo um desafio igualmente relevante: estabelecer critérios objetivos que impeçam a banalização do dano moral. O crescente número de ações indenizatórias ajuizadas nas últimas décadas demonstra que, muitas vezes, situações inerentes ao cotidiano passaram a ser levadas ao Poder Judiciário como se qualquer desconforto experimentado fosse suficiente para justificar uma compensação financeira. Esse cenário exige uma atuação criteriosa do jul-



gador, sob pena de desvirtuamento da própria finalidade da responsabilidade civil.

O dano moral não pode ser confundido com simples sentimentos de insatisfação, irritação, tristeza ou frustração. A convivência em sociedade naturalmente impõe contratempos, falhas na prestação de serviços, atrasos, descumprimentos contratuais de pequena relevância e outros acontecimentos desagradáveis que, embora possam causar desconforto, não configuram, por si sós, lesão aos direitos da personalidade. O Direito não se destina a eliminar todos os dissabores da vida em sociedade, mas sim a reparar violações efetivas a bens jurídicos tutelados.

Foi justamente diante dessa realidade que a doutrina e a jurisprudência passaram a desenvolver mecanismos de contenção da excessiva ampliação do instituto, consolidando o entendimento de que o chamado “mero aborrecimento” não é suficiente para caracterizar dano moral indenizável. Embora a expressão receba críticas por sua subjetividade, sua utilização busca preservar a seriedade da responsabilidade civil, impedindo que qualquer contratempo cotidiano seja convertido em fonte automática de indenização. Admitir solução diversa significaria transformar o dano moral em instrumento de enriquecimento sem causa e estimular a judicialização de conflitos incapazes de revelar efetiva lesão à dignidade da pessoa humana.



A responsabilidade civil brasileira possui pressupostos bem definidos. Nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, o dever de indenizar depende da presença de uma conduta ilícita, da ocorrência de dano, da existência de nexo de causalidade entre a conduta e o prejuízo experimentado e, quando exigida pela modalidade de responsabilidade aplicável, da culpa do agente. A ausência de qualquer desses requisitos impede o reconhecimento da obrigação de reparar. Assim, a simples demonstração de uma conduta considerada inconveniente ou irregular não basta para justificar a condenação ao pagamento de indenização por dano moral se não houver prova de efetiva lesão aos direitos da personalidade.

Nesse contexto, assume especial relevância a distribuição do ônus da prova. O Código de Processo Ci-

vil estabelece, em seu artigo 373, inciso I, que incumbe ao autor comprovar os fatos constitutivos de seu direito. Essa regra constitui verdadeira garantia do devido processo legal e representa um dos principais limites à aplicação indiscriminada do dano moral. Não se mostra compatível com o sistema processual brasileiro admitir que a mera alegação de sofrimento, constrangimento ou abalo psicológico seja suficiente para impor ao réu a obrigação de indenizar, sem que existam elementos concretos capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos narrados e a efetiva repercussão da conduta na esfera extrapatrimonial da vítima.

Na prática forense, é comum verificar pedidos indenizatórios baseados exclusivamente em afirmações genéricas acerca da existência de danos morais, desacompanhadas de qualquer elemento probatório

capaz de evidenciar a ocorrência da lesão alegada. A narrativa da parte autora, por mais detalhada que seja, não substitui a necessidade de demonstração dos fatos constitutivos do direito invocado. A responsabilidade civil exige prova da ocorrência do ilícito, do dano e do nexo causal, sob pena de se admitir condenações fundadas apenas em presunções ou percepções subjetivas.

É verdade que a jurisprudência reconhece determinadas hipóteses em que o dano moral é presumido, configurando o chamado dano moral *in re ipsa*. Nessas situações, a própria gravidade da conduta ilícita torna desnecessária a demonstração específica do sofrimento experimentado pela vítima. Contudo, tais hipóteses possuem natureza excepcional e decorrem de circunstâncias específicas consolidadas pela jurisprudência, não sendo possível

ampliar indiscriminadamente sua incidência para toda e qualquer demanda indenizatória. A presunção do dano moral não constitui regra geral do sistema, mas exceção justificada pela gravidade peculiar de determinadas violações aos direitos da personalidade.

Nem mesmo nas relações de consumo a distribuição do ônus da prova sofre alteração automática. Embora o Código de Defesa do Consumidor autorize a inversão do ônus probatório, tal providência depende de decisão fundamentada do magistrado, condicionada à presença dos requisitos da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência do consumidor. Ainda assim, a inversão não afasta o dever da parte autora de apresentar um conjunto mínimo de elementos capazes de conferir plausibilidade à narrativa inicial. Interpretar de forma diversa significaria estabelecer verdadeira presunção absoluta de responsabilidade do fornecedor, solução incompatível com os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Outro importante limite à aplicação do dano moral decorre dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente utilizados pela doutrina e pela jurisprudência como critérios de controle da responsabilidade civil. A razoabilidade exige que o reconhecimento do dano moral esteja em consonância com a gravidade objetiva da lesão, impedindo que situações de reduzida relevância jurídica sejam equiparadas a ofensas efetivas aos direitos da personalidade. Já a proporcionalidade determina que exista correspondência entre a intensidade da conduta ilícita, a extensão do dano e as consequências jurídicas decorrentes da condenação. Esses princípios funcionam como verdadeiros instrumentos de

ponderação, permitindo ao magistrado distinguir as situações que efetivamente justificam a tutela indenizatória daquelas que representam apenas inconvenientes inerentes à vida em sociedade.

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade também desempenham papel fundamental na fixação do valor da indenização. A inexistência de critérios legais objetivos para quantificar o dano moral exige do julgador atuação pautada pelo equilíbrio, considerando as circunstâncias concretas de cada caso, a extensão da lesão, a intensidade da culpa, a condição econômica das partes e as finalidades compensatória e pedagógica da responsabilidade civil. A indenização não pode ser fixada em valor meramente simbólico, incapaz de proporcionar compensação à vítima ou desestimular novas condutas ilícitas. Da mesma forma, não pode alcançar patamares desproporcionais que transformem a reparação em mecanismo de enriquecimento sem causa, desvirtuando completamente sua finalidade jurídica.

A função preventiva da responsabilidade civil, cada vez mais reconhecida pela doutrina contemporânea, também deve ser compreendida dentro desses limites. É legítimo que a condenação produza efeitos pedagógicos e desestimele comportamentos ilícitos, contribuindo para a construção de relações jurídicas mais seguras e pautadas pela boa-fé objetiva. Contudo, essa finalidade preventiva não autoriza a imposição de indenizações sem a efetiva demonstração dos pressupostos da responsabilidade civil. Punir sem prova ou reconhecer dano moral sem a devida comprovação da lesão significa romper com a lógica do sistema jurídico e comprometer a segurança das relações sociais.

Não se pode ignorar que a proteção aos direitos da personalidade representa uma das maiores conquistas do Direito Civil contemporâneo. Entretanto, a efetividade dessa proteção depende justamente da aplicação criteriosa do instituto. Quanto mais indiscriminado se torna o reconhecimento do dano moral, menor tende a ser sua credibilidade perante a sociedade e o próprio Poder Judiciário. A banalização da responsabilidade civil enfraquece o instituto, dificulta a identificação das situações verdadeiramente graves e contribui para o aumento da litigiosidade, sobrecarregando o sistema de justiça com demandas que poderiam ser solucionadas por outros meios.

Assim, os limites da reparação do dano moral não constituem obstáculo ao acesso à Justiça nem representam restrição indevida à tutela dos direitos da personalidade. Ao contrário, decorrem da necessidade de preservar a coerência da responsabilidade civil, assegurando que somente sejam indenizadas as situações em que estejam efetivamente demonstrados a conduta ilícita, o dano, o nexo causal e os demais pressupostos exigidos pela legislação. A observância das regras de distribuição do ônus da prova, aliada à aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, impede que a responsabilidade civil seja utilizada de forma indiscriminada e garante que a indenização por dano moral permaneça fiel à sua finalidade constitucional de proteção da dignidade da pessoa humana. Mais do que ampliar ou restringir o cabimento da reparação moral, o desafio contemporâneo consiste em aplicá-la com equilíbrio, responsabilidade e fundamento jurídico, preservando a confiança da sociedade em um instituto essencial à concretização da justiça.



250 anos da Declaração de Independência dos Estados Unidos, o Estado Laico e o Estado Secular

Aldir Guedes Soriano

Escritor, advogado e jurista com destacada atuação acadêmica em direitos humanos e liberdade religiosa tanto no Brasil quanto no exterior. Possui publicações sobre direito constitucional e liberdades individuais. Primeiro presidente da Academia Venceslauense de Letras. Graduado em direito. Pós-Graduado em Direito Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP e em Direito Constitucional pela Universidade de Salamanca (Espanha).

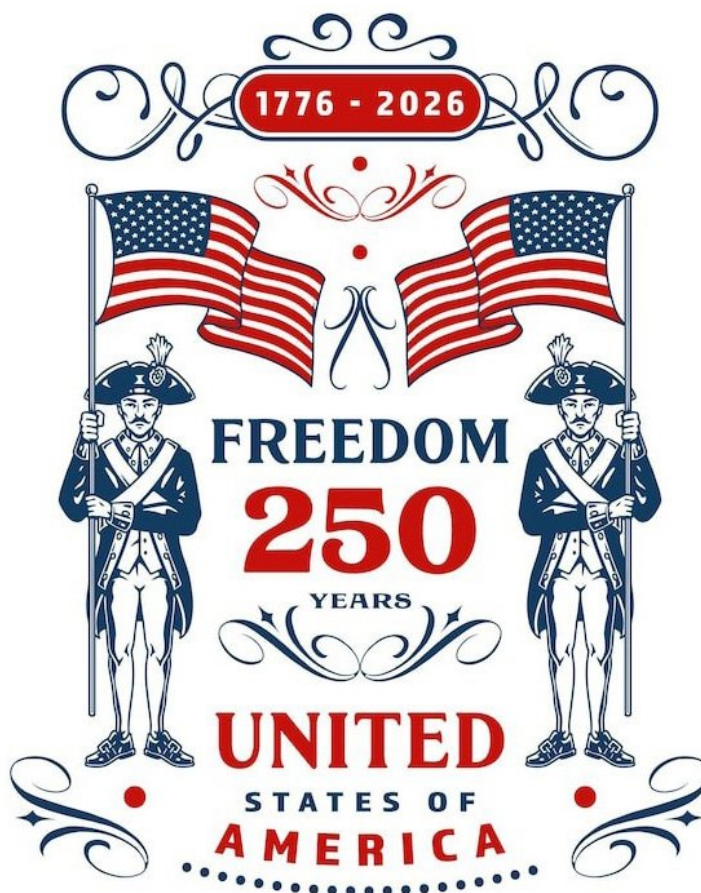
Em 4 de julho de 2026, a Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776, redigida por Thomas Jefferson, completou 250 anos. Nesse contexto histórico, o pensamento de Jefferson foi influenciado por pensadores como Xenofonte, Francis Bacon, John Locke e Roger Williams. Moldado por essas ideias, ele levantou a metáfora do muro de separação entre a Igreja e o Estado. Esse princípio da separação foi consagrado na Primeira Emenda da Constituição Americana, assegurando a liberdade de religião e de expressão. Assim, foram institucionalizadas boas ideias como a igualdade de direitos perante a lei, a limitação do poder e a separação entre as religiões e o Estado como pilares de uma nação livre e soberana.

Ayn Rand ressaltou a relevância da separação entre o Estado e a Religião para a coexistência pacífica entre as diferentes religiões. Também destacou a separação entre o governo e a economia como meio para se obter a paz, a harmonia e a justiça entre os homens.

As boas ideias de Jefferson inspiraram a separação dos poderes temporal e religioso nas monarquias japonesa e iraniana. A monarquia secular Pahlevi modernizou o Irã, revogando normas legais discriminatórias inspiradas pela Sharia. Nesse período, havia liberdade religiosa e igualdade de direitos entre homens

e mulheres no solo iraniano. Essas boas ideias também chegaram ao Brasil. Em 1890, mediante o Decreto 119-A de Ruy Barbosa, ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado brasileiro. Assim, o Brasil se tornou um país laico.

Por outro lado, a Sharia discrimina não muçulmanos. Inexiste, portanto, igualdade de direitos nesse contexto. Isso colide frontalmente com o sistema jurídico do Estado secular, fundado na igualdade de direitos para todos, indistintamente. Assim, a



Sharia é de Marte e a legislação brasileira é de Vênus. Há, portanto, uma profunda incompatibilidade entre a Sharia e o Ordenamento dos Estados seculares.

Gravíssimos problemas emergem quando a premissa maior (Sharia) encontra a premissa menor (afloramento do fundamentalismo). Essa lei tem viajado no tempo e no espaço, levando a conflitos, guerras civis, violações de direitos humanos e transformando Estados seculares em teocracias. São inegáveis os aspectos draconianos da lei, potencialmente lesivos às mulheres e a não muçulmanos. Isso não muda com o tempo. A variável é o nível de fanatismo fundamentalista. Não é uma questão de generalização ou preconceito. É fato: os relatórios do Pew Research Center mostram inúmeros países muçulmanos com o grandes violadores da liberdade religiosa. Em 2025, o Irã executou ao menos 2.159 pessoas e segue matando opositores políticos por enforcamento, segundo a Anistia Internacional. Apontar para a raiz do problema não é o problema. A questão é que o encontro da Sharia com o fundamentalismo tem sido prevalente, mesmo em países ocidentais. Isso não tem a ver com a parte da Sharia que regula a devoção pessoal do muçulmano.

O importante filósofo do direito Montesquieu, em seu livro *Do Espírito das Leis*, já alertava: “a religião maometana, que só fala de espada, age ainda sobre os homens com esse espírito destruidor que a fundou.” Mais recentemente, Christopher Hitchens criticou a toxicidade da religião islâmica associada à fusão da fé com o poder político, a ameaça totalitária e o ímpeto de instaurar a Sharia através da guerra santa (jihad).

Ademais, Nasr Abu Zayd, muçulmano e egípcio, criticou a Sharia acerca de seus aspectos incompatí-



veis com a modernidade, como discriminações em relação às mulheres, cobranças de jizya (imposto) de não muçulmanos, a escravização de mulheres, assim como o uso ideológico da Sharia como instrumento de dominação política. Foi declarado apóstata e penalizado com divórcio forçado da esposa. Viveu os seus últimos dias exilado na Holanda.

Em pleno século XXI, o apedrejamento de mulheres até a morte por adultério (zina) é legal em países como Irã, Arábia Saudita e Afeganistão. A lei islâmica discrimina as mulheres e pune os crimes de blasfêmia e de apostasia. Também comina penas como a amputação de membros e o enforcamento. A Sharia não se coaduna com a ordem jurídica brasileira e internacional. Por isso, com o escopo de rechaçar aspectos inconstitucionais da Sharia, o Projeto de Lei 824/2026 do deputado federal Luiz Philippe Orleans e Bragança, reitera a Lei Maior (CF/1988), garantindo a soberania nacional, a laicidade estatal e a

igualdade de direitos fundamentais perante a lei.

A Sharia, conforme a ancestral cultura árabe pré-islâmica, deveria ser como o caminho para as águas tranquilas, ou seja, uma belíssima metáfora de justiça e paz. No entanto, converteu-se em caminho para águas poluídas, tóxicas, conflituosas e beligerantes, servindo como instrumento de opressão e pretexto para a satisfação da ambição totalitária, despótica e teocrática. Essa lei, todavia, não tem como prosperar se o Estado laico for levado a sério.

Assim, a importância da separação entre as religiões e o Estado não pode ser negligenciada, sob pena de retrocesso cultural e civilizatório. O desprezo dessa conquista significa o lastimável aniquilamento da igualdade de direitos fundamentais perante a lei. É preciso vigilância em face do ressurgimento do fundamentalismo no tabuleiro geopolítico. Antes prevenir do que remediar.

Filarmônica de Minas Gerais: Governo do Estado renova contrato de gestão e amplia ações de formação, circulação e acesso à música de concerto

Parceria garante continuidade de uma das mais importantes políticas públicas culturais do país até 2030

O Governo de Minas renovou, no dia 25 de junho, o contrato de gestão da Filarmônica de Minas Gerais com o Instituto Cultural Filarmônica, garantindo a continuidade das atividades da orquestra até 2030. A assinatura foi realizada na Sala Minas Gerais, em Belo Horizonte, consolidando um dos mais importantes projetos culturais do país e reafirmando o compromisso do Estado com a excelência artística, a formação cultural e o acesso à música de concerto.

Coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), a renovação estabelece novas metas voltadas à ampliação do alcance social e territorial da Filarmônica. Entre os avanços previstos estão a criação da Orquestra Jovem, o aumento das vagas para músicos em formação, a expansão dos recitais da Academia Filarmônica e a realização de mais concertos gratuitos em cidades mineiras, fortalecendo a presença da música de concerto.

O novo contrato também prevê a ampliação dos concertos especiais realizados em parceria com artistas e grupos mineiros, além da criação do Concurso Jovens Solistas, iniciativa que se soma a projetos já reconhecidos nacionalmente, como o Festival Tinta Fresca e o Laboratório de Regência, voltados ao incentivo de novas gerações de músicos, compositores e regentes.

A parceria firmada nesta gestão também amplia os Concertos Didáticos, atividade destinada a estudantes da rede pública de ensino e instituições sociais. O número de apresentações passará de 10 para 15 por ano, ampliando o alcance da iniciativa de 14 mil para 21 mil alu-



nos anualmente. A expansão representa a inclusão de mais 7 mil estudantes em ações de formação e aproximação com a música de concerto.

Para o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, a renovação representa o fortalecimento de uma política pública que projeta Minas Gerais nacional e internacionalmente. “A Filarmônica de Minas Gerais é uma das maiores realizações culturais do nosso estado e um patrimônio vivo dos mineiros. Ao renovar este contrato até 2030, o Governo de Minas reafirma seu compromisso com a formação de talentos e a valorização da música como instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico”, destaca.

Segundo o presidente do Instituto Cultural Filarmônica, Wilson Brumer, a renovação fortalece a dimensão estratégica da orquestra para Minas Gerais. “A renovação deste contrato mostra a importância que o Governo do Estado está dando a este importante ativo cultural e turístico que temos em Minas Gerais. As novas metas acordadas demonstram, também, nosso esforço para honrar a confiança que o Estado nos conce-

de, de transformar, cada vez mais, a Sala Minas Gerais e a Filarmônica de Minas Gerais numa política de Estado”, afirma.

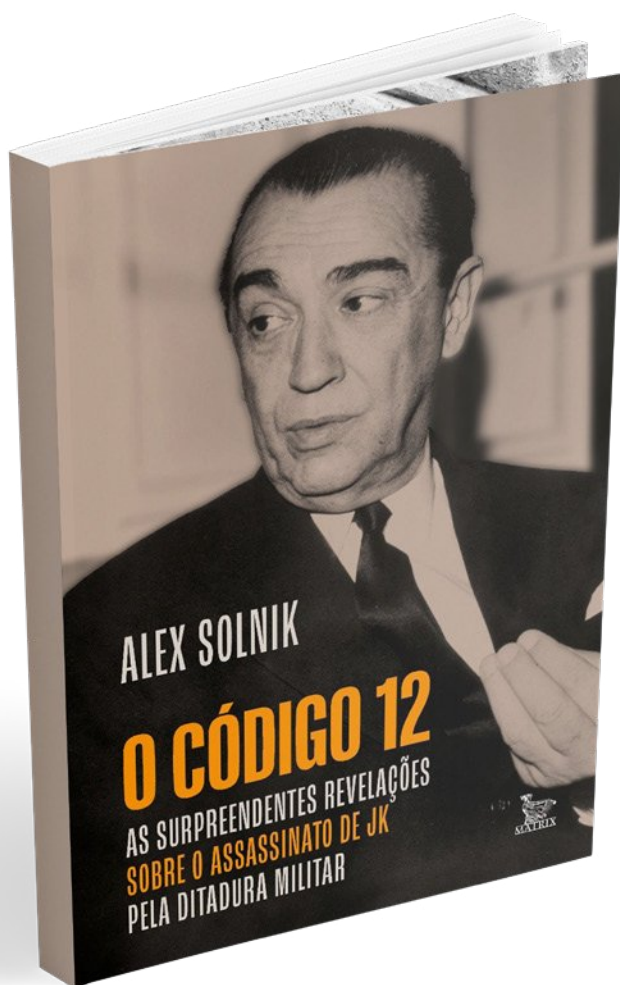
HOMENAGEM A ITAMAR FRANCO

A cerimônia também marcou a inauguração do busto do ex-presidente Itamar Franco (1930-2011), que dá nome ao Centro Cultural Presidente Itamar Franco, e a reinstalação da placa inaugural da Sala Minas Gerais. Produzida pelo artista Evandro Carneiro, a obra passa a integrar o conjunto cultural que abriga, além da Sala Minas Gerais, a Rede Minas, a Rádio Inconfidência e a Mineiraria.

Criada em 2008 como resultado de uma política pública do Estado, a Filarmônica de Minas Gerais tornou-se referência nacional e internacional pela excelência artística de sua programação. Conduzida por seu Diretor Artístico e Regente Titular, Fabio Mechetti e composta por 90 músicos de diversas nacionalidades, a orquestra acumula prêmios, mais de 20 gravações e uma indicação ao Grammy Latino, contribuindo para consolidar Belo Horizonte como um dos principais polos da música de concerto da América Latina.

Livro reconstitui evidências de que Juscelino Kubitschek foi assassinado pela ditadura militar

Nos 50 anos da morte de JK, "O Código 12" desmonta versão oficial do acidente de 1976 na Via Dutra e é lançado após decisão que encaminha a retificação do atestado de óbito do ex-presidente



Lançamento da Matrix Editora, o livro *O Código 12 - As surpreendentes revelações sobre o assassinato de JK pela ditadura militar* sustenta que a morte de Juscelino Kubitschek e de seu motorista, Geraldo Ribeiro, em 22 de agosto de 1976, na Rodovia

Presidente Dutra, não foi um mero acidente de trânsito. Embasado por evidências técnicas e documentais acumuladas ao longo de três décadas de investigações, o jornalista Alex Solnik argumenta que JK foi assassinado em uma operação de sabotagem

executada pelo aparato repressivo da ditadura militar.

A publicação da obra ocorre em um momento decisivo do caso: em maio deste ano, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, do Ministério dos Direitos Humanos, aprovou relatório que reconhece “graves erros técnicos, falhas e suposições não comprovadas” nas provas produzidas em 1976. O próximo passo anunciado será oficializar no atestado de óbito de JK que sua morte foi “não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente político do regime ditatorial instaurado em 1964”.

O nome “Código 12” está relacionado a um método específico de eliminação de inimigos da ditadura. Uma carta enviada em 1978 pelo vice-almirante Cândido da Costa Aragão, exilado em Portugal, denunciava a existência, no Serviço Nacional de Informações (SNI), de operações de “assassinato disfarçado de acidente de automóvel”. Na mesma carta, Aragão acusava o general João Batista Figueiredo, então chefe do SNI, de ser o mandante da morte de JK. Segundo Solnik, a acusação jamais foi contestada.

Ao longo das páginas, o jornalista destrincha o laudo do engenheiro-perito Sérgio Ejzenberg, elaborado em 2019 a pedido do Ministério Público Federal, para confirmar que o ônibus da Viação Cometa, responsabilizado pelo acidente, jamais tocou o carro de

JK. Ele analisa ainda as circunstâncias pouco conhecidas que cercaram as últimas horas do ex-presidente, entre elas, uma reunião sigilosa, minutos antes da colisão, em um hotel-fazenda às margens da Dutra que pertencia a um dos fundadores do SNI. O que aconteceu nesses 90 minutos de conversa é uma das questões centrais do livro. Solnik conta como, ao deixar o local, o motorista de Kubitschek estranhou o funcionamento do carro e chegou a perguntar se alguém havia mexido no veículo.

A sistemática destruição de provas sob a guarda do próprio Estado também ganha destaque, do desmantelamento do automóvel no pátio da delegacia à ausência de exames e fotografias no processo, sempre “por ordens superiores”. O livro debate ainda outro episódio que permanece sem explicação 50 anos depois, quando a morte de JK em um acidente na Via Dutra foi noticiada nacionalmente, e desmentida em seguida, quinze dias antes de acontecer de verdade. Essa “premonição” aponta para os indícios de que os planos para matar JK estavam em andamento há certo tempo.

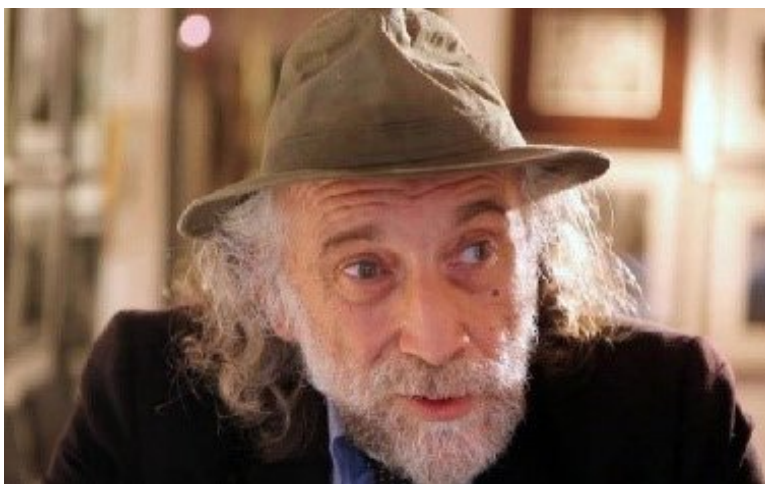
Solnik apresenta uma extensa entrevista com Serafim Jardim, secretário particular de JK e responsável pela reabertura do caso em 1996, quando a exumação do corpo de Geraldo Ribeiro revelou um fragmento de metal no crânio do motorista. A conversa com Jardim, aliada à outras

fontes, permite a reconstrução dos três últimos dias do ex-presidente, incluindo o jantar na véspera com o empresário Adolpho Bloch, que implorou a JK que não viajasse ao Rio pela Dutra e obteve dele a promessa, descumprida, de ir de avião.

Em seu capítulo mais extenso, o autor relata o encontro com um suposto ex-agente do SNI de 91 anos, identificado apenas como “Agente X”, que afirma ter vigiado JK por 12 anos, e apresenta cópias de relatórios confidenciais sobre a vigilância e a operação de sabotagem. O próprio Solnik adverte no livro que não pôde verificar a autenticidade desses documentos, transparência que

distingue, na obra, o que é prova documentada do que é relato de fonte não verificável.

Ao reunir pela primeira vez em livro o laudo pericial que desmonta a versão oficial, os relatórios das comissões da verdade e depoimentos de quem conviveu com JK até o fim, O Código 12 oferece aos leitores o que até aqui estava disperso em processos, arquivos e relatórios técnicos de difícil acesso. É leitura indicada para quem quer entender como funcionava a máquina de repressão e encoobrimento da ditadura militar e para quem busca a reconstituição acessível de um dos episódios mais controversos da história recente do país.



O autor

Alex Solnik é natural de Drogobytch, na Ucrânia, e mora no Brasil desde 1958. É jornalista profissional desde 1977. Trabalhou nas revistas *Isto É*, *Senhor*, *Careta*, *Status*, *Manchete*, *Interview*, no *Jornal da Tarde*, *Última Hora*, *Correio Braziliense*, *Folha da Tarde*, *Panorama* e *O Nacional*. É autor de “*Os Pais do Cruzado Contam por Que Não Deu Certo*”, “*O cofre do Adhemar*”, “*A guerra do apagão*”, “*A última batalha de Napoleão*”, “*O dia em que conheci Brilhante Ustra*”, e coautor, com Paulo Caruso, dos quadrinhos da série “*Bar Brasil*”, nas revistas *Careta* e *Senhor*, e dos livros “*Bar Brasil*, *Bar Brasil na Nova República*” e “*Ecos do Ipiranga*”.

Apostar em novos talentos, formatos e leitores. Essa é a marca da Matrix Editora, desde a sua fundação em 1999. A Matrix é hoje uma das mais respeitadas editoras do país, com mais de 1.100 títulos publicados e oito novos lançamentos todos os meses. A editora se especializou em livros de não-ficção, como biografias e livros-reportagem, além de obras de negócios, motivacionais e livros infantis.

Ficha técnica

Título: O Código 12 - As surpreendentes revelações sobre o assassinato de JK pela ditadura militar

Autoria: Alex Solnik

Editora: Matrix Editora

ISBN: 978-65-5616-694-0

Páginas: 160

Preço: R\$ 57,00

Onde encontrar: Matrix Editora, Amazon e livrarias de todo o país

“A guerra de cada um”

Lindolfo Paoliello conduz o leitor pelo universo da crônica



“A guerra de cada um” é o novo livro de Lindolfo Paoliello, reunindo crônicas que ultrapassam a natureza efêmera do texto jornalístico, dotando-o de força literária. Com um olhar atento para o drama humano, proporciona ao leitor uma visão concisa do contexto de décadas anteriores.

O lançamento do livro foi apresentado pela Editora Bretas/Del Rey como comemoração dos 80 anos do autor, em evento que superlotou o espaço do restaurante Parrilla 158, na Savassi, BH.

Recebido como “responsável por um reencontro de Minas com a crônica”, Lindolfo Paoliello estreou em 1981 com o livro “A Rebelião das Mal-Amadas”, um dos últimos títulos editados pela Editora Codecri, responsável pelo icônico “O

Pasquim”. A partir de sua coluna semanal no Estado de Minas, Paoliello escreveu outros oito livros e participou, como convidado, de três coletâneas: “Crônicas Mineiras”, da Editora Ática (SP) e Globo Minas; “Crônicas Brasileiras”, editada pela Universidade da Flórida (EUA) e “As cores das Palavras”, em Braille, editada pela UFMG para deficientes visuais.

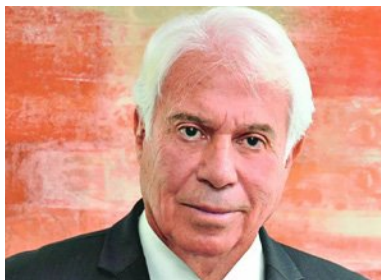
Jornalista, graduado em Direito pela UFMG e especializado em Marketing pelo convênio Fundação João Pinheiro/Columbia University, Paoliello foi executivo de grandes organizações e seu escritório de consultoria de Comunicação atua há cerca de 40 anos, parte desse tempo associado à Fundação Dom Cabral. Mercado Comum o entrevistou sobre sua nova obra literária.

MC: Você passou sua vida atuando com e para as empresas, presidiu a Associação Comercial de Minas, como é compartilhar essa vivência empresarial com a atividade literária?

LP: É muito estimulante e plenamente satisfatória. São ambas atividades ligadas à comunicação e seu exercício me proporciona viver os dois lados de minha vocação: o lado do sonho, da reflexão, da formulação e proposição de ideias e o lado da construção, do fazer acontecer, que requer o exercício do convívio, sensibilização e engajamento. Enfim, a realização do propósito de ser útil.

MC: Está claro, pela sua obra, a opção por um gênero literário, a crônica. Como se deu e porque permaneceu esta opção?

LP: As circunstâncias escolhem por nós, às vezes. Ainda criança, eu costumava parar diante do rádio em que minha mãe aguardava a “novela das 6 e 35”, na Rádio Nacional. Pouco antes ou depois entrava no ar o programa que era anunciado assim: “A crônica da cidade, escrita por Oranice Franco, na palavra de César Ladeira”. A crônica pairava no universo da criança: semanalmente as revistas O Cruzeiro e Manchete publicavam crônicas de Paulo Mendes Campos, Rachel



de Queiroz e Henrique Pongetti. Interessante é que os nomes dos autores, por se repetirem semanalmente, é que inicialmente me chamavam a atenção. Já na adolescência, com a presença constante nos jornais diários, os textos de Rubem Braga, Fernando Sabino e Carlos Drummond de Andrade me encantavam. Aos 15 ou 16 anos, no dia do meu aniversário, tocou a campainha da casa de meus pais e uma menina bonita entregou-me um livro de Fernando Sabino. Então a crônica me encontrou.

MC: Entende-se que a partir daí você começou a escrever, adotando a crônica como seu gênero predileto. Imagino que àquela altura já havia tomado conhecimento de outros gêneros literários e de obras de grandes autores. Nenhum deles o deixou tentado a adotá-los?

LP: Rubem Braga, que considero um dos melhores textos da literatura brasileira e o melhor cronista, era sempre cobrado por não escrever um romance. Uma dessas vezes ele respondeu que ainda estava aprendendo a escrever crônicas. Postura inerente a um autor que, consciente ou não deste dom - ele era um homem simples e, pelo que se sabe, teimosamente desprendido - escrevia com o apuro da simplicidade. Despojava de seu texto tudo o que não era essencial e dessa forma esculpiu pequenas obras primas.

MC: Você tem dito que “a crônica é o portal de entrada da literatura”. Pode explicar por quê?

LP: A crônica atrai o leitor, de início, pela sua forma e seu formato. Pode não ser tão curta quanto alguns poemas, mas ainda assim se apresenta despojada da métrica e é o mais curto dentre os textos em prosa. Não se apega a um enredo e segue leve, livre e solta. Cativa pelo humor, pela ironia, às vezes; seduz pelo lirismo, emociona pelos traços delicados da melancolia. Seu tempo de leitura pode ser o tempo de um voo de cruzeiro, a 850 quilômetros por hora e à altura de 10 mil metros acima do nível das coisas que nos entendiam.



CONFIRME SUA PRESENÇA

Você tornará esse momento
ainda mais especial!



80

ANOS



A Editora Del Rey convida para o lançamento do livro
em comemoração ao aniversário de **Lindolfo Paoliello**.



09/07/2026



18:30 h



Parrilla Savassi
Rua Professor Moraes, 158
Savassi – BH/MG

• Coquetel
• Música ao vivo

80 anos bem vividos de Lindolfo Paoliello

A Copa do Mundo de futebol ainda não havia acabado, mas quem deu um verdadeiro “show de bola” foi o escritor e jornalista Lindolfo Paoliello, comunicador e ex-presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Com direito a um pomposo e agradável coquetel, além de música ao vivo e vinhos de excelente qualidade teve, ainda, uma cachacinha toda especial – reservada especialmente para a data. O evento, de lançamento do seu novo livro intitulado “A Guerra de Cada Um” e de comemoração de seus 80 anos de vida ocorreu, na importante data de 9 de julho e foi realizado no Parrilla Savassi, em Belo Horizonte – MG - contando com um público que superou 500 participantes. O livro é simplesmente ótimo!



Renato e Marísia Tavares



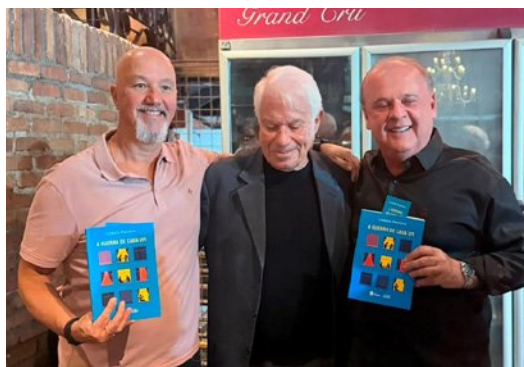
Ana Carolina Almeida, Arlete e Afonso Cozzi



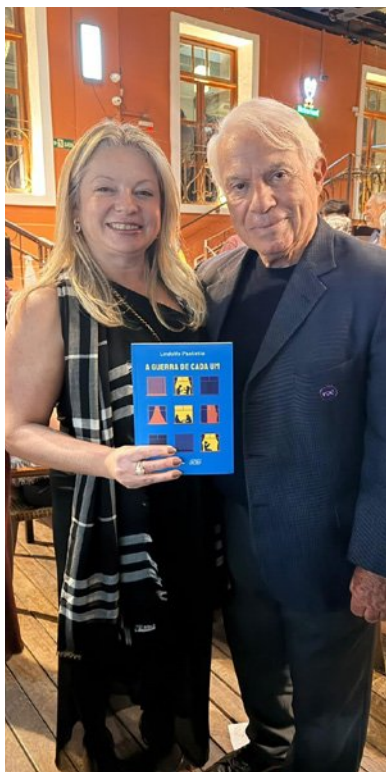
José e Iris Costa Carvalho



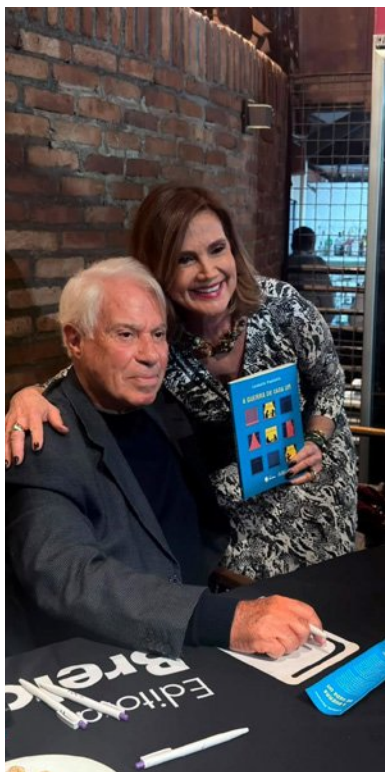
Lauro Diniz e Ricardo Guedes



Marcelo Solmucci e Renan Peixoto



A editora Aldria Bretas



Cristina Fabel



Marcus Nogueira

mercadocomum.com



MERCADOCOMUM SUPERA MARCA DE 58,4 MILHÕES DE LEITORES

De acordo com o Google Search Analytics, o site de MercadoComum Online (www.mercadocomum.com) obteve mais de **58,4 milhões** de visualizações e acessos às suas páginas **no período de junho de 2025 a maio de 2026**.



Outros **120.000** formadores de opinião em todo o país recebem, regular e mensalmente, as edições em PDF de MercadoComum.

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!